

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Alessandro Cardoso Ribeiro

As Peculiaridades da Confederação Operária Brasileira (1906-1920)

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

SÃO PAULO
2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Alessandro Cardoso Ribeiro

As Peculiaridades da Confederação Operária Brasileira (1906-1920)

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em educação, história, política e sociedade sob a orientação do Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves.

SÃO PAULO
2022

BANCA EXAMINADORA:

“O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – nº do processo 140206/2018-3”

"This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – nº do process 140206/2018-3”.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer ao Senhor, (...) imortal, invisível, mas real (1 Timóteo 1:17), por ter me proporcionado realizar esse antigo sonho acadêmico. O Senhor é meu pastor, nada me faltará (Salmo 22:1).

Ao meu orientador e amigo, o Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves que, assim como um bom treinador de futebol com seus jogadores, dá as dicas técnicas e táticas fora e dentro do campo.

À minha amiga Betinha Adania, o posto Ypiranga da PUC, afinal, como eu sempre costumo falar: com Betinha Adania, ninguém passa agonia.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, um centro de excelência nas áreas da graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado.

À minha mãe Sônia Maria Cardoso Ribeiro e a todos os meus familiares, por todo apoio que sempre me foi dado.

Agradeço à CNPQ, pela bolsa concedida, sem a qual não seria possível a realização desse doutorado.

À Rita Souza, pelas correções técnicas, ortográficas e pelas dicas na elaboração desta tese.

À Magna Ferreira Dantas, pelo apoio e por toda ajuda dada.

Agradeço a Cris Fairbanks, pela segunda correção feita neste trabalho. ISO 9001 em tudo o que se propõe a fazer.

RESUMO

Esta pesquisa retrata os limites e as ações coordenadas pela Confederação Operária Brasileira e as suas peculiaridades no seio do movimento operário brasileiro durante a Primeira República. Idealizado por intelectuais e líderes operários, esta central sindical funcionou como órgão aglutinador da intelectualidade que se identificava com a causa operária, denominada pelos mesmos como a questão social. Desse modo, é nesse contexto que tem início a organização do proletariado brasileiro que, durante essa fase, contou com a liderança dos imigrantes libertários, além de intelectuais brasileiros das camadas médias urbanas, principalmente no eixo Rio-São Paulo. Porém, dado os diferentes estágios de crescimento industrial, e a própria composição da classe operária, encontramos uma diversidade de movimentos operários, mesmo sob a direção da Confederação Operária Brasileira, de cunho anarcossindicalista. Esse importante órgão de classe, buscou a transformação dos operários – denominada pelos seus idealizadores de conscientização – através de três instrumentos: as palestras, a leitura dos impressos produzidos (o jornal *A Voz do Trabalhador*; a revista *A Vida; folhetins*, entre outros) e da educação operária, nas escolas racionalistas. Esse mesmo modelo também foi seguido pelos demais centros operários pelo Brasil afora. Fundada em abril de 1906, durante o primeiro Congresso Operário brasileiro, a Confederação Operária Brasileira passou a funcionar efetivamente, a partir de 1908, na então capital do país, no Rio de Janeiro. Essa central sindical buscou formar, através dos seus aparelhos ideológicos, além da chamada consciência operária libertária, o que eles denominavam de homem novo anarquista. Ou seja, um arquétipo de um modelo libertário europeu, totalmente alheio à nossa condição cultural, com uma classe operária fortemente marcada por uma economia moral contrarrevolucionária e influenciada pela religiosidade cristã, em suas várias vertentes: católica, protestante e espírita. Assim, apesar de terem percebido que havia uma guerra cultural dentro do processo de luta de classes, desconstruir à curto prazo esses elementos da cultura das classes subalternas, para se fazer uma revolução seria praticamente impossível, reduzindo na prática o movimento operário do início da Primeira República a um caráter puramente reformista, limitando a Confederação Operária Brasileira tão somente como mediadora das relações capital x trabalho. A Confederação Operária Brasileira funcionou até o ano de 1918, porém continuou atuando de forma descentralizada até o ano de 1920. Durante a década de 1930, foi substituída pela Federação Operária de São Paulo. As fontes utilizadas, foram os impressos publicados não só pela Confederação Operária Brasileira (jornais, revistas, livros, entre outros), mas também por alguns dos centros operários a ela filiados, a exemplo do Centro Operário Sergipano, da Federação Operária de São Paulo, entre outros. Já os procedimentos de análise, foram feitos a partir da teoria do historiador inglês E. P. Thompson, abrangendo uma perspectiva, a partir de uma inter-relação dialética entre tradições, costumes e transformações sociais, denominado pelo mesmo como peculiaridades, contemplando não só os aspectos econômicos dentro do processo histórico, mas também os elementos culturais, indo muito além da antiga análise marxista economicista, base-superestrutura.

Palavras-chaves: Confederação Operária Brasileira. Anarcossindicalismo. Peculiaridades.

ABSTRACT

This research represents the limits and actions coordinated by the Brazilian Workers' Confederation and its peculiarities within the Brazilian workers' movement during the First Republic. Idealized by intellectuals and workers' leaders, this union central functioned as an agglutinating organ of the intellectuality that identified itself with the workers' cause, named by them as the social question. Thus, it is in this context that the organization of the Brazilian proletariat began, which, during this phase, counted on the leadership of libertarian immigrants, as well as Brazilian intellectuals from the urban middle classes, mainly on the Rio-São Paulo axis. However; given the different stages of industrial growth, and the composition of the working class itself, we find a diversity of workers' movements, even under the direction of the Brazilian workers' confederation, of an anarcho-syndicalist nature. This important class organ, sought the transformation of the workers - named awareness by its creators - through three instruments: the lectures, the reading of the printed material produced (the newspaper *A Voz do Trabalhador*; the magazine *A Vida*; leaflets, among others) and workers' education, in rationalist schools. This same model was also followed by other workers' centers throughout Brazil. Founded in April 1906, during the first Brazilian workers' congress, the Brazilian Workers' Confederation began to function effectively, from 1908, in the then capital of the country, in Rio de Janeiro. This union central sought to form, through its ideological devices, besides the so-called libertarian worker conscience, what they called a new anarchist man, that is, an archetype of a European libertarian model, totally alienated to our cultural condition, with a working class strongly marked by a counter-revolutionary moral economy and influenced by Christian religiosity, in its various aspects: Catholic, Protestant and Spiritist. Thus, although they realized that there was a cultural war within the process of class struggle, deconstructing these elements of the culture of the subordinate classes in the short term to make a revolution would be practically impossible, reducing in practice the workers' movement of the beginning of the First Republic to a purely reformist character, limiting the Brazilian Workers' Confederation only as a mediator of capital relations x work. The Brazilian Workers' Confederation functioned until 1918, but it continued to operate in a decentralized manner until 1920. During the 1930s, it was replaced by the Workers' Federation of São Paulo. The sources used were printed material published not only by the Brazilian Workers' Confederation (newspapers, magazines, books, among others), but also by some of the workers' centers affiliated to it, such as the Sergipe workers' center, by the workers' federation of São Paulo, among others. The analysis procedures, on the other hand, were based on the theory of the English historian E. P. Thompson, covering a perspective, from a dialectical interrelationship among traditions, customs and social transformations, called by himself as peculiarities, contemplating not only the economic aspects within the historical process, but also cultural elements, going far beyond the old Marxist economic analysis, base-superstructure.

Keywords: Brazilian Workers' Confederation. Anarcho-syndicalism. Peculiarities.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Educação

AEL - Arquivo Edgar Leuenroth

AIT- Associação Internacional dos Trabalhadores

AMORJ - Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro

ANL - Aliança Libertadora Nacional

BPED - Biblioteca Pública Ephifânio Dória

CEDEM - Centro de Documentação e Memória

CME - Centro de Memória da Educação

COB - Confederação Operária Brasileira

COBA - Centro Operário da Bahia

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

EHPS – Educação: História, Política, Sociedade

FGM - Fundação Gregório de Matos

FORJ - Federação Operária do Rio de Janeiro

FOSP - Federação Operária de São Paulo

PCB - Partido Comunista Brasileiro

IHGS - Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

PRM - Partido Republicano Mineiro

PRP - Partido Republicano Paulista

PUC - Pontifícia Universidade Católica

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UNIRIO - Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE ANEXOS

Anexo I	208
Anexo II	209
Anexo III	210
Anexo IV	211
Anexo V	212
Anexo VI	213
Anexo VII	214
Anexo VIII	215
Anexo IX	217
Anexo X	218
Anexo XI	219

Altamente insignificante é o espírito da rotina em que se encontra a mocidade de Paiol Grande. Desde as altas até às baixas rodas sociais, ouve-se unicamente na confusão das palestras, tratar de organizar bailes, caçadas, jogos de foot-ball, festas clericais, recepções solenes e cumprimentos as autoridades locais.

(Carraro S. de Paiol Grande: infeliz mocidade. *A Plebe*, 17-07-1920, n.73, p.1)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA: ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS (1906-1920)	30
1.1 O Projeto do Homem Novo Anarquista X Classe Operária Brasileira	43
1.2 A Confederação Operária Brasileira e suas Ramificações Estaduais	59
1.3 As Peculiaridades da Confederação Operária Brasileira	72
2 AS PECULIARIDADES DO PROJETO DE EDUCAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA	92
2.1 A Experiência Pedagógica da Escola Nova e outras peculiaridades	101
2.2 As Disciplinas Lecionadas nas Escolas Operárias Ligadas à Confederação Operária Brasileira e as Leituras Recomendadas	115
2.3 A Formação da Consciência de Classe Segundo a Confederação Operária Brasileira	132
3 O FIM DA CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA, SUAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS	141
3.1 O Golpe Militar de 1930 e seus Reflexos sobre os Libertários	159
3.2 O Combate ao Fascismo e as Disputas Sindicais	175
3.3 O Estado Novo (1937-1945) e a Continuidade da Repressão	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	193
ANEXOS	208

INTRODUÇÃO

Desde quando se escreve no Brasil sobre a questão social. Que livros, que folhetos, que jornais se tem publicado aqui a respeito das doutrinas socialistas em geral (*A Vida*, 30 de novembro de 1914, p.1).

A ideia básica deste trabalho consiste na síntese de uma trajetória acadêmica que começou ainda na monografia de graduação, do curso de História licenciatura, pela Universidade Federal de Sergipe, durante a década de 1990 do século XX, onde estudei o papel do Centro Operário Sergipano¹ na defesa dos direitos civis e trabalhistas dos proletários locais na conjuntura da Primeira República. Criado no dia 11 de dezembro de 1910, o Centro Operário Sergipano (COS) funcionava, segundo o professor José Ibarê Dantas, como núcleo organizador e aglutinador dos trabalhadores urbanos do Estado (DANTAS, 1989, p. 83).

Nesse primeiro trabalho de conclusão do curso, ao pesquisar os jornais do centro (*O Operário* 1910-1911; 1915-1916; *Voz do Operário*: 1920-1925), descobri que havia uma ligação orgânica entre o Centro Operário Sergipano e a Confederação Operária Brasileira (COB) – apesar desta central sindical não seguir a doutrina anarcossindicalista², utilizando-se inclusive dos mesmos aparelhos ideológicos usados pela Confederação Operária Brasileira (jornais, palestras e da educação operária).

Dando ainda continuidade à pesquisa sobre o Centro Operário Sergipano, defendi no ano de 2003, no mestrado pelo Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, a dissertação sobre A Escola Operária Horácio Hora³, instituição criada e mantida pelo próprio centro, contudo, inspirada também por um projeto de fundação de escolas operárias, incentivado pela Confederação Operária Brasileira⁴, como uma das estratégias de formação, dentro do processo de guerra cultural.

¹O Operário. Aracaju, 11-12-1910, BEPD (Hemeroteca). Usei a sigla BPED para designar a Biblioteca Pública Ephifânio Dória.

² Analisando as resoluções aprovadas durante o primeiro Congresso Operário brasileiro, realizado de 15 a 22 de abril de 1906, no Rio de Janeiro, percebi o anarcossindicalismo como tendência orgânica da Confederação Operária Brasileira. Porém, ao avaliar singularmente cada centro operário, nota-se uma grande heterogeneidade: na Bahia e em Alagoas havia uma clara influência anarcossindicalista, já em Pernambuco, por exemplo, havia forte influência Marxista. Ver: HARDMAN, Francisco, Leonardi. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*: das origens aos anos 20. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991.

³ A escola Horácio Hora, localizada em Aracaju, foi uma das 26 escolas operárias existentes no Brasil durante a Primeira República. Ver: HARDMAN; Leonardi, 1991, p. 263.

⁴ A Confederação Operária Brasileira representou um avanço para o movimento operário no país, conseguindo pela primeira vez coordenar, ainda que parcialmente as atividades locais e sobretudo promovendo a troca de informações e circulação de militantes, ideias e propostas no interior do movimento, especialmente através de seu jornal *A Voz do Trabalhador*, publicado quinzenalmente (1908-1909; 1913-1915). Ver: BIODI, Luiza; Toledo, Edilene. *Uma Revolta Urbana*: a greve de 1917 em São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 42.

Sendo a síntese de uma trajetória de pesquisa, procurei compreender qual seria esse projeto político-pedagógico da COB⁵ e a sua relação com outros centros operários, tanto no eixo Rio-São Paulo, como também em outras regiões do país. A temática deste trabalho está diretamente ligada aos discursos promovidos pelos intelectuais e líderes operários ligados a esse mesmo projeto, basicamente entre os anos de 1906 a 1920, período entre a sua fundação e seu encerramento, no qual atuou junto à classe operária da época, discursos esses que se utilizavam de três instrumentos de organização, mobilização e politização da classe operária da época, como havia dito anteriormente: as palestras, os impressos e a educação operária. Além disso, esses mesmos instrumentos foram também um meio que objetivava a construção de um novo homem, e, também, na idealização de uma nova sociedade ácrata, pensada por esses mesmos intelectuais a ser implantada a longo prazo no Brasil, após a pretensa revolução ácrata, diante das condições objetivas de exploração impostas.

Para tal objetivo, esta pesquisa seguirá duas linhas de investigação: 1) reconstruir e mapear como a COB idealizou a luta política dentro do movimento operário brasileiro durante a Primeira República e compreender quais modelos de homem novo e sociedade, eles idealizavam construir; 2) Analisar as interações entre esse projeto político-pedagógico e suas peculiaridades⁶, a partir de uma inter-relação dialética entre: transformações sociais, tradições e costumes, junto à classe trabalhadora da época.

Nesse sentido, para atrair os operários para sua doutrinação ideológica, a COB patrocinava festas, como um modo de se aproximar do proletariado, em que havia discursos e homenagens aos trabalhadores, além de campanhas para arrecadar fundos para auxiliar familiares de operários que estivessem passando por dificuldades financeiras. Astrogildo Pereira, Benjamim Mota, Neno Vasco, José Oiticica, entre outros, eram intelectuais que discursavam sobre temas variados nestas solenidades, como por exemplo: direitos humanos, as ideias anarquistas, legislação do trabalho, o combate ao alcoolismo, entre outros temas de interesse da classe operária. Nesse sentido, a revista *A vida*⁷, periódico vinculado à COB, que circulou pelo Brasil entre os anos de 1914 a 1915, trouxe em uma das suas edições:

⁵ A partir de agora, usarei a sigla COB designando confederação operária brasileira.

⁶ THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos*. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. 2 ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012, p. 75-173.

⁷ A revista *A Vida* era uma publicação mensal de orientação libertária, ligada à Confederação Operária Brasileira, que circulou de novembro de 1914 a maio de 1915. Apesar da sua existência efêmera, a sua importância foi significativa tanto no meio do operariado, como também e principalmente entre pessoas das camadas médias urbanas do país, que se identificavam com a chamada questão social.

Marcada primeiro para o dia 14 deste mez e transferida por motivos que não veem ao caso, a conferência de José Oiticica, em benefício de A Vida, que se fará no próximo domingo, 4 de abril, às 15 horas. O anarquismo e a guerra europeia é o lema sugestivo, que o camarada Oiticica escolheu e que tem despertado a maior curiosidade. Ainda temos alguns bilhetes de ingresso, que são vendidos a 500 rs cada um. (*A Vida*, 28 de fevereiro de 1915, p. 79, n 4).

Essa mesma estratégia foi seguida pelo Centro Operário Sergipano, como bem demonstra uma citação escrita em seu periódico, em junho de 1920: é desejo da diretoria do centro operário iniciar este mês as palestras operárias, como um meio de instruir a classe (*Voz do Operário*, Aracaju, junho de 1920). De fato, essas palestras foram um importante instrumento na construção da cidadania do operariado sergipano da época, atraindo uma grande quantidade de pessoas de diferentes classes sociais que simpatizavam com a causa proletária, conforme demonstrou um outro artigo do mesmo jornal:

[...] com a presença de mais de cem associados realizou-se, no dia 29 do último mês, uma sessão da assembleia geral extraordinária do centro operário sergipano. Foram discutidos vários assuntos de interesse geral da sociedade. (*Idem*, março de 1920).

Vale destacar também que, diante da negação de direitos às classes trabalhadoras, tanto por parte do Estado brasileiro como ainda por parte da burguesia nacional, fato esse que extrapolava os limites propostos pela COB, não apenas como mediadora da relação capital x trabalho, a exemplos dos bacharéis Benjamin Mota e Evaristo de Moraes, que chegaram a entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal, contra a expulsão de imigrantes libertários, após a greve de 1917 em São Paulo (BIONDI; TOLEDO, 2018, p.110-111), dentro de um sistema capitalista, liberal e democrático que, em tese, deveriam ser regulamentados a saber: de terem assegurado constitucionalmente os direitos e garantias individuais e coletivos, jornada de trabalho de oito horas, férias remuneradas, indenizações por acidente de trabalho, entre outras. Além disso, eram também dadas consultas médicas por profissionais de saúde também filiados à COB, como foi o caso do Doutor Ubaldo Veiga, especialista em sífilis e vias urinárias, que fazia atendimentos grátis aos sócios da Confederação Operária Brasileira e aos sócios de outros sindicatos filiados à mesma, bem como possibilitava descontos em pequenas cirurgias (*A voz do trabalhador*. 15-07-1908, n.2, Rio de Janeiro). Estas peculiaridades demonstram não só a solidariedade de classe presentes nesta central sindical, mas também que havia uma relação assistencialista e até mesmo paternalista sindical com o proletariado, práticas essas combatidas

pela COB em seus discursos, quando estas eram feitas tanto pela burguesia, como também pelas oligarquias brasileiras naquela conjuntura, desvirtuando na prática o seu projeto revolucionário.

Fora isso, a COB também promovia festas para os trabalhadores, como já foi dito. Ou seja, agindo também como agente cultural, no meio da classe operária⁸, já que a estes, ainda era negado o direito ao lazer. Essas festas eram, entre outras razões, uma maneira da instituição manter uma aproximação com a classe operária e, assim, serem percebidos como os verdadeiros representantes dos trabalhadores.

Esses e outros aspectos que envolvem a chamada questão cultural no movimento anarquista⁹ brasileiro da época, e consequentemente da COB, foram estudados pela pesquisadora Cristina Aparecida Reis Figueira, em sua dissertação de mestrado, apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação Educação: História, Política, Sociedade (EHPS) da PUC São Paulo, no ano de 2003. Intitulada O Cinema Novo: Um Projeto de Educação Anarquista-1901- 1921, ela afirma:

As associações de classes foram criadas e mantidas pelo movimento operário e constituem espaços onde eram realizadas a propaganda social, abarcando todas as atividades que lhes eram próprias. Entre suas atividades estavam as assembleias, as festas, os bailes, quermesses, usados tanto para o entretenimento e propaganda, como para mobilizar recursos financeiros para manter outras atividades realizadas pelo movimento, tais como a imprensa operária, as escolas modernas, os fundos de greve, etc. Todas essas atividades faziam parte da propaganda social do movimento anarquista (FIGUEIRA, 2003, p. 28).

Francisco Hardman (2002, p. 57-58), em seu livro “Nem pátria, nem patrão” complementa:

(...) A segregação do proletariado pela classe dominante, a recusa em ampliar os estatutos da cidadania burguesa, determinaram, sempre, a necessidade do discurso anarquista retomar o tema da ordem e recolocá-lo em seus devidos termos de classe. Era necessário provar a supremacia da ordem anarquista (apoiada dialeticamente na “desordem” do não governo dos homens e na espontaneidade das massas), sobre a desordem capitalista (legitimada ideologicamente pelo mito da “ordem do trabalho” e do “progresso social”.

⁸ Utilizarei o conceito de classe do historiador inglês E. P. Thompson. Para esse autor, a classe constitui-se no seu fazer-se (*making*), num movimento dialético que abrange ação humana e condicionamentos sociais. É fruto de experiências comuns que podem levar à formação de uma determinada identidade que, por sua vez, posiciona-se contra a identidade de outros homens em função de interesses materiais e culturais opostos (THOMPSON, 2002, p.10).

⁹ Para os militantes anarquistas da COB, a conscientização via educação política do proletariado era suficiente para que se chegasse, via ação direta e espontânea, à insurreição popular que levaria à derrocada o regime capitalista. Só após essa revolução social, os trabalhadores poderiam pensar, eles próprios, em reorganizar a sociedade, não se preocupando *a priori* como ela seria organizada, pois uma vez livres de toda a autoridade constituída, base da exploração do homem pelo homem, saberiam se reorganizar. Já para os militantes anarcossindicalistas, a ação direta passava pela educação e organização do proletariado em associações operárias, sindicatos. (...) Um meio de preparar o caminho para a greve geral revolucionária e expropriadora da burguesia. Ver: SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e Anarcossindicalismo*. São Paulo: Ática, 1987, p.10.

Essa tematização seria uma constante na imprensa anarcossindicalista: por exemplo, a interrupção de uma festa operária de propaganda pela invasão da polícia, pois para classe dominante, na sua política de violência, não havia interesse em diferenciar um espetáculo associativo de uma greve, assim, em 1902, no cassino Penteado (São Paulo capital), foi denunciado nos jornais como uma ação dos “mantenedores da desordem burguesa que vieram perturbar o sossego” (HARDMAN, 2002, p. 58). Um outro exemplo dessa segregação social, ocorreu na antiga capital federal (Rio de Janeiro), onde no ano de 1889, dez anos após a Proclamação da República, um grupo numeroso de operários têxteis (cerca de três mil, segundo jornais da época), foram proibidos de entrar no jardim botânico pelo diretor do “espaço público” (Dr. Barbosa Rodrigues), por ser “tratarem de ladrões”, de acordo com o mesmo (HARDMAN, 2002, p. 55-56).

O segundo instrumento de propaganda utilizado pela COB eram os impressos: revistas, folhetins e principalmente os jornais, a exemplo do que mostra a propaganda feita na revista *A Vida*, de 28 de fevereiro de 1915, no qual mostra inclusive que havia um comércio de livros e impressos anarquistas, patrocinado pela COB, utilizando para isso dos correios que enviavam as publicações para todo o Brasil (ver: Anexo I).

Nesse caso específico, o jornal *A Voz do Trabalhador*, era publicado diretamente por intelectuais anarcossindicalistas, no entanto, havia também outros periódicos não só no eixo Rio - São Paulo, mas também em outros estados que assumiam o mesmo papel informativo e formativo, a exemplo dos jornais: *A Plebe* (São Paulo); *A Forja* (Niterói- RJ); *Voz do Operário* (Aracaju- Sergipe); entre outros.¹⁰

Dentre os trabalhos historiográficos que estudaram a imprensa como uma nova prática cultural dentro do incipiente processo de urbanização e industrialização no Brasil da Primeira República, destaco cinco pesquisas, as quais utilizei como principais referências – sem, com isso, menosprezar ou minimizar as outras fontes. O primeiro de autoria de Francisco Foot Hardman, intitulado *Nem Pátria, Nem Patrão!*, cuja obra o autor faz uso da imprensa operária para refletir sobre as práticas culturais desenvolvidas pela COB, vendo o jornal anarquista como fonte e, ao mesmo tempo, objeto da pesquisa na apreensão das práticas sociais desses sujeitos históricos. Deve-se frisar que essa linha de análise foi também compartilhada por Ody Furtado Gonçalves, em sua dissertação de mestrado, intitulada “A Constituição do Homem Novo Anarquista no Ideário dos Intelectuais do Jornal A Plebe”, apresentada junto ao EHPS, PUC-São Paulo, no ano de 2002. Apesar de seu foco ter sido identificar qual o modelo de homem

¹⁰ HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. 2ed. São Paulo: Ática, p. 323.

novo anarquista que a COB idealizava formar, ela também compartilha com mesma opinião de Hardman, quanto ao papel da imprensa anarquista, tanto como instrumento pedagógico, assim como também enquanto um meio de despertar, nos operários, a luta por direitos. Além disso, na opinião de Ody Furtado Gonçalves:

Os libertários, assim como os escolanovistas, ao menos no que diz respeito ao povo partilhavam de uma mesma certeza: era preciso regenerar as populações brasileiras, portadoras de maus hábitos, vícios, doenças. E em contraposição ao atual estado das populações brasileiras propunham a formação de um outro homem, um homem novo regenerado, sendo a educação, os jornais, o sindicato, a biblioteca, o centro de estudos sociais, instrumentos que faziam parte do ideal de formação do novo homem regenerado (GONÇALVES, 2002, p.10).

Foot Hardman, também pesquisador sobre a temática libertária no Brasil, defende, ao analisar tanto o papel da imprensa libertária, como a disputa na luta por espaços de lazer, como elementos inerentes à luta de classes:

A segregação do proletariado pela classe dominante, a recusa em ampliar os estatutos da cidadania burguesa, determinaram, sempre, a necessidade do discurso anarquista retomar o tema da ordem e recolocá-lo em seus devidos termos de classe. Era necessário provar a supremacia da ordem anarquista (apoiada dialeticamente na desordem do não-governo dos homens e na espontaneidade das massas) sobre a desordem capitalista (legitimada ideologicamente pelo mito da ordem do trabalho e do progresso social. Essa tematização seria uma constante na imprensa anarquista (HARDMAN, 2002, p. 57-58).

A terceira referência foi a professora Heloísa de Faria Cruz, em seu livro *São Paulo em Papel e Tinta: Periodismo e Vida Urbana- 1890-1915*, trabalho esse em que ela, ao abordar a imprensa como um todo na São Paulo do início do Séc. XX, analisa a expansão da cultura letrada e impressa nesse novo contexto social. Na sua opinião:

O clima cultural e intelectual das metrópoles em formação desdobra-se em inúmeros objetos e temáticas, tais como a cidade se constituindo em espaço da multidão, as transformações da esfera pública e a construção das linguagens e do cenário da cidade moderna. Em tais universos a cultura letrada transforma-se, e a escrita, articulada às novas linguagens, como a fotografia, o cinema e a propaganda invade os espaços públicos (CRUZ, 2000, p. 35-36).

O jornal assume um caráter de instrumento pedagógico utilizado pelos intelectuais anarquistas como um dos lugares privilegiados da educação do povo e do operariado (CRUZ, 2000, p.169). Vale destacar, também, que o jornal era, naquela conjuntura, o grande meio de

comunicação da massa no Brasil, pois as primeiras experiências radiofônicas só ocorreram em nosso país entre os anos de 1923-1925.

Os professores Francisco Hardman e Victor Leonardi mostram em seu livro *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*, que se não fossem os jornais operários da época não seria possível a realização do primeiro Congresso Operário brasileiro que aconteceu de 15 a 22 de abril, na cidade do Rio de Janeiro. A esse respeito, destacaram que:

A interna propaganda de convocação, através de circulares das associações operárias, publicadas nos jornais anarquistas e socialistas, foi muito importante para aglutinação do movimento e realização do congresso: a imprensa operária daquele período, em particular os jornais e revistas anarcossindicalistas, foi sem dúvida, um dos principais instrumentos de organização e de mobilização dos trabalhadores (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 267).

Já para Maria Nazareth Ferreira, outra estudiosa do tema:

A importância da imprensa operária na organização, mobilização e politização da classe trabalhadora foi destacada por Lênin em diversas ocasiões. Sendo considerada uma questão essencial à criação da imprensa operária para impulsionar o movimento russo. Justificava a necessidade da imprensa operária, justamente porque os trabalhadores não compensavam como nenhum meio de comunicação tal como os outros segmentos da sociedade, que se representavam através de seus partidos legais, seus parlamentares e da imprensa burguesa [...] (FERREIRA, 1988, p. 60).

Em seu livro *A Imprensa Operária no Brasil: 1888- 1910 (1988)*, a autora fez uma análise minuciosa dos jornais produzidos pela imprensa operária durante o período, sendo de extrema importância para qualquer estudo sobre a imprensa anarquista, e também de outras linhas políticas no Brasil da Primeira República, tornando-se um valioso instrumento de organização coletiva (FERREIRA, 1988, p. 88).

Na opinião de Hardman:

Essa produção cultural, materializada na atividade da imprensa de propaganda anarquista, representa o que chamarei de cultura de resistência, dado o seu papel aglutinador buscando manter a integridade ideológica e vivencial do operariado emergente, contra o sistema político dominante e em prol da chamada emancipação social. Se existiu uma política libertária(oposta à política institucional, vista em seu conjunto como burguesa), esta consistiu basicamente nessas atividades de propaganda: quero dizer que estão imbricados de forma global o sentido cultural e o sentido político da prática anarquista (HARDMAN, 2002, p. 309).

Essa mesma conclusão de análise foi compartilhada pela pesquisadora Ody Furtado Gonçalves (2002), que utilizou a imprensa anarquista como fonte de pesquisa em sua

dissertação de mestrado, também apresentada junto ao EHPS-PUC-São Paulo. Além disso, ela afirma que:

O jornal veicula nos seus textos saberes a serem assimilados, estratégias de divulgação e assimilação desses saberes pelas classes populares- bibliotecas, conferências, escolas, centros de estudos sociais, sindicatos- todas as práticas pedagógicas que ratificam o jornal como um instrumento de educação informal por excelência (GONÇALVES, 2002, p.18).

Nesta mesma linha de conclusão a professora Heloísa de Faria Cruz, também afirma, em um outro trabalho a respeito do papel da imprensa, neste caso específico, da relação entre os impressos e o processo de urbanização entre a passagem do século XIX para XX no Brasil, que: o jornal assume também um caráter de instrumento pedagógico, utilizado pelos intelectuais anarquistas como um dos lugares privilegiados da educação do povo e do operariado (CRUZ, 2000, p.169). Postura essa bastante importante, assumida principalmente dentro de uma perspectiva de guerra cultural, adotada pela COB diante da imprensa e das instituições burguesas. Nesse sentido, o jornalista Edgar Leuenroth escreveu num artigo do jornal *A Plebe*¹¹ de São Paulo:

A conflagração horrorosa a que a burguesia vae arrastando, uma a uma, todas as nações, convulsionando o mundo, precipitou espantosamente os acontecimentos de maneira a acelerar a solução dos grandes problemas sociais que, positivando-se a meio século, traziam agitados todos os povos civilizados. Urge a acção em todas as suas manifestações, conscientes, decidida, vigorosa. Como é bem de ver, nessa obra titânica cabe lugar de destaque à imprensa avançada, a quem está confiada a missão delicada de orientar o povo, hoje à mercê da perseverante a accção damnosamente mystificadora dos jornais ao soldo dos dominadores da época. (LEUENROTH, E. Rumo à Revolução Social. *A Plebe*, 09- 06 -1917, n1, p.1).

Por último, destaco a dissertação de mestrado de Celia Giglio, “A Voz do Trabalhador: Sementes para uma nova sociedade” (1995), apresentada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em que a autora analisa o jornal da COB, que, em seus artigos explicita as diretrizes políticas e educacionais da instituição, privilegiando, porém, os discursos

¹¹ O jornal *A Plebe* surgiu na cidade de São Paulo em 09 de junho de 1917. A partir de consulta feita ao arquivo Edgar Leuenrouth, descobri que possui os seguintes números disponíveis para consultar: 1917 (1 a 19); 1919 (17 ao 28); 1920 (49 a 98); 1921 (99 a 126); 1922 (17 a 199); 1923 (200 ao 225); 1924 (226 a 244); 1927 (245 a 257), totalizando nas décadas de 10 e 20, 235 números (GONÇALVES, 2002, p. 9).

em torno da educação racionalista¹², defendida como um modelo a ser seguido, dentro do processo de formação do novo homem anarquista¹³. Neste sentido:

A educação racional não confere privilégio absoluto às escolas, entendidas aqui como espaço específico de relações que estão se institucionalizando; estende seus valores à ação dos centros de estudos sindicatos, bibliotecas, ao jornal e a outras formas de relação como saberes que não pensam uma formação restrita ou naturalizada do sujeito, em suma, torna-se visível e percorre toda a rede de práticas educativas (GIGLIO, 1995, p.165).

Por último, em relação às fontes impressas, vale também destacar o que escreveu Tânia Regina de Luca em seu artigo “História dos nos e por meio dos periódicos”, sobre a materialidade desses impressos:

Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê. É obvio que as máquinas velozes que rondavam os grandes jornais diários do início do final do século XIX e início do século XX não eram as mesmas utilizadas pela militância operária, o que conduz a outro aspecto do problema: as funções sociais desses impressos. (...) O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e intervenção no espaço público caracterizam a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo. Os aspectos comerciais da atividade eram secundários diante da tarefa de interpor-se nos debates e dar publicidade às propostas, ou seja, divulgá-las e torná-las conhecidas (PINSKY *apud* LUCA, 2000, p.132-133).

Assim, a forma educativa de politização do proletariado, adotada pela COB, assumiu um leque diverso para atingir o seu objetivo último, ou seja, a revolução. Os anarquistas concentraram o trabalho educativo na propaganda da meta política a ser atingida, que é feita através da divulgação de livros, revistas, panfletos, artigos teóricos, reuniões, palestras, conferências, festas, peças teatrais, organização e divulgação das bibliotecas, centros de estudos sociais e escolas (SFERRA, 1987, p.33).

¹² O modelo pedagógico racionalista foi criado pelo educador espanhol Francisco Ferrer y Guardia e colocado em prática na Escola Moderna de Barcelona, entre os anos de 1901 a 1906. São características desse pedagogia: a educação científica - racional, a formação integral, a coeducação social e também de gênero, além da valorização da higiene pessoal. Ver: LEUTPRECHT, Douglas Bahr. *Educação e Anarquismo em Movimento: apropriações da pedagogia racionalista no Brasil e Estados Unidos (1913-1925)*. Joinville, SC: Ambiente Arejado Publicações, 2019, p.10.

¹³ De acordo com Ody Furtado: A militância anarquista criara um ideal de homem a ser imitado: saudável, limpo, europeizado, escolarizado, informado, amante da literatura e da leitura, despido de todo sentimento religioso e patriota, defensor do amor livre, racionalista, solidário, grevista, trabalhador, preocupado com as questões sociais e responsável pelo seu próprio desenvolvimento moral e intelectual. Ver: GONÇALVES, Ody Furtado. *A Constituição do Homem Novo Anarquista no Ideário dos Intelectuais do Jornal A Plebe*. Dissertação de mestrado, 2002, p.134-135.

A preocupação com a fundação de escolas está presente desde o primeiro Congresso Operário brasileiro¹⁴, ocorrido no ano de 1906 na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que a COB estava preocupada com uma escola que representasse o ideário anarquista e não o *status quo* burguês. Com efeito, era fundamental apoiar a fundação de escolas nos centros operários e sindicatos pelo Brasil afora, mesmo se estes não fossem filiados a esta central sindical, já que a maior parte do operariado brasileiro da Primeira República era formada tanto por analfabetos, como também por analfabetos funcionais.

Neste sentido, a burguesia e a Igreja procuravam monopolizar a instrução popular, já que não existe vácuo na política, como escreveu João Penteado¹⁵ para segundo ele: impedirem assim, o progresso das ideias novas que levam os trabalhadores à revolta, à luta, à guerra contra todas as explorações do homem pelo homem, contra todas as injustiças, contra todos os privilégios sociais (sic) (PENTEADO, *A Vida*, n 2, dez 1914, p. 8).

As ideias libertárias, juntamente com a pedagogia racionalista, chegaram ao Brasil no final do século XIX, trazidas por imigrantes – principalmente italianos. Com o crescimento urbano-industrial, sobretudo no eixo Rio- São Paulo, no início do século XX, essas ideias, tanto anarquistas, como marxistas, também se espalharam com facilidade diante das condições de exploração sofridas pelos trabalhadores brasileiros. Além do mais, encontraram apoio também na intelectualidade das camadas médias urbanas (advogados, professores, funcionários públicos, entre outros profissionais), na qual alguns desses compunham a COB – em sua grande maioria, ao lado de líderes operários.

Esses mesmos intelectuais viam na educação um outro importante instrumento de formação desse protótipo do homem novo anarquista idealizado pela COB. Apesar de que, grande parte desse operariado da região sudeste do Brasil, ser de origem imigrante ou descendente dele¹⁶ e terem uma certa formação básica ao menos. Já a grande massa operária no

¹⁴A COB não reconheceu o I e II Congresso Socialista brasileiro, realizados nos anos de 1892 e 1902, respectivamente, daí considerarem o congresso de 1906 como o primeiro Congresso Operário brasileiro.

¹⁵ Membro da COB, o paulista nascido em Jaú, João Penteado (1877-1965) foi anarquista, partidário da corrente Kropotkiniana, além de admirador da obra de Francisco Ferrer, pedagogo espanhol fundador das escolas Modernas de Barcelona. Além disso, era espírita, dirigindo, inclusive, dois centros na cidade de São Paulo. Penteado exerceu as funções de professor e tipógrafo, trabalhando também como jornalista – escrevendo artigos em jornais anarquistas no estado de São Paulo, a exemplos: *A Plebe*; *A Lanterna*; *A Rebelião*, bem como em escrever também na revista *A Vida* (1914-1915). Ficou marcado por ter sido diretor da mais significativa experiência pedagógica racionalista no Brasil, a Escola Moderna n.1, no bairro do Belenzinho, criada em 1912. Após seu fechamento (1919), fundou a Escola Nova no ano de 1920 e, em 1924, criou a Escola de Comércio João Saldanha Marinho (1924-1947), que, depois, tornaram-se a Escola Técnica de Comércio Saldanha Marinho (1944-1947) e o ginásio e escola técnica Saldanha Marinho (1948-1961).

¹⁶ A cidade de São Paulo, por exemplo, em 1893, já tinha 54,6 por cento de sua população composta por estrangeiros. Em 1920, na população paulistana acima de 15 anos, os estrangeiros (188.000) eram mais numerosos que os brasileiros (187.000). Ver: BIONDI, Luigi e Toledo, Edilene. *Uma Revolta Urbana: A Greve de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2018, p. 21.

Brasil, era analfabeta, vinda da zona rural e, em sua maioria, acostumada ao trato paternalista, principalmente nas demais regiões do país – o que tornava o projeto de fundação de escolas operárias além de uma necessidade de cunho ideológico¹⁷, também uma necessidade básica, especialmente diante da omissão do Estado brasileiro quanto às demandas do povo.

[...] entre 1892 e 1900, os imigrantes foram constituindo a maioria dos trabalhadores nos centros urbanos do estado de São Paulo e, principalmente, na capital. Imigrante era, na São Paulo daquela época, sinônimo de trabalhador manual. Os italianos podiam ser encontrados em todos os ofícios, com particular concentração nas oficinas e fábricas (BIONDI; TOLEDO, 2018, p.21).

Neste sentido, procurarei compreender, ainda, o projeto de educação operária da COB, usado como mais um instrumento na formação desse homem novo, seus resultados práticos diante das experiências coletivas¹⁸ dos outros centros operários que implementaram escolas em outros estados, como por exemplo da FOSP¹⁹ (São Paulo); COS (Sergipe); COB (Bahia); Liga Operária da Construção Civil de Niterói (Rio de Janeiro), entre outros. Ao mesmo tempo em que analisarei também as práticas de controle das classes dominantes e suas contradições, que, em alguns casos, apoiavam as escolas (paternalismo), que ora reprimiam quando fugiam dos seus objetivos políticos.

Desse modo, procurarei analisar essa relação orgânica da COB com os demais centros operários, utilizando-me das seguintes referências bibliográficas no campo da história da educação: Douglas Bahr Leutprecht, autor cuja obra apresenta questões pertinentes sobre a apropriação da pedagogia racionalista desenvolvida na Escola Moderna de Barcelona entre os primeiros anos do século XX, feitas no Brasil pela Escola Moderna n.1 e n.2 (1912-1919), criadas por inspiração da COB, e também nos Estados Unidos, feita pela Escola Moderna de Stelton (1915-1925); Guiraldelli (1987), que discute as ideias pedagógicas em curso na Primeira República, dando destaque aos projetos educacionais ligados ao movimento operário brasileiro das várias correntes ideológicas: socialistas, anarquistas, entre outros; e a tese de doutorado de Flávio Venâncio Luizeto (1984), intitulada “Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos

¹⁷ De acordo com a teoria revolucionária de Bakunin, a primeira questão que temos de considerar é esta: A emancipação das massas operárias não poderá ser completa enquanto receberem instrução inferior à dos burgueses ou enquanto houver, de um modo geral, uma classe qualquer, numerosa ou não, mas que por nascença tenha os privilégios de uma educação superior e mais completa. Ver: BAKUNIN, M. *A Instrução Integral*. Tradução: Luiz Roberto Malta. São Paulo: Editora Imaginário, p.19.

¹⁸ Segundo E.P. Thompson, a experiência está em toda a parte, nas ações individuais e coletivas. É o resultado do diálogo entre o ser social e a consciência social. Ver: E.P. Thompson. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 34 e p. 42.

¹⁹ FOSP- Federação Operária de São Paulo. Filiada à COB, foi fundada no ano de 1905 e era a principal central sindical paulista.

episódios literário e educacional - 1900-1920, pela USP São Carlos. Nessa obra, o autor faz a divulgação dos ideais dos anarquistas brasileiros, tendo como principais referências: Fóscolo, Domingos Ribeiro Filho, Fábio Luz. Além das pesquisas de Jomini (1990), que analisou os caminhos da educação escolar anarquista na Primeira República;

Outros são os aportes teóricos utilizados, a saber: *Pátria Civilização e Trabalho*, livro da professora Circe Bittencourt (1988), no qual a autora, apesar de analisar o ensino de história em São Paulo no período republicano, fez também uma análise de outras experiências educacionais fora do ensino oficial, dentre as quais as escolas modernas criadas no estado de São Paulo; a dissertação de mestrado de Marinice da Silva Fortunato (1992), apresentada junto ao EHPS na PUC São Paulo, em que a autora faz de maneira minuciosa a trajetória das escolas modernas em São Paulo e a sua relação com os intelectuais anarquistas que a idealizavam e, ao mesmo tempo, a mantinham; por último, o já citado anteriormente trabalho de Giglio (1995), “A Voz do Trabalhador: Sementes para uma Nova Sociedade”.

Quanto aos procedimentos de análise da pesquisa, utilizei da teoria do historiador inglês E.P. Thompson²⁰, em que se pode analisar a questão cultural dentro do marxismo, sem necessariamente buscar explicações no campo da História Cultural. Afinal de contas, ele historicizou os conceitos marxianos, enfatizando a importância da experiência humana (seus limites e possibilidades). Dessa maneira, compreender a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (THOMPSON, 1981, p.15). Além disso, também com Thompson, procurei não condicionar a pesquisa à teoria, isto é, os conceitos serão incorporados pela trajetória do trabalho, os quais não serão estruturas conceituais puras, visto que farei o diálogo entre estes e as evidências históricas, fugindo de teorias especulativas que o marxismo estruturalista se prendeu no campo teórico²¹, fazendo agora uma análise concreta de uma situação concreta e não uma análise teórica de uma situação especulativa.

²⁰ E. P. Thompson (1924-1993). Historiador, ativista e escritor, Thompson destacou-se ao lado de outros integrantes do Partido Comunista inglês (Raymond Williams, Jonh Saville, Hobsbawm, entre outros), com debates teóricos no campo do marxismo, principalmente após o ano de 1956, formando o que se chamou “a segunda nova esquerda”. Essa releitura se dava, principalmente, em artigos publicados na revista *New Left Review*, onde Thompson se propôs à renovação teórica do marxismo, além da elaboração de um socialismo humanista, tudo isso após as denúncias das atrocidades praticadas no governo de Stalin, na antiga U.R.S.S.

²¹ Questionarei as proposições seguintes: 1- A epistemologia de Althusser é derivada de um tipo limitado de processo acadêmico de aprendizagem, e não tem validade geral; 2 - em consequência, não tem a categoria (nem um meio de tratar) da experiência (ou a influência do ser social sobre a consciência social), por isso falsifica o diálogo com a evidência empírica inerente à produção do conhecimento e à prática do próprio Marx, incidindo portanto, continuamente, em modos de pensar que a tradição marxista chama “idealistas”; 3 - em particular, confunde o necessário diálogo empírico com o empirismo e faz, consistentemente, uma representação falsa (das formas mais ingênuas) da prática do materialismo histórico (inclusive a própria prática de Marx); 4 - a resultante crítica do historicismo é, em certos pontos, idêntica à crítica especificamente antimarxista do historicismo (tal

Logo, para entender tal processo, torna-se necessário a mediação de um conceito fundamental na análise de E. P. Thompson, o de experiência. Através desse conceito, é que, segundo o autor, foi possível aprofundar o reducionismo economicista da antiga análise marxista da história²². Restabelecendo o diálogo entre o ser social e a consciência social, relativizando o peso da estrutura, afinal não podemos colocar classe e a sua consciência como se fossem duas coisas distintas.

Contudo, não significa que Thompson dispense a noção de estrutura, o que ele recupera, em sua análise, é a dimensão humana do processo histórico que havia transformado a História num processo sem sujeito, ou seja, um desdobramento da estrutura sobre as contradições, como ele mesmo escreveu em seu livro *A Miséria da Teoria*:

[...] a história era como um processo sem sujeito, com um vocabulário estruturalista retificado, com uma metáfora inexorável e mecânica de infraestrutura e superestrutura - e com uma noção de marxismo como ciência que não pertencia a nenhuma das duas (THOMPSON, 1981, p.93).

Através da experiência, Thompson avalia ainda:

Homens e mulheres retornando como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessárias e interesses, como antagonismos e em seguida 'tratam' essa experiência em sua consciência e cultura [...] (*Ibidem*, 1981, p.182).

Dito isto, a experiência humana reflete a própria *práxis* histórica. Com isso, a história inclui as ações subjacentes à vida cotidiana, tendo uma melhor compreensão do homem que, além de ser um ser econômico, é também um ser cultural. Nesse sentido, ancorado na ideia de experiência, E.P. Thompson relativiza, até mesmo, o processo educacional (tido, anteriormente, como um elemento influenciado pela infraestrutura²³), que em sua análise pode também, assim como outros conceitos, ser modificado dentro desta nova lógica teórica, como defende o autor:

como representada por Popper); 5 - o estruturalismo de Althusser é um estruturalismo de estase, desviando-se do método histórico do próprio Marx; 6 - portanto, o universo conceptual de Althusser não tem categorias adequadas para explicar a contradição ou mudança; 7 - essas debilidades críticas explicam por que Althusser tem que se calar quando às outras categorias importantes; 8 - segue-se disto que Althusser (e sua progênie) se veem incapazes de ligar, exceto da maneira mais abstrata e teórica, com questões de valor, cultura e teoria política. Ver: THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 12-13.

²² De acordo com Karl Marx, o conjunto das relações de produção, constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura Jurídica e política. Ver: MARX, Karl. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, Lisboa, 1971, p.28.

²³ Compreende congruência, como as regras e os valores segundo as quais os homens vivem as relações produtivas particulares.

Toda a educação que faz jus a esse nome envolve a relação de mutualidade, uma dialética, e nenhum educador que se preze pensa no material a seu dispor como uma turma de passivos recipientes de educação. [...] A experiência modifica, às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional; influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e o currículo [...] (THOMPSON, 2002, p.13).

Esse elemento cultural modificador pode ser descrito como consciência afetiva e moral²⁴ (THOMPSON, 2003, p. 189). Diante disso, de acordo com o autor, a pressão do ser social sobre a consciência social que era analisada como um determinismo teórico, se mostra, agora, não mais pela determinação (base - superestrutura), todavia, por meio de: contradições, congruências²⁵ e mudanças involuntárias, por exemplo, na afirmação marxiana: Não é a consciência dos homens que determina o seu ser social, ao contrário, é o ser social que determina a consciência dos homens (MARX; ENGELS, 1978, p.130) seria neste caso, a experiência percebida pelos sujeitos históricos de acordo com Thompson, já experiência vivida, seria aquela influenciada pela cultura e tradições desse mesmo ser social e que, às vezes, chocam-se com a experiência percebida. Neste sentido:

Com a experiência e cultura, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentariam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõe certos praticantes teóricos) como instinto proletário. Elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares reciprocidade, como valores ou através de formas elaboradas na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) (THOMPSON, 1981, p.189).

Com isso, a ação humana jamais poderá ser desconectada dos elementos culturais (instituições, tradições, entre outros), contudo essa correlação é mais uma vez condicionada e não determinada em sua análise teórica, mantendo nesse novo *prima* uma inter-relação dialética com a infraestrutura econômica. Em decorrência disto, cultura é um termo com cuja defesa estou totalmente comprometido e, se os marxólogos insistirem na necessidade disso, até contra Marx (THOMPSON, 1981, p.182).

Doravante, o conceito de classe, outra categoria usada por mim, aparecerá pela via deste prisma: [...] não como uma estrutura, nem mesmo como categoria, mas como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas [...]. A noção de classe traz consigo a noção de relação histórica (THOMPSON, 2001, p. 9).

²⁴ Assim, para Thompson, Porque a experiência é exatamente o que constitui a articulação entre o cultural, uma parte dentro do ser social, e a outra dentro da consciência social. Podemos defini-las assim: experiência I (experiência vivida) e experiência II (experiência percebida) (THOMPSON, 1981, p.13).

²⁵ Ver: THOMPSON, E.P. *Formação da Classe Operária Inglesa*. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

Ou seja, parafraseando o próprio autor, ao analisar os processos distintos das revoluções burguesas, aconteceu de um jeito na França e de outro na Inglaterra (THOMPSON, 2001, p.75), caberia afirmar em relação à utopia anarcossindicalista da COB, aconteceu de um jeito no movimento operário do eixo Rio-São Paulo e de outro em outros estados, pela própria formação histórica e cultural de cada classe operária.

Além disso, experiência de classe é determinada em grande parte pelas relações de produção nas quais os homens nasceram ou entraram de maneira involuntária. Assim, a consciência social seria, então, a maneira como essas experiências são tratadas em termos culturais, encarnadas em: sistemas de valores, tradições, ideias e formas institucionais (RIBEIRO, 2003, p. 27).

Em linhas gerais, se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência social (THOMPSON, 2001, p.10), como já escrito anteriormente, uma vez analisada pelos sistemas culturais e suas tradições de um determinado grupo social nos daria uma nova experiência, que seria, no final, o que determina, executando pressões e limites, enquanto os termos culturais nos dão as peculiaridades históricas da consciência social.

Já em relação às peculiaridades do projeto da COB, durante a Primeira República, tratarei destas especificidades não pura e simplesmente a partir de suas características objetivas (diferentes estágios de desenvolvimento industrial, variedade de qualificação, diferentes níveis de formação e cultura e também da influência imigrante estrangeira em algumas regiões), mas também a partir de suas condições subjetivas, entendida por E.P. Thompson como “Uma inter-relação dialética entre tradições, costumes e transformação sociais” (*grifo do autor*), conforme já citado anteriormente.

Considerando a atividade humana crucial no entendimento dessa nova lógica metodológica, Thompson inverte a análise (História vista de baixo), base para a compreensão da estrutura e dinâmica do ser social no sistema capitalista, buscando assim enfatizar o papel humano a partir de seus costumes e valores, construindo o seu próprio fazer-se (*making*) e fugindo, assim, de teorias especulativas que o marxismo estruturalista se prendeu no campo teórico e buscando uma análise da própria práxis histórica.

Nessa pesquisa, usei como fontes alguns dos impressos produzidos pela COB entre os anos que atuou frente ao movimento operário (1906-1920), entre os quais se destacam o jornal *A Voz do Trabalhador*, e a revista anarcossindicalista *A Vida*, ambos publicados no Rio de Janeiro e patrocinados pela instituição. As duas publicações foram reeditadas, literalmente, em edições fac-similar e se encontram na biblioteca Nadir Gouvêa Kfourir, na PUC São Paulo. Além disso, na mesma biblioteca, encontram-se obras escritas por intelectuais que pertenceram à

COB, a exemplo de livros escritos por João Penteado, José Oiticica, Edgar Leuenroth, entre outros, onde estão contidas suas diretrizes políticas e educacionais.

Já em relação às outras fontes impressas, em outros estados e publicados por centros operários vinculados à COB, utilizei exemplares publicados pela FOSP, através do seu jornal *A Plebe*, que representava a COB na cidade de São Paulo, seus exemplares encontram-se digitalizados na Biblioteca Digital da UNESP. Ainda em São Paulo, utilizei da documentação do centro de memória da educação (CME) -Arquivo João Penteado, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, onde estão as atas das Escolas Modernas n.1 e n.2, fundadas sob inspiração da educação racionalista, nomes dado por essa instituição ao seu projeto político-pedagógico e inspirado por Ferrer, além de objetos que faziam parte da escola, entre outros, que ajudaram na compreensão do projeto de educação dessa instituição.

Dos centros operários da Região Nordeste, vinculados à COB, utilizei os jornais publicados pelo Centro Operário Sergipano *O Operário*, publicado entre os anos de 1910 - 1916, que mudou de nome em 1920, passando a se chamar, desde então, *A Voz do Operário*, circulando até o ano de 1935. Ambos os jornais, encontram-se na biblioteca pública Ephifânio Dória, em Aracaju.

No tocante ao Centro Operário da Bahia, usarei para pesquisa o periódico *A Voz do Operário* (vinculado e mantido por esta mesma central sindical), além do periódico “jornal de notícias” que, apesar de ser uma publicação de caráter burguês, como diziam os intelectuais da COB, traz notícias sobre o dia a dia da instituição operária, ambos se encontram digitalizados no site do Arquivo Público da Bahia.

Confrontando a luta política destas instituições, com as diretrizes anarcossindicalista da COB, percebe-se suas peculiaridades, ponto chave para compreender suas diferenças, o motivo, e por quais razões adotaram modelos ideológicos diferentes. Assim, utilizarei também dos jornais publicados pela Federação Operária do Rio de Janeiro, de vertente anarcossindicalista, são eles: *Liberdade*; *Spartacus*, *O Clarim*, como também dos Boletins da Liga Operária da Construção Civil, analisando a estratégia sindical desta instituição, também vinculadas à COB. Toda documentação pode ser encontrada on-line, no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ - UFRJ) e, também, no Centro de Documentação e Memória (CEDEM-UNESP).

Este trabalho está assim dividido:

Na introdução, mostro um quadro geral das obras historiográficas que pesquisaram a temática, tanto do movimento operário da Primeira República, como também no anarquismo e anarcossindicalismo brasileiro, utilizadas por mim para a efetivação desta obra. Além disso,

justifico o porquê do uso aportes do historiador inglês E. P. Thompson como referencial teórico, principalmente do conceito de peculiaridades deste autor, pois todo o trabalho é explicado e compreendido dentro deste processo, desta inter-relação dialética, que é complexa e diversa, como qualquer relação social humano.

No capítulo 1, com o título: *A Confederação Operária Brasileira em seu contexto (1906-1920)*, analiso a conjuntura na qual essa central sindical foi criada. Abordo, ainda, o contexto político da Primeira República, vivido por esse novo sujeito histórico, o operariado urbano brasileiro. Também descrevo outras disputas políticas, que também ocorreram naquela conjuntura, a exemplo de alguns setores das camadas médias urbanas x oligarquias, com seus respectivos projetos hegemônicos de poder. Demonstro a sobreposição da burguesia agrária frente à burguesia industrial no Brasil que, desde o início da República, distorce tanto a ideia de democracia, como também o próprio liberalismo, tendo em vista que, ao assumir o aparelho de Estado, esta classe contaminou e ainda contamina o aparato estatal burocrático com sua tradição autoritária, classista e paternalista.

No subtópico 1.1, abordei as contradições entre o projeto dos intelectuais da Confederação Operária Brasileira, em formar um homem novo anarquista (baseado em um arquétipo de um operário europeu), em choque com alguns elementos inerentes à cultura popular e às tradições de grande parte do operariado brasileiro, fortemente marcado pela religiosidade, seja ela católica, popular cristã, protestante, espírita ou de religiões de matizes africana, distorcendo com isso, o projeto de uma revolução ácrata idealizado por seus intelectuais, limitando às ações dessa central sindical a um caráter puramente reformista, populista e paternalista, elementos esses personificado décadas mais tarde pelo Estado varguista, na sua relação com os operários.

No subtópico 1.2, analiso a relação entre a Confederação Operária Brasileira e os demais centros operários espalhados pelo Brasil afora e sob a sua orientação, buscando explicar os motivos do apoio dessa central sindical a alguns desses centros, a exemplo do Centro Operário Sergipano e do Centro Operário da Bahia - que mesmo criados sob a sua inspiração, não seguiam uma orientação revolucionária anarcossindicalista, defendida em ata desde o primeiro Congresso Operário brasileiro no ano de 1906.

No subtópico 1.3, demonstro o papel e a importância dados à educação pela Confederação Operária Brasileira, como principal instrumento de politização da classe operária brasileira da Primeira República, além de mostrar as contradições do modelo pedagógico desta instituição (educação racionalista), tendo como parâmetro de referência a Escola Moderna de Barcelona, fundada por Francisco Ferrer, em contra ponto também, com outros modelos

pedagógicos adotados por outras escolas operárias, também criados sob a inspiração da Confederação Operária Brasileira.

No subtópico 1.4, analiso quais eram as peculiaridades presentes no projeto revolucionário da Confederação Operária Brasileira e as suas estratégias de transformar o Brasil da Primeira República, numa nova sociedade ácrata, através das próprias contradições internas do capitalismo brasileiro, além do uso de estratégias presentes somente por aqui, a exemplo do não sectarismo dessa instituição, aceitando e respeitando outras correntes políticas, como marxistas, sociais-democratas, entre outros, demonstrando que havia um anarquismo à brasileira, definido assim por mim, essa outra nossa peculiaridade.

No tocante ao Capítulo 2, faço um estudo da Escola Nova, um modelo de educação racionalista, avaliando também quais eram as disciplinas estudadas nessa escola e a diferença em relação às escolas modernas n.1 e n.2. A opção por essa instituição de ensino ligada tanto ao comitê pró-escola moderna, como também à Confederação Operária Brasileira, está no fato de que as experiências, tanto das escolas modernas n.1, como também a Escola Moderna n.2, terem sido demasiadamente estudadas, apesar de que as mesmas também aparecem no trabalho, porém, não em detrimento de outras experiências ocorridas durante a mesmo período.

Por fim, relativizo o conceito de consciência de classe proposto pela Confederação Operária Brasileira, enquanto estratégia na formação do protótipo de um novo homem anarquista, a ser formado na formação de uma nova cultura no operariado brasileiro da Primeira República, através dos seus aparelhos ideológicos. Usando como referência e contraponto o mesmo conceito, porém compreendido de uma outra vertente pelo historiador E. P. Thompson, que, segundo ele, abrange o ser social, como a cultura (tradições e costumes), deste mesmo operário.

Quanto ao Capítulo 3, demonstro a atuação da FOSP, a central sindical anarcossindicalista paulistana, que substituiu a Confederação Operária Brasileira depois do seu fim e após o golpe militar de 1930.

No subtópico 3.1, analiso também as mudanças ocorridas após o Estado getulista assumir o papel de mediador nas relações capital x trabalho, suas ações e a repressão aos seus adversários

No subtópico 3.3, demonstro também, como ficaram os libertários brasileiros na conjuntura do Estado novo (1937-1945) e, também, pós-redemocratização do país, com as novas condições objetivas impostas, numa conjuntura marcada tanto pela Segunda Guerra Mundial, como também após 1945, pelo contexto da Guerra Fria.

1 A CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA: ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS (1906-1920)

Abaixo os governos e o capitalismo! Viva a revolução russa! Viva o Anarquismo! (Voz do Trabalhador, 1 de maio de 1908).

As peculiaridades que marcaram a formação do oligárquico patrimonialista (pré-1930), após a proclamação da República²⁶, foi fortemente caracterizado pela sobreposição das oligarquias em relação à burguesia, somada a uma estrutura e mentalidade colonialista, isso, tornou-nos distintos até hoje em relação às principais democracias ocidentais, deixando impregnados, no aparelho de Estado, algumas das suas características que temos ainda hoje, a exemplos do: paternalismo, autoritarismo, entre outras. Além dessas características, o Estado brasileiro tem outra que se aproxima do modelo inglês de manutenção da hegemonia burguesa, isto é, no que diz respeito às origens agrárias do capitalismo, dadas as suas respectivas diferenças no que diz respeito ao papel econômico de ambos, ou seja, Inglaterra com seu protagonismo enquanto metrópole e o Brasil, como colônia de exploração.

Nossa classe dominante era constituída, por conseguinte, pelos proprietários das plantações de café, cana-de-açúcar, cacau, algodão, entre outros e também de fazendeiros de gado. Além disso, a grande burguesia comercial e bancária associava-se intimamente aos latifundiários, além do mais porque, com frequência, procediam do meio deles (GORENDER, 1981, p. 26).

Naquela conjuntura da Primeira República, o paternalismo da burguesia brasileira manifestava-se substituindo pontos que caberiam ao Estado, como por exemplo na construção de escolas primárias, no fornecimento de assistência médica, entre outros. Convém observar, ademais, que o assistencialismo paternalista deriva da vantagem que havia na construção de vilas operárias na vizinhança das fábricas, uma vez que isto reforçava a subordinação disciplinada do empregado ao patrão, numa fase em que o mercado capitalista de força de trabalho era, comparativamente aos dias atuais, restrito e de fraca fluidez (GORENDER, 1981, p. 49).

De acordo com Florestan Fernandes (1985), além dessas nossas peculiaridades há uma outra básica que nos diferencia enquanto Estado-nação, ou seja, não herdamos de um mundo

²⁶ A proclamação da República como mudança na forma de regime não provocou nenhuma alteração radical na composição da classe dominante, nem na sua fração hegemônica: a burguesia cafeeicultora (FAUSTO, 1997, p. 244).

feudal em crise a argamassa para a construção de uma nova sociedade, um ponto de partida tosco, expunha burgueses e proletários a uma luta sem quartel, que deita raízes no escravismo colonial e no escravismo moderno na qual eles se empenham antes de possuírem identidades próprias (FERNANDES, 1985, p.42).

Raymundo Faoro (1975), também denunciava essa mesma herança colonial patrimonialista, tão presente no Estado brasileiro. Em seu livro *Os Donos do Poder*, o autor comprova a sua tese da permanência desse estamento burocrático-patrimonialista, herdado do período colonial, que foi capaz inclusive de se reproduzir historicamente por meio do domínio do mercado e da sociedade civil, elegendo inclusive mecanismos de representatividade para de perpetuar no poder. Assim, do ponto de vista teórico, tanto o Brasil como a Inglaterra, este último, citado e analisado por E. P. Thompson, não se encaixam, dadas as suas peculiaridades e similaridades, no que diz respeito às origens agrárias do capitalismo e que evidentemente também, tampouco se encaixam no modelo estruturalista francês (base-superestrutura) (SECRETO *apud* NEGRO, A.L e SILVA, S. E. P. Thompson)²⁷. Afinal, a antiga análise marxista, caía no economicismo, analisava os elementos culturais num segundo plano, colocando-os simplesmente no campo da superestrutura, porém, estes também fazem parte do processo histórico, assim, sem negar a influência hegemônica do capital, essa nova interpretação histórica leva em conta uma inter-relação dialética entre o econômico e os elementos culturais, também presentes no processo de luta de classes e não numa simples relação base-superestrutura, conforme citado anteriormente.

Como deslocamento desses excedentes de capitais dos lucros obtidos, processo de industrialização foi ganhando força aos poucos, alterando o quadro econômico, político e social do Brasil e ao mesmo tempo impedindo avanços, como afirma Jorge Nagle:

Na verdade, não poderia haver surto industrial duradouro sem a presença de relativo grau de acumulação de capital. À condição fundamental - acumulação de capital - se vêm juntar muitas outras, de modo a formar um conjunto propício de condições estimuladoras de novo surto industrial - a disponibilidade de mão de obra livre, a elevação dos preços de mercadorias importadas, o mercado de consumo interno em expansão e mesmo algumas facilidades para importação de materiais necessários à indústria (NAGLE, 2001, p. 26).

Essa condição industrial, como já citado, não se deu apenas pela acumulação de capital, mas deve-se a diversos outros fatores, dentre os quais destacamos: a oferta de mão de obra, intimamente relacionada ao fim da escravatura e ao aumento do fluxo migratório (MACHADO,

²⁷ As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. *Revista Brasileira de História*, 2003, v.23, n. 46. p. 304.

2017, p.19). Ademais, o crescimento da população e a diversidade das atividades urbanas refletiam as novas mudanças surgidas com o século XX. Assim, o espaço urbano surge como uma das condições favoráveis à formação e ao desenvolvimento do capital industrial (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p.83). Também, o ambiente urbano, enquanto aglomerado populacional, dentro das condições objetivas, desempenhava duas funções essenciais à produção de mais-valia na fábrica enquanto lucro do capitalismo:

a cidade configura-se como um mercado de consumo amplo e organizado; a cidade propicia a formação de um mercado de trabalho livre assalariado que é a condição principal, entre todas, para a instalação da fábrica moderna como produção capitalista de bens (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p.122).

As peculiaridades da burguesia brasileira da Primeira República (desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, mantendo uma inter-relação dialética com tradições e costumes oligárquicos), já que esta era em sua grande maioria oriunda justamente do setor oligárquico, criou uma nova experiência autoritária na política brasileira daquela conjuntura. Esse processo é explicado pelo historiador E. P. Thompson, em seu livro *Costumes em comum*, no qual há também algumas outras semelhanças com o que ocorreu na Inglaterra após a revolução industrial. Mesmo sabendo que os processos históricos são únicos, e ambos possuírem suas peculiaridades, os dois países tiveram similaridades nas origens agrárias do capitalismo, ou seja, em ambas experiências históricas houve o deslocamento dos lucros do setor agrário para a indústria, além da manutenção da prática do paternalismo patronal, em suas relações sociais, conforme já citado:

Num contexto de conflito entre o tradicionalismo da economia moral e a nova economia política da lógica do mercado, o modelo paternalista de relacionamento entre os “de cima” e os “de baixo” era um dos eixos fundamentais. Era a lógica do paternalismo que informava a maneira como deveriam ser tratadas as dificuldades “dos de baixo”, por exemplo, em tempos de más colheitas. Os pobres mantinham com seus ‘protetores’ (pequenos fidalgos, magistrados rurais, negociantes, etc.), uma relação sempre amistosa. Mas era, certamente, um encontro entre dois lados, uma via de mão dupla na qual ambas as partes compartilhavam muitos pontos de vista (THOMPSON, 1998, p. 333).

No início da década de 1930, Caio Prado Júnior já havia percebido essas e outras peculiaridades ao tentar explicar a evolução política do nosso país, nesse sentido ele escreveu:

Erradamente entenderam alguns, que nossas condições fossem idênticas ou mesmo semelhantes às daquelas nações. Basta lembrar que as ideias do sistema político adotado por nossos legisladores constitucionais exprimem na Europa as reivindicações do terceiro estado, especialmente da burguesia comercial e industrial, contra a nobreza feudal, a classe dos proprietários. Até

certo ponto, é o contrário que se dá no Brasil. São aqui os proprietários rurais que as adotam contra a burguesia mercantil daqui ou do reino (PRADO, 1999, p.54).

Seguindo nesta mesma linha de análise, a historiadora Maria Verônica Secreto afirmou:

Aconteceu de um jeito na Inglaterra e de outro no Brasil. Na ilha, disseram Anderson e Nair, um capitalismo prematuro deu origem a uma burguesia apática e serva da arcaica tradição aristocrática, e a burguesia então deu origem a um proletariado subordinado, sem vocação hegemônica. No Brasil, se diz que um tardio capitalismo se viu construído por um Estado forte, que tomou o lugar da burguesia, porque esta falhou em ser revolucionária (SECRETO, 2003, p. 304).

Ainda de acordo com E. P. Thompson, ao analisar essa inter-relação dialética no modelo capitalista inglês (transformações econômicas, tradições e costumes), ele afirma que as formas conservadoras sempre recorriam aos costumes tradicionais e procurava reforçá-las (THOMPSON, 1998, p.19). Dessa mesma forma ocorreu aqui no Brasil durante a Primeira República, onde a simples regulamentação da relação capital x trabalho – pauta nada revolucionária – é tratado como uma transgressão, já que foge à antiga lógica tradicional de funcionamento.

Para Bárbara Weinstein, não é de se estranhar, pois, dada a natureza embrionária do desenvolvimento industrial e as convicções dos políticos sobre o papel do Estado, que os líderes republicanos dos primeiros tempos não tenham feito nenhuma tentativa no sentido de regulamentar as relações capital x trabalho no setor urbano. Mas os políticos não puderam se dar ao luxo de ignorar o que ficou conhecido como a questão social (WEINSTEIN, 2000, p. 72). A única atitude tomada de fato pelo Estado brasileiro foi a repressão, feita a partir daquele momento de forma sistemática com a criação do DOPS (Departamento de Ordem Pública e Social) no ano de 1924, para manter a chamada ordem, ao invés de tentar resolver as contradições dessas relações, seguindo assim a sua experiência autoritária.

A questão social, enquanto caso de polícia, tornou-se assim mais uma prova do caráter obscurantista desta república dita velha, já tão desprestigiada porquanto oligárquica, dominada por latifundiários de mentalidade atrasada, que não abriam canais de participação política a ninguém, a despeito do liberalismo estampado na constituição de 1891 (MUNAKATA, 1981, p. 10). O antropólogo Roberto da Matta, ao comparar essas características com o imaginário político atual, conclui que ainda há uma outra peculiaridade da democracia brasileira, que também deve ser levada em conta ao analisar as características desse Estado, segundo este, no Brasil é a sociedade que serve ao Estado e não o oposto (MATTA, 1989, p. 29).

Na verdade, antes mesmo da criação do DOPS, após a greve de 1917 em São Paulo, já

havia tanto a nível local, como nacional, mecanismos repressores seguindo basicamente três tipos de atuação:

1- ação ostensiva e repressiva de trabalhadores em greve; 2 - invasão e fechamento das organizações dos trabalhadores: sindicatos, grupos políticos socialistas e anarquistas, jornais; 3 - expulsão, deportação ou prisão de militantes (BIONDI; TOLEDO, 2018, p.109).

Em seu livro *Uma Revolta Urbana: A Greve de 1917 em São Paulo*, os historiadores Luigi Biondi e Edilene Toledo afirmaram sobre aquele contexto:

O que estava em jogo não era só o atendimento ou não das reivindicações econômicas, o enfrentamento era mais profundo: sobre o reconhecimento público da classe trabalhadora como sujeito social e político.

Concedia-se para amansar, para impedir a radicalização naquele momento, mas nenhum empresário, até aqueles poucos que reconheciam que era importante negociar com organizações de trabalhadores e resolver problemas sociais com um mínimo de política pública, como era o caso de Jorge Street, ou com o paternalismo étnico, como era o caso de Matarazzo, não viam com bons olhos a autonomia da classe trabalhadora, agindo através das suas organizações, obviamente menos ainda os pedidos de reforma social que essa autonomia levava consigo, inclusive os mais moderados (BIONDI; TOLEDO, 2018, p. 106).

O historiador Sérgio Buarque de Holanda (2005) também cita várias dessas peculiaridades²⁸, nas quais tanto o projeto de poder das oligarquias como também o dos militares do exército brasileiro²⁹, que também está inserido dentro desse contexto, no qual tinha por base o positivismo³⁰, eram pensados para manter antigos privilégios aristocráticos, neste sentido, a democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido (HOLANDA, 2005, p.160).

²⁸ De acordo com o historiador E.P. Thompson, o conceito de peculiaridades só poderá ser compreendido analisado em termos culturais e não no modelo base-superestrutura, sendo o resultado de uma inter-relação dialética: tradições, costumes e transformações sociais. Consiste num fator importantíssimo para a compreensão das contradições existentes na análise histórica. Ver: E.P. Thompson. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

²⁹ De acordo com Boris Fausto, O fato de serem pobres, mas não estarem perto do poder, educados, mas não "legalistas", dotou os militares de condições propícias à crítica política e ao progressismo social, prendendo-os, não obstante, em sua ação e em suas orientações ao círculo de ferro das revoluções dentro da ordem, na expressão dita por Florestan Fernandes, na medida em que também para eles a própria corporação militar definida como parte do Estado - era o partido e na medida em que o povo aparecia-lhe mais como um atributo inerente à nação do que como soberano, cuja majestade devesse reluzir tanto mais quanto mais autônomo fosse: Ver: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889- 1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil. 1997, p.31.

³⁰ Já com relação ao positivismo, deve-se destacar a crença de que o universo social é regido pelas mesmas leis que regem o universo natural. Deste modo, os fenômenos sociais deveriam ser examinados à luz dos princípios epistemológicos e metodológicos das ciências da natureza. Negava-se o caráter racional a todas as formas de conhecimento extracientíficos. A ciência era considerada o ponto mais alto da evolução intelectual. A segunda característica desse ideário é a confiança irrestrita nos poderes da ciência (SOUSA, 2001, p.54).

Com isso, nos primeiros anos, o regime republicano passou por uma transição marcada por essa disputa com os militares pelo controle do Estado brasileiro. A burguesia cafeeira paulista e também mineira foram consolidadas no poder a partir do governo de Prudente de Moraes (1894-1898), criando, assim, uma base política que mantivesse o apoio a essa nova experiência e, ao mesmo tempo, que contemplasse as outras oligarquias nessa estrutura, tanto nas esferas municipal e também na estadual. Surgindo, dito isto, os três elementos que marcaram a Primeira República: o coronelismo, no nível municipal, a política dos governadores no plano estadual e a política café-com-leite na esfera federal³¹.

Os ideais democráticos desmoronavam diante dessa nova relação política, que transformou o Brasil numa república oligárquica-coronelistas fragmentada em diferentes interesses: disputas regionais, interoligárquicas, porém todas unidas contra a COB³². Para Carlos Monarcha:

O contexto sócio-histórico operava contra a tendência do seu tempo e as instituições liberais brasileiras, quando comparadas com as demais nações do ocidente civilizado, faziam uma triste figura. Veja-se a anomalia configurada pela ditadura militar nos primórdios da república, “a política dos governadores”, idealizada por Campos Sales ou a corrupção do sistema eleitoral. Representação e soberania popular eram apenas peças de retórica, mesmo perante o quadro negativo, a construção do Estado liberal-democrático permaneceu como alvo histórico e horizonte político (MONARCHA, 1989, p. 41, aspas do autor).

Neste sentido, o Estado, pensado e concebido como um ente separado da sociedade civil³³, transforma-se numa mera extensão do poder dessas oligarquias. Fora isso:

Havia uma dissonância entre os padrões cultos burgueses e o atraso nacional marcado pelo patriarcalismo e o atraso das cidades, com algumas poucas

³¹ Garantindo as eleições no nível municipal, os coronéis apoiavam chefes políticos da região que, por sua vez, uniam-se em torno de políticos das oligarquias estaduais e federais, criando uma corrente que garantia a ligação entre os poderes municipal, estadual e federal.

³² No estado de Sergipe, por exemplo, Sabino Ribeiro, empresário dono da fábrica de tecidos Confiança, compartilhava da mesma consciência de classe burguesa da época, e assim como no eixo Rio-São Paulo, combatia a COB em seu discurso. Na sua opinião, a sociedade brasileira caminhava para o progresso e, assim, necessitava da ordem social para garantir o seu destino. Com sua visão paternalista, defendia que o operário e o patrão viviam uma relação de cooperação, neste sentido, fez o seguinte comentário: (...) para nós, como para todos que encaram os fatos com superioridade de espírito e sem influência de registros subalternos, foi uma surpresa nunca vista em Sergipe, esse arremedo do que se tem dado em países longínquos, onde a fome pela falta de trabalho justifica o desespero a desorganização da classe operária. Mas no nosso estado, explorações tais não terão longa vida. Felizmente para nós, a anarquia não assentará, tendo nesse meio em que o operário nunca foi uma simples máquina, mas um cooperador amigo e inteligente (...) (*Diário Oficial*, Aracaju, 12-02-1920).

³³ A sociedade civil aparece como o lugar onde se exerce a Hegemonia e como momento positivo e superior em oposição à sociedade política ou Estado. De acordo com Gramsci, podem se fixar dois grandes planos Superestruturais: o que pode ser chamado de sociedade civil (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como privados) e o da sociedade política ou Estado, planos que correspondem, respectivamente, à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto, que se expressa no Estado (GRAMSCI, 2000, p. 20-21).

exceções, a realidade local revelava-se mesquinha e provinciana, contrastando abertamente com os ideais de cosmopolitismo e cultura das sociedades europeia e norte americana, esses padrões colocavam a sociedade brasileira num estágio pré-social (MONARCHA, 1989, p. 42-43).

Assim, os partidos políticos locais representavam eficientes modos de controle político-eleitorais, através das quais oligarquias e coronéis se mantinham no poder nos níveis estadual e municipal, destacando-se no topo dessa esfera de controle, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), que defendiam os interesses das duas maiores frações das classes dominantes, que detinham agora não só a hegemonia do poder econômico, mas também o controle político da sociedade civil brasileira, que além de tudo não possuía formação partidária nenhuma para se opor eficazmente a estes, naquela conjuntura.

Dentro desse novo prisma político-econômico, o estado de São Paulo, por ser o maior produtor e exportador de café, nossa maior riqueza na época, tinha uma posição privilegiada. Contudo, dependia de Minas Gerais, não só pela quantidade de deputados no congresso³⁴, mas também pela capacidade dos políticos mineiros de atuarem como mediadores na relação com as outras oligarquias regionais. Na análise de Boris Fausto:

Na regionalística república velha, nenhum estado isolado poderia dominar a federação. Por falta de um sistema viável de partidos nacionais, a política centralizava-se em torno de coalizões instáveis durante as eleições, negociadas entre os partidos políticos e suas facções estaduais (FAUSTO, 1997, p.91).

Essa tendência particularista, disfarçada de um discurso federalista, pode ser percebida antes mesmo da primeira constituição republicana (1891), através do decreto n. 7³⁵, no qual o governo passou a dividir suas delegações com os governos estaduais – dissolvendo, para tanto, as assembleias provinciais e câmaras municipais e nomeando governadores para as províncias e intendentes para os municípios.

Celebrou-se assim, o grande pacto oligárquico, entre o governo federal e os governos estaduais e municipais, pelo qual, era garantida a manutenção das chefias naturais no governo dos estados com a desaprovação às dissidências, obrigando, àquelas ao apóio irrestrito à política do presidente (sic) (OLIVA, 1985, p.22).

Desse modo, as eleições que já no período imperial estavam sob o controle

³⁴ Já o estado de Minas Gerais, como o estado mais populoso da nação possuía o maior eleitorado e, conseqüentemente, ocupava o maior número de cadeiras no congresso - 37, seguido por São Paulo e Bahia, cada um com 22 cadeiras, além do Rio Grande do Sul, com 16 (FAUSTO, 1997, p.89).

³⁵ Decreto n. 7 de 20-11-1889. Coleção de Leis do Brasil, 1889, p.6. Governo Provisório.

oligárquico³⁶, com a República consolidam-se no poder enquanto política de Estado. Na avaliação de Edgar Carone:

A república modifica parte dessa estrutura: o sufrágio torna-se amplo e geral para os maiores de vinte e um anos; o voto mantém-se direto. Contudo, subsistem os vícios anteriores, pois é através deles que os grupos novos e antigos vão controlar a eleitorado, as oposições e reivindicações gerais (CARONE, 1978, p.225).

Além disso, a constituição de 1891 assegurava, do ponto de vista jurídico, tantos aos estados como também aos municípios, o direito de elaborar as suas próprias leis estaduais e municipais, cabendo à União tão somente legislar sobre as eleições federais, abrindo mais uma brecha para o controle oligárquico nas políticas locais. Criou-se também um outro aparato estatal, a chamada comissão de verificação, um órgão sob o controle do presidente da república que poderia ou não dar posse aos deputados federais ou senadores eleitos democraticamente, para impedir, assim, o acesso de grupos opositores. Assim, como o beneplácito federal e baseando-se em fórmulas legais e com o poder de coerção, os grupos estaduais podem consolidar-se e permanecer reinando sem perigo (CARONE, 1978, p. 299).

Era nessa estrutura conservadora e corrupta, que os estados periféricos também se encaixavam, na chamada política dos governadores³⁷. Porém, a grande contradição posta pela República estava no fato dela possibilitar a contestação do sistema dentro da ordem vigente, principalmente através da livre manifestação do pensamento.

É justamente dentro dessa brecha que surgiram intelectuais das camadas médias urbanas, como também dissidências oligárquicas da época, além da COB, todos empenhados em melhorar não só o sistema político, mas a sociedade brasileira como um todo³⁸.

Essa foi uma outra importante consequência das transformações sociais da época, isto é, o aumento das camadas médias urbanas, não apenas como um estrato social consumista de bens de consumo, mas também enquanto classe formadora de opinião, tendo em vista que parte destes atuavam em profissões essenciais dentro do sistema urbano, como: jornalistas,

³⁶ Segundo Edgar Carone, As Leis de 1824, 1842, 1846, 1855, 1860, 1875, 1876 e 1881, oscilam entre eleições indiretas e diretas; regulam as mesas eleitorais permitindo o controle do voto; estipulam a renda necessária para o cidadão ser eleitor; fazem divisão distrital das províncias. Ver: CARONE, Edgar. *A República Velha: Instituições e Classes Sociais*. 4 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978, p.295

³⁷ Idealizada por Campos Sales, a política dos governadores consistia no compromisso de apoio que as oligarquias estaduais tinham que dar ao governo federal, que em troca garantia os seus interesses políticos. Ver: CARONE, Edgar. *A República Velha: Instituições e Classes Sociais*. 4 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

³⁸ O discurso sobre a educação do povo tornou-se um discurso crítico que apontava as insuficiências institucionais do regime e propunha novas formas para o exercício do poder. Ver: MONARCHA, Carlos. *A Reinvenção da Cidade e da Multidão: Dimensões da Modernidade Brasileira: A Escola Nova*. São Paulo: Cortez, autores associados, 1989, p. 44.

professores, médicos, advogados, entre outros. Como maior exemplo, foi a candidatura à presidência da república nas eleições de 1910 pleiteada pelo jurista Ruy Barbosa, candidato pelo PRP. A chamada campanha civista, embora tenha conseguido o apoio de grande parte das camadas médias urbanas, principalmente na capital federal da época (Rio de Janeiro), sendo o candidato mais votado naquela cidade, não conseguiu vencer a eleição, não só pela influência dos coronéis com o voto de cabresto em grande parte dos municípios, mas principalmente por fraudes, conforme o próprio Ruy Barbosa denunciou, mas sem provar.

É importante lembrar, também, que foram esses intelectuais, tanto das camadas médias como também das elites dissidentes, que, ao retornarem das primeiras faculdades da época, passam a divulgar, em suas diferentes áreas do conhecimento, principalmente ao assumirem funções burocráticas no aparelho de Estado oligárquico, teorias como: evolucionismo, materialismo, monismo, entre outras, acreditando mudar a sociedade da época. Durante as primeiras décadas do século XX, grande parte dessa intelectualidade brasileira carregava uma enorme esperança na aplicação da ciência para diagnosticar os diversos problemas sociais (RIBEIRO, 2003, p. 98).

A ciência e o progresso eram valores universais que viabilizariam a construção de uma república moderna, que colocaria o Brasil *pari passu* com as nações civilizadas (BRANDÃO, 1992, p. 87). Na avaliação de Carlos Monarcha, havia esperança e ao mesmo tempo uma certa ingenuidade por parte desses intelectuais, buscava-se recompor o tecido social depositando confiança ilimitada nos poderes do Estado, concebido imaginariamente como acima e fora das classes sociais e polo de poder separado da sociedade civil (MONARCHA, 1989, p. 43).

Dessa forma:

Médicos, higienistas, pedagogos, alienistas, engenheiros, filantropos, etc, em resumo: a comunidade de homens cultos, passou a invadir o mundo do trabalho, emitindo discursos neutros e frios, científicos, com a finalidade de moralizar e regenerar o insubordinado e andrajoso operário urbano, procurando dissuadi-lo de sua autonomia e convencê-lo da infinita superioridade da sociedade de trabalho (MONARCHA, 1989, p.104).

Vale destacar que foi grande parte dos intelectuais dessa camada média urbana, quem também denunciou as práticas corruptas das instituições políticas do período dominado pelas oligarquias, ocasionando um descontentamento que desembocaria no tenentismo (RIBEIRO, 2003, p.113). Encarando as aspirações das camadas médias urbanas, esses militares lutavam pela moralização do aparelho de Estado, pelo voto livre e secreto, além da superação do modelo oligárquico da economia.

Em verdade, o que estava por trás eram planos reformistas³⁹, diante da crise de hegemonia da ordem oligárquica, planos esses de uma nova sociedade capitalista, a exemplo do projeto intelectuais liberais da época, ou mesmo de uma nova sociedade anarquista, como intencionavam os intelectuais da COB, que lideravam o movimento operário brasileiro naquela conjuntura.

A utopia anarcossindicalista e seu projeto de poder pretendiam ir além disso, criando uma nova hegemonia⁴⁰, através de uma reforma intelectual e moral, utilizando-se como já dito, das palestras, leitura dos impressos (jornais, livros, entre outros) e das escolas operárias. Salienta-se, estratégia essa válida não só no eixo Rio-São Paulo, como em todo o Brasil. Esses instrumentos, ao lado da ideia de que a revolução seria antes de tudo um ato da vontade humana de querer mudanças, tanto a nível macro (mudanças sociais), como também micro (mudanças individuais), afinal como dizia Bakunin (2009), o homem é um ser que se revolta e, dessa forma, promoveria a revolução.

Essa tendência política prevaleceu entre a esquerda do nosso país, de forma hegemônica durante a Primeira República por dois motivos: em primeiro lugar, o anarquismo foi majoritário no meio da classe operária de todo o mundo, antes da revolução russa de 1917 e, em segundo, porque a ação e mobilização dos imigrantes estrangeiros, principalmente italianos, eram em sua maioria formadas por anarquistas e anarcossindicalistas. No Brasil, há registros de núcleos anarquistas de diversas orientações, desde o século XIX, mais especificamente, desde o ano de 1890, compostos em sua maioria de imigrantes e seus descendentes (FAUSTO, 1997, p.149). Ainda de acordo com Boris Fausto:

O anarcossindicalismo, muito influenciado pela doutrina e pela prática do sindicalismo francês, sublinha a importância dos sindicatos, que deveriam liderar a luta contra o Estado e formar a base da nova sociedade a ser criada. O anarcossindicalismo enfatizava a luta econômica em oposição à luta política da classe operária (*Ibidem*, p. 149-150).

³⁹ Foge aos objetivos deste trabalho, analisar os demais projetos de oposição ao governo oligárquico da Primeira República, por isso, não aprofundarei a temática.

⁴⁰ (...) A noção de hegemonia enquanto totalidade significa a unificação da Estrutura em Superestrutura, da atividade de produção e da cultura, do particular econômico e do universal político (...) Constituir-se como classe hegemônica significa, assim, tornar-se protagonista das reivindicações de outros estratos sociais... de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando uma aliança na luta por interesses comuns (...) Nesse sentido, a Hegemonia também se coloca num novo campo de lutas, de alianças, de construção-desconstrução de saberes e experiências, pois antes de mais nada, toda relação de Hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, na medida em que encerra em si possibilidades de emancipação coletivas. Ver: *Dicionário Gramsciano* (1926- 1937). Organização Guido Liguori e Pasquale Voza; tradução Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho, Leandro de Oliveira Galastri. São Paulo: Boitempo, 2017, p 365-366.

⁴¹ Ver: BAKUNIN, Mikhail. *Catecismo Revolucionário e Programa da Sociedade da Revolução Internacional*. São Paulo: Imaginário, 2009.

Os anarcossindicalistas pretendiam, entre outras coisas: abolir o Estado e organizar as atividades da nova sociedade através dos sindicatos: a ação direta seria outra estratégia e qualquer envolvimento político de algum membro da COB rejeitado⁴¹. Havia também por parte desta instituição uma forte ênfase no internacionalismo, mantendo, até mesmo, contatos formais com outras centrais sindicais, tanto na América do Sul como na Europa. Além disso, havia também uma recusa ao nacionalismo.

Todavia, ao estudarmos o movimento operário no Brasil durante a Primeira República, devemos destacar as suas várias características dentro do interior desta mesma categoria, onde a principal era a sua grande heterogeneidade, que ia desde o operário estrangeiro, ao filho deste mesmo imigrante, já brasileiro nato, ou do trabalhador rural, ao operário especializado. Essa diferenciação expressava-se também ligada aos diferentes estágios de crescimento industrial nos vários estados da federação (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 281).

Essas novas ideias, não só anarquistas, mas marxistas, sociais-democratas e liberais, devem ser compreendidas como reflexo das transformações que a sociedade brasileira vivia na época, momento esse em que a burguesia buscava se afirmar como nova classe e ao mesmo tempo em que surgia operariado como nova categoria social, se deparando, com uma burguesia que vinha em sua grande maioria da aristocracia rural, com uma tradição escravista, paternalista e ao mesmo tempo autoritária, compartilhando assim uma relação de complementaridade e não de oposição com a aristocracia⁴².

Também, vale destacar que a COB, desde que foi criada (1906), passou a fazer uma leitura bem clara das condições objetivas daquele contexto histórico, para assim assumir uma estratégia de atuar juntamente com os demais centros operários espalhados pelo Brasil afora. Este trecho de uma das resoluções tomadas no primeiro Congresso Operário brasileiro (1906) reflete bem esse ideal:

(...) O congresso operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política de um partido e as rivalidades que resultariam na adoção, pela associação de

⁴¹ As quatro alíneas do artigo primeiro das bases de acordo da COB, (*) aprovadas pelo primeiro Congresso Operário brasileiro, em 1906, no Rio de Janeiro, parecem-me exprimir, melhor do que os outros estatutos anarquistas ou sindicalistas revolucionários, a realidade dos fatos, as necessidades da ação e organização operárias, os fundamentos do sindicalismo, baseado essencialmente sobre o agrupamento dos trabalhadores para a luta de classes, no terreno econômico e profissional, independente de partidos políticos.(...). (*A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 01 de setembro de 1913). Estas demonstram uma linha não sectária, o que na prática é uma peculiaridade brasileira, que em sua essência reflete elementos da cultura popular, com um povo multicultural, multirracial, solidário e que respeita a diversidade.

⁴² Ver: FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. História e Historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1970.

resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral. (*A Voz do Trabalhador*, 1 de junho de 1908).

Dentro dessa leitura, concluiu-se que havia uma áurea revolucionária naquela conjuntura, principalmente a partir de 1917, período esse marcado internamente tanto pelo agravamento das condições de vida e trabalho dos operários nas fábricas, do aumento dos preços de produtos de primeira necessidade, de paralisações em vários estados, além do contexto internacional marcada também por greves nos vários continentes (Alemanha, França, Espanha, Austrália, entre outros) e principalmente pela revolução russa, ocorrida nesse mesmo ano. Com relação aos mecanismos de exploração e opressão, Francisco Hardman e Victor Leonardi afirmam que:

No laboratório secreto de extração da mais-valia, representado pela grande indústria (têxtil, em sua maioria) combinavam-se de modo agudo a produção de mais-valia absoluta (via prolongamento máximo das jornadas de trabalho e aumento direto do valor excedente criado pelos operários) e de mais valia relativa (via utilização generalizada de métodos de redução do tempo de trabalho) necessário à produção do valor da força de trabalho e consequentemente aumento proporcional do tempo de trabalho excedentes, processos analisados exaustivamente por Marx no *Capital*, reproduzindo-se aqui, desde os primórdios da indústria brasileira (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p.134-135).

Neste sentido, Edgar Leuenroth, intelectual filiado à COB, destacou que o Brasil não poderia ficar passivo diante da onda revolucionária:

Estando sujeito ao mesmo condenado regime da propriedade privada e da autoridade, que permite a ignomínia da exploração do homem pelo homem, será em mais ou menos tempo, inevitavelmente arrastado no vórtice dos acontecimentos que hão de transformar a face do mundo civilizado,-necessário é que (...) nos aprestemos para não sermos apanhados de surpresa quando soar a hora em que aos quatro ventos da terra dos abolicionistas audazes, tiver de ser desfraldada a rubra bandeira da nossa verdadeira libertação (LEUENROTH, Edgar. *A Plebe*, 09-06-1917, p.1).

Na análise da professora e pesquisadora Claudia Tolentino Gonçalves⁴³, três foram os argumentos utilizados pela COB, para justificar a necessidade de uma revolução libertária no Brasil, 1- a crise econômica; 2 - as consequências da Primeira Guerra Mundial; 3 - a emergência da revolução russa (tratando-se de um exemplo de ação revolucionária)”.

Assim, em seus discursos, os seus intelectuais anarquistas, tem a revolução russa como uma referência e passa a representá-la como um exemplo a ser seguido. O historiador inglês

⁴³ FELIPE, Claudia Tolentino Gonçalves. *A Áurea Revolucionária no discurso Anarquista Brasileiro (1917-1922). Cadernos de Pesquisa do CDHS*. Uberlândia, vol.31, dez 2018, p.288.

Eric Hobsbawm (1995, p. 62) afirma que a revolução russa inspirou, em termos mundiais, a eclosão de movimentos revolucionários no século XX.

Neste sentido, o jornal *A Plebe*, um dos porta-vozes da COB na cidade de São Paulo trouxe em um dos seus artigos:

[...] Preparando a Revolução. É o remédio, e o único remédio de por cobro aos desmandos desta vil burguesia, sempre sedenta de vítimas proletárias. Uma ideia no cérebro, uma carabina nas mãos e avante, trabalhadores, caminhemos para a conquista do comunismo-anárquico. Suprema solução (LEUENROTH, Edgar. *A Plebe*, 02-08-1919, n.24, p.2).

Tanto para os anarcossindicalistas, como também para os anarquistas da COB, essa revolução se daria após feita uma leitura das condições objetivas impostas (crise, descumprimento da regulamentação trabalhista e ao mesmo tempo, sob um contexto revolucionário mundial), com a chamada ação direta⁴⁴. De acordo com o pesquisador Giuseppina Sferra⁴⁵:

Os libertários - anarquistas e anarcossindicalistas - concentravam sua atenção na via educativa, feita através da propaganda escrita e oral - jornais, livros, folhetos, revistas, conferências, comícios, além de festas, piqueniques, peças teatrais, no sentido de disseminar o ideal libertário de emancipação social, o esclarecimento da exploração capitalista, e também através da propaganda dos meios que os trabalhadores podem pôr em ação: greve, boicote, sabotagem, atos de protesto para se chegar à greve geral revolucionária e expropriadora e à nova sociedade, livre e igualitária (SFERRA, 1987, p.21).

Porém, apesar da COB ter conseguido legitimidade junto à classe operária brasileira da primeira república, - tanto como agente cultural, promovendo festas e palestras, criando assim uma relação orgânica com os trabalhadores urbanos, assim como também com central sindical, defendendo os mesmos na luta pelos seus direitos-, havia algum no comportamento popular destes que não se encaixava nas pretensões revolucionárias dos intelectuais anarcossindicalistas.

O escritor Lima Barreto (1881-1922), que apesar não fazer parte da COB, era também um crítico social da época, de forma que certa feita, escreveu: o Brasil não tem povo, tem público! Com isso, diagnosticado o problema caberia à esta central sindical, através de seus aparelhos ideológicos, desconstruir esse elementos culturais contra-revolucionários para agora sim, formar o homem novo anarquista, sendo este quem iria construir uma nova sociedade ácrata.

⁴⁴O nosso método é a ação direta que, desde já, na conquista de pequenos melhoramentos atuais, tende a despertar a iniciativa, o espírito de espontaneidade, a decisão, a coragem, ensinando a massa popular a agir por conta própria, a unir-se e viver em luta. Hoje, mais do que nunca, ação direta, é o processo exato de rebelião proletária. Fora da ação direta, só um método existe: o colaboracionismo, o reformismo, as eleições com vistas ao poder - numa palavra, ação direta. Ver: LEUENROTH, Edgar. *Anarquismo: Roteiro da Libertação Social- Antologia de Doutrina*. Rio de Janeiro: Achiamé - CCS- São Paulo, p. 54.

⁴⁵SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e Anarcossindicalismo*. São Paulo: Ática, 1987, p. 21.

1.1 O Projeto do Homem Novo Anarquista X Classe Operária Brasileira

Nada mais vergonhoso: enquanto os operários russos e alemães empenham-se na mais formidável revolução de todos os tempos, contra o capitalismo opressor, contra o patronato explorador e ambicioso, os operários brasileiros entregam-se inteiramente aos foguedos carnavalescos (ZISKA, L. O Carnaval e o Proletariado. A Plebe, 08-03-1919, n 3, p.3).

A experiência anarcossindicalista⁴⁶ da COB, com o seu projeto revolucionário, junto à classe operária brasileira, incluía, entre outras estratégias, a construção de um novo mundo, com valores pautados no internacionalismo, solidariedade, liberdade⁴⁷, igualdade e fraternidade, oriundo das próprias contradições internas do sistema capitalista, além é claro, da mudança também do próprio homem, neste caso específico, do operariado brasileiro através da formação do que a COB chamava de consciência operária, que resultaria, em tese, à longo prazo, na formação desse novo homem anarquista, neste sentido compreendendo o operariado como sujeito histórico a fazer-se.

Falar do operário brasileiro da primeira república impõe, necessariamente, estudar a sua formação a partir, principalmente, da análise do que o historiador inglês, E. P. Thompson, denominou de história vista de baixo, isto é, a atividade humana estudada a partir de seus costumes e tradições, construindo o seu próprio fazer-se⁴⁸ (*making*) enquanto classe, tanto nos níveis individual, assim como também no coletivo, afinal as classes se definem de acordo com o modo como tal formação acontece efetivamente (THOMPSON, 2012, p. 278).

Na concepção de Thompson, a classe não pode ser vista simplesmente como uma categoria teórica desconectada do seu ser social, que a influência, essa construída

Uma corrente anarquista de grande influência no movimento operário é o anarcossindicalismo, que defende a organização dos trabalhadores através dos sindicatos, como estratégia privilegiada para a derrubada do Estado capitalista e o início de uma sociedade igualitária. Tal estratégia, apesar de comumente relacionada à confederação geral do trabalho, no contexto francês da década de 1890, já era defendida por Bakunin em sua oposição à Marx na associação internacional dos trabalhadores, também chamada primeira internacional, de modo que o anarquismo tem uma relação direta com o que, posteriormente, seria conhecido como sindicalismo revolucionário. Ver: LEUTPRECHT, Douglas Bahr. *Educação e Anarquismo em Movimento: apropriações da pedagogia racionalista no Brasil e Estados Unidos (1913- 1925)*. Joinville- SC: Ambiente Arajado Publicações, 2019, p.17.

⁴⁷Nas palavras de Bakunin: Só sou verdadeiramente livre quando todos os seres humanos que me cercam, homens e mulheres, são igualmente livres. A liberdade do outro, longe de ser um limite ou a negação de minha liberdade, é, ao contrário, sua condição necessária e sua confirmação. Apenas a liberdade dos outros me torna verdadeiramente livre, de forma que, quanto mais numerosos forem os homens livres que me cercam, e mais extensa e ampla for a sua liberdade, maior e mais profunda se tornará minha liberdade. Ver: BAKUNIN, M. *Textos Escolhidos*. Porto Alegre: LP & M, 1983, p.32-33.

⁴⁸ Ver: THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. V .1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. Diferentemente do Partido Comunista Brasileiro, fundado no ano de 1922, que ficou preso às teses da internacional comunista, a COB, com sua estratégia de ação direta, conseguiu tanto uma aproximação, como também uma legitimidade de liderança junto à classe operária da Primeira República, conduzindo e incentivando greves pelo Brasil afora, a exemplos das greves de 1917 em São Paulo e 1921, em Aracaju. Ver: MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

historicamente por homens e mulheres, a partir da sua própria experiência cotidiana, como ele mesmo afirma, não vejo a classe como uma estrutura, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas (THOMPSON, 1997, p. 9).

Em suma, a nova experiência dos intelectuais da COB, em grande parte formada por profissionais liberais das camadas médias urbanas, além de líderes operários libertários europeus e seus descendentes radicados no Brasil, faziam ambas as experiências serem na prática algum totalmente diferente das tradições e costumes de grande parte desses operários, principalmente fora do eixo Rio-São Paulo, na qual a sua origem era em sua maioria formada por analfabetos vindos do campo e acostumados ao trato paternalista. Como bem escreveu Eric Hobsbawn (1987, p.17-33), é preciso que não tomemos as bases por seus líderes, não confundamos a classe operária com suas organizações.

Destarte, sem negar a aproximação e credibilidade que a COB teve junto aos trabalhadores da época, tanto na resolução de conflitos na relação capital x trabalho como também enquanto agente cultural, promovendo congressos, festas e ajuda mútua, assim como em casos de acidentes de trabalho ou no auxílio de viúvas e órfãos de operários⁴⁹, conforme já citado anteriormente.

Com isso, uma outra peculiaridade deve ser considerada também: a adesão de pessoas das camadas médias urbanas às ideias anarcossindicalistas da COB, visto que a instituição contava também com a ajuda de profissionais liberais, tais como médicos, advogados, professores, funcionários públicos, entre outros⁵⁰, de comerciantes da pequena burguesia, além de, é claro, do auxílio de centros operários, vinculados à esta central sindical ou não, e de correntes políticas diversas.

Segundo Cláudio Batalha (1997), existiam três tipos de militantes: as lideranças operárias, que escreviam nos jornais e tinham uma militância que transcendia sua categoria profissional; os quadros intermediários, militantes em número relativamente maior, que tinham participação ativa nas associações de suas categorias, inclusive integrando direções, assinando manifestos, mas que não escreviam sobre sua prática e não teorizavam; e os militantes de base

⁴⁹ União dos alfaiates, filiado à COB, da qual fazia parte o nosso ex-companheiro Tomaz de Aquino, prestando um ato de solidariedade, à viúva e filhos do malogrado trabalhador, falecido em 19 de junho, promoveu um festival no salão do club Waldemar, revertendo o resultado em favor de sua família. Ver: (*A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1908, p.1).

⁵⁰ "(...) Edgar Leuenroth (jornalista e poeta); Elisio de Carvalho (crítico literário); Deodato Maia (advogado); João Penteado (professor e jornalista); Ricardo Gonçalves (advogado); José Oiticica (linguista, dramaturgo e poeta); Fábio Luz (médico higienista), entre outros, formavam o quadro de intelectuais das camadas médias urbanas que integravam a COB. Ver: HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, nem Patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 126-129.

de todas as organizações, apareciam e desapareciam de cena nos momentos de maior fluxo ou refluxo do movimento operário⁵¹.

Era justamente neste último modelo de militância que a maior parte do operariado brasileiro da Primeira República se enquadrava. Dito isto, para entender melhor esse fato, torna-se necessário, como já citado anteriormente, compreender a sua formação enquanto classe. O historiador Boris Fausto (1976), em seu livro *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*, aponta três características que, segundo ele, influenciaram diretamente na formação da classe operária no Brasil:

A primeira, se dá a partir da viabilidade de oferta de mercado de trabalho; a segunda, está relacionada à composição étnica, com o predomínio de estrangeiros; um terceiro, estaria relacionado ao fato do Brasil permanecer com sua economia totalmente focada no modelo agroexportador, contendo a esmagadora maior parte de sua população no campo (FAUSTO, 1976, p. 23).

Carlos Addor (2002)⁵² reafirma essas mesmas características e complementa:

[...] Essa classe operária em formação compreende uma grande heterogeneidade étnica e cultural, proveniente da diversidade de nacionalidades que a compõe: brasileiros, (aí incluídos brancos pobres e negros libertos ou descendentes de escravos) e imigrantes, principalmente europeus (aí destacadamente italianos, portugueses e espanhóis, mas também franceses, alemães e outras nacionalidades), trazem suas marcas específicas no processo de constituição dessa nova classe urbana. Em terceiro lugar, uma oferta tendencialmente superabundante de força de trabalho (formação de um exército industrial de reserva) num mercado onde- vigorando até 1918-1919 a mais rigorosa ortodoxia liberal- as condições de negociações da força de trabalho são amplamente favoráveis ao capital e desfavoráveis ao trabalho (ADDOR, 2002, p.43-44).

Nesse contexto, a organização, mobilização e politização do movimento operário brasileiro foi dirigido basicamente por imigrantes. Ou seja, aqui, foram alguns trabalhadores imigrantes os primeiros responsáveis por contatos com a associação internacional dos trabalhadores (AIT)⁵³: a primeira internacional desenvolvia-se, assim, a partir da união de operários “em pátria”, espalhados pelo mundo, longe de seus países originários (HARDMAN, 1991, p.173). Segundo Francisco Hardman e Victor Leonardi (1991, p. 172):

Ao contrário do que tradicionalmente se tem pensado, a imigração de correntes internacionais para o movimento operário brasileiro foi um processo dos mais relevantes para sua formação política. Interessa-nos, aqui, portanto, a contribuição propriamente política da imigração, na medida em que, através

⁵¹BATALHA, Cláudio. *Vida Associativa*: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. Porto Alegre: PPGH. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n. 8, p. 91-92, dez. 1997.

⁵² ADDOR, Carlos. *A Insurreição no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002, p. 43-44.

⁵³Sigla referente à associação internacional dos trabalhadores (1864-1876), também conhecida como primeira internacional.

dela, idéias, projetos, numa palavra- Experiência histórica acumulada em militância- puderam ser transmitidos e incorporados ao processo de constituição do proletariado brasileiro enquanto classe.

Foram justamente esses operários e militantes, a ponte, via imigração, entre a COB e o movimento operário internacional, fazendo valer uma das suas principais bandeiras, “o internacionalismo”. Essa diversidade, na composição da classe operária no Brasil, também se deu nos diferentes níveis de qualificações técnicas, diferentes níveis de formação educacional e até mesmo nas migrações da zona rural para a urbana, restritas a algumas regiões do país, a exemplo do Nordeste. Com isso:

No interior de cada grupo de trabalhadores a identidade de classe tendeu a superar uma identidade nacional. Vivenciando a mesma realidade de esmagadora exploração, carência constante de moradia, alimentação, educação, saúde e bem-estar em geral, a massa operária percebe a necessidade de sua união (MACHADO, 2017, p. 21).

A COB optou, dentro do processo de guerra cultural, por uma estratégia na luta de classes ligada diretamente à formação dessa massa de trabalhadores, no qual a mesma superasse também seus antigos hábitos, investindo no que os intelectuais da instituição denominavam de consciência de classe ⁵⁴, ou seja, uma autoconsciência coletiva, independente e livre do paternalismo e das tradições populares (velho homem), substituindo esse, por um novo homem anarquista, com ideais revolucionários.

Em sua dissertação de mestrado, denominada “A Constituição do Homem Novo Anarquista no Ideário dos Intelectuais do Jornal A Plebe”, a professora Ody Furtado afirma a seguinte conclusão em relação ao tema:

Portanto, a formação do homem novo anarquista passava pelo abandono de determinadas práticas religiosas, patrióticas, carnavalescas, futebolísticas e outras. Práticas estas que constituíam o homem velho que precisaria ser desconsiderado o mais rápido possível pelo povo trabalhador. O homem novo surgiria dessa incansável luta da militância anarquista nos jornais, nas escolas, nos sindicatos, contra a moral burguesa e as instituições, que também travavam uma constante luta pela conquista dos “corações e mentes” do povo trabalhador (GONÇALVES, 2002, p.134).

⁵⁴A ideia que os intelectuais da COB tinham do conceito de consciência de classe era idêntica à interpretação do historiador E.P. Thompson, segundo ele seria autoconsciência coletiva, ou seja, o objetivo da COB era que a classe operária, através dos seus instrumentos de formação: palestras, leitura dos impressos e das escolas operárias, desenvolvessem uma nova mentalidade libertária (autoconsciência libertária), todavia após desconstruídas os seus antigos elementos culturais. Ver: THOMPSON, E. P. *A Economia Moral da Multidão Inglesa do Século XVIII*; *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1987.

Com isso, três pontos devem ser analisados, separadamente, em relação a essa conclusão feita pela COB, e que estão diretamente ligados umas às outras: A primeira seria ideia de guerra cultural, citada pela autora em sua dissertação de mestrado e compartilhado pelos intelectuais da instituição; a segunda, reside no fato de que em seu projeto na construção desse modelo do homem novo anarquista, este velho homem, ou seja, este trabalhador brasileiro das classes subalternas, deveria abandonar o que os intelectuais anarquistas chamavam de velhos hábitos (tradições e costumes); terceiro, esses velhos hábitos(conceito pejorativo criado pelos intelectuais da COB), criou dentro da vanguarda dessa central sindical uma ideia preconceituosa sobre esse trabalhador, que acabou sendo compartilhada também pelos demais centros operários pelo Brasil afora, como demonstram vários artigos dessas outras instituições.

Em relação ao primeiro ponto (a guerra cultural), vale destacar que os anarquistas, através da análise de Bakunin, a colocaram dentro do processo de luta de classes no que a teoria marxiana analisaria como condições subjetivas⁵⁵, assim: [...] mesmo sustentando a uma posição materialista, afirmava que embora as esferas política e cultural pudessem determinar a esfera econômica, esta última constituiria sempre uma base sobre a qual se desenvolvem as outras (CORRÊA, 2008, p. 165).

Essa estratégia adotada, dentro do processo de luta de classes, foi absorvida pela COB, que, através de seus aparelhos ideológicos – leitura dos impressos patrocinados pela instituição (jornais, revistas, folhetins entre outros), das palestras com temáticas sociais ministradas pelos seus intelectuais, além da educação feita em suas escolas – passaram a ser não só os instrumentos na formação dessa consciência de classe, ente importantíssimo dessa nova mentalidade desse protótipo do homem novo anarquista, mas também do elemento propulsor da futura revolução ácrata, tornando-os, desse modo, os instrumentos de uma contracultura, em oposição não só à burguesia, mas também ao poder da Igreja e do Estado⁵⁶.

Neste sentido, o jornal *A Voz do Trabalhador*, porta-voz do COB, sabendo que a

⁵⁵Na teoria revolucionária marxiana, a mudança da sociedade tem início com a mudança na Infraestrutura, que irá se refletir na Superestrutura. Para Bakunin, essa dedução é “economicista e idealista”, pois a mudança deve começar pelo próprio homem (sujeito da história), a partir da “tomada de consciência” (consciência de agir e pensar como classe). Esse conceito diz respeito a classe pensada não só na esfera econômica, mas também vista através de elementos sociológicos: liberdade, cultura, entre outros. Na teoria de Bakunin, assim como na análise de Thompson, a classe é uma categoria com uma formação que incluiu o econômico e o cultural. Ver: BAKUNIN, M. *Catecismo Revolucionário e Programa da Sociedade da Revolução Internacional*. São Paulo: Imaginário, 2009; BAKUNIN, M. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2003; BAKUNIN, M. *Textos Escolhidos*. Porto Alegre: LP& M, 1983.

⁵⁶ Proudon ressaltava a luta contra os três elementos de opressão da classe operária (Estado; Capital; Igreja) e que se mantém intrínsecos na manutenção do *Status Quo*. Eu afirmo que Proudon está para o anarquismo, assim como Engels está para a teoria Marxiana. Ver: PROUDON, Pierre Joseph. *A Propriedade é um Roubo*. Porto Alegre: LP& M, 1998.

burguesia era detentora da maior parte dos meios de comunicação da época, em especial da produção de impressos (jornais, revistas, entre outros), trouxe em um dos seus artigos a seguinte reflexão:

A imprensa burguesa exerce, sem dúvida, uma grande influência sobre o povo. Ela poderia ser um importante factor na cultura e na formação da mentalidade. Mas como está mercantilizada, como o seu fim é exclusivamente o lucro, a sua influência não poderia ser mais prejudicial e execrável. (...) No seu afan de lucro, só tem um fim, o de não desagradar os compradores, satisfazer-lhes as suas paixões e seus vícios (*A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 15 de Julho de 1908, p.1).

A professora Célia Maria Giglio, também identifica, em sua dissertação de mestrado, em que analisou o discurso presente nos artigos do jornal *A Voz do Trabalhador* (ver: anexo II), enquanto instrumento de formação ideológica, que a vanguarda anacossindicalista da COB, como organizadores da cultura⁵⁷, que estes intelectuais dependiam diretamente dos seus aparelhos ideológicos (impressos, palestras e da educação operária), na formação não somente do que eles chamavam de consciência operária, mas também da semente da futura sociedade ácrata, fundada por esse futuro homem novo anarquista(resultado final do processo de formação), sob a direção desta mesma central sindical idealizado. Para essa autora:

[...] o jornal operário era um produto cultural particular capaz de formar uma comunidade de leitores ouvintes que alimentavam-se das idéias e debates surgidos naqueles círculos, provavelmente alterando as formas de relacionamento que provocavam a distribuição de pensamentos novos. Mais que uma comunidade de leitores, os impressos operários, por suas características doutrinárias, possibilitaram a formação de uma rede de distribuidores daqueles discursos, tornaram-se detentores de um poder combatido explicitamente por uma malha de instituições (a polícia, a escola, a igreja), especialmente a polícia, nos episódios de fechamento dos jornais e na destruição de bibliotecas de sindicatos (GIGLIO, 1995, p. 52).

Com efeito, evitar a prática da leitura dos jornais burgueses no meio da classe operária passou a ser uma outra estratégia adotada pela COB e em todos os centros operários espalhados pelo Brasil dentro dessa guerra cultural, assim como também passou a incentivar a saída de jornalistas filiados a essa mesma central sindical, desse tipo de mídia.

O jornal paulistano *A Plebe*, por exemplo, em um artigo publicado em março de 1919, procurou associar a imagem do jornalista burguês a de um operário que traíra a sua classe, em troca da exaltação da burguesia e da aristocracia:

⁵⁷ O historiador E. P. Thompson entende o conceito de cultura como um conjunto de: ritos, modos simbólicos, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e do trabalho. Ver: THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 22.

[...] por isso desprezo o degenerado plebeu que renega sua origem, ainda mais se pertence a classe inteligente que deveras sorrirão ver que em pleno século XX pessoas apaixonadas por essas misérias da alma. Um escritor plebeu adulando a sua aristocracia, cantando as suas glórias, entusiasmando-se com as lembranças de tempos que indignavam ou que envergonhavam (DIAS, E. *A Plebe*, 29-03-1919, n.6, p.1).

De acordo com Ody Furtado Gonçalves (2002):

Tal justificativa era suficiente para tirar qualquer autoridade dos jornalistas burgueses ao se dirigirem ao operariado na tentativa de afastá-los das idéias anárquicas e submetê-las às enganações, mentiras do patronato e do Estado. Pois esses senhores, em troca de privilégios, vendiam-se à burguesia que lhes atribuiu a ardorosa missão de submeter operariado às idéias patrióticas e republicanas, transformando a trabalhador em ingênuo e submisso cidadão a serviço da pátria. O homem velho, que deveria ser negado junto a falsa moral burguesa, não era aquele operário que na fábrica se submetia ao patronato, mas também esses indivíduos que, trabalhando na imprensa burguesa, almejavam uma vida parecida com as das classes abastadas, e que, para conseguir seu intento, não se preocupavam em trair os ideais de igualdade social, tão almejado pelo pensamento anarquista (GONÇALVES, 2002, p. 97-98).

Um outro impresso criado dentro do emergente mercado editorial da Primeira República, para competir com as publicações de caráter burguês e utilizado como instrumento de formação, nesse contexto de guerra cultural, foi a revista *A Vida* (ver: anexo III). Patrocinada pelo COB, era uma publicação mensal de ideologia libertária e ao mesmo tempo não-sectária, que circulou e existiu entre os anos de 1914-1915.

Sendo uma revista de propaganda, organização, educação e formação da classe trabalhadora, *A Vida*, definiu em um dos seus artigos quais eram os seus objetivos:

Relacionar os camaradas dispersos nesta imensa região, permitindo corresponderem-se entre si; difundir literatura anarquista, facilitando a aquisição das obras e periódicos que se publiquem na Europa; manter correspondência com grupos e periódicos libertários de todo o mundo e servir, por sua vez, de centro de informação para o exterior (*A Vida*, n.1, 30 de novembro de 1914).

Com isso, a COB impediria não só a influência da imprensa burguesa, mas também da Igreja Católica por meio do uso dos seus aparelhos ideológicos no meio do operariado brasileiro. Entretanto, também, os usaria a seu favor, despertando, nesse homem, a sua consciência enquanto ser social. Neste sentido, o médico sanitarista Fábio Luz, um dos vários intelectuais que escreviam artigos na revista anarcossindicalista da COB, acrescentou:

O bem-estar universal, de Godwin; a justiça de Proudhon; o progresso, no sentido da perfeição tão completa quanto possível, de Bakunin: a liberdade igual de Tucker e o amor de Tolstoi, estão compediados na fórmula sociológica de Kropotkine - a evolução da humanidade ou o progresso, no sentido de uma existência menos possível (postulado da justiça e da energia) é a lei suprema da humanidade (LUZ, Fábio. *A Vida*, n. 1, 30 de novembro de 1914).

O jornalista Beato da Silva, outro intelectual filiado à COB, escreveu em um artigo, porém, não dá revista, mas do periódico paulistano *A Plebe*, intitulado, “Subsídios para a história do jornalismo contemporâneo”, o valor que a classe operária deveria dar aos impressos, afinal de contas, segundo ele, eram todos feitos em função destes, assim:

[...] Os proletários devem cuidar, pois, com maior amor, de seus impressos, que é a imprensa libertária, a única verdadeiramente defensora dos seus direitos e propugnadora do seu bem-estar. Comete um crime de leza-liberdade aquele que reconhece a exatidão e o oportunismo do nosso apelo e deixa de cumprir o seu dever (Silva, Beato. *A Plebe*, 08-01-1921, p.1).

De acordo com a pesquisa desenvolvida, em sua dissertação de mestrado, a professora Cristina Aparecida Figueira (2003), cita que assim como o uso dos impressos (jornais, folhetins, revistas, entre outros), a COB se valeu também de outros meios de comunicação de massa da época, a exemplo do teatro e até mesmo de um projeto de cinema social, a serem usados também como propaganda ideológica, com a perspectiva de formar o novo ser social, que superaria esse velho homem. Neste sentido, a COB assume a ideia defendida por Bakunin, de considerar outros elementos, que não só os de caráter econômico, dentro do processo de luta de classes, a serem levados em conta, neste caso específico, o da organização da cultura. Conceito esse, que só irá aparecer décadas mais tarde na teoria de Antônio Gramsci e nas análises da historiografia inglesa publicadas principalmente nos artigos da revista *New Left Review*, por ex-integrantes do Partido Comunista inglês, após o ano de 1956, entre eles o próprio historiador E. P. Thompson⁵⁸.

Dentro dessa mesma perspectiva de análise, a professora Cristina Aparecida Figueira escreveu:

O reconhecimento do cinema como uma prática a compor, com as outras atividades, o projeto educacional anarquista, ocorreu ao mesmo tempo em que se realizavam as críticas aos usos do cinema pela igreja e ao chamado cinema burguês. Os participantes do debate ácrata travavam uma intensa reflexão sobre os efeitos dessa nova linguagem na educação religiosa e na burguesia e,

⁵⁸ Foi a partir dos conceitos de experiência e cultura, que o historiador E.P. Thompson rompeu os silêncios marxistas que privilegiavam a esfera econômica, em detrimento de outros aspectos que também formam o ser social, a exemplo: da moral, valores, crenças, costumes, entre outros, e conclui: (...) Toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores (THOMPSON, 1998, p. 22).

à medida em que, apresentavam as críticas ao santo cinema e ao cinema mercantil em seus jornais, esses sujeitos, comprometidos com as atividades da propaganda social anarquista percebiam o quanto essa nova linguagem impressionava, agitava, exacerbava paixões e sentimentos. Constatavam que o cinema podia servir tantos aos interesses da educação burguesa e religiosa, como também, constituía-se em uma interessante possibilidade educativa, se adequada aos princípios da propaganda social libertária (FIGUEIRA, 2003, p. 123-124).

Neste sentido, a partir do projeto do cinema do revolucionário, a COB: [...] reconheceu o cinema como uma nova força para a educação, que tanto poderia atender aos interesses reacionários e nefastos, como poderia estar a serviço da propaganda social para as consciências letradas e iletradas (FIGUEIRA, 2003, p.125).

As disputas pelo controle das massas proletárias, no Brasil, durante a Primeira República, no campo da guerra cultural não se deram apenas entre a COB X Burguesia e Oligarquias, mas também entre a Confederação Operária Brasileira X Igreja Católica. Segundo Carlos Monarcha:

Nesse projeto de transição para a modernidade capitalista ou nos sucessivos deslocamentos operados no ideário liberal, a força motriz está na cultura, particularmente na concepção de cultura pragmática, portanto, moderna, simbolizando oposição à metafísica e ausência de diretrizes (MONARCHA, 1989, p.17).

Em um artigo do jornal *A Voz do Trabalhador*, intitulado “O Perigo Religioso”, o autor (que preferiu preservar-se no anonimato) escreveu:

A sociedade está dividida em poderes - civil, militar, religioso, que se acham constantemente em surda e recíproca concorrência e às vezes em franca luta, mas sempre que o povo tentar se emancipar, unem-se fortemente, contribuindo assim para a manutenção do Status Quo [...] (*A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1908, n. 3, p.1).

A preocupação que os intelectuais da instituição tinham com a influência da Igreja Católica, no meio do operariado, não atingia apenas os homens, como também as mulheres anarquistas⁵⁹, que através de artigos publicados nos jornais pertencentes aos demais centros operários espalhados pelo Brasil, denunciavam a adesão das operárias às novenas e aos cultos católicos, além da crítica aos sindicatos ligados à Igreja Católica. A anarquista Teresa Escobar,

⁵⁹ Diferentemente do Partido Comunista Brasileiro, fundado no ano de 1922, onde era praticamente nula a participação feminina na luta política, a COB contava não só com a participação, mas também incentivava a sua emancipação. A professora Maria Lacerda, Valeska Mari, Teresa Escobar, Isa Rute, entre outras, foram mulheres que fizeram parte da instituição. Ver: GONÇALVES, Ody Furtado. *A Constituição do Homem Novo Anarquista no Ideário dos Intelectuais do Jornal A Plebe*. Dissertação de Mestrado, PUC-EHPS, 2002, p.33.

por exemplo, filiada a COB na cidade de São Paulo, escreveu sobre o que ela definia como “os danos dessa influência sobre as operárias”:

Arranquemos o rosário das mãos da mulher, apresentemos a lâmpada vivificante do livre pensamento e aí, então, veremos quão benéficos serão os resultados e os progressos conquistados. Basta de infâmias, basta de tolerância. Chegou o momento de arrancarmos a mulher da escravidão imposta pelo egoísmo nefasto dos verdadeiros vampiros. Hoje não vivemos, apenas somos conduzidos por forças desumanas, leis absurdas impostas por imaginações enfermas, cérebros ocos, obcecados pelo calor asfíxiante de convicções jesuíticas, cujo único fim é amesquinhar e destruir as consciências sãs (ESCOBAR, Teresa. Eis o ideal almejado. *A Plebe*, 22-03-1919, n. 5, p.2).

A Igreja Católica, por meio dos seus intelectuais e dos seus aparelhos ideológicos, também atuava dentro desse processo de guerra cultural, no meio dessa já tão catequizada classe operária, uma vez que estas tradições já faziam parte tanto da cultura popular brasileira, como até mesmo no meio dos imigrantes, uma vez que grande parte destes, vieram de países também com forte tradição católica a exemplo dos italianos, espanhóis e portugueses.

Neste sentido, a Igreja Católica precisou não apenas reconhecer a existência de uma questão social, mas também pensá-la como um problema estrutural, inerente à lógica capitalista (AMARAL, 2007, p. 28). Dito isto, na segunda metade do século XIX, foi editada a encíclica papal *Rerum Novarum*, reforçando o direito à propriedade privada e ao mesmo tempo, que fossem garantidos os direitos dos trabalhadores, reafirmando a necessidade de harmonia entre as classes sociais. A mesma, também condenava as teorias socialistas e anarquistas, recorrendo ao corporativismo como solução dos problemas sociais e das contradições do sistema capitalista, de maneira a defender que:

Assim como no corpo humano os integrantes, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exatamente proporcionando e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital (*Rerum Novarum*, 1941, p.13).

Ao longo do pontificado de Leão XIII (1878-1903), parte dos pensadores católicos passou também, por um lado, a reconhecer os problemas econômicos e sociais e, por outro, a condenar a luta de classes como caminho para sua solução (BILHÃO, 2015, p. 145).

Para fazer frente aos centros operários a Igreja Católica passou a criar uma espécie de sindicato católico, propondo-se assim a fazer o mesmo papel da COB como instituição

mediadora na relação capital X trabalho⁶⁰, a saber:

[...] do centro dos operários católicos, de 1889, em São Paulo, transformado mais tarde em centro operário metropolitano, em 1907; a Federação Católica Cristã, atuante na década de 1910 em Pernambuco, e a confederação católica do trabalho (1919), de Belo Horizonte (BATALHA, 2000, p. 28).

Já a estratégia adotada no campo educacional foi:

[...] para fazer frente à laicidade do ensino público e às demais formas concorrentes de instrução, as autoridades eclesiais brasileiras se dedicaram a promover o estabelecimento de uma rede de escolas católicas em âmbito nacional, sendo poucas as congregações, masculinas e femininas, que não se envolveram na criação de instituições escolares, (...) no qual uma das áreas de atuação dessas congregações foi o ensino dos filhos de trabalhadores (DALLABRIA, 2005, p. 77-86).

Contudo, a prática da leitura, seja ela qual for, revolucionário ou religiosa, não pode ser restringida necessariamente a uma só direção, como defende E.P. Thompson. Ao estudar os hábitos de leitura dos trabalhadores ingleses ele disse que: um sapateiro, que aprendera a ler pelo antigo testamento, ia se aperfeiçoar com a idade da razão (THOMPSON, 1997, p. 304). Afinal de contas, toda a educação que faz jus a esse nome envolve a relação de mutualidade, uma dialética, e nenhum educador que se preze, pensa no material a seu dispor como uma turma de passivos recipientes de educação (THOMPSON, 2002, p.13). Além disso, ele complementa em relação à disputa pelo controle da massa de operários ingleses durante a revolução industrial:

Podia-se ler, igualmente, nas pensões e bairros ou em reuniões políticas (...) a preocupação com a informação gerou nos trabalhadores de diversas categorias a necessidade de organizar clubes de leitura e escolas o que, por outro lado, motivou pensadores radicais a disputar o público leitor com as sociedades cristãs (THOMPSON, 1997, p. 304).

Ainda assim, essa nova experiência política, voltado à nossa própria historicidade, ou seja, a COB e os demais centros operários, através dos seus três instrumentos de politização (palestras, leitura dos impressos – jornais, revistas, folhetos – além das escolas operárias), acabaram levando alguns operários à conversão ao anarquismo, ou mesmo ao marxismo, isso a depender da ideologia da qual cada centro operário teria optado por seguir em cada estado da

⁶⁰ Procurando firmar-se como instituição normatizadora da lógica social, a encíclica definia que os patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pelo cristão (...) o que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como vis instrumentos de lucro, e não os estimar senão na proporção do vigor dos seus braços (*Rerum Novarum*, 1941, p.14).

federação, durante a Primeira República⁶¹.

De acordo com Hardman (2002), esse contexto acabou até mesmo influenciando num tipo de produção literária de cunho social, tendo sempre como elemento central das tramas “os de baixo” em sua relação cotidiana com as desigualdades e as novas ideologias de cunho socialista, na qual se destaca Lima Barreto, com seus artigos jornalísticos⁶² que tratava desses mesmos temas enquanto crítica social.

Em seu livro *Nem Pátria, nem Patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*, Francisco Hardman cita os nomes de várias dessas obras nas décadas de 1930 e 1940, que apesar de não serem em sua maioria de cunho anarquista trazia uma possibilidade de mudança do quadro político-social, como por exemplo:

(...) Os Corumbas, de Amando Fontes (1933), sobre uma família proletária têxtil em Aracaju; O Gororoba, de Lauro Palhamo (1937), sobre os trabalhadores da Amazônia; de Navios Iluminados, de Ranulpho Prata (1937), sobre a vida dos portuários de Santos; E Agora, que faremos, romance épico sobre a construção da ferrovia Noroeste do Brasil, de Tito Batini (1941), ou mesmo Filhos do Povo, do mesmo autor, romance descritivo da vida de um sapateiro anarquista em São Paulo (1945) e que se inscreve num contexto sociocultural e numa vertente literária diversa (HARDMAN, 2002, p.120).

Mesmo assim, a conversão das ideias revolucionárias anarquista ou mesmo marxistas, por parte de operários, eram exceções à regra. Isso porque essa nova experiência anarcossindicalista da COB, em parte, chocava-se principalmente com a religiosidade cristã, que ajudou a formar a identidade brasileira, principalmente no que diz respeito ao ateísmo e ao amor livre, pautas defendidas pelos libertários, restringindo o apoio das massas de trabalhadores e também de alguns setores das camadas médias urbanas tão somente às reivindicações de cunho reformista⁶³ das relações capital x trabalho, e não na preparação para uma nova sociedade

⁶¹ Estes centros operários filiados à COB ou não, encontravam-se durante a Primeira República espalhados, não só no eixo Rio-São Paulo, mas também em outras regiões do país, mais especificamente nos estados de: Sergipe, Bahia, Pernambuco, Pará, Ceará, Rio Grande do Sul, entre outros. Ver: HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20. 2ed. São Paulo: Ática.

⁶² Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), foi um jornalista e escritor brasileiro, que publicou sátiras, crônicas, contos e uma vasta obras em periódicos, principalmente em impressos libertários, revistas e jornais populares ilustradas no início do século XX. Tornou-se um dos ícones da literatura brasileira.

⁶³ Essas contradições, entretanto, não podem colocar em questão o papel dos anarcossindicalistas do COB no Brasil, como bem escreveu o intelectual libertário Neno Vasco: qual deve ser, pois, a atitude dos anarquistas nos sindicatos, em primeiro lugar, devem ali conservar quanto possível a sua liberdade de ação, evitar os compromissos e os motivos de suspeita - o mais que possam, visto convir dar margem às contingências, e circunstanciais especiais. Assim colocados, o seu papel é o de uma minoria atuante e propulsora; favorecer com rodas as suas forças a tendência socialista, anarquista e revolucionária do movimento econômico operário e as formas de ação e organização que a promove; acompanhar ardentemente o operariado nas suas reivindicações, procurando alargá-los; apontar-lhe sempre o nosso fim e mostrar-lhe infatigavelmente a necessidade da revolução social, procurar em suma, que anarquistas sejam, se não nas ideias, ao menos nos atos (VASCO, Neno. *A voz do trabalhador*. 01-09-1913, Ano VI, p.1).

ácrata, pós-revolução.

De acordo com o antropólogo Roberto da Matta (1984), o povo brasileiro é espiritual e místico, goste ou não a intelectualidade secularizada em geral. De acordo com sua análise, o cristianismo ajudou a formar a identidade dos brasileiros, fazendo parte do nosso processo civilizatório, em especial da cultura popular brasileira (MATTA, 1984, p.117). E acrescenta:

No caminho para Deus posso juntar muita coisa. Nele, posso ser católico e umbandista, devoto de Nossa Senhora e de São Jorge. A linguagem religiosa de nosso país é, pois, uma linguagem de relação e de ligação. Um idioma que busca um meio termo, o meio caminho, a possibilidade de salvar todo mundo e de em todos os locais encontrar alguma coisa boa e digna (MATTA, 1984, p.117).

Em um artigo publicado no jornal paulistano *A Plebe*, vinculado a COB, o anarquista Octávio Brandão escreveu a respeito da sua preocupação com a influência das virtudes cristãs sobre os operários, criando práticas que conduziam à submissão dos indivíduos:

Quem observa com atenção a escolha feita pelo cristianismo entre os sentimentos para transforma-los em virtudes, vê que os escolhidos foram aqueles que tem por fim automatizar, desindividualizar o indivíduo; este é um argumento decisivo que vem a provar o imperialismo, a sede de dominação do cristianismo.

Com efeito: para dominar era preciso sujeitar, avassalar os indivíduos. E eis porque a obediência, a humildade, a submissão a um superior e outras qualidades consideradas servis foram elevadas à categoria de virtudes (...) Muitas dessas pseudo-virtudes desvirilizaram o indivíduo.

(...) A igreja levou 200 anos a desvirilizar a humanidade, a torna-la escrava, servil, a aspirar as verdadeiras virtudes, a fanatizar os indivíduos, a transforma-los em cera amodável aos seus designios autoritários(...) Esses gestos partiam de pobres inconscientes, fanatizados, despersonalizados, despersonalizados. Erram por sugestão!

Maldita hipnose cristã! Malditas virtudes cristãs! (BRANDÃO, Otávio. Aos Bons da Religião. *A Plebe*, 16-08-1920, n. 86, p.1).

As críticas dos intelectuais materialistas da COB, não eram dirigidas somente aos adeptos da fé cristã, mas também aos adeptos de outras profissões de fé, como por exemplo aos seguidores de religiões de matriz africana (candomblecistas e umbandistas), que também se faziam presentes entre alguns operários, criando preconceitos por parte destes intelectuais às pessoas que frequentavam essas religiões, pois nem mesmo a relativizavam, como mostra esse trecho, de um outro artigo do mesmo jornal *A Plebe*: [...] fartamente postos ao seu dispor, acharam bem anularem as suas personalidades características de entes civilizados, para se assemelharem aos brancos selvagens, aos negros fetichistas, aos caboclos bruxeiros, aos trogloditas inconscientes (NASCIMENTO, J. *A Plebe*, 14-07-1924, n.240, p.1), ou seja, na

visão destes intelectuais, essas manifestações refletiam um caráter primitivo ainda presente no inconsciente humano desses operários, provando mais uma vez a necessidade de desconstruir os velhos hábitos presentes.

Essa tradição espiritualista, inerente à nossa cultura, chegou até mesmo a influenciar membros da COB, a exemplo de João Penteado (1877-1965) que era espírita, chegando inclusive a dirigir vários centros kardecistas⁶⁴ na cidade de São Paulo. Além disso, esse intelectual era seguidor do Tolstói, que era um libertário russo que adequava as ideias libertárias aos cristianismos vice-versa, inclusive por esse motivo foi excomungado pela Igreja Ortodoxa russa, por ter feito essa apostasia, nas palavras do próprio. Mas mesmo assim, a COB, que adotou uma postura não sectária respeitava, porém neste caso específico, quando esta condição tratava somente de membros dos quadros intelectuais dessa mesma central sindical.

Um outro exemplo, dentre os muitos, foi o do presidente da Confederação Operária da Bahia (central sindical também filiada à COB), Ismael Ribeiro, que era católico praticante, que associava em seus discursos a luta política por justiça social como também um dos elementos de amor ao próximo, tão propagado pelo cristianismo.

Em um de seus artigos escritos, este intelectual defendeu o princípio da igualdade, fazendo-se valer, para tanto, desses mesmos argumentos cristãos, retirado não de alguma obra libertária ou marxista, mas do livro dos atos dos apóstolos, contido na bíblia, no qual o mesmo defende que, nas primeiras comunidades cristã, antes da institucionalização do cristianismo, as pessoas tinham tudo em comum, ou seja, para ele viviam o comunismo primitivo, como ele mesmo argumentava:

[...] o proletariado já está plenamente convencido de que ele é igual em tudo a outra parte da sociedade, aos outros homens, que possui a mesma alma imortal, sopro e imagem de Deus, os mesmos sentimentos morais, a mesma matéria, e que por consequência tem o mesmo lugar no banquete social, que a instrução e a virtude devem unicamente ser guias para lhe marcarem este lugar no festim da vida”⁶⁵.

⁶⁴ Importante destacar a aproximação do espiritismo Kardecista com o socialismo utópico, o que não quer dizer que a doutrina estava ligada a algum movimento revolucionário. Para Kardec, as desigualdades sociais eram aceitas (...) porque eram necessárias aos progressos dos indivíduos, hierarquias existiam e deviam ser respeitadas. O direito à propriedade era sagrado, assim como o trabalho (DEL PRIORE, 2014, p.56). Neste sentido, politicamente, o kardecismo em sua gênese se colocava como conservadora do Status Quo. Ver: BAHN, Douglas Leutprecht. *Educação e Anarquismo em Movimento: apropriações de pedagogia racionalista no Brasil e Estados Unidos* (1913-1925). Joinville - Santa Catarina: Ambiente Arejado Publicações, 2019, p.129.

⁶⁵ Relatório do Centro Operário da Bahia no exercício social de 06 de maio de 1899 a 31 de abril de 1900, apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro, presidente do conselho executivo e aprovado em assembleia geral de 12 de agosto de 1900. Bahia: Tipografia Passos, 1900. In: CASTELLUCCI, Aldrin. *Trabalhadores, Máquina Política e Eleições na Primeira República*. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2008, p.146.

Além da religiosidade, outro elemento da cultura popular brasileira que fazia parte do cotidiano dos operários, e que era alvo de críticas por parte dos intelectuais da COB, dizia respeito ao fato desse operariado estar mais voltado para festas do que com as mudanças sociais. Segundo Ody Furtado Gonçalves:

Na opinião dos anarquistas, o sofrimento do povo estava relacionado a essa postura de povo festeiro, que trocava as reuniões nos Centros de Estudos Sociais por uma boa partida de futebol ou por um bom baile. Não conseguiam compreender como o povo encontrava tanto tempo para organizar e frequentar salões de danças, ao passo que pelas reuniões promovidas pelo movimento anarquista as pessoas pouco se interessavam (GONÇALVES, 2002, p. 64-65).

Em um outro artigo do jornal *A Plebe*, sobre o assunto, o jornalista anarcossindicalista Carraro escreveu:

Altamente insignificante é o espírito de rotina em que se encontrava a mocidade de paiol grande. Desde as altas até as baixas rodas sociais, ouve-se unicamente na confusão das palestras, tratar de organizar bailes, caçadas, jogos de foot-ball, festas clericais, recepções solenes e cumprimentos as autoridades locais (CARRARO, S. De paiol grande: infeliz mocidade. *A Plebe*, 17-07-1920, n. 73, p.1).

Essas peculiaridades da classe operária brasileira (um povo religioso e festeiro), na análise da vanguarda anarcossindicalista da COB, criou por parte desses intelectuais e dos demais centros operários vinculados a ela, uma visão estereotipada desse trabalhador. O Centro Operário Sergipano, através do seu jornal (*Voz do operário*), demonstra bem em um dos seus artigos essa ideia:

(...) que atento haverá para o coração do indivíduo cujo cérebro não foi iluminado pelo ABC, ou que lhe poderá deter esse cérebro atrofiado, inútil para conceber idéias avantajadas que desse impulso a um espírito reto e esclarecedor (*Voz do Trabalhador*, Aracaju, Julho de 1923).

Conforme escreveu o professor Antônio Lindvaldo Sousa:

Criou-se dentro do próprio movimento operário uma visão deformada sobre o homem pobre sergipano e sua família. Estes aparecem infantilizados e reduzidos a imagens preconceituosas. São considerados sem planos para o futuro, rústicos, subservientes, lesmas e medrosos (SOUSA, 1991, p. 75).

Neste sentido, era necessário desconstruir esses velhos hábitos, substituindo-os por uma nova consciência operária, que deveria ser conduzida por essa vanguarda anarcossindicalista da COB. Dessa forma, o papel das escolas operárias se tornou fundamental nesse processo, pois,

além do seu papel de alfabetização, tornou-se também o principal instrumento de politização do seu projeto de formar o homem novo anarquista, tanto no eixo Rio-São Paulo, como em outros estados através das escolas operárias.

Hugues Leonoir afirma que, a educação é um dos precursores e fundadores – desde há muito em gestação na reflexão operária – que se reencontrará naturalmente no pensamento sindicalista revolucionário, pois ele será um dos motores da sociedade futura (LEONAIR, 2007, p. 26). A crença na escola como instrumento da libertação do trabalhador vai ganhando força e a discussão sobre qual deveria ser a função da instituição escolar na formação do proletariado assume contornos mais claros (GONÇALVES, 2002, p.125).

Posto isto, o paulistano membro da COB, José Bernardo, em um artigo escrito no jornal *A Plebe*, demonstra que a revolução dependia diretamente da mudança de consciência que, por sua vez, depende das escolas operárias:

Urge, pois, que criemos as nossas escolas para salvuardarmos a parte maior do proletariado adulto e a totalidade dos pequenos proletários, se quisermos triunfar para o futuro.

Instrução! Deve ser o nosso brado, e a nossa diviza: instruir para nos redimir. Sem instrução não pode haver redempção. Se barreiras houver que não se possa transpor quedaremos ali, ante ellas até podermos avançar.

Para quem convicto caminha para a verdade os tropeços são calhaus reconhecidos, e os impecilhos possíveis são communs em sua estrada. Portanto, camaradas, para a frente! Instruí-vos se quiserdes redimir-nos.

Eis o meu brado! (BERNARDO, J. Meu Brado. *A Plebe*, 12-12-1922, n. 197, p.3).

Neste aspecto, o papel que estas escolas operárias cumpririam se dava na prática em dois planos: primeiramente, do ponto de vista mais pragmático, estaria ligado à uma demanda reprimida de instrução dos operários; o segundo, do ponto de vista político, as escolas serviriam, assim como as palestras e os impressos, produzidos pela COB e também pelos demais centros operários espalha pelo Brasil afora, como instrumentos de conscientização e reflexão acerca não só da sua realidade, mas também, na desconstrução desses hábitos culturais dos trabalhadores, que em tese os levaria a um futura revolução ácrata, acabando assim em tese, com todas as mazelas do capitalismo.

1.2 A Confederação Operária Brasileira e suas Ramificações Estaduais

Posso informar a V.Ex. que a atual União Geral dos Trabalhadores é a mesma antiga Federação Operária com os antigos elementos e muitos novos. Os cinco mil trabalhadores de ontem, graças a V. Ex, são hoje trinta mil, solidamente arregimentados. Não constituem uma "sociedade", mas representam a solidariedade de vários grupos operários unidos para um mesmo fim de defesa mútua (OITICICA, 1970, p.57).

O trecho do livro *Ação Direta*, de José Oiticica, citado acima, demonstra não só o alto número de trabalhadores filiados ao movimento operário naquela conjuntura, mas principalmente que os ideais da COB continuaram vivos, mesmo após o seu fechamento no ano de 1920. A partir dali a COB foi substituída pela união geral dos Trabalhadores⁶⁶, também de formação anarcossindicalista, que passou a coordenar a organização do proletariado brasileiro, sendo majoritariamente da tendência libertária do Proudhon. No tocante à ação direta, apesar desta ter levado em conta a questão cultural dentro do processo de luta de classes, conquistando legitimidade junto à mesma, esta central sindical também a subestimou, tentando desconstruí-los em seus elementos culturais, ainda assim, conseguiu com êxito organizar o terceiro Congresso Operário brasileiro⁶⁷. Ainda durante a década de 1920, o Partido Comunista Brasileiro, mais especificamente após o ano de 1924, data em que foi reconhecido pela internacional comunista, também com um projeto revolucionário de poder junto a classe operária, cometeu o mesmo erro no tocante à questão cultural, mas de uma outra forma, pois esta instituição política, ficou presa às teses da internacional, distanciando-se do povo com sua análise etapista e economicista.

É muito perceptível o princípio federalista adotado nessas novas movimentações adotadas, que partem dos espaços de base de cada bairro para a movimentação geral, tendo sempre como resultado toda essa mobilização (MACHADO, 2017, p.51). Essa experiência estratégica foi defendida por Proudhon, que entre outras ações propôs o mutualismo na economia e o federalismo na política, de modo, que os trabalhadores viessem a se organizar em

⁶⁶ Mesmo com as prisões e com o fechamento de diversas associações, a repressão do Estado brasileiro não seria capaz de pulverizar as movimentações dos trabalhadores. Os militantes construíram novas instâncias organizativas e prosseguiriam com suas greves e manifestações, que nesse momento só viriam a aumentar. Ver: MACHADO, Felipe da Costa Monteiro. *Forjas da Liberdade: Educação Operária, Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário na Niterói da Primeira República*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2017, p. 52.

⁶⁷ O terceiro Congresso Operário brasileiro realizou-se entre 23 e 30 de abril de 1920, no Rio de Janeiro, na sede da união dos operários em fábricas de tecidos, contando com a participação de 150 delegados, representando cerca de 75 associações sindicais de vários estados”. Ver: HARDMAN; LEONARDI. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 282.

uma sociedade que se autogerisse economicamente e se autoadministrasse politicamente ⁶⁸. O que demonstrava na prática a pluralidade de ideais contidos também nessa nova central sindical, que substituiu a COB.

O mutualismo federalista de Proudhon teria ainda como objetivo tornar o trabalho do povo e a sociedade trabalhadora em forças maiores que inverteriam as fórmulas atuais da sociedade e envolveriam o capital e o Estado e os subjuguem, de modo que os trabalhadores, organizados de baixo para cima em associações mutuais (agrícolas e industriais de produção, de consumo e de crédito), deveriam assim, inverter as relações do capital e do trabalho (BANCAL, 1984, p. 182).

Essa mesma estratégia federalista já havia sido adotada desde o início da criação da COB, ainda durante o primeiro Congresso Operário brasileiro, realizado entre 15 e 22 de abril de 1906 na cidade do Rio de Janeiro (RODRIGUES, 1993, p. 63). Neste congresso, ficou decidida, a tese anarcossindicalista de criação da Confederação Operária Brasileira, inspirada no modelo da CGT francesa, então sob influência do sindicalismo revolucionário (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 268).

Dessa maneira, a nova experiência libertária adotada pelo COB, entre outras resoluções⁶⁹, foi aprovada respeitando as demais tendências políticas existentes entre os seus componentes, fosse ele social-democrata, marxista ou até mesmo reformista, pois o objetivo primordial da instituição seria, antes da formação de uma nova sociedade libertária, a defesa do que eles chamavam de grande família socialista. Julgava-se, pois, que a condição para o sucesso do sindicato estava na sua autonomia, que garantiria a supressão dos conflitos entre as diferentes tendências políticas presentes entre os trabalhadores⁷⁰.

Essa postura de respeito às diferenças ideológicas por parte da COB, apesar de ter adotado a linha anarcossindicalista, também foi feita em relação aos demais centros operários, respeitando assim a diversidade regional e cultural do Brasil. Ou seja, apesar da leitura feita pela instituição, de ter percebido que havia condições objetivas⁷¹ para uma revolução naquele

⁶⁸ BANCAL, Jean. *Proudhon: pluralismo e autogestão*. Brasília: Novos Tempos, p.179

⁶⁹ Entre as resoluções aprovadas durante o Primeiro Congresso Operário brasileiro estão: O Federalismo, a neutralidade sindical, a ação direta, sindicalismo revolucionário, a defesa da jornada de trabalho de 8 horas, a convivência pacífica nos centros operários de opiniões políticas e religiosas diferentes, entre outras. Ver: Resoluções do Primeiro Congresso Operário brasileiro. In: Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889-1930), vol. 1: O Movimento Operário: Alfa – Ômega*, 1979, p. 41-58.

⁷⁰ *Idem, Ibidem*, p. 41- 59.

⁷¹ O artigo foi escrito pelo anarquista Victor Franco no jornal *A Plebe* (1919, p.1): O advento da revolução russa veio despertar uma nova confiança nos métodos insurrecionais, então desacreditados nos meios revolucionários (...). Estamos assistindo agora a um despertar de energias latentes que se põem em ação, pejudicadas de fé na possibilidade de realizar hoje mesmo a revolução social. Se este renascimento de forças é portador de esperanças que nos animam à luta, acarreta ao mesmo tempo um estado de espírito cujas consequências podem ser nefastas.

momento histórico, do ponto de vista das condições subjetivas, ainda não era o momento de impor o anarquismo, uma vez que de acordo com a vanguarda libertária o mesmo aconteceria naturalmente, após a revolução⁷².

Desde o início da sua criação, a COB já contava com um grande número de centros operários que os apoiavam, tanto no eixo Rio-São Paulo, como também em outras regiões do país, contribuindo cada sindicato com uma cota mensal de 20 réis por cada um dos seus membros, para pagar as despesas da instituição (HARDMAN; LEONARDI, 1991, 269). O que era fundamental, visto que garantia, dessa forma, com o caráter independente e classista por parte da COB. Além disso, esses valores também eram utilizados na organização de congressos, para arcar custos jurídicos, no caso de ações impetradas pela instituição, a exemplo do pedido da ação judicial impetrada pelo professor João Penteado, no Tribunal de Justiça, contra o fechamento das escolas modernas (RODRIGUES, 1992, p. 70-71). Esses valores serviam também para arcar custos do deslocamento de membros da instituição para outros estados, em caso de perseguições políticas⁷³, entre outros.

Em seu livro *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*, Francisco Hardman e Victor Leonardi fizeram um levantamento dessas organizações operárias a partir dos congressos operários patrocinados pela COB nos anos de: 1906, 1913, 1920, respectivamente, em que concluíram o seguinte:

Afora São Paulo (capital e interior) e Rio de Janeiro (Distrito Federal e Estado), o número de centros operários presentes aos congressos de 1906, 1913 e 1920 é um índice significativo, ao mesmo tempo, da existência e da fluidez do movimento associativo da classe trabalhadora a nível nacional; as suas relações dinâmicas e descontínuas com os grandes centros; a influência relativa dos anarcossindicalistas em outros estados (apesar da participação nesses congressos não se reduzir a delegados dessa tendência, especialmente em 1906, onde socialistas, trabalhistas e mutualistas também se fizeram representar); finalmente, as dificuldades e o significado altamente positivo da tentativa de aglutinar o movimento numa estrutura unitária e independente

Na sofreguidão de agir, cooperando com todos os que sinceramente querem a revolução, vamos insensivelmente fazendo concessões, transgredindo com os princípios que constituem os fundamentos mesmo do nosso ideal (*A Plebe*, 1919, p.1).

⁷² Quando tiverem desaparecidos os Estados, haverá a unidade viva, fecundo, benéfica, tanto das regiões como dos povos; e a internacionalidade de todo o mundo civilizado, primeiro, e de todos os povos da Terra depois, por meio de livre federação e de organização de baixo para cima, desenvolver-se-á em toda a sua majestade, não divina, mas humana. Ver: LEUENROTH, Edgar. *Anarquismo: roteiro de libertação social* - Antologia de doutrina. Rio de Janeiro: Achiamé - CCS- São Paulo, p. 61-62.

⁷³ Para aplacar a repressão contra o Centro Operário Sergipano, após a greve de 1921, o presidente Antônio Alves renuncia em maio de 1922, assumindo o cargo Manual Franklin da Rocha. Além disso, o tipógrafo anarcossindicalista José Alfredo dos Santos, também por perseguições, foi forçado a deixar sua família e ir para o Rio de Janeiro, por não conseguir arranjar mais emprego em Sergipe, sendo os custos da transferência pagos pela COB, assumindo após a sua chegada, a secretaria geral da associação gráfica do Rio de Janeiro. Ver: ROMÃO, Frederico Lisboa. *Na Trama da História: o movimento operário de Sergipe - 1871-1935*. Aracaju, 2000, p.74.

através da COB⁷⁴

Em linhas gerais, isso demonstra não só a ligação orgânica entre a COB e esses centros operários espalhados pelo Brasil afora, pois, além da defesa dos seus interesses de classe, havia também elementos da doutrina libertária que fazia parte dos costumes populares, exemplo da solidariedade, do mutualismo⁷⁵, o que iam aos poucos sendo quebrados pelas novas relações de produção e consumo impostas naquela conjuntura, o que na prática também dava uma maior legitimidade àquela instituição, que extrapolava os próprios limites da luta de classes, dentro de uma perspectiva da análise histórica de baixo para cima (*history from below*), ao passo em essas relações unificava a partir da questão cultural, a uma certa classe operária tão heterogênea e díspar em suas expressões regionais.

Esses elementos de cooperação mútua (solidariedade e mutualismo), que fazem parte da teoria libertária, eram elementos aglutinadores na relação entre a COB e a classe operária, já que eram tradições que faziam parte da chamada economia moral⁷⁶ da classe operária brasileira, que em seu fazer-se, assim se modelou. Afinal de contas, a classe é uma formação tanto cultural como econômica, que se manifesta historicamente nas relações humanas, como resultado de experiências comuns (THOMPSON, 1987, p.11).

Um outro exemplo da influência das tradições, nas relações de produção, está em seu livro *Senhores e Caçadores* (1987), em que E.P. Thompson ao analisar o impacto da chamada lei negra⁷⁷ nas relações entre os camponeses e a aristocracia da Inglaterra do século XVIII, que sempre tiveram uma interrelação de cumplicidade nas relações de produção, que foram construídas historicamente, a partir de um aparato complexo que misturava tanto leis influenciadas pelo direito romano, como também de costumes e tradições dos bretões que, com a lei negra, foram quebradas⁷⁸. Com isso, o autor demonstra que as reações dos diferentes atores

⁷⁴ Ver: HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*: das origens aos anos 20. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 326.

⁷⁵ O mutualismo foi virtualmente soterrado pela luta de classes: a classe operária, sob influência anarcossindicalista, desenvolveu as ligas de resistência e os sindicatos de ofícios vários; a burguesia, por intermédio do Estado e da Igreja, tornava iniciativas no campo da filantropia e do paternalismo assistencialista. As associações mutualistas sobreviventes são uma espécie de ruínas de um passado irrecuperável em sua totalidade. Ver: HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão*: Memória Operária, Cultura e Literatura no Brasil. 3 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.43.

⁷⁶ O conceito de economia moral, de acordo com o historiador E. P. Thompson seria o saber social das classes populares, que incorpora elementos como, por exemplo, de solidariedade e reciprocidade, atestando sua apropriação das teorizações tanto do sociólogo Nöbert Elias, como também de Gramsci, referindo-se ao seu homem-massa, à noção de senso comum e aos contrastes entre a moralidade popular e a moralidade oficial (THOMPSON, 1998, p.20).

⁷⁷ A lei negra foi um conjunto de decretos, publicados em maio de 1723, que criminalizava mais de cinquenta novos delitos com a pena desde portar armas ou pintar o rosto de preto, até caçar, ferir ou roubar gamos, veados, coelhos e peixes dentro das florestas e reservas de caça reais” (THOMPSON, 1987, p. 22).

⁷⁸ A função classista e mistificadora da lei não é negada, de maneira nenhuma, por Thompson. Porém, ele não

sociais – que sofreriam com as mudanças da lei (caçadores, moradores das florestas, pequenos proprietários) substituindo o usufruto das terras comunais – estava não na tomada de poder, ou seja, não representava um arquétipo senhores feudais x camponeses, mas sim, quanto ao retorno às antigas relações de produção que haviam sido quebradas.

Da mesma forma que havia também elementos da doutrina libertária que iam de encontro às mesmas tradições e costumes que formavam a economia moral das classes subalternas, da qual o operariado brasileiro fazia parte, a exemplo do amor livre⁷⁹ e a própria ideia de revolução propagada pela vanguarda anarcossindicalista da COB, o que limitava suas ações tão somente ao caráter reformista do movimento, preferindo o bar, o botequim, o futebol, os bailes em contraposição ao projeto de regeneração popular da militância libertária (GONÇALVES, 2002, p.137).

A estratégia adotada pela COB, dentro do processo de guerra cultural, lutando não apenas contra a Igreja, a imprensa burguesa, os sindicatos amarelos, mas também contra esses velhos hábitos, isto é, o termo adotado pela vanguarda libertária para denominar os elementos intrínsecos na cultura popular brasileira, a exemplo de práticas religiosas, carnavalescas, entre outras. Assim sendo, desconstruí-las passou a ser mais um objetivo da COB e dos demais centros operários, por meio dos seus instrumentos de politização e organização: impressos (jornais, folhetins, entre outros), das palestras e também das escolas operárias⁸⁰, respeitando sempre as diferenças ideológicas, tendo em vista que a liberdade também foi uma bandeira defendida pelos libertários, sempre coerentes em suas ações, como bem enfatiza esse artigo escrito por um membro da FOSP (Federação Operária de São Paulo), representante da COB nesse estado: (...) Pretender que os sindicatos façam declarações de princípios anarquistas é mesquinhar o anarquismo. É reduzi-lo a simples questão operária, a mesma não é mera questão operária, nem de classe!

reduz a isso, tampouco à mera tipologia de estruturas e superestruturas. A Lei pode ser vista como ideologia ou como regras e sanções específicas que mantêm uma relação ativa e definida com as normas sociais; pode ser compreendida, também, nos termos da sua própria lógica, ou como regras e procedimentos específicos. Ver: MULLER, Ricardo Gaspar; DUARTE, Adriano Luiz. *E.P. Thompson: política e Paixão*. Chapecó: Argos, 2012, p. 343.

⁷⁹Antes das resoluções do primeiro Congresso Operário brasileiro, no de 1906, o italiano Giovanni Rossi criou, no município de Palmeira-PR, entre os anos de 1890-1894, uma colônia com base nos valores do anarquismo, entre eles: o ateísmo, o amor livre, a tomada de decisões, onde todos, inclusive mulheres decidiam os rumos da comunidade. Apesar da maioria ser formada por descendentes de italianos, estes vinham de uma forte tradição católica, que fazia parte da sua economia moral, sendo assim, a principal causa do fim da Experiência Coletiva, após vários desentendimentos envolvendo questões éticas e morais. Ver: SANCHES NETO, Miguel. *Um Amor Anarquista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

⁸⁰ *A Voz do Trabalhador*, 01-09-1913, n 3, p.1.

Assim como a questão social não abrange só a classe operária, o anarquismo também destina-se a redimir todas as classes, a humanidade. É portanto, mais que questão operária, é uma questão humana! Não me cansarei de repetir! Se quisermos, de facto, concorrer para que a organização operária dê frutos que delas esperamos, não devemos, de forma alguma, pretender que ella se torne anarchista, nem tampouco admitir, que qualquer seita, qualquer partido della se aposse.

Sim, como anarchistas conscientes do nosso dever e ainda como particulas dos syndicatos, cumprindo nosso dever de fazer proselytismo, se quisermos angariar adeptos e ver a nossa obra triumphante, não devemos poupar esforços no seio e fora das associações no sentido de dar esclarecimento aos trabalhadores, de combater-lhes as más tendencias e, acima de tudo, empregar todas as nossas energias no bom combate aos nossos innumerados inimigos, mas um combate sério, sincero, criterioso, racionado (BRAZ, B. Devem os Syndicatos declararem-se Anarchistas. *A Plebe*, 24-03-1923, n. 205, p.2).

De acordo com E.P. Thompson, o desejo de dominar e de moldar o desenvolvimento intelectual e cultural do povo na direção de objetivos predeterminados, sempre fez parte da história: e continua vivo até hoje (THOMPSON, 2002, p. 31). Já segundo Carlos Monarcha:

(...) a condução e a ação política ficam assim circunscrita a um estreito círculo de letrados, cabendo aos iletrados a subordinação aos primeiros, enquanto buscam elevar-se aos padrões culturais dominantes. A dicotomia culto-inculto é o elemento fundador de uma nova hierarquia social e no plano político-ideológico legitimará o exercício do poder. Disseminar o padrão culto e, implicitamente, afirmar a desqualificação do povo para o ato político, era o objetivo, já que era portador da menoridade racional (MONARCHA, 1989, p. 54-55)

Essa estratégia de desconstruir elementos da chamada economia moral (crença simbólica de direitos) das classes subalternas brasileira, da Primeira República, através de uma nova experiência com uma reforma intelectual e moral, mostrou-se, na prática, um erro tático fundamental dentro da concepção revolucionária anarcossindicalista da COB. Isso se deu por duas razões básicas.

A primeira razão se refere à ação direta⁸¹, elemento primordial para a tomada do poder por parte dos libertários, de acordo com a teoria libertária, o que pressupõe a transformação da mentalidade desse operário por meio de uma reforma intelectual e moral, não à longo prazo, como pretendiam a vanguarda libertária, mas sim a curto prazo, para que através do consenso o seu projeto fosse posto em prática, o que se mostrou uma contradição. Neste sentido, de forma objetiva, a COB despertou no operariado brasileiro a luta por seus direitos, principalmente através das greves⁸², ajudando a criar uma ideia de cidadania entre as classes subalternas, num

⁸¹ *A Voz do Trabalhador*, 01-07-1908, p.1

⁸² Cento e onze greves operárias foram realizadas no Brasil, entre 1900-1910; e 258, no período 1910-1920, isso

período em que o Estado brasileiro se voltava somente para os interesses políticos e econômicos das oligarquias e da burguesia.

Quanto à segunda razão, o operariado brasileiro, em sua grande maioria com uma experiência vivida⁸³, intrinsecamente ligada à moral cristã, cujas ideias de liberdade e de revolução, tão defendidas pela vanguarda libertária, estão na leitura desses sujeitos históricos condicionadas à mesma moral cristã, indo assim contra as suas tradições. Em outras palavras, comprovando mais uma vez, como defende E. P. Thompson que a *práxis* se sobrepõe à teoria, visto que a experiência e a cultura⁸⁴, estas sim, desconstruíram as teorias revolucionárias tanto da COB, como também do Partido Comunista Brasileiro, na conjuntura da década de 1920, com seus respectivos projetos revolucionários de poder.

No tocante à ação direta, apesar desta ter levado em conta a questão cultural, dentro do processo de luta de classes, conquistando legitimidade junto à classe, mesmo assim a subestimou, tentando desconstruí-la como algo pejorativo; a segunda estratégia, do Partido Comunista Brasileiro, conforme já também citado anteriormente, ficou presa às teses da internacional comunista, durante a Primeira República, distanciando-se, assim, do povo, através de sua análise economicista e etapista, ambas refletidas na obra escrita por Otávio Brandão (membro da COB, que passou a fazer parte do Partido Comunista após a sua criação) denominada, *Agrarismo e Industrialismo - Ensaio Marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a Guerra de Classes no Brasil*, escrita no ano de 1924. Obra esta mais teórica do que prática no sentido de uma análise das condições objetivas distante da historicidade.

Um outro exemplo prático, no qual a História comprova que nem toda situação revolucionária conduz a uma revolução, como defendia Lênin, foi a Inglaterra, berço da revolução industrial, cujos operários, assim como no Brasil, têm uma origem vinda do campo, acostumados ao trato paternalista e com uma forte tradição cristã (protestante), além de terem

sem contar a conjuntura 1917-1918". Ver: HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991, p.263.

⁸³Assim o historiador E.P. Thompson distingue experiência vivida quanto à experiência percebida, é exatamente o que constitui a articulação entre o cultural e o não cultural, a metade dentro do ser social, a outra dentro da consciência social (THOMPSON, 1984, p. 340). A experiência I, estaria no campo da cultura: normas, tradições, religiosidade, entre outras; já a experiência II, seria o que Marx chamou de consciência social, no campo do econômico. No original: porque experiencia es exactamente lo que constituye el empalme entre cultura y no cultura, la metade dentro del ser social, la metade dentro de la cosnsciencia social. Quizás podríamos llamarlas experiencia I- la experiencia vivida - y experiencia II - la experiencia percebida (articulação entre o cultural e o não cultural, a metade dentro do ser social, a outra dentro da consciência social (THOMPSON, 1984, p. 340).

⁸⁴ De acordo com E.P. Thompson, com a experiência e cultura, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem certos praticantes teóricos), como instinto proletário, etc. Elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações, como valores ou através de formas mais elaboradas na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é metade completa), pode ser descrita como consciência afetiva e moral (THOMPSON, 1981, p.189).

também fortes tradições sociais baseadas em costumes, de modo que assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido (THOMPSON, 1981, p.17). Fator esse explicativo de que mesmo a Inglaterra, tendo condições objetivas (pleno desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção; além de uma classe operária consolidada), não foi o berço da revolução proletária, uma vez que, do ponto de vista das condições subjetivas, esse operariado mantinha viva suas tradições e costumes, limitando as reivindicações⁸⁵ também a um caráter reformista, transferindo aos sindicatos esse papel. Além do fato de que o marxismo veio tarde demais (THOMPSON, 2012, p.80), sendo esta teoria revolucionária substituída pelo que o Thompson definiu como fabianismo, ou seja, a linha que deu origem mais tarde ao Partido Trabalhista inglês, repito duas vezes a mesma frase comprovando mais uma vez o que o próprio Lênin afirmava, ou seja, que nem toda situação revolucionária conduz necessariamente a uma revolução.

Por aqui também não foi diferente, ou seja, a realidade também se sobrepôs à teoria, pois, nem todos os centros operários espalhados pelo Brasil e coordenados pela COB, seguiam necessariamente as diretrizes anarcossindicalistas, apesar da situação revolucionária naquela conjuntura, seguindo outras opções ideológicas, o que era naturalmente aceito pela COB, seguindo o princípio da liberdade libertária. O Centro Operário Sergipano⁸⁶, por exemplo, mesmo filiado à central sindical (ver: Anexo IV), fez uma opção de luta política optando por reformismo (social-democrata). Dito isto, em um artigo escrito em seu jornal de propaganda (*Voz do Operário*), o seu autor, que preferiu permanecer no anonimato, o esclarece bem qual a sua intenção desta instituição:

[...] o seu programa de propaganda socialista não levanta o estandarte vermelho, não inscreve a realização imediata dos ideais que propugna, mas se propõe, tão somente, ao preparo pacífico do caminho, ao amanhã tranquilo da sementeira, à reivindicação serena dos direitos do operário (*Voz do Operário*, Aracaju, fevereiro de 1920).

A ação política do Centro Operário Sergipano, segundo uma linha social-democrata, tinha sido aprovada democraticamente por voto, o que demonstra que estes também

⁸⁵Apesar dessas diferenças, na Inglaterra, ao contrário do que se passou na França, os movimentos revolucionários têm origem inicialmente plebeia e não burguesa. A arraia-miúda, os artesãos qualificados e, depois, a partir de 1817-1820, o novo proletário, os tecelões, os operários das manufaturas, estão na origem das primeiras manifestações e organizações de massa, recebendo a colaboração de alguns porta-vozes e algum apoio vindos da burguesia fundiária e da classe média”. Ver: THOMPSON, E.P. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. 2 ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012, p.226.

⁸⁶O Centro Operário Sergipano era mantido e formado por intelectuais das camadas médias urbanas e também por operários, tinha como principal função, pugnar pelos interesses das classes laboriosas do Estado (*O Operário*. Aracaju, 28-05-1911).

prevaleciam em nível quantitativo diante dos marxistas, anarquistas e anarcossindicalistas, que também faziam parte desta central sindical (RIBEIRO, 2003, p.14). Neste sentido, o seu estatuto, trazia no art. 2 & 2: Pedir aos poderes públicos, leis e medidas em harmonia com as necessidades dos operários (*O Operário*, Aracaju, 01-05-1911), ou seja, uma luta política dentro dos limites impostos pela democracia liberal burguesa.

O Centro Operário Sergipano, apesar das diferenças estratégicas, desempenhou o mesmo papel da COB, no sentido de servir de mediação na relação capital x trabalho em Sergipe, durante a Primeira República. A primeira greve ocorrida em Sergipe no ano de 1921, por exemplo, tinha como objetivos, jornada de trabalho de oito para os pedreiros, carpinteiros e classes congêneres; oito horas para os trabalhadores fabris da capital e adoção da semana inglesa para as fábricas de tecidos do interior do estado (*Voz do Operário*, Aracaju, outubro de 1921). Assim, foi, apesar das perseguições por parte dos donos das fábricas a alguns operários ligados ao Centro Operário Sergipano, uma vitória, isso para quem estava acostumado a jornadas de trabalho que variavam entre dez e quatorze horas diárias (ROMÃO, 2000, p. 96).

Além disso, tendo que atuar em um estado agrário, oligárquico e com uma classe operária em sua grande maioria formados por analfabetos, vindos do campo e acostumados ao trato paternalista, o Centro Operário Sergipano serviu muito mais para despertar, no operariado sergipano da época, as noções de cidadania do que propriamente fazer valer o projeto revolucionário anarcossindicalista da COB. Ainda, como escreveu E.P. Thompson, “aconteceu de um jeito na França e de outro aqui” (THOMPSON, 2012, p.121), ou seja, trazendo esta análise para nossas diferenças regionais e culturais, aconteceu de um jeito no eixo Rio-São Paulo e de outro em Sergipe.

Nesse aspecto, uma outra experiência interessante foi a do Centro Operário da Bahia⁸⁷, vinculado também à COB, esta central sindical mantinha ainda no ano de 1906 relações com a segunda internacional (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 234). Este centro operário também era formado por intelectuais das camadas médias urbanas e por trabalhadores das mais diversas tendências políticas, do cristianismo em sua vertente católica, republicanism, marxismo, idéias libertárias, maçônicas e positivistas na composição do ideário social dos filiados (sic) (CASTELLUCCI, 2008, p.148).

Apesar dessas peculiaridades, o Centro Operário da Bahia defendia o

⁸⁷ Devido ao grande número de centros operários vinculados à COB até o ano de 1920, que de acordo com Francisco Hardman e Victor Leonardi, chegou a 99 uniões operárias, 70 cooperativas de auxílio mútuo, 29 grupos anarquistas (...) (HARDMAN e LEONARDI, 1991, p.263). Por isso, utilizarei como exemplos, a título comparativo: o Centro Operário Sergipano, a FOSP (São Paulo), o Centro Operário da Bahia, a união dos operários do Pará, a liga operária da construção civil (Niterói-RJ) e a associação gráfica do Ceará.

anarcossindicalismo como principal tendência política, com um projeto mutualista e cooperativista de luta política (CASTELLUCCI, 2008, p.171). Porém, com uma forte tradição católica em sua cultura, esse operariado teve na sua formação tanto a influência de elementos políticos como também religiosos. Assim, as ideias libertárias adotadas em seus discursos eram ligadas a Leon Tolstoi⁸⁸, que realizou uma leitura libertária do cristianismo, especialmente do cristianismo primitivo, passando a questionar o direito à propriedade privada e a autoridade da Igreja Ortodoxa Russa, de modo que foi excomungado em 1879 (LEUTPRECHT, 2019, p. 131-132).

Em um artigo escrito pelo presidente do Centro Operário da Bahia, o coronel da guarda nacional, Ismael Ribeiro dos Santos, aparece bem esta peculiaridade brasileira, uma vez que o mesmo utilizou-se de metáforas de matriz cristã para conclamar os operários a tomar consciência, de que a sociedade era dividida em classes, e que os trabalhadores, agentes produtores de todas as riquezas, eram pobres em função da exploração perpetrada pela burguesia, que vivia em fartura e opulência (CASTELLUCCI, 2008, p.144). Com isso, escreveu:

Operários! (...)

Levas aos palácios dos ricos os produtos de tua indústria, todos os gêneros de alimentação, todos os objetos que deleitam a vista, ao paladar, aos ouvidos; sentes o odor de seus manjares, o ruído alegre de seus banquetes, o brilho de seus salões, e podes desgraçado Lázaro social te retirares alegre vendo que nada daquilo é para ti e para teus, e que o teu suor somente serviu para enriquecer e dar gozos a ociosidade privilegiada; Não voltas cabisbaixo, triste, porque és convencido que a humanidade e a burguesia estão divididas em dois grupos: um , o grupo dos Cains, e o outro, o grupo dos Abeis, sendo que o segundo é sempre sacrificado ao furor e voracidade do primeiro ⁸⁹.

Para os historiadores Luigi Biondi e Edilene Toledo, ainda acerca desta questão, afirmaram que:

[...] a circulação das idéias e práticas anarquistas, socialistas e sindicalistas no Brasil - por meio de campanhas, imprensa, publicações, e da organização do tempo livre, às vezes incorporava as formas autônomas de organização popular e proletária, adaptando tradições religiosas e culturais - demonstram como foram numerosos os percursos e instrumentos que fizeram parte dessa politização das relações sociais (sic) (BIONDI; TOLEDO, 2018, p.24).

⁸⁸ Leon Tolstoi (1829-1910), nasceu de família nobre da Rússia. Desenvolveu o que os estudiosos chamam de anarquismo cristão, apesar de deixar a palavra anarquia apenas aos partidários da transformação violenta e de preferir definir-se apenas como um cristão fiel ao evangelho. Mas tem seu lugar reservado na história do anarquismo, pois refutou incansavelmente o Estado e a propriedade privada”. Ver: COSTA, Caio Túlio. *O Que é Anarquismo?*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p.58.

⁸⁹ Relatório do Centro Operário da Bahia no exercício social de 6 de maio de 1889 a 31 de abril de 1900, apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e Aprovado em assembleia geral de 12 de agosto de 1900. Bahia: Tipografia Passos, 1900.

Apesar dessas peculiaridades culturais que transformaram a luta política em um processo contrarrevolucionário, o Centro Operário da Bahia, na defesa dos operários, conseguiu assim como o Centro Operário Sergipano, algumas poucas vitórias, como mostram Francisco Hardman e Victor Leonardi, na obra *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*:

A greve geral, na Bahia, em junho de 1919, e a realização do Primeiro Congresso dos Trabalhadores Bahianos, em Salvador, de 14 a 20 de julho daquele ano, foram acontecimentos mais importantes do ascenso verificado entre 1917- 1921. Nesse congresso, convocado e organizado pelo sindicato dos pedreiros, carpinteiros e demais classes, participaram, entre outras, associações dos eletricitas e operadores da linha circular; dos operários em padarias; dos gráficos; dos sapateiros; e dos ferroviários, o que indica a evolução do sindicalismo local (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 235).

A influência da COB chegava também a todas as regiões do país. Na região norte, por exemplo, o seu principal representante era a união dos operários, um centro operário localizado em Belém, no Estado do Pará, que a partir da década de 1913, inclusive, já havia mandado representantes para o segundo Congresso Operário brasileiro (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 326).

De tendência anarcossindicalista, a união dos operários de Belém, assim como o Centro Operário da Bahia, também misturava elementos políticos e religiosos em seus discursos, como demonstra esse trecho de um artigo escrito no jornal de divulgação da centro dos motoristas do Pará, chamado (*O Motorista*), periódico esse vinculado a essa mesma central sindical: [...] cortejo cívico composto de diversas associações operárias para ir à necrópole de Santa Izabel levar o seu preito de saudade à memória dos que têm tombado pelo seu amor à causa das famílias da terra (*O Motorista*. Órgão Operário-livre. Belém, ano I, n.2, 02-06-1928).

Do ponto de vista das tradições e costumes, alguns elementos da doutrina libertária anarcossindicalista se assemelhavam a elementos da economia moral desses operários da região norte (solidariedade, mutualismo, propriedade comum dos meios de produção, entre outros) que com o desenvolvimento das forças produtivas e também dentro de um quando de expansão urbana e comercial, principalmente depois do ciclo da borracha⁹⁰, foram quebrando não só os laços de solidariedade orgânica, como também aumentando a desigualdade, numa sociedade em sua grande maioria formada por indígenas, caboclos, que vivenciavam justamente alguns

⁹⁰ O chamado ciclo da borracha foi consequência direta dos efeitos da Revolução Industrial, no sentido do aproveitamento do látex como matéria-prima a ser utilizada em larga escala na produção de tipo fabril, tanto na Europa como nos E.U.A. Manaus e Belém tornaram-se rapidamente importantes centros comerciais de exportação e importação, tendo a navegação a vapor rapidamente se expandindo, acompanhando de perto as exigências da penetração do imperialismo. Ver: HARDMAN e LEONARDI. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 244-245.

elementos do chamado comunismo primitivo em sua cultura.

No entanto, ao mesmo tempo, a forte religiosidade católica, também presente em suas tradições, funcionava como um gatilho contrarrevolucionário. Com efeito, tradições, costumes e anarcossindicalismo se misturavam numa inter-relação dialética no movimento operário paraense.

Diante disso, para tentar ordenar a direção política libertária pelo Brasil afora, havia, além dos congressos operários, o comércio de impressos patrocinados pela COB: folhetins, jornais, a revista *A Vida* (Ver: Anexo V), entre outros, tudo isso com o intuito de relacionar os camaradas dispersos nesta imensa região, permitindo corresponderem-se entre si; difundir literatura anarquista, facilitando a aquisição de obras e manter correspondência com grupos libertários de todo o mundo (*A Vida*, n 1, 30-11-1914), tudo isso, apesar dessa central sindical respeitar as direções políticas de todos os centros operários.

O anarcossindicalismo era posto em prática, na sua essência, tal e qual defendido pela COB, no eixo Rio-São Paulo e na região sul (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 263), isso porque era formado principalmente pela grande massa de operários de origem imigrante ou descendentes (brasileiros natos) como: italianos, espanhóis, portugueses, japoneses⁹¹, entre outros que viviam nessas regiões. Todavia, a maior parte era de origem italiana, o que tornava estes os responsáveis pela formação política libertária do operariado brasileiro, embora a maior parte desses imigrantes também sejam contraditoriamente de tradições católicas, como a maioria do povo brasileiro, acrescentando mais um toque contrarrevolucionário ao movimento operário do qual faziam parte. Além disso, sem contar os espanhóis e portugueses, cujas tradições religiosas eram igualmente católicas.

Neste sentido, a ação coletiva consciente⁹² desses trabalhadores no movimento operário da Primeira República, liderado tanto pela COB, bem como pelos outros centros operários, nos vários estados da federação, dava-se sempre na luta por direitos comuns: jornada de trabalho de oito horas, melhorias das condições de trabalho, aumento de salários, isto é, pautas nada revolucionárias, tanto que no período entre 1906 a 1910 foram realizadas cento e onze greves

⁹¹ Os japoneses com sua cultura de tradições milenares, com crenças religiosas do xintoísmo e do budismo, além do respeito e subordinação às autoridades, em especial ao Imperador, chegaram ao Brasil em busca de melhores condições de trabalho e de vida, dando assim mais um tom contrarrevolucionário à formação da classe operária brasileira. O Sociólogo americano, JR. Barrington, chegou a usar o termo “Modernização Conservadora”, para retratar o caso do desenvolvimento capitalista no Japão, no qual a Revolução Burguesa, bem como o seu processo de industrialização, fez-se sem ruptura ou revolução, mas através de um pacto político entre a burguesia industrial e a oligarquia rural, no interior do Estado. Ver: BARRINGTON, JR. *As Origens da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

⁹²De acordo com E.P. Thompson, essa ação coletiva consciente se denomina de *agency*, estrutura ulterior, das quais os homens não só são os autores, mas também os vetores (THOMPSON, 1981, p. 57).

operárias no Brasil; e 258 greves, no período 1910-1920 (RODRIGUES, 1975, p. 371). Grosso modo, contrariando a utopia anarcossindicalista da COB, que pretendia ir além disso, criando uma nova sociedade, fruto da crise do capitalismo após a Primeira Guerra Mundial, no qual o povo do Brasil teria por força da fatalidade histórica, de tomar parte na obra colossal de remodelação dos sistemas e métodos de vida individual e coletiva (LEUENROTH, 1991, p.67-68).

A FOSP (Federação Operária do estado de São Paulo), por exemplo, central sindical que juntamente com a FORJ (Federação operária do Rio de Janeiro); com a FORS (Federação Operária do Rio Grande do Sul), além da FOLS (de Santos), foram as organizadoras da COB (BIONDI; TOLEDO, 2018, p. 41), por ter uma vanguarda de intelectuais da linha anarcossindicalista, não aceitavam determinadas práticas populares como: os ervanários, os batuques, o curandeirismo, entre outros (GONÇALVES, 2002, p. 65), ao mesmo tempo os anarcossindicalistas também faziam repetidas queixas do desinteresse da maior parte dos operários, já que esses intelectuais, diferente de outros centros operários, tentavam desconstruir tais práticas, como mostra esse trecho de um artigo do jornal paulistano *A Plebe*:

Durante longos anos, levamos nós libertários, a chamar a atenção do proletariado para as funções das instituições burguesas, dentre a enorme multidão dos deserdados apenas uma minoria ínfima dava crédito à nossa crítica, aos nossos ensinamentos (SOARES. *A Plebe*.01-09-1917, p.1).

Em um outro artigo, escrito no mesmo jornal, um outro intelectual ligado a COB, explica as razões do desinteresse pelas ideias libertárias:

Quando se tratava de mobilizar-se contra a burguesia, o povo não tem interesse nenhum, só quando lhes convém, ao contrário do que acontecia quando se precisa organizar algum baile ou torneio de futebol, a revolta é um direito e o povo não faz uso dele. Continua pacificamente reclamando um pouco mais de bem-estar, um pouco mais de pão para seus filhos (ROULE, Jean. *A Plebe*, 01-09-1917, p.1).

De acordo com Ody Furtado Gonçalves, a não aceitação dos costumes e tradições do povo, por parte da vanguarda libertária, seria a causa principal do distanciamento entre os operários e esses intelectuais da FOSP, ao contrário do que faziam outros centros operários espalhados pelo país, pois, romper com essas práticas populares e com a religiosidade ⁹³ que

⁹³Segundo com o historiador E.P. Thompson, os conflitos da revolução inglesa não foram somente de “aspirações econômicas” diluídas em ilusões, mas também conflitos sobre a autoridade e a doutrina da Igreja Ver: THOMPSON, E.P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Organizadores: NEGRO, Antônio e SILVA, Sérgio. 2 ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012, p.160. Configurando uma outra peculiaridade inglesa, bem próxima da brasileira, no que diz respeito à influência da religião ao ser social do povo.

negros, índios, mamelucos, mestiços, italianos, herdaram das tradições de seus ancestrais seria tirar de cada um desses grupos a sua própria identidade (GONÇALVES, 2002, p.65).

Neste sentido, diferentemente da classe operária inglesa objeto de estudo do historiador inglês E.P. Thompson, que tinha em sua formação uma uniformidade étnica e cultural, além de uma economia moral (crença simbólica de direitos), baseadas em tradições e costumes comuns, herdadas. A nossa classe operária da Primeira República, sujeito ativo do processo revolucionário da COB, tinha uma formação baseada na diversidade étnica e cultural, tendo tão somente como um elo de ligação comum, uma economia moral baseada em princípios de igualdade e justiça social herdados não de tradições, pois historicamente a estes sempre foram negados, mas do cristianismo, elo esse inerente à cultura popular brasileira.

Assim, o projeto revolucionário da COB, que tinha como principal elemento a ação direta, seria abortado, visto que até mesmo em países onde ocorreram revoluções marxistas maoístas no século XX, a exemplos da China e Vietnã, por exemplo, o Partido Comunista desses países não conseguiu de fato desconstruir por completo com a religiosidade desses povos, tanto que o taoísmo, o budismo e até mesmo tradições cristãs (herança colonial estrangeira), esta última minoria, ainda assim se fazem presentes nas tradições populares desses povos, mesmo com governos ateus.

1.3 As Peculiaridades da Confederação Operária Brasileira

Irmãos nossos, fugi! fugi! Fugi do hábito, caminhai para a liberdade, para a mutação, para a perfeição inacabável. Jamais, até hoje um segundo homem compreendeu melhor que Ferrer, a necessidade de um ensino racional, novo, e que, afastando-se do dogmatismo pedagógico presente, mostrasse uma educação realmente impecável e que evoluísse a par com o desenvolvimento da ciência (LIMA, Efren. *A Vida*, n.3, 31-01-1915, p.6).

O conceito peculiaridades⁹⁴, utilizado pelo historiador inglês E.P. Thompson tem basicamente duas conotações básicas dentro da análise de um determinado processo histórico: 1) leva em conta uma inter-relação dialética (tradições, costumes e transformações sociais), conforme exposto em capítulos anteriores, diferentemente do modelo base-superestrutura, que

⁹⁴ Debatendo um largo período histórico proposto pelos adversários, Thompson desenvolveu a relação entre sua visão dos séculos passados e seu pensamento sobre a política, os movimentos sociais e o campo intelectual contemporâneo. As peculiaridades, bem como os outros artigos podem assim inter-relacionar a importância dada à dialética entre tradições, costumes e transformações sociais, à economia moral que preside aos movimentos sociais, assim como às políticas e aos movimentos que beneficiam a vida das classes populares- uma alternativa a alterações hipotéticas, supostamente definitivas, colocadas num horizonte longínquo e sob controle de ‘elites iluminadas’. THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. 2 ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

leva ao esquematismo e ao reducionismo (THOMPSON, 2012, p. 44); 2) tem um sentido de singularidade, ou seja, cada processo histórico é único (THOMPSON, 2012, p. 79), porém, dentro destas mesmas singularidades há semelhanças, não só no que diz respeito à economia moral das classes subalternas, mas também dentro do próprio processo histórico, como por exemplo, as origens agrárias do capitalismo – fenômeno esse que ocorreu tanto na Inglaterra, como também no Brasil, no qual ambos não se encaixam no modelo francês, no processo de manutenção da hegemonia burguesa(base-superestrutura).

Neste sentido, em nosso caso, há elementos únicos dentro da experiência da COB que, apesar de ser inspirada pelo sindicalismo revolucionário francês, nos moldes da CGT-Confederação Geral do Trabalho – 1895⁹⁵, teve também suas peculiaridades. Ademais, essas peculiaridades são perceptíveis nos demais centros operários espalhados pelo Brasil, conforme também já citado no capítulo anterior.

Os professores Luigi Biondi e Edilene Toledo chegaram a essa mesma conclusão em suas pesquisas, no qual resultou no livro *Um Revolta Urbana: a greve de 1917 em São Paulo*:

Em cada país, o sindicalismo revolucionário surgiu de tradições diferentes e reuniu militantes de tendências distintas. Na Itália e na Argentina, por exemplo, nasceu a partir de dissidentes do Partido Socialista - os chamados socialistas revolucionários - descontentes com o desempenho da política parlamentar partidária (pouco espaço de negociação e avanços lentos na legislação social), ao mesmo tempo agregando militantes anarquistas críticos da ação dos grupos libertários distantes das preocupações contingentes da classe trabalhadora e das lutas concretas para melhorá-las. Na França e no Brasil surgiu como prática sindical, envolvendo militantes de diferentes tendências políticas, com a presença anarquista considerável, mas também de socialistas⁹⁶.

Quanto ao mesmo tema, o pesquisador Nildo Avelino, integrante do núcleo de sociabilidade do programa de pós-graduados em ciências sociais da PUC-SP, afirma e acrescenta, no prefácio da reedição da obra Fac-similar, *Anarquismo: roteiro de libertação nacional*, escrito por Edgar Leuenroth. De acordo com este pesquisador (2007), em relação à experiência da COB no nosso país e ao anarquismo, que:

Há no Brasil um pensamento que podemos chamar de “brasileiro”, sem precisar apelar para limites imaginários geográficos ou nacionais, porque está sempre vinculado a lutas concretas que se travaram em enfrentamentos

⁹⁵ O sindicalismo inspirou centrais sindicais importantes como a francesa CGT; a FORA (Federación Obrera Regional Argentina, 1901); a IWW (Industrial Workers of the World, 1905) dos E.U.A; e a USI (Unione Sindacale Italiana, 1912)”. Ver: BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. *Uma Revolta Urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo*: Fundação Perseu Abramo, 2018, p.37.

⁹⁶ BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. *Uma Revolta Urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo*: Fundação Perseu Abramo, 2018, p. 36-37.

múltiplos e particulares; mas é também um pensamento que podemos dizer simultaneamente ‘europeu’, oriental, mundial, etc, sem com isso recorrer a sistemas teóricos totalizantes (LEUENROTH, 2007, p.13, aspas do autor).

Com isso, chega à conclusão que, embora houvesse uma grande diversidade de formulações e apropriações do pensamento libertário que marcava sua atuação, esses militantes tinham algumas posturas comuns, entre elas, a defesa dos direitos operários, com ênfase na conquista da jornada de oito horas de trabalho, as campanhas em prol do que seria considerado levantamento moral da classe pela educação, bem como do uso de veículos de imprensa como os principais meios de divulgação de ideias e doutrinação da sociedade (BILHÃO, 2015, p.148).

A COB, durante o período que atuou junto ao movimento operário, entre os anos de 1906 (ano da sua fundação) a 1920 (ano que oficialmente deixou de existir), sempre teve em seus quadros de intelectuais e de operários, uma vanguarda formada não só por anarcossindicalistas, corrente política majoritária no eixo Rio-São Paulo, mas também outras correntes políticas: sociais-democratas, marxistas⁹⁷, anarquistas e, até mesmo, republicanos. Isto é, o que demonstra que havia interesses políticos distintos em relação aos ideais anarcossindicalistas da instituição.

Essa diversidade de correntes ideológicas em torno da COB, e também nos demais centros operários, apesar de ser louvável por respeitar as diferenças⁹⁸, era do ponto de vista estratégico um erro, visto que a COB buscava através das greves e da ação direta⁹⁹, não somente incutir nos trabalhadores a luta por seus direitos, servindo como mediadora na relação capital x trabalho, mas também o preparo para a grande greve geral ¹⁰⁰revolucionária. Deve-se frisar,

⁹⁷ O que diferenciava os socialistas dos anarquistas e dos sindicalistas revolucionários era sua atuação em uma maior variedade de organizações de trabalhadores nos parlamentos em prol da afirmação de leis sociais, da redistribuição da renda por meio de políticas públicas, nacionalização dos transportes, educação e saúde pública; preparando-se, ao mesmo tempo, para a revolução social. Ver: BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. *Uma Revolta Urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo*: Fundação Perseu Abramo, 2018, p.32.

⁹⁸ Este trecho de uma das resoluções do primeiro Congresso Operário brasileiro (1906), que criou a COB, demonstra bem o respeito às diferenças políticas e até mesmo religiosas por parte da instituição, mesmo sendo a maioria de seus intelectuais formada por ateus. Desde que estas questões ficassem restritas à escolha individual de cada membro: Considerando que o operariado brasileiro se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas; que a única base de acordo sólido e de ação representa os interesses econômicos comuns a toda classe operária e dos mais, a clara e pronta compreensão; (...) O Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam na adoção, pela associação de uma doutrina política ou religiosa (*A Voz do Trabalhador*, 01-07-1908, p. 1 e p. 2).

⁹⁹ Os sindicatos revolucionários, assim, colocavam no centro da luta de classes e no projeto revolucionário a própria classe operária, os trabalhadores, a ação direta sem mediações de políticos profissionais e partidos. O sindicato era a única organização suficiente, voltada para a autonomia da classe trabalhadora. Ver: BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. *Uma Revolta Urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo*: Fundação Perseu Abramo, 2018, p.38.

¹⁰⁰ A hora é propícia para as reivindicações humanas. O mundo moderno, depois da guerra, não poderá ser a

inclusive, que tal greve, somada à crise do capitalismo e após a Primeira Guerra Mundial, criariam as condições objetivas perfeitas para a revolução. Já no tocante à sociedade libertária, também de acordo com a vanguarda intelectual libertária, viria naturalmente sob a orientação da COB, através das ações dos próprios operários.

Contudo, saindo do plano teórico para a práxis, quando ocorriam as greves, por exemplo, estas diferenças apareciam, justamente porque existiam objetivos diferentes, tal como ocorreu durante a greve de 1917 em São Paulo¹⁰¹. No caso dos anarcossindicalistas, entretanto, estes tinham na greve um grande instrumento de luta por direitos, dirigidos pela COB, representado em São Paulo pela FOSP. Além disso, acreditavam fielmente que seria uma preparação para a grande greve revolucionária, como já citado anteriormente.

Já os marxistas, filiados à COB, por exemplo, seguiam na contramão dos libertários, pois, pode-se afirmar que estavam interligados às teses da segunda internacional, de modo que aguardavam o pleno desenvolvimento das forças produtivas para a futura revolução e naquela conjuntura, defendiam somente a proposta em prol das oito horas: oito horas de trabalho, oito horas para se instruir, oito horas para descansar (BIONDI; TOLEDO, 2018, p. 31).

Quanto aos republicanos e os sociais-democratas, estes usavam a greve simplesmente como instrumento pela regulamentação da relação capital x trabalho. Em contrapartida, os anarquistas queriam transformar o movimento grevista em uma insurreição revolucionária e, ao mesmo tempo, de tomar de vez a direção do movimento de organização sindical e de agitação social dos trabalhadores paulistanos (BIONDI; TOLEDO, 2018, p. 30).

Dito isto, essa nova experiência de greves lideradas pela COB, com as suas peculiaridades, não apenas no eixo Rio-São Paulo, mas em todo o Brasil durante a Primeira República, se ao mesmo tempo foi importante na formação de uma consciência de classe no sentido que E.P. Thompson compreende (interesses e valores comuns), esse mesmo projeto não foi vitorioso na desconstrução dos elementos culturais do operariado, já que essa mesma classe

continuação da sociedade presente coordenada pela ciência, condenada pela justiça e execrada pela razão. O militarismo inútil será abolido porque a guerra trará como consequência lógica e iniludível o desarmamento geral do mundo. E, então quando a burguesia não tiver mais o povo feito soldado para garantia contra a classe trabalhadora explorada e espoliada, chegará o momento do ajuste de contas (ROULE, Jean. *A Plebe*. 1917, p.1).

¹⁰¹ A greve de 1917 em São Paulo, foi uma das mais importantes vitórias do movimento operário brasileiro da Primeira República. O movimento foi causado por uma série de fatores: a extensão da jornada de trabalho para o turno da noite, estagnação de salários, a prática de multas que incidiam sobre o salário, a exploração do trabalho de crianças, a proibição, nas empresas de propriedade de italianos, da contribuição para o Comitê Italiano Pró-Pátria (que enviava dinheiro para o tratamento de soldados feridos e famílias que perderam seus entes queridos no conflito) e por último, a morte do operário Martinez, onde houve a paralisação geral da cidade, seguido pelo comício na praça da Sé. Ver: BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. *Uma Revolta Urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo*: Fundação Perseu Abramo, 2018, p.46-57.

operária brasileira em seu fazer-se, formou-se com uma economia moral fortemente marcada pela religiosidade, seja ela católica, catolicismo popular, umbandistas, etc. Com efeito, consequentemente qualquer movimento revolucionário esbarraria na contrarrevolução, ou seja, dialeticamente este movimento serviu ao mesmo tempo para a edificação ainda inconclusa da ideia de cidadania entre esses mesmos operários.

Essas peculiaridades também se faziam presentes na própria COB, e se manifestavam até mesmo em seus instrumentos de formação política, a exemplo das escolas operárias espalhadas pelo país afora e na própria Escola Moderna n.1 (dirigida pelo professor João Penteado), porém ausente da Escola Moderna n.2 (dirigida pelo professor Adelino de Pinho), referências do que seria a pedagogia libertária no Brasil. De acordo com Luizetto (1986), em relação tão somente à educação enquanto aparelho ideológico, este demarcou dois momentos da atuação dos libertários no campo da educação:

O primeiro, os anos de 1840 e 1882, caracterizados pelas contribuições de Proudhon e de Bakunin nos debates sobre a questão, e o segundo período, iniciado com a elaboração do programa educacional pelo comitê para o Ensino Anarquista, divulgado em 1882, que se estende até as primeiras décadas do século XX e tem como principais protagonistas Kropotkin e Malatesta. Se, no primeiro momento, os anarquistas priorizaram o protesto e a crítica à educação dominante, no segundo período, o traço principal foi a elaboração, pela nova geração de militantes, de propostas no campo da teoria e da prática educacional¹⁰².

O Programa¹⁰³ propõe o combate aos métodos e objetivos da educação oficial (estatal) e da educação dogmática (confessional) por meio da criação de centros de estudos, escolas livres, modernas ou racionalistas, universidades livres e populares. Além disso, incorpora as contribuições de Paul Robin¹⁰⁴ sobre educação integral e as do ensino racional, desenvolvidas

¹⁰² Ver: LUIZETTO, Flávio. O Movimento Anarquista em São Paulo: a experiência da Escola Moderna n.1 (1912-1919). Educação e Sociedade, *Revista do Cedes* - Unicamp, São Paulo, Cortez, ano VIII, n.24, ago. 1986, p. 18-47.

¹⁰³ Esta liga é estabelecida nas seguintes bases: 1-A educação da infância deve ser baseada em uma base científica e racional; consequentemente, toda noção mística ou sobrenatural deve ser separada dela; 2-A instrução é uma parte desta educação. A instrução deve também incluir, juntamente com a formação da inteligência, o desenvolvimento do caráter, a cultura da vontade, a preparação de um ser moral e físico equilibrado, cujas faculdades estão harmoniosamente associadas e elevadas ao máximo poder; 3-A educação moral, muito menos teórica do que prática, deve resultar principalmente do exemplo e confiar na grande lei natural da solidariedade; 4-É necessário, especialmente na educação infantil, que os programas e métodos sejam adaptados, tanto quanto possível, à psicologia da criança, o que quase não acontece em nenhum lugar, nem na educação pública nem na privada. Tais são as verdades, tais são os princípios que levaram à criação da Liga Internacional para a Educação Racional das Crianças (liga internacional para la educacion racional de la infancia, 1908, online, tradução livre). Ver: LEUTPRECHT, Douglas Bahr. *Educação e Anarquismo em Movimento: apropriação da pedagogia racionalista no Brasil e Estados Unidos (1913-1925)*. Joinville-Santa Catarina: Ambiente Arejado Publicações, 2019, p. 64-65.

¹⁰⁴ Um dos nomes de maior destaque em relação aos princípios da educação libertária foi o francês Paul Robin (1837-1912). Anarcomunista, professor de matemática e ciências, Robin tinha um pensamento bastante ligado ao

nas escolas de Francisco Ferrer y Guardia¹⁰⁵ (MORAIS, 2013, p. 44).

No Brasil, a iniciativa de criação de escolas por parte dos libertários, começaram a surgir em 1895, sendo a primeira que temos notícia a escola união operária”, no Rio Grande do Sul (Rodrigues, 1992, p.48). A COB, principalmente após uma postura de guerra cultural adotada em seu discurso contra a Igreja e o Estado¹⁰⁶, conforme citado nos capítulos anteriores, passou a ter assim na educação, o seu principal instrumento de politização da classe trabalhadora da Primeira República.

Esse projeto ganha corpo a partir dos congressos operários de 1906 e 1913 e, principalmente, depois da criação do comitê pró-escola moderna, fundada na cidade de São Paulo no ano de 1909, com o objetivo de criar escolas baseadas no racionalismo, sob as seguintes orientações:

- 1- Instalação de uma casa editorial de livros escolares e obras destinadas ao ensino e à educação racionalista e que, conforme os casos, serão cedidos gratuitamente ou vendidos a preços reduzidos;
- 2- Aquisição de um prédio para implantar na cidade de São Paulo o núcleo modelo da escola moderna;
- 3- Procurar professores idôneos para dirigir a escola;
- 4- Avaliar aqueles que no interior do Estado poderão surgir, baseadas sobre as normas do ensino racionalista, normas que passamos a estabelecer (RODRIGUES, 1972, p.50).

Assim, o movimento de fundação de escolas se espalhou pelo Brasil (Ver: Anexo VI), como podemos acompanhar: Escola Eliseu Reclus, em Porto Alegre (1906), Escola Germinal (Ceará), Escola da União Operária de Franca, Escola Moderna em Petrópolis, Escola da Liga Operária de Sorocaba (1911), Escola Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1912), as Escolas

evolucionismo. Convidado por Karl Marx, participou do conselho geral da associação internacional dos trabalhadores, apresentando no congresso de 1868 uma moção de apoio ao ensino integral, proposto por Bakunin. Robin aperfeiçoou o pensamento de Bakunin e Proudhon, separando a educação integral em três esferas: a educação moral, intelectual e física. Ver: LEUTPRECHT, Douglas Bahr. *Educação e Anarquismo em Movimento: apropriação da pedagogia racionalista no Brasil e Estados Unidos (1913-1925)*. Joinville-Santa Catarina: Ambiente Arejado Publicações, 2019, p. 37-38.

¹⁰⁵ O espanhol Francisco Ferrer Y Guardia (1859-1909) é considerado um dos intelectuais de maior evidência em se tratando da educação libertária no mundo. Com as suas ideias e práticas, mobilizou diversas experiências pedagógicas e orientou posicionamentos de educadores pelo mundo, por isso, o seu nome foi motivo de uma campanha internacional movida pelos militantes libertários contra sua prisão e, posteriormente, seu fuzilamento, em 13 de outubro de 1909, na Espanha, acusado de ideias subversivas e de ser o mentor de um atentado na época. Sobre as escolas modernas n.1 e n.2, Ver: LEUTPRECHT, Douglas Bahr. *Educação e Anarquismo em Movimento: apropriações da pedagogia racionalista no Brasil e Estados Unidos (1913-1925)*. Joinville-Santa Catarina: Ambiente Arejado Publicações, 2019, p. 33- 117.

¹⁰⁶ A revista libertária *A Vida* (1914-1915), patrocinada pela COB e mantida por assinaturas, trouxe em seus exemplares três artigos sobre o tema “educação”; são os seguintes: A Instrução e o Estado (Lima, Efren, janeiro de 1915); A Escola - Prelúdio da caserna (Pinho, Adelino, março de 1915) e As Escolas e sua Influência Social- o ensino oficial e o ensino racionalista (Penteado, João. Dezembro de 1914). Neste último artigo, o educador reafirma a importância da educação para manutenção ou mudança da ideologia dominante, neste sentido, é nas escolas que reside o segredo da força mantenedora dos preconceitos patrióticos, das convenções sociais, das superstições e dos dogmas religiosos” (PENTEADO, J. *A Vida*, n.2, dezembro de 1914, p. 8).

Modernas n.1 e n.2 em São Paulo (RODRIGUES, 1992, p. 51-52).

Dessa maneira, a educação racionalista assume um papel fundamental dentro do processo de guerra cultural, tanto do ponto de vista da formação do modelo idealizado pelos intelectuais da COB do novo homem anarquista (em conformidade ao que já foi citado no capítulo anterior), como também de uma necessidade objetiva de alfabetização da classe, que durante a Primeira República, mais especificamente na década de 1920 chegava na casa de 75% da população (NUNES, 1984, p. 232).

Em seu livro *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, o membro da COB, José Oiticica fez a seguinte crítica sobre a temática educacional naquela conjuntura:

As creches, os asilos, as casas proletárias, as escolas, as policlínicas e mais ridículos paliativos da caridade e assistência, insuficientíssimas para remediar o mal, apenas testemunham a incapacidade do organização social-burguesa para resolver o problema do bem-estar humano. Evidentemente não passarão bem os não-possuidores enquanto nas mãos dos possuidores se concentrarem cada vez mais, com a progressiva centralização das riquezas, os recursos materiais da vida produzidos pelos trabalhadores (OITICICA, 1976, p. 49).

Não havendo interesse em ordem política e tampouco econômica no investimento e implementação de uma política educacional no país, a chamada Primeira República não altera o quadro da educação pública ao longo de sua existência (MACHADO, 2017, p.31). Na avaliação do professor Dermeval Saviani:

O certo é que o novo regime não assumiu a instrução pública como uma questão de responsabilidade do governo central, o que foi legitimado na primeira Constituição republicana. Ao estipular, no artigo 35, que incube ao Congresso Nacional, ainda que não privativamente, criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados (inciso 4), a Constituição, embora omissa quanto à responsabilidade sobre o ensino primário, delegava aos estados competência para legislar e prover esse nível de ensino (SAVIANI, 2007, p.171)

Para resolver mais uma das tantas omissões do Estado brasileiro em relação às demandas das classes subalternas, a COB passou a incentivar a criação de escolas operárias nos sindicatos filiados a ela, sendo que a grande referência pedagógica libertária a ser seguida seria as correspondentes às escolas modernas n.1, no bairro do Belenzinho e a Escola Moderna n.2, no Brás, ambas na cidade de São Paulo. Na análise da professora e pesquisadora Marinice da Silva Fortunato (1992), a nova experiência das escolas modernas paulistanas:

Foram criadas e geridas por um grupo, o comitê pró escola moderna de São Paulo, composto por representantes de movimentos operários e também por representantes de outros movimentos sociais. O comitê, ao divulgar o método racionalista como o mais adequado para que os homens atinxissem a sua

emancipação plena não o apresentava com uma técnica pedagógica moderna apenas, atentava também para as suas finalidades. Uma delas seria formar homens solidários e independentes, capazes de se autogovernarem. Além disso, estava inserido no bojo de um projeto político mais amplo, o da construção de uma sociedade ácrata (FORTUNATO, 1992, p.1-2).

Em síntese, o programa da escola moderna se propunha libertar a criança do progressivo envenenamento moral que se processava tanto na escola religiosa quanto na escola do governo (MORAIS, 2003, p. 62). Ainda sobre as escolas modernas de São Paulo, a professora da Faculdade de Educação da USP, Carmem Silva Moraes complementa:

Os alunos pagavam uma contribuição mensal de 3\$000 réis (aula diurna) e 4\$000 réis (aula noturna), mas os livros e os materiais escolares eram fornecidos gratuitamente. A organização curricular compreendia as seguintes matérias: leitura, caligrafia, português, aritmética, geografia, história do Brasil, noções de história e princípios de ciências naturais. Já a organização curricular da Escola Moderna n.2, compreendia: leitura, caligrafia, gramática, aritmética, geografia, geometria, botânica, zoologia, minerologia, física, química, fisiologia, história e desenho. (MORAIS, 2003, p.63)

Porém, também havia práticas que eram complementares aos aspectos acima descritos: festivais escolares; conferências sobre questões educacionais; passeios campestres; quermesses e bailes familiares (MORAIS, 2013, p. 65). Neste sentido, essa nova experiência pedagógica deveria ter não somente os livros, mas também todo o seu material didático compatível com os ideais que defendiam¹⁰⁷, tendo por base o pensamento científico, ao mesmo tempo em que combatessem o Estado e a Igreja, com seus dogmas.

Com isso, as Escolas Modernas n.1 (Ver: Anexo VII) e n.2 de São Paulo, através do comitê pro escola moderna¹⁰⁸, passa a produzir o seu próprio material didático, seguindo o modelo da Escola Moderna de Barcelona¹⁰⁹. Todavia Moraes alude:

¹⁰⁷ Para Ferrer, os livros deveriam explicar assuntos diversos, presentes na realidade social, o que não representava uma imposição dogmática. Dessa forma, os livros deveriam aludir aos mais variados episódios históricos e científicos, e até mesmo remeterem a Deus e à religião, pois a escola racionalista poderia e deveria discutir todos esses assuntos, com o objetivo de "desembaraçar a rotina da criança e torná-las conscientes depois do demorado exame das suas origens e dos males que afligem a humanidade, sob a forma de guerra ou das lutas sociais inerentes à organização atual da sociedade. Ver: MORAIS, Carmem Sylvia Vidigal. Acervo João Pentead: inventário das fontes. São Paulo: UNIFESP: EDUSP, 2003, p.89.

¹⁰⁸ O comitê deve perseguir, respeitando a decisão da Assembleia que o elegeu em 17 de novembro de 1909: A-Instalação de uma casa editora de livros escolares e obras destinadas ao ensino e educação racionalista e que conforme os casos, serão cedidos gratuitamente ou a preço reduzido; B-Aquisição de um prédio para implantar na cidade de São Paulo um núcleo modelo da escola moderna; C-Procurar professores idôneos para dirigir a dita escola; D-Auxiliar aquelas que no interior do Estado poderão surgir baseadas sobre as normas do ensino racionalista, normas estas estabelecidas pelo comitê (*A Lanterna*, n.7, 27-11-1909 *apud* FORTUNATO, 1992, p.142).

¹⁰⁹ Edgar Rodrigues relaciona algumas das obras produzidas pela Escola Moderna de Barcelona, que possuía além de livros escritos pelo próprio Ferrer y Guardia, além da produção de outros intelectuais como: Jean Grave, Elisée

[...] considerando o ambiente social e as Peculiaridades dos indivíduos envolvidos, pode-se afirmar que, apesar das Escolas Modernas paulistanas terem sido geradas a partir do exemplo da Escola Moderna de Barcelona, ocorreram pequenas distorções na sua implementação (MORAIS, 2013, p.125).

A primeira dessas peculiaridades estava relacionada ao fato de que o diretor da Escola Moderna n.1 e membro da COB (João Penteado), constituiu-se em seu fazer-se como espírito e professor, coordenando além de vários centros espíritas, uma entidade promotora de instrução para portadores de deficiência visual, além de um reformatório de menores (MORAIS, 2013, p.66), tendo a caridade e não o materialismo, como principal referência ética e moral.

Isso ia do ponto de vista político, contrapondo-se ao que propunha os objetivos da própria Escola Moderna de Barcelona¹¹⁰, como também às ideias defendidas pelos próprios Bakunin e Proudhon que, em ambos os casos, defendiam o fim dos dogmas religiosos para uma emancipação humana completa. Segundo Douglas Bahr Leutprecht, João Penteado foi um anarquista cristão ligado especialmente a Tolstoi (LEUTPRECHT, 2019, p.131), misturando, assim, em sua experiência pedagógica e de vida, elementos de ambas as doutrinas. Em um artigo escrito na revista *A Vida*, intitulado *As Escolas Oficiais e sua Influência Social*, João Penteado ao mesmo tempo em que ressalta a importância de serem criadas escolas racionalistas que não fossem controladas nem pela Igreja, nem pelo Estado¹¹¹, não cita em nenhum momento a palavra revolução, substituída pelo termo reformadores sociais, dando a entender uma outra conotação:

É este, pois, se bem que modestamente, o trabalho que temos iniciado em São Paulo e que precisa, dê certo, da decidida boa vontade de todas as consciências livres, da cooperação de todos aqueles que sentem a verdadeira e urgente necessidade de se opor uma barreira à tanta degenerescência moral que se observa nos espíritos de nossos contemporâneos¹¹².

Um texto emblemático para entendermos a relação presente entre espiritismo e o anarquismo da vertente de Tolstoi, no pensamento de João Penteado, encontra-se num texto de

Reclus, Clemence Tacquinet, entre outros ligadas ao ensino da aritmética e das ciências físicas e naturais: cartilha (primeiro livro de leitura); Leon Martin ou A Miséria, suas causas, seus remédios, de Carlos Malato; El Niño e el adolescente, de Michel Petit; Prelúdios de la lucha, de F.Pi y Arsuaga; Sembrando Flores, de Frederico Urales; Orígenes del Cristianismo; Epítome de Gramática Española, de Fabián Pelasi; El Hombre de la Tierra, de Elisée Reclus; Tierra Libre, de Jean Grave. Ver: RODRIGUES, Edgar. *O Anarquismo: na escola, no teatro e na poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992, p.17.

¹¹⁰ Em um artigo escrito no jornal *A Lanterna* no ano de 1909, são descritos alguns ideais da pedagogia racionalista, a começar pelo ateísmo: Primeiro que tudo desejamos advertir o público que, sendo a razão e a ciência antídotos de todo o dogma, na nossa escola não se ensinaria a religião alguma (FERRER Y GUARDIA *apud A Lanterna*, 1910, p.6).

¹¹¹ É escola que reside o segredo da força mantenedora dos preceitos patrióticos, das convenções sociais, das superstições e dos dogmas religiosos (PENTEADO, João. *A Vida*, n.2, dezembro, 1914, p.8).

¹¹² Ver: PENTEADO, João. *A Vida*, n.2, 1914, p.8.

sua autoria denominado Antídio, escrito no ano de 1911 no jornal espírita nova revelação¹¹³. Em suma, o texto trata de um garoto de mesmo nome, bom e trabalhador, que morava no sertão e não tinha contato com elementos dos centros urbanos, como bonde elétrico, estradas de ferro, automóveis ou aeroplanos (LEUTPRECHT, 2019, p.132).

Ao analisar esse texto de João Penteado, o professor Douglas Bahr Leutprecht escreveu o seguinte comentário a respeito do protagonista (Antídio):

Antídio se matriculou numa escola com aulas diurnas e noturnas. Rapidamente, se tornou um aluno exemplar, sendo o primeiro de seu povoado a aprender a ler (...). Coincidentemente, um amigo de seu professor o convida para trabalhar no Rio de Janeiro. Durante passeios que realiza na cidade, tem o primeiro contato da vida com padres, soldados, anarquistas e espíritas. Para cada um deles, o amigo do professor oferece uma descrição: os padres ensinavam o caminho do céu; os soldados defendiam a pátria e garantiam o bem-estar; os anarquistas atentavam contra a vida de reis e presidentes e negavam qualquer tipo de lei; e por fim, os espíritas eram loucos que faziam parte de uma heresia detestável (PENTEADO *apud* LEUTPRECHT, 2019, p.132).

Posteriormente, Antídio começou a ter contato com os dois últimos personagens anteriormente citados e percebeu que a realidade não condizia com a descrição feita pelo amigo de seu professor (LEUTPRECHT, 2019, p.133):

O espírita lhe mostrara sentimento a Deus e ao próximo e o anarquista, conquanto não acreditasse senão na natureza, não o deixara de maravilhar, também com seu sentimentalismo revolucionário que até certo ponto lhe parecia tão justo e admirável. Vi então que a diferença de ideias entre ambos era tão pequena que não os separava (PENTEADO *apud* SANTOS, 2009, p. 232).

Em sua dissertação de mestrado, sobre a trajetória do educador João Penteado, a professora Luciana Eliza dos Santos ao analisar o mesmo personagem fictício, concluiu que no final dessa parábola, Antídio é convidado por seu professor para trabalharem juntos na escola em que ele havia aprendido a ler e escrever na sua aldeia de origem:

¹¹³ A obra demonstra a visão que ele tinha de educação, bem como da função do professor. Além disso, é digno de nota o fato de que Antídio só conhecia a verdade através dos sentidos, tal qual o Gargântua presente na obra de Rebelais e nas páginas do boletim de la escuela moderna. Em segundo lugar, o texto remete à obra *Las Aventuras de Nono de Juan Grave*. São muito evidentes as semelhanças dos dois contos: a existência de um lugar utópico (a aldeia - o país da autonomia) e um lugar corrompido pela sociedade (Rio de Janeiro - o país da argirocracia). Apesar de não ter sido encontrada evidência de que Penteado leu o livro de Juan Grave, Ferrer y Guardia apresenta o contexto geral da obra em A escola moderna. Ver: LEUTPRECHT, Douglas Bahr. *Educação e Anarquismo em Movimento: apropriações da pedagogia racionalista no Brasil e Estados Unidos (1913-1925)*. Joinville-SC: Ambiente Arejado Publicações, 2019, p.133-134.

E ao lado de seu ex-professor, pôs-se a trabalhar com afã. Era um apóstolo do bem. Tolstoi era seu autor predileto e Alan Kardec não lhe saía da mente, sempre que cogitava com relação à imortalidade da alma e à existência de Deus (...)

E aí, Antídio, daí para sempre, conformado com a singeleza daqueles corações amigos, procurou alimentar neles o sentimento do amor, repetindo sempre: Amai-vos uns aos outros, e sereis felizes! (PENTEADO *apud* SANTOS, 2009, p. 235).

As análises feitas sobre João Penteado mostram claramente que as suas ideias em relação à educação eram totalmente opostas ao projeto revolucionário anarcossindicalista de educação da COB, assim como também da proposta pedagógica da Escola Moderna de Barcelona. Em outros termos, acreditando ele em mudança da sociedade (via educação) a partir da mudança do ser humano, que, de acordo com a moralidade em Ferrer y Guardia, está ligada à visão rousseauiana de que os seres humanos são naturalmente bons, mas corrompidos pela sociedade (LEUTPRECHT, 2019, p. 82), e não numa educação que desconstruísse os velhos hábitos dos operários brasileiros, transformando-os em sujeitos revolucionários.

Esse caráter híbrido, tão presente na formação e prática pedagógica de João Penteado, reforça ainda mais a influência da religiosidade na cultura brasileira, presente em todas as classes sociais e expressa em suas mais variadas formas: espírita, católica, umbandista, protestante, entre outras. Quanto à segunda peculiaridade, ligada diretamente ligada às práticas pedagógicas das escolas modernas paulistas, estava, no oferecimento de aulas de trabalhos manuais como bordado, costura, entre outros, especificamente para meninas (MORAIS, 2013, p.125), reafirmando e não desconstruindo a divisão sexual do trabalho.

Ademais, diferentemente da Escola Moderna de Barcelona, cuja coeducação dos sexos era um princípio defendido por Ferrer, nas Escolas Modernas n.1 e n.2, de São Paulo, havia separação por gênero, tanto no turno diurno, como também no noturno.

De acordo com Carmem Sylvia Vidigal Moraes (2013),

[...] tal atitude está, provavelmente, relacionada ao momento social e cultural, no qual esse tipo de conhecimento era exigido das meninas aspirantes a moças, ou por instrução da própria irmã de João Penteado, Sebastiana, professora da escola, educada a partir de valores sociais tradicionais (MORAIS, 2013, p.126-127).

Os libertários, em suas vertentes (anarcossindicalismo e anarquismo), tanto pelo mundo, como no Brasil defendiam os princípios da liberdade e da igualdade, conforme já citado anteriormente, neste sentido, a igualdade entre os sexos também era uma bandeira defendida por ambos. Na fábrica, tal como o homem, a mulher deveria se instruir para estar apta à luta de

classes, ou, de forma mais abrangente, a atuar contra a exploração do capital (MORAIS, 2013, p.125).

Em dois artigos escritos na revista *A Vida*, pelos intelectuais Efren Lima e José Oiticica, aparecem bem esta visão da igualdade entre os sexos. No primeiro artigo, escrito por Efren Lima (*A Vida* n.3, 31-01-1915), o autor trata de vários assuntos ligados à educação, dentre os quais o ensino como um instrumento de manutenção ou rompimento do *status quo*. Segundo ele, o ser humano é o resultado de três fatores: a hereditariedade, o meio social e a educação:

Irmãos nossos, fugi, fugi do hábito, caminhai para a liberdade, para a perfeição inacabável. Jamais até hoje um segundo homem compreendeu melhor do que Ferrer, a necessidade de um ensino racional, novo e que afastando-se do dogmatismo pedagógico presente, ministrasse uma educação realmente impecável, e que evoluísse a par com o desenvolvimento das ciências. Ao mártir excelso coube a glória de realizar este ideal não puro, e os homens filantrópicos cumpre o dever de amparar a obra iniciada, consolidada e multiplicada infinitamente (LIMA, Efren. *A Vida*, 31-01-1915, n.3).

O outro artigo intitulado “O Desperdício da Energia Feminina”, escrito na mesma revista por José Oiticica, trata mais diretamente do assunto. O autor analisa o desperdício da energia intelectual das mulheres por meio da educação, ministrando aos trabalhadores ideias, ou antes, os preconceitos favoráveis à supremacia dos dirigentes” (OITICICA, 1914, p.6) e completa, é evidente que essa classe de ignorantes representa uma formidável soma de energia intelectual desperdiçada (OITICICA, José. *A Vida*, nov. de 1914, p.6, n.1).

Para José Oiticica, o papel da mãe é de grande importância para a formação dos filhos, o que demonstra uma visão mais ampla de educação, neste sentido as mães acabam contribuindo para a manutenção da hegemonia burguesa e de preconceitos de classe, além da manutenção do machismo, já que as mulheres, salvo algumas poucas exceções, são as que menos tem acesso à formação intelectual: ninguém deveria ser mais enciclopédia do que a mãe de família e, portanto, do que a mulher. Uma sociedade bem constituída seria aquela em que todas as mulheres pudessem ser amplamente instruídas (OITICICA, José. *A Vida*. nov. de 1914, p.6, n.1).

Conforme concluiu Douglas Bahr Leutprecht, além de não seguir princípio da coeducação entre os sexos, defendida por Ferrer¹¹⁴, houve também do ponto de vista

¹¹⁴ A visão positivista de Ferrer, especialmente sobre a infância, o levará a apostar em um modelo pedagógico em regime de coeducação. Diferente de grande parte das iniciativas educativas anarquistas direcionadas apenas para o proletariado, Ferrer y Guardia propõe uma escola de conciliação, em que a classe trabalhadora conviveria com as classes mais abastadas, como se fossem uma antessala da sociedade libertária. Ver: LEUTPRECHT, Douglas Bahr. *Educação e Anarquismo em Movimento: apropriações da pedagogia racionalista no Brasil e Estados Unidos (1913-1925)*. Joinville-SC: Ambiente Arejado Publicações, 2019, p. 88.

pedagógico uma apropriação híbrida tanto de elementos da pedagogia moderna, flertando com o anarquismo feita por João Penteadó¹¹⁵ em sua experiência na Escola Moderna n.1. Essas peculiaridades podem ser percebidas de várias formas, como por exemplo, para subsidiar a manutenção da escola.

A Escola Moderna de Barcelona teve a sua efetivação graças à herança de deixada por uma senhora chamada Ernestine Meunier¹¹⁶, que, apesar de divergências com relação ao ateísmo do seu amigo Ferrer, deixou em testamento tudo o que tinha para a concretização dessa nova experiência pedagógica. Contudo, os alunos pagavam uma mensalidade de acordo com a classe social de origem. Já os recursos para a manutenção da Escola Moderna n.1¹¹⁷ vinham tanto do pagamento de um valor compatível com a renda dos pais dos alunos de famílias proletárias, como também do auxílio junto a sindicatos, lojas maçônicas, subscrições de pessoas das camadas médias urbanas que simpatizavam com o anarquismo e até mesmo apoio do governo paulista (PERES, 2000), o que ia diretamente contra a tese anarcossindicalista de combate à burguesia, representada institucionalmente pelo Estado.

Além disso, com o objetivo de arrecadar fundos eram promovidos festas, rifas, bailes, onde havia declaração de poesias e leituras de textos de viés libertário, entrelaçando o lúdico, o ideológico e o pedagógico (LEUTPRECHT, 2019, p.161). Uma outra peculiaridade das escolas modernas paulistanas, resultantes de apropriações de práticas pedagógicas escola-modernistas, que manteve uma inter-relação dialética com elementos culturais e sociais da época, foi o uso tanto da classificação dos alunos por nota, além do uso da entrega de prêmios como um instrumento de estímulo ao rendimento dos alunos, duas práticas criticadas e ao

¹¹⁵ Na biblioteca de João Penteadó, encontramos obras das mais variadas vertentes, como a obra *Como Pensamos-A Pedagogia Moderna*, de John Dewey, até livros espíritas, como os de Alan Kardec. Entre elas destacamos: José Oiticica, *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*; Neno Vasco, *Concepção Anarquista de Sindicalismo*; Abade João Meslier, *Abusos e Erros do Catolicismo*; Jean Grave, *A Sociedade Moribunda e a Anarquia*; Herbert Spencer, *O Que é a Moral e Da Liberdade à Escravidão*, *Classificação das Ciências*; Platão, *Apologia de Sócrates*; William Draper, *Conflitos entre La Religion e La Ciência*; René Descartes, *Regras para a Direção do Espírito*; Liev Tolstói, *A Próxima Revolução*; Além de livros editados pela Escola Moderna de Barcelona; Jornais e revistas da grande imprensa operária e libertária, que eram selecionados, recortados e discutidos em sala de aula. Ver: MORAIS, Carmem Sylvia Vidigal. *Educação Libertária no Brasil - Acervo João Penteadó: inventário das fontes*. São Paulo: UNIFESP: EDUSC, 2003, p.96.

¹¹⁶ Com os recursos conseguidos com a herança de Ernestine Meunier, Ferrer y Guardia inaugura em agosto de 1901 a Escola Moderna de Barcelona, bem como a editora Publicaciones de La Escuela Moderna de Barcelona, responsável pelas publicações relacionadas à escola. Ver: LEUTPRECHT, Douglas Bahr. *Educação em Movimento: apropriações da pedagogia racionalista no Brasil e Estados Unidos (1913-1925)*. Joinville-Santa Catarina: Ambiente Arejado, 2019, p.63.

¹¹⁷ A Escola Moderna n.1 cobrava mensalidades de 3\$000,4\$000 e 8\$000 para principiantes, adiantados e adultos, respectivamente (...) De modo geral, a instituição operou com um curso primário de três anos, em período diurno e noturno, além de cursos específicos como os de datilografia, português, aritmética preparatório para artífices e música LEUTPRECHT, Douglas Bahr. *Educação em Movimento: apropriações da pedagogia racionalista no Brasil e Estados Unidos (1913-1925)*. Joinville-Santa Catarina: Ambiente Arejado, 2019, p.142-147.

mesmo tempo abolidas por Ferrer na escola moderna de Barcelona. Quanto à avaliação estas deveriam aferir o viés coletivista e as habilidades, mas sem o critério tradicional da época de avaliação:

Juan Carmany, Pedro Ortega, Enrique Reales, Maria Ruizcapilla, Enriqueta Ortega, Mario Garcia e Pedro Boyer fazem seu trabalho intelectual satisfatoriamente; porém é necessário advertir a esses alunos que não cumprem integralmente seus deveres olhando apenas para si. Devem cumprir a lei da solidariedade. Já que a natureza lhes dotou de facilidade de inteligência e energia de vontade suficiente para combater a preguiça, têm obrigação de olhar pelos seus amiguinhos (LEUTPRECHT, 2013, p. 97-98 *apud* Boletín da la escuela moderna, 1903, p. 88).

O método de ensino das escolas modernas n.1 e n.2, apesar de também basear-se na demonstração de que todos os seres humanos são iguais, dignos de respeito e suscetíveis de desenvolver as mesmas aptidões e qualidades (MORAIS, 2013, p.64), em realidade aplicava algumas das práticas pedagógicas comuns às escolas primárias da época, com exceção dos castigos físicos como forma de punição.

No caso da presença do modelo de classificação de alunos, combatida por Ferrer, também estava presente nas Escolas Modernas n.1 e n.2, demonstrando a influência do modelo de escola seriada para a instituição (Cf. LEUTPRECHT, 2019, p.160), como também nas festas escolares, em que havia a entrega de prêmios aos alunos com melhores desempenhos:

Victor e Lourenço. Tais alunos desaparecem no terceiro número do periódico, reaparecendo na primeira edição do Boletim da escola moderna (1918), acompanhados de três possíveis familiares: Victor Minieri Primo, Gabriel Minieri e Amélia Minieri, e permanecendo até a próxima edição (1919). Uma questão chama a atenção nesse caso: entre os anos de 1918 e 1919, apenas Victor Minieri Primo avançou para a série seguinte. Todos os demais continuaram no primeiro ano (LEUTPRECHT, 2019, p.160).

Todavia, outras variáveis também devem ser consideradas em relação às reprovações de alguns alunos, mesmo se tratando do caso da Escola Moderna n.1, as condições de trabalho dos professores associados às próprias condições dos alunos e um regime escolar reduzido, de três anos, dificilmente poderiam levar aos resultados definidos pelos projetos educacionais (BITTENCOURT, 1990, p.108). Com isso, os libertários, que tinham dado à educação certo caráter emancipatório baseada no princípio da I internacional (segundo o qual a libertação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores), utilizando-se da frase de Karl Marx, para conferir às escolas operárias a dimensão educativa e cultural, que eles acreditavam ser, em grande parte, responsável pela transformação social, neste sentido, educação, cultura e revolução formam uma unidade interdependente (MORAES, 2013, p.194).

Todavia, saindo do campo teórico e partindo para a práxis histórica, grande parte destas escolas operárias, acabaram reproduzindo as práticas pedagógicas das escolas tradicionais da época ou até mesmo originando pedagogias híbridas, como foi o caso da Escola Moderna n.1.

A COB, seguindo outros princípios, priorizou desde o primeiro Congresso Operário brasileiro (1906), em sua luta política de caráter revolucionário¹¹⁸, utilizando-se de três instrumentos de seus aparelhos ideológicos: palestras, da leitura de impressos (jornais, revistas, folhetos, entre outros) e da educação operária¹¹⁹, conforme já citado em capítulos anteriores. Frisa-se, e que esta estratégia deveria ser seguindo necessariamente pelos demais centros operários filiados. Porém, esse aspecto da indissociabilidade entre revolução e educação¹²⁰, resultados diretos do terceiro congresso da AIT (1868) são encontrados tanto nas teorias de Proudhon, como também de Bakunin e não na teoria de Tolstoi, seguida pelo diretor da Escola Moderna n.1, o professor João Penteado.

Essa peculiaridade de misturar elementos libertários com outras correntes políticas-pedagógicas, também aparecem em outras escolas operárias espalhadas pelo Brasil afora, durante a Primeira República, assim como também em seus respectivos centros operários, conforme também citado no capítulo anterior.

Diversas outras experiências pedagógicas libertárias existiram, inclusive mesmo antes do primeiro Congresso Operário brasileiro (1906), a exemplo da escola primeiro de maio, no Rio de Janeiro, fundada pelo anarquista Pedro Matera, no bairro de Vila Isabel. No entanto, todas com uma trajetória de descontinuidades, principalmente pela falta de recursos, e, também pela rejeição de parte do povo à ideia do ateísmo, presentes tanto no anarquismo, como também no anarcossindicalismo

Dito isto, grande parte destas escolas operárias eram forçadas a serem mantidas pelo

¹¹⁸ O Jornal *A Voz do Trabalhador*, trouxe em sua primeira edição de 01-07-1908, as intenções da COB: órgão de uma coletividade formada com a intenção de agremiar e reunir as associações que tenham uma orientação nitidamente revolucionária, e com um programa claro e preciso, elaborado no Congresso Operário, exposto e difundido sempre que se apresentou oportunidade e não faltaram meios (...) como método de luta para alcançar tal *desideratum*, adotará o sindicalismo revolucionário. Ver: *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 01-07-1908, n.1, p.01.

¹¹⁹ (...) Considerando que o ensino oficial tem por fim incluir nos educandos ideias e sentimentos tendentes a fortificar as instituições burguesas e, por conseguinte, contrárias às aspirações de emancipação operária, e que ninguém mais do que os próprios operários interessam-se em formar livremente a consciência de seus filhos; O primeiro Congresso Operário brasileiro aconselha aos sindicatos operários a fundação de escolas apropriadas à educação que os mesmos devem receber, sempre que tal seja possível; quando os sindicatos não puderem sustentar as escolas, deve a federação local assumir o encargo. Ver: *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 01-07-1908, n.1, p.01.

¹²⁰ A partir dos debates e experiências no contexto da AIT, outras iniciativas vigoraram entre fins do século XIX e o século XX, como o orfanato de Prévost em Cempuis na França, dirigido pelo próprio Paul Robin (1880-1894); L' Avenir Social de Madeleine Vernet (1906-1944); La Ruche de Sébastien Faure (1904-1917); A escola moderna na Espanha; A Iasnaia Poliana de Kiev Tolstoi na Rússia (1859-1862), dentre muitas outras (MACHADO, 2017, p. 44).

aparelho de Estado devido à sua própria necessidade de existência, diferentemente das escolas populares criadas pela Igreja Católica¹²¹, que funcionavam sem dispor de subvenção alguma, quer municipal, quer estadual, nem mesmo de pequeninas quotas cobradas a título de taxa de matrícula (BITTENCOURT, 1990, p. 111-112).

Neste sentido, o projeto revolucionário da COB, via educação, esbarrava exatamente em quem eles combatiam: numa educação subsidiada pelo Estado. Há dois exemplos emblemáticos dessa consequência contrarrevolucionária: 1 - A escola operária Horácio Hora, criada pelo Centro Operário Sergipano, órgão filiado à COB e de tendência reformista; 2 - A escola forja, fundada na cidade de Niterói no Rio de Janeiro, pela liga operária da construção civil, de formação anarcossindicalista, e, também filiada à COB.

A escola operária Horácio Hora¹²², por exemplo, foi uma das vinte seis escolas que surgiram no Brasil até o início da década de 1920, inspiradas pela COB. Tais escolas funcionavam no próprio centro operário, exceto as escolas modernas n.1 e n.2, que funcionavam em estabelecimentos diferentes da FOSP (Federação Operária do estado de São Paulo), órgão sindical da qual faziam parte.

O Centro Operário Sergipano, seguindo as determinações do primeiro Congresso Operário brasileiro (1906), em relação à fundação de escolas operárias, aprovou no seu estatuto de criação, no ano de 1911, as seguintes diretrizes nos seus artigos 2 e 5: Criar escolas nocturnas (art. 2 & 5); e, também, que o trabalhador deveria estar matriculado na escola mantida pelo Centro Operário Sergipano (*O Operário*. Aracaju, 01-05-1911).

Deve-se salientar ainda que, fundada no dia 08 de dezembro de 1911, a escola operária Horácio Hora foi a concretização desse ideal, empolgando até mesmo os intelectuais de outras tendências políticas, a exemplo do jornalista marxista Rodrigues Viana, como demonstra este trecho de um artigo de sua autoria:

[...] para nós que vivemos da vida real, crentes e absolutos no poder extraordinário das evoluções, nós que contemplamos convictos o desdobrar dos acontecimentos, pela força poderosa dos factos, podemos afirmar que a fundação da vossa escola, se não é o grito de guerra nos campos da opressão que jugula a nossa independência, é pelo menos um punhado de pólvora e luz, para a grandiosa dynamite que um dia abalará os alicerces profundos dos patrões (VIANA, Rodrigues. *O Operário*. Aracaju, 14-10-1911).

¹²¹ A preocupação da Igreja com a educação popular associa-se às questões políticas do período e às relações com os trabalhadores industriais, setor que mais frontalmente se organizava em oposição à política e ordem vigentes (BITTENCOURT, 1990, p.112).

¹²² Regulamentada pela Lei n. 663, de 28 de julho de 1914, a escola Horácio Hora funcionava das 7 às 9 horas (art. 18); tinha um curso primário de 4 anos (art.7) e funcionava com uma lotação máxima de 50 alunos (art.10). As férias eram revestidas de solenidades cívicas ou não, sendo o período escolar de fevereiro a novembro. Ver: Coleção de Leis e Decretos de 1914. Typ. *Do Estado de Sergipe*, Aracaju. 28-07-1914. I.H.G.S.

Contudo, na prática, a escola funcionava, entre os anos de 1911 - 1915, em um salão da maior fábrica têxtil de Sergipe, construído especialmente para isso, o que demonstra a ajuda paternalista do dono da fábrica, o empresário Thales Ferraz. Durante uma segunda fase, entre 1916 - 1920, a escola funcionou na casa do professor Sebastião Publio de Albuquerque, contando, para tanto, com a ajuda do governador de Sergipe da época, o General Valadão, que, além de doar todo o material didático, ampliou as suas instalações (RIBEIRO, 2003, p.144). Desse modo, passou também a contar com a ajuda da Intendência Municipal, como determinava o artigo. 23 da lei estadual n. 663 de 28 de julho de 1914¹²³. Quanto à ajuda paternalista, em agradecimento, publicou-se um artigo no jornal do centro operário: [...] em nome dos alunos da escola Horácio Hora, agradecemos ao ilustre General Valadão, o inestimável auxílio com que amparou a causa dos operários (*O Operário*. Aracaju, 19-03-1916).

Numa terceira fase, entre 1920-1964, a escola passou a funcionar na sede do próprio centro operário, passando também a ter uma postura mais crítica. Todavia, ainda continuou com o auxílio estatal que, na época, era de 3:200\$00 por mês, o que negava na prática tanto os ideais defendidos pela COB, como também a sua total autonomia política. Nesse aspecto, a escola operária Horácio Hora, serviu além da alfabetização de operários, claro, à manutenção da hegemonia burguesa, como também à subordinação do trabalho ao capital, apesar dos esforços dos seus intelectuais em despertar no operariado a questão da cidadania (RIBEIRO, 2003, p.145). Além disso, o Centro Operário Sergipano, optou por uma luta política de caráter reformista, aprovada em estatuto, em que não aparece a palavra revolução e numa pedagogia cívica-nacionalista lecionada na escola, que em nada diferia da visão burguesa da época (Ver: Anexo VIII).

A segunda experiência foi a da escola operária A forja, fundada pelo professor anarcossindicalista Ruy Gonçalves na cidade de Niterói- RJ. Essa nova experiência surgiu um ano após a criação da liga operária da construção civil, central sindical filiada à COB. Sobre essa escola, deve-se aludir que foi fundada no ano de 1921, localizada no centro da cidade de Niterói, no prédio que servia como sede para a liga, responsável por sua manutenção financeira (MORAIS, 2017, p.13). De acordo com o próprio professor Ruy Gonçalves:

A forja surgiu como símbolo de uma evidente promessa; é uma escola moldada à feição da escola moderna de Ferrer. O seu programa de ensino que, oportunamente, enviarei, bem como os livros adotados que foram escrupulosamente escolhidos, revelam bem os seus fins e os seus intuitos. Sem

¹²³ Lei n. 663, de 28 de Julho de 1914. Art 23. As Intendências Municipais poderão, se quiserem, auxiliar a manutenção das escolas nocturnas, de acordo com o governo do Estado. Ver: Coleções de Leis e Decretos de 1914. Aracaju: typ do Estado de Sergipe, 28-07-1914. I.H.G.S.

vaidade, penso, penso ser A forja, a primeira escola racionalista, de fato, que se funda no Brasil (RODRIGUES, s/d, p. 214-215).

O seu projeto político-pedagógico iria além das próprias Escolas Modernas n.1 e n.2 de São Paulo, agregando um ensino integral¹²⁴, bem como um internato, onde os alunos pudessem vivenciar experiências coletivistas libertárias:

A criação do seu internato (o primeiro internato operário que se cria no país) é uma tentativa extraordinária e que será levada a efeito dentro de pouco tempo. A matrícula na forja é inteiramente grátis; a escola favorece, sem nenhuma contribuição: livros, papéis, penas, lápis, enfim, todo o material escolar necessário à educação do aluno, à generosidade dos camaradas daqui e do Rio, deve A forja conseguir o seu programa e desobrigar-se da responsabilidade de que a si arrogou e, assim terá resolvido o magno problema da educação racionalista - base principal da evolução consciente dos trabalhadores (RODRIGUES, s/d, p. 340).

Também, conforme escreveu Antônio Felipe da Costa Machado (2017), em sua dissertação acerca da escola operária A forja:

Percebemos, tanto no discurso de Ruy quanto dos militantes da Liga, que havia dois objetivos centrais, ainda que complementares na proposta da escola. A primeira trata-se de envolver os trabalhadores em torno de uma demanda concreta que os afligia: a falta de acesso à instrução, apresentando uma saída coletiva para a resolução deste problema. A segunda estaria alinhada ao projeto finalista de transformação social, que também se daria através do esclarecimento e fortalecimento das massas operárias (MACHADO, 2017, p.115).

Em contrapartida, apesar do objetivo anarcossindicalista da liga operária da construção civil de uma escola e um sindicalismo revolucionário, na prática, o conteúdo da escola operária não diferia muito das disciplinas ensinadas em outras escolas primárias do mesmo período, apresentando apenas: leitura, lições das coisas e noções básicas de aritmética, geografia e de português (MORAIS, 2017, p.111). Além disso, as ações do sindicato atuavam dentro da ordem vigente, apesar das palestras e dos jornais fazerem apelo da revolução libertária aos trabalhadores.

Essas peculiaridades do movimento operário brasileiro, presentes em todos os centros operários filiados à COB, e algumas delas que faziam parte da própria instituição, foram um

¹²⁴ No século XIX, Bakunin já alertava para o problema da dissociação do trabalho intelectual técnico-manual, retratando uma reprodução das desigualdades no ensino. Na sua opinião, a primeira questão que hoje temos de considerar é esta: a emancipação das massas operárias poderá ser completa enquanto receberem instrução inferior à dos burgueses ou enquanto houver, de um modo geral, uma classe qualquer, numerosa ou não, mas que por nascerça tenha os privilégios de uma educação superior e mais completa (BAKUNIN, 2003, p.32).

diferencial que, numa análise prática, abortaram o projeto original revolucionário. Salienta-se, ainda, que a própria visão pejorativa que essa vanguarda libertária tinha da classe operária brasileira, desconsiderando as suas tradições e cultura, apesar de conseguirem legitimidade junto à mesma, foi uma outra causa como mostra esse trecho de uma artigo escrito no jornal *Voz do Operário*, que pertenceu ao Centro Operário Sergipano: (...) que entanto haverá para o coração do indivíduo cujo cérebro não foi iluminado pelo ABC, ou que lhe poderá deter esse cérebro atrofiado, inútil para conceber ideias avantajadas que desse impulso a um espírito reto e esclarecedor (*Voz do Operário*, Aracaju, Julho de 1923). Visão esta que, também, surge em outros artigos de jornais, a exemplo do jornal *A Plebe* de São Paulo; *A Voz do Trabalhador* do Rio de Janeiro, entre outros.

A relação entre a escola, a experiência dos de baixo e intelectuais foi analisada por E.P. Thompson, num capítulo do livro *Os Românticos* (2002), intitulado Educação e Experiência, em que o autor afirma que, toda a educação que faz jus a esse nome envolve a relação de mutualidade, uma dialética, e nenhum educador que se preze pensa no material a seu dispor como uma turma de passivos recipientes de educação, ou seja, a experiência modifica, às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional (THOMPSON, 2002, p.13).

Com isso, a utopia anarcossindicalista de uma formação integral para os operários, como instrumento revolucionário, esbarrava contraditoriamente mais uma vez, justamente no aspecto cultural que esses intelectuais tentavam desconstruir. Em outras palavras, no qual esta classe em seu fazer-se incorporou a religiosidade em suas tradições e cultura, restringindo essas escolas operárias a um papel tão somente alfabetizador, a nível geral, pois as ideias de ateísmo e revolução eram contrárias a seus valores morais.

O final não só dessa experiência pedagógica, mas de todas as outras escolas operárias criadas sob a inspiração do projeto revolucionário da COB, ocorreram de fato com o golpe de 1930¹²⁵, que colocou Getúlio Vargas no poder, em que estas escolas passaram a ser controladas diretamente pelo aparelho de Estado. Na perspectiva de Rodrigues (2009, p. 90), apesar da:

¹²⁵ Segundo Boris Fausto, a Revolução de 1930 foi fruto da dissidência entre as oligarquias mineira e gaúcha, juntamente com a paraibana, formavam a Aliança Liberal, e entre setores da Oligarquia paulista. Com isso, pode-se afirmar que do ponto de vista econômico não havia uma contradição entre os setores agrário-exportador e a burguesia nacional, visto que grande parte das indústrias da época dependiam do setor agrário, existindo sim, uma relação econômica de complementaridade e não de contradição entre os dois setores. Além disso, segundo o autor, faltava à burguesia nacional da época um projeto político de estruturação do país. Ver: FAUSTO, Boris. *Revolução de 1930. História e Historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

[...] emergência política do proletariado e consequentemente a sua ampliação de participação efetivadas sob a égide do populismo, orientadas por ideais negadoras do sistema social, sob forte influência do populismo, com aspirações de integração, provenientes das elites dissidentes do país.

Pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que o Estado garantia direitos trabalhistas como a limitação da jornada de trabalho diária de oito horas, a regulamentação do trabalho de mulheres e crianças, férias remuneradas, entre outras vantagens, garantia também o seu controle social (RIBEIRO, 2003, p. 42).

Ainda assim, apesar de não verem colhidas as sementes revolucionárias no seio da classe operária brasileira da Primeira República, além de toda a repressão sofrida, antes e depois da COB, os intelectuais anarcossindicalistas da COB, mantiveram as suas ações vivas atuando através dos sindicatos, demonstrando um verdadeiro exemplo de resiliência política.

2 AS PECULIARIDADES DO PROJETO DE EDUCAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA

Os intelectuais, quer os que ainda estão se formando nas escolas superiores, quer os que já tem nome na vida social do país, esses sentem-se à vontade nesta atmosfera pútrida de deshonestidade, incompetência e reaccionarismo. Poucas excessões se verificam (CANELLAS, A. *O Dever dos Intelectuais*. A Plebe, 01-11-1919, n.43, p.1).

Conforme citado no Capítulo 1, a COB tinha na educação o seu principal instrumento de politização da classe operária brasileira da Primeira República, além de utilizá-la também para a construção de um tipo ideal de operário, chamado pela vanguarda libertária¹²⁶ de homem novo anarquista, que seria o resultado final da desconstrução dos hábitos culturais destes. Do ponto de vista prático, essa nova experiência pedagógica concretizou-se na construção das várias escolas operárias espalhadas pelo Brasil afora, numa estratégia que pretendia se opor tanto a educação oficial, ofertado pelo Estado, como também às escolas dirigidas pela Igreja Católica, se constituindo como uma contra pedagogia, no sentido que nega o padrão hegemônico e se apresenta como reflexão para norteamento da aprendizagem e do ensino no âmbito da educação e, sobretudo, como resistência ao modelo capitalista (NETO, 2008, p. 73). Assim, durante a Primeira República, dentro do processo de guerra cultural, a educação exercia um papel fundamental de conscientização, preparando em tese não só as bases de transformação desse operariado brasileiro, mas também da revolução e de uma futura sociedade ácrata.

Neste sentido, foram concretizadas várias experiências pedagógicas distintas nas várias escolas operárias inspiradas pelo sindicalismo revolucionário da COB, respeitando assim dois princípios básicos tão difundidos entre os libertários: a liberdade e a ação direta. Todavia, ambos os conceitos, tornaram-se na prática, contraditoriamente, um obstáculo ao seu projeto revolucionário, conforme também ficou demonstrado no capítulo 1, comprovando que, muitas das vezes, a prática, com suas condições subjetivas e às vezes até objetivas, sobrepõe-se à teoria se esta não for historicizada. Ou seja, se não levar em conta outros elementos que também formam a sociedade, a exemplo das tradições e costumes¹²⁷.

¹²⁶ Utilizei os termos anarquistas e libertários como sinônimos, uma vez que comumente eles se equivalem desde o congresso de Haia de 1872, no qual os anarquistas se denominavam socialistas libertários, em contraponto aos seguidores de Marx, chamados pejorativamente por eles de socialistas autoritários.

¹²⁷ Nessas circunstâncias, (...) homens e mulheres, ao se confrontarem com as necessidades de sua existência, formulam também seus próprios valores e criam sua cultura própria, intrínsecos a seu modo de vida” (THOMPSON, 2001, p. 261). É nesse sentido que Thompson afirma que classe: (...) é uma formação tão econômica quanto cultural; é impossível favorecer um aspecto em detrimento do outro, atribuindo-se uma prioridade teórica (THOMPSON, 2001, p. 260).

Essas contradições entre o discurso dos intelectuais da COB e o uso prático da sua teoria podem ser percebidas basicamente em várias outras peculiaridades presentes nessas novas experiências pedagógicas¹²⁸. Além disso, o seu projeto político assumiu também outros contornos, distorcendo ainda o caráter libertário no processo ensino-aprendizagem.

A primeira dessas peculiaridades está no fato da COB – ao tentar moldar o operariado brasileiro através dos seus aparelhos ideológicos, tentando criar uma nova experiência libertária – acabava na prática, contrariando o seu próprio ideal de liberdade¹²⁹, tão difundido entre os seus intelectuais libertários, pois, esse ideal desrespeitava as tradições e os costumes desses mesmos operários, ao invés de incorporar esses elementos ao seu projeto político-pedagógico. Vale acrescentar, ainda, que essa mudança à curto prazo seria praticamente impossível, afinal de contas a ação direta requer uma transformação, uma desconstrução à curto prazo de toda economia moral desse mesmo operariado, construída socialmente e historicamente em seu fazer-se.

De acordo com Sferra (1987), para os anarcossindicalistas, a ação direta passava pela educação e organização dos trabalhadores em associações de resistência ao capital, chegando à greve geral e à revolução (SFERRA, 1987, p. 21).

Assim, a COB e os demais centros operários a ela filiados, conseguiram atuar dentro das próprias contradições internas do sistema, seguindo assim a lógica dialética presente na luta de classes¹³⁰, que se apresentavam tanto no campo da política, como também na economia e do excludente ensino público da Primeira República¹³¹, como bem demonstra o jornal *O Operário*,

¹²⁸ De acordo com João Correia de Andrade Neto, Não é possível, a não ser didaticamente, distinguir educação e pedagogia, como para os anarquistas não era possível distinguir educação de sociedade, arte de sociedade, economia de sociedade (...) quanto a relação indissolúvel entre educação e a sociedade, que por sua vez gera este ou aquele tipo de educação e pedagogia. Ver: NETO, João Correia de Andrade Neto. *Educação Anarquista e Pedagogia Libertária: Caleidoscópio de uma História (1880-1930)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA - Faculdade de Educação, 2008, p.67.

¹²⁹ Bakunin, acreditava que (...) esta liberdade de cada um, longe de parar como diante de um marco, diante da liberdade de outrem, encontra aí sua confirmação e sua extensão ao infinito; a liberdade ilimitada de cada um pela liberdade de todos, a liberdade pela solidariedade, a liberdade pela igualdade. Ver: BAKUNIN, M. *Textos Escolhidos*. Or. D. Guérin. Porto Alegre: LP&M, 1983, p.28.

¹³⁰ Em razão do contexto revolucionário que marcaram as duas primeiras décadas do séc. XX, marcadas ao mesmo tempo, tanto pelo agravamento das condições de trabalho e de vida do operariado, além da própria conjuntura internacional, marcadas tanto pela revolução russa, como também pela Primeira Guerra Mundial. A COB estrategicamente atuou no sentido de valer-se dessas contradições tanto do sistema capitalista, como também das disputas pelo hegemonismo do capitalismo internacional, para incentivar uma revolução no Brasil, como bem demonstraram Edgar Leuenroth e Hélio Negro, membros da COB, em seu livro escrito no ano de 1919 intitulado O que é maximismo ou bolchevismo - programa comunista. Ambos afirmam que, ao fim da Primeira Guerra, o povo do Brasil tem, por força da fatalidade, de tomar parte na obra colossal de remodelação dos sistemas e métodos de vida individual e colectiva (LEUENROTH; NEGRO, 1919, p. 67).

¹³¹ Durante a Primeira República, o Ministério da Educação era vinculado aos correios e telégrafos, sendo que a parte orçamentária vinculada aos correios e telégrafos era muito superior às verbas destinadas à educação, o que demonstra o descaso do governo federal no trato com a questão educacional.

pertencente ao Centro Operário Sergipano, que era vinculado à esta central sindical: uma vez que os poderes da república não dão cumprimento ao que dispõe a art.35 da constituição federal, e se fazem surdos ao appello do povo, que implora por instrução ¹³².

Neste sentido, a COB passou a implementar a fundação de escolas operárias, valendo-se, conforme já citado anteriormente, das contradições internas dentro da política educacional durante a Primeira República. Essas contradições se apresentavam, na prática, de duas maneiras, a saber: a primeira seria a própria omissão do Estado brasileiro em negligenciar a escolarização das classes subalternas¹³³, dito isto, as escolas operárias ocupariam esse nicho, unindo em tese o processo de escolarização e de revolução ao mesmo tempo; a segunda, do ponto de vista técnico, foi a lei orgânica Rivadavia Corrêa¹³⁴, promulgada pelo então presidente Hermes da Fonseca, através do decreto 8.659 no ano de 1911. Aprovada sob o pretexto de dar liberdade ao ensino – princípio caro ao liberalismo – que já naquela conjuntura, começava a influenciar a educação brasileira, esta lei que reconhecia a autonomia de todos os estabelecimentos de ensino, até mesmo os não oficiais, favoreceu as escolas operárias, que atuavam não na clandestinidade, mas na legalidade.

Com isso, o caminho burocrático estava aberto para reafirmar as resoluções do primeiro e segundo congressos operário brasileiro¹³⁵, ambos organizados pela COB, dando aos respectivos centros operários a autonomia de seus próprios projetos educacionais, conforme escreveu Edgar Rodrigues:

O segundo congresso operário brasileiro, aconselha aos sindicatos e às classes trabalhadoras em geral, tomando como princípios o método racional e científico, em contraposição ao ensino místico e autoritário, promovem a

¹³² Ver: *O Operário*. Aracaju, 04-06-1911, BPED.

¹³³ Apesar das escolas mantidas pelo estado brasileiro entre os anos de 1880-1930 serem divididas nas seguintes modalidades: normal, grupos escolares, preliminar isolada, intermediárias, provisórias, noturnas, de aprendizes e artífices, superiores e ambulantes. Na prática, os ensinos primário e profissional eram destinados ao povo, assim como, os ensinos secundário e superior eram destinados à elite e à alguns privilegiados das camadas médias urbanas. Ver: NETO, João Correia de Andrade. *Educação Anarquista e Pedagogia Libertária: Caleidoscópio de uma História (1880-1930)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA- Faculdade de Educação, 2008, p.47.

¹³⁴ Instituída pelo decreto n.8.659, de 5 de abril de 1911, no governo de Hermes da Fonseca, foi inspirada em princípios positivistas, determinando que o estado deixava de ter competência exclusiva de criar instituições de ensino e de validar diplomas. Ver: *Coleção de leis e decretos (1911)*, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin-fed-decret-1910-1919-decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacao-original>.

¹³⁵ O primeiro e segundo Congresso Operário brasileiro, respectivamente, foram organizados na cidade do Rio de Janeiro pela COB. O primeiro evento, ocorreu entre os dias 15 a 20 de abril de 1906, apresentado entre as suas resoluções finais: todas as teses básicas do sindicalismo revolucionário - neutralidade sindical, federalismo, descentralização, antimilitarismo, antinacionalismo, ação direta, greve geral, fundação de escolas operárias, etc - estão contidas das declarações dos congressistas, ainda que algumas delas apenas referidas de passagem” (NETO, 2007, p. 49). Já, o segundo Congresso Operário brasileiro, também ocorrido no Rio de Janeiro, entre os dias 7 a 13 de setembro, contou com a presença de (...) duas federações estaduais, cinco federações locais, cinquenta de dois sindicatos, centros ou ligas e quatro jornais, totalizando cento e dezessete delegados. Houve, também, um enviado das organizações argentinas e uruguaias. Do Rio de Janeiro, além da federação (FORJ), compareceram dezoito sociedades (NETO, 2007, p.60).

criação e divulgação de escolas racionalistas, ateneus, cursos profissionais de educação técnica e artística, revistas, jornais; criando conferências e prelações, organizando certames e excursões de propaganda instrutiva, editando livros e folhetos (RODRIGUES, 1979, p.139).

Neste sentido, foram fundadas além de escolas operárias, até mesmo uma universidade popular¹³⁶, o que foi um avanço bastante significativo naquele contexto, em que a grande maioria das pessoas das classes subalternas tinham direito, no máximo, ao ensino primário ou à educação profissionalizante ofertados pelo Estado brasileiro.

Conforme argumentou Adelino de Pinho (diretor da Escola Moderna n.2), em um artigo escrito na revista *A Vida*: até mesmo os professores, esses agentes governamentais, são obrigados a cingir-se ao programa e não ultrapassá-lo, nem quase criticá-lo (PINHO, Adelino de. *A Vida*, n. 5, mar.1915, p. 76). Porém, o mesmo autor mostrou-se entusiasmado com os avanços conseguidos pela COB com a fundação de escolas operárias no Brasil afora, compreendendo a importância da educação para o desenvolvimento tanto individual como coletivo das pessoas, principalmente depois da autonomia dada a essas escolas, acreditando assim, num mundo melhor onde as pessoas gozem a alegria de viver, satisfeitos da vida e libertos da fome, da opressão e da ignorância bestial (PINHO, Adelino de. *A Vida*, n.5, mar.1915, p.77). Assim, como escreveu Carmem Sylvia Vidigal Moraes:

O caráter emancipatório das práticas culturais e pedagógicas dos anarquistas fundava-se no princípio da I internacional, segundo o qual a libertação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores. Daí a centralidade conferida à dimensão educativa e cultural, que eles acreditavam ser, em grande parte, responsável pela transformação social. Para os libertários, educação, cultura e revolução formavam uma unidade interdependente. (MORAIS, 2003, p.194)

Desse modo, a educação passou a ser vista, pela vanguarda intelectual da COB, como um instrumento necessário à luta de classes pelo exercício de poder. Nesse aspecto, o conceito de educação estava vinculado ao de hegemonia e consistia num fator importantíssimo das contradições existentes nas relações de classe (RIBEIRO, 2011, p. 144).

Todavia, na prática pedagógica das escolas operárias coordenadas pela COB nem sempre estas diretrizes eram seguidas à risca. Isso principalmente nos centros operários fora do

¹³⁶ A universidade popular, que se dirige a todos os homens de boa vontade, sem distinção de crença nem partido, tem por fim: fundar um ensino superior metódico para o povo, organizar conferências periódicas sobre todos os assuntos suscetíveis de interesse aos trabalhadores, fundar um museu social e uma biblioteca, realizar representações de arte social, saraus musicais, excursões científicas, artísticas e expansivas, publicar um boletim que seja origem da associação, estabelecer, enfim, um centro popular tendo por fim às vezes o prazer e a instrução, e a união moral dos cooperadores. Ver: MIRANDA, Rocha de. *O Amigo do Povo*. São Paulo, agosto de 1904. Encontrado na biblioteca digital da Unesp: bibdig.biblioteca.unesp.br.

eixo Rio- São Paulo, que não tinham o anarcossindicalismo como base política no processo de condução da luta de classes, conduzidas em seus respectivos estados. Diante disso, formou-se na prática pedagógica de algumas dessas escolas um ensino híbrido, resultado direto de uma inter-relação dialética entre elementos da pedagogia de Ferrer (questionamento social, solidariedade, autogestão, entre outros) com alguns elementos do contexto histórico da época, a exemplo do entusiasmo pela educação¹³⁷. Isto é, a crença na escolarização como motor da história, característica da década de vinte, mais intensa em determinados estados ou regiões (NAGLE, 1974, p.99).

O grande paradoxo é que grande parte da intelectualidade liberal brasileira da Primeira República (professores, profissionais liberais, empresários, entre outros) também compartilhava dessa mesma supervalorização da educação, como explicou Jorge Nagle (1974):

(...) o aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico: de um lado existe a crença de que pela multiplicidade das instituições escolares(...) será possível(...) colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe uma crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho da verdadeira formação do novo homem brasileiro (NAGLE, 1974, p. 99-100).

Esses intelectuais liberais, que faziam parte dos centros operários, e que estavam preocupados também com a chamada questão social, buscavam como organizadores da cultura e, conseqüentemente do campo educacional, superar o atraso econômico e social do país, tendo explicitamente como modelo princípios liberais democráticos na educação; ou seja, era a típica consciência de classe burguesa e seu projeto hegemônico (RIBEIRO, 2011, p. 98).

De acordo com Zaia Brandão:

Esta seria a tarefa dos intelectuais, na representação dessa geração de educadores: compreender a direção específica a imprimir à marcha civilizatória, entre nós. Os caminhos a seguir tinham dentro desse idioma geral, o sentido sintetizado em 1903 por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, de progredir ou desaparecer (ZAIA, 1992, p.93).

Essa peculiaridade pedagógica é percebida nos artigos escritos nos vários jornais pelos intelectuais das camadas médias urbanas, que compunham os centros operários fora do eixo

¹³⁷De acordo com Zaia Brandão, era o tempo do entusiasmo pela educação, quando vicejava a ideia de que a ausência de escolarização era a principal responsável pelo atraso brasileiro. A sociedade brasileira, em sua quase totalidade, acreditava no poder da educação. As reformas do ensino da década de vinte representavam o esforço dos educadores em organizar, ou mesmo fundar uma rede pública de ensino primário, em resposta a essas representações. Ver: BRANDÃO, Zaia. *Por entre histórias e memórias*. Paschoal Lemme e a escola nova no Brasil. Rio de Janeiro, 1992, p.43. Tese de Doutorado.

Rio- São Paulo, como demonstra essa transcrição de uma nota do jornal *A Voz do Trabalhador*, pertencente ao Centro Operário da Bahia:

Escolas! Escolas! Eis uma das nossas necessidades (...) Todos conhecem que nesta terra a instrução é ainda muito deficiente, pela porcentagem de analfabetos que possui.

Por isso é que as associações operárias fundadas aqui estatuíram a fundação de escolas para o aperfeiçoamento de seus associados. Para não roubar o tempo, citamos a escola dos tecelões, a do sindicato dos pedreiros e demais classes, metalúrgicos, etc.

Aconselhamo, portanto, aos camaradas, que frequentem as escolas, com força de vontade, porque sem ellas muito teremos que perder, e com ellas nosso triumpho será mais acelerado (*A Voz do Trabalhador*. Salvador, 21-05-1921. Orgam das classes proletárias da Bahia-Ano I- n. 29).

O programa pedagógico dessa experiência baiana, apontam também para tentativas de elevar o intelecto dos trabalhadores, seja através de sua biblioteca, seja pela ampliação dos cursos para além da instrução básica (NETO, 2008, p. 82). Na opinião de João Correia de Andrade Neto:

Neste caso não se faz referência à pedagogia libertária de Ferrer no decorrer do periódico. Fica nítido três aspectos: em Salvador era mais importante à alfabetização; segundo, seria o desenvolvimento de outras potencialidades como artes, através de saraus, peças teatrais, apelo ao uso da biblioteca, divulgação de venda de livros (...) em último, a explícita e contínua luta através da educação para a conquista da liberdade (NETO, 2008, p.82).

Foi nesse mesmo caminho do otimismo pedagógico, e não da pedagogia libertária, que o Centro Operário Sergipano, de linha social-democrata divulgou por meio do seu jornal (operário), as expectativas de seus intelectuais com a fundação da escola Horácio Hora, mantida pela instituição:

(...) com esse grão evolutivo que vai tomando dia a dia o interesse em quase todos os ramos da vida comum, não é possível que passem indiferentes a isso as classes laboriosas do Estado (...) a todas as evoluções dignas de imitação, deve-se acompanhar, sonda-se um bem-estar, remediando-se a lacuna em que todos collaboram (SILVA, Clodomir, *O Operário*. Aracaju, 13-02-1911).

Porém, neste caso específico, a crença no otimismo pedagógico era majoritária entre os intelectuais reformistas sergipanos, isso porque estes eram maioria dentro desta instituição, a exemplo do jornalista Clodomir Silva, que escreveu o artigo acima mencionado. Vale destacar, também, que além dos social-democratas, o Centro Operário Sergipano também era formado por marxistas, anarquistas e anarcossindicalistas, cada qual com expectativas diferentes quanto à fundação da escola operária sergipana. Em contrapartida, apesar dessas diferentes expectativas em relação à fundação dessa escola, em vários outros artigos escritos por esses intelectuais, percebe-se a mistura de ideais revolucionários (marxistas, anarquistas e

anarcossindicalistas) com o otimismo pedagógico, como mostra essa outra transcrição de um artigo:

(...) quem não souber escrever, que venha frequentar a escola Horácio Hora, e batizar-se nas águas limpas do ABC, no edifício de nossa sede, onde encontrará manancial abundante de conhecimentos, que muito concorrerá na área social, para rasgar os horizontes que buscaremos (...) compreendam os operários estas verdades claras, e venham à escola e também mandem os seus filhos (VIANNA, Rodrigues. *Voz do Operário*. Aracaju, 10-10-1920).

Essa atribuição messiânica dada à educação era também uma das principais características dos anarcossindicalistas brasileiros ligados à COB, tanto no eixo Rio-São Paulo, como também em outros centros operários que seguiam essa tendência política, por exemplo, a Federação dos Trabalhadores do Ceará, que através dos seus jornais, também divulgou suas expectativas com a fundação da escola operária naquele estado da federação:

Trabalhadores! Alquebrados pelo exaustivo trabalho de oficina, do campo ou da rua; privados de recursos mínimos, famintos no meio da opulência; mistificados pelo padre, iludidos pelos velhacos, perseguidos, encarcerados (...) deveis necessariamente velar pelo desenvolvimento intelectual de vossos filhos, a fim de impedir a todo custo que neles se inocule o veneno da resignação aos sistemáticos vexames, as costumeiras infâmias (*O Amigo do Povo*, 19-01-1910 *apud* FERREIRA, 1978, p.20).

Em um outro periódico (voz do gráfico), ligado à associação gráfica do Ceará e também filiado a esta central sindical, ainda aparece o mesmo ideal: O sindicato é a escola e o recreio do operário e de sua família; ali se aprende a ler e ensina aos companheiros que desejam aprender a verdade sobre a luta de classes (...) (*A Voz do Gráfico*, n.1, 25-12-1920 *apud* GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 30).

Neste sentido, apesar dessa distorção, o projeto de educação da COB enquanto fundação de escolas, nos centros operários pelo Brasil afora, começa a ser vista como fundamental dentro do ideal de revolução proclamada por essa instituição, conforme destacou Luizetto: “só ela (a educação) poderia criar mentalidades e vontades libertárias capazes de primeiro, estimular e impulsionar o processo de mudança social e de, posteriormente, garantir a não degeneração da sociedade ácrata” (LUIZETTO, 1987, p.63).

Assim, a relação entre as atividades educacionais e a mudança social dependeria, como defendia Malatesta, da atuação harmônica entre rebelião, propaganda e educação (MALATESTA, 1989, p. 39). Vale destacar, ainda, que a COB compreendia a educação em um sentido mais amplo, incluindo aí não só as escolas operárias, mas também: as palestras, ministradas pelos intelectuais vinculados à COB; os impressos produzidos pelos diferentes

centros operários em seus respectivos estados; as bibliotecas, consideradas como locais de caráter sociológico, com o objetivo de completar a sua missão revolucionária” (BASES, 1918), onde deveriam haver obras libertárias, vendidas pela COB e enviadas através dos correios, além dos centros de cultura, criados para promover a instrução entre associados e propagar as ideias libertárias (sic) (FERNANDEZ, 1905, p. 10). Dessa forma, a COB ao mesmo tempo que respeitava a opção política de cada centro operário, acreditava inocentemente que, através desses aparelhos ideológicos, utilizados como método para alcançar tal *desideratum* (*A Voz do Trabalhador*.n.1,01-07-1908, p.01), iria despertar na classe operária brasileira da Primeira República uma autoconsciência coletiva que, naquela conjuntura, tomariam o poder após a grande greve revolucionária. Afinal, de acordo com Bakunin, a educação engendra a emancipação política, que traz consigo a emancipação econômica e, mais tarde, sua emancipação intelectual e moral (BAKUNIN, 2003, p. 93-94).

O erro da COB foi justamente esse último elemento, uma vez que desconsiderar a economia moral desse mesmo operariado, fortemente marcada pela religiosidade cristã contrarrevolucionária, conforme já citado no capítulo I. O que levou na prática o seu projeto de educação a um caráter puramente reformista e alfabetizador, Em outros termos, as várias greves ocorridas naquele contexto nos diversos estados, não foram uma preparação para uma futura revolução, como a COB acreditava, mas sim para a regulamentação das jornadas de trabalho de oito horas e também para plantar as primeiras noções de cidadania nas classes subalternas, de alguns estados, pois ainda assim, prevaleciam a mais-valia absoluta e relativa na maioria destas cidades, mesmo com leis estaduais, que em tese as regulamentavam.

Contudo, acreditando fielmente em seus ideais e também no papel dos seus aparelhos ideológicos, a COB, por meio dos congressos operários, incentivava os seus associados a estarem matriculados nas escolas operárias e também frequentarem as bibliotecas, palestras, bem como lerem os jornais de seus respectivos centros operários. Nesse sentido, como bem definiu Hardman (1983): A moral anarquista esteve sempre preocupada em montar uma fortaleza cultural que resistisse aos males da ordem dominante e fosse como um campo de treinamento para a comunidade do porvir (HARDMAN, 1983, p. 4).

Assim, o estatuto do Centro Operário Sergipano, que não era de tendência anarcossindicalista, conforme já citado anteriormente, ainda assim trazia em seus artigos II e V, respectivamente, o seguinte: criar escolas noturnas (Art. II & 5); e também, que os operários deveriam estar matriculados na escola operária mantida pelo centro (Art.V) (*O Operário*. Aracaju, 01-05-1911). Ademais, isto também se estende aos demais centros operários espalhados pelo Brasil afora, que tivessem ou não o anarcossindicalismo como corrente política

majoritária.

O terceiro aspecto dessas novas experiências pedagógicas – surgidas nos vários estados da federação com a fundação das escolas operárias, inspiradas pelos ideais anarcossindicalistas da COB – está no fato de que estas pouco se diferenciavam na prática do ensino das escolas oficiais. Isto é, referimo-nos ao ponto de vista pedagógico, visto que as disciplinas que eram ofertadas diziam respeito praticamente às mesmas, a não ser em adotarem todas em comum: um ensino laico, que estimulava a prática de alguns elementos da doutrina anarcossindicalista (solidariedade, liberdade, questionamento social, entre outros) e sem o uso de castigos físicos. Sobre este último, nas palavras do próprio João Penteado:

(...) aprender a ler, naquele tempo, não era brinquedo, não era empreendimento de fácil solução, porque os castigos físicos nos apavoravam e nos enchiam de excitação e de receios, dando-nos motivo de dissabores tais que às vezes nos desencorajavam e faziam perder a boa vontade e o ânimo ante o rigor férreo da disciplina, que afinal de contas, era regra geral naquele tempo (PENTEADO, 1944, p.47-48)

Na prática, as escolas modernas paulistanas ministravam uma educação híbrida, que abarcava elementos tanto do otimismo pedagógico como também da pedagogia libertária, bem como abrangiam autores como Ferrer e Tolstoi, como foi o caso da Escola Moderna n.1, como também de outros autores libertários, a exemplo da Escola Nova, fundada no ano de 1915, também localizada em São Paulo e ligada à COB.

De inspiração libertária, essa escola, que tinha como principais inspirações Kropotkin¹³⁸, e mais outras duas experiências pedagógicas ocorridas também em São Paulo durante a Primeira República, uma ministrada pela libertária Maria de Lacerda de Moura e outra pela professora dona Brites, além da experiência pedagógica da Escola Moderna do Ceará, demonstram na prática um caráter pedagógico híbrido, o que também descaracterizou o projeto revolucionário de educação da COB.

¹³⁸ Pior Alexeyevich Kropotkin (1842-1921). Nasceu de família aristocrática russa e foi educado para seguir a carreira militar dentro da qual serviu na Sibéria como oficial, onde desenvolveu suas aptidões pela geografia e sensibilizou-se pelo miserável estado da condição humana. Notabilizou-se como cientista, mas abandonou a carreira aos 30 anos, quando entrou para a I Internacional, solidarizando-se de imediato com a ala antiautoritária. (...) Escreveu *Memórias de um Revolucionário*, um dos seus livros mais importantes. Escreveu também *A Ajuda Mútua*, que é uma formulação das idéias clássicas comuns a quase todos os anarquistas, ou seja, de que a sociedade não passa de um fenômeno natural existente antes da aparição do homem, que por sua vez e por sua natureza, respeitaria as leis sem precisar de regulamentos artificiais, onde as pessoas se solidarizem, ajudando-se umas às outras.

(...) Contrário à violência por temperamento, preferia a discussão aberta à conspiração. Porém, escreveu que a revolução social não seria possível pelos meios pacíficos unicamente, porque a burguesia não cederia sem luta. Ver: COSTA, Caio Túlio. *O que é Anarquismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.51-52.

2.1 A Experiência Pedagógica da Escola Nova e outras peculiaridades

Acaba de instalar-se em São Paulo, na rua alegria, número 26, um instituto de instrução e educação, para meninos e meninas, e que se serve dos métodos racionais e científicos da pedagogia moderna (...) Os cursos primário e médio acham-se a cargo dos educadores Florentino de Carvalho e Antônio Soares. (CARVALHO, Florentino de. *A Vida*. Ano I, 28-02-1915, p. 79-80)

Fundada no ano de 1915 na cidade de São Paulo, sob o direcionamento do comitê pré-escola moderna¹³⁹, a Escola Nova foi uma outra experiência pedagógica que se equiparou ao ensino das escolas modernas fundadas no Brasil durante a Primeira República¹⁴⁰, no sentido de tentar aplicar a pedagogia racionalista, conforme mostra um artigo escrito no jornal *A Voz do Trabalhador*:

A Escola Nova.

Na capital do estado de São Paulo foi ultimamente instalado, em confortável prédio da rua da alegria, 26 (sobrado), um instituto de instrução e educação para meninos e meninas, cujo título encima esta notícia, estando já funcionando as respectivas aulas diurnas e noturnas, a qual serve-se dos métodos racionais e científicos da pedagogia moderna (...) Os cursos primário e médio acham-se a cargo dos professores Florentino de Carvalho e Antônio Soares.

O curso superior está sob a direção de pessoas de reconhecida competência, figurando entre elas o professor Saturnino Barbosa, Dr. Roberto Feijó, Passos Cunha, A. De Almeida Júnior, os quais lecionam matérias de sua respectiva especificidade (*A Voz do Trabalhador*, Ano III, 07-04-1915, n.69, p.2).

Conforme o que foi demonstrado no próprio anúncio, destaca-se o uso dos métodos racionalistas e científicos, tendo à frente o professor Florentino de Carvalho¹⁴¹ que, juntamente

¹³⁹ A criação do comitê pré-escola moderna de São Paulo, órgão vinculado à COB, precede a fundação da Escola Moderna n.1 (assim será chamada a primeira escola moderna criada no Brasil) e surge na ação de protesto pelo assassinato de Ferrer. Representa o agir do discurso libertário e de diferentes segmentos sociais preocupados em socializar amplamente os princípios da pedagogia ferrerista, colocando-os em prática. Ver: FORTUNATO, Marinice da Silva. *Uma Experiência de Autogestão: a Escola Moderna n.1 na sua gênese*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC. EHPS, 1992, p.140.

¹⁴⁰ De acordo com o professor Francisco Robson Alves de Oliveira, as principais escolas modernas criadas no Brasil sob a inspiração da COB e que mais se assemelhavam, apesar das suas peculiaridades, ao ensino racionalista eram: Escola Moderna n.1 e n.2 (São Paulo); Escola Moderna do Ceará, fundada no ano de 1911; Escola Moderna de Petrópolis, criada no ano de 1913; Escola Moderna de Bauru; Escola Moderna de Porto Alegre, fundada em 1919; Escola Nova, que ficava localizada no Rio de Janeiro e fundada no ano de 1920; Escola Livre, criada em 1920 em Petrópolis; escola Eliseu Réclus - Porto Alegre; Escola Moderna de Franca - 1912; Escola Moderna de Sorocaba - 1912; Escola 1 de maio - Rio de Janeiro - Vila Isabel- 1920; Escola Joaquim Vicente - São Paulo - 1920; Escola da Liga da Construção Civil- Niterói- 1920; Escola para operárias do centro feminino jovens idealistas - 1920 - São Paulo; Escola Nova - 1915- São Paulo; Universidade Popular de Cultura Racional, fundada por Florentino de Carvalho e anexa à Escola Nova - 1915; Escola Profissional - 1920 - Rio de Janeiro, fundada pela União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, que tinha o anarcossindicalismo como tendência política hegemônica. Ver: OLIVEIRA, Francisco Robson Alves de. *A Circulação do Conhecimento Pedagógico Anarquista entre Brasil e Portugal (1900-1930)*. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, 2020.

¹⁴¹ Florentino de Carvalho (1889 - 1947), era o pseudônimo do anarcossindicalista Raymundo Primitivo Soares, espanhol, nascido na província de Oviedo, que traçou os princípios filosóficos e metodológicos das escolas

com sua irmã Antônia Soares, ambos professores da escola e também membros do comitê pró-escola moderna, aplicaram uma outra experiência pedagógica de autogestão, junto das experiências aplicadas citadas anteriormente pelas escolas modernas paulistanas n.1 e n.2, respectivamente, colocando em prática também alguns dos pilares do ensino racionalista: autogestão, o questionamento social, um ensino não repressivo, entre outros. Assim sendo, objetivando uma reforma intelectual e moral, num projeto político-pedagógico que intencionava uma nova ordem social e econômica ácrata.

Do ponto de vista pedagógico, a Escola Nova e as escolas modernas fundadas sob a inspiração da COB estavam à frente do seu tempo – não apenas por colocarem em prática uma contra pedagogia, entendendo a educação como um instrumento de emancipação do operariado, mas também por operacionalizar questões que ainda hoje não foram colocadas em prática por completo no ensino público brasileiro, por exemplo: a relação escola-comunidade por meio da utilização do espaço escolar, vistos como sujeitos ativos do processo educacional, atividades artísticas em comum, reuniões, entre outros, entendidas como base para a socialização e, ao mesmo tempo, humanização dos mesmos.

Cabia ao comitê pró-escola moderna de São Paulo angariar os recursos necessários para concretização destas e também de outras escolas racionalistas a serem fundadas tanto na capital paulista, como também no interior do estado. O *jornal A Lanterna*, periódico paulistano também vinculado à COB, datado de 15 de janeiro de 1910, traz os nomes de alguns dos cooperadores que compunham esse comitê, ressaltando que este era formado não só por anarcossindicalistas, mas também pelo que eles denominavam de livre-pensadores (marxistas, sociais-democratas, anarquistas, liberais, maçons, entre outros):

Leão Aymoré (guarda-livros) – secretário; Dante Ramenzoni (industrial) – tesoureiro; José Sanz Duro (comerciante) – tesoureiro; Pedro Lopes (industrial); Tobias Boni (artífice); Luiz Daniani, Edgar Leuenroth, Eduardo Vassimon, Neno Vasco, Oreste Ristori jornalistas) (*A Lanterna*, n.14, 15-01-1910 *apud* FORTUNATO, 1992, p.149).

Apesar da COB ter um projeto revolucionário anarcossindicalista, o não sectarismo

operárias paulistanas. Imigrou com a sua família para São Paulo ainda criança e chegou a trabalhar como cabo da polícia, até conhecer os escritos de Piotr Kropotkin, intelectual anarquista russo.

Tornou-se operário e membro da COB, sofrendo por isso perseguições, o que levou esse intelectual a fugir para a Argentina, onde entre outras ações, exerceu a função de professor conforme os princípios da Escola Moderna fundada por Ferrer na Espanha. Deportado da Argentina para a Espanha, foi retirado do navio por membros da COB, quando fez escala no porto de Santos. Durante o governo Vargas, com o arrefecimento do movimento anarcossindicalista, procurou sobreviver como professor na cidade de Oriente, interior de São Paulo, cidade na qual viveu até o seu falecimento, aos 58 anos de idade. Ver: Wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Florentino_de_Carvalho.

dessa instituição, demonstrado não só pela composição heterodoxa dos membros do comitê pró-escola moderna, mas também da própria instituição, acabou redundando em diferentes intencionalidades em relação à educação e no surgimento de várias experiências educacionais híbridas tanto em São Paulo, como também nos outros estados, que misturavam as ideias pedagógicas de Ferrer, com a de outros intelectuais (liberais, anarcossindicalistas, entre outros), conforme já citado anteriormente.

Foi neste sentido que o historiador inglês, E. P. Thompson, escreveu em um dos poucos textos que analisa explicitamente a questão da educação, enfatizando que a experiência modifica, às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional (THOMPSON, 2002, p.13). Neste aspecto, assim como a economia moral do operariado brasileiro da Primeira República reduziu a utopia revolucionária da COB ao aspecto puramente reformista, o mesmo ocorreu com o seu projeto educacional, afinal de contas, a escola é também uma máquina de aceleração (ou estranhamento) cultural em relação à transmissão cultural intergeracional (THOMPSON, 1998, p.18). A utopia educacional da COB quanto a um ensino racionalista com uma formação integral, esbarrou também nas experiências vividas dos intelectuais que organizaram essas mesmas escolas, colocando em prática seus ideais em relação à educação que, muitas das vezes, não eram necessariamente anarcossindicalistas.

Essas peculiaridades, fortemente marcadas tanto pelas experiências vividas dos intelectuais da COB, como também pelas experiências percebidas das classes subalternas brasileira da Primeira República, também se fizeram presentes na experiência da Escola Nova. Em síntese, fundada numa conjuntura tanto de ascensão do movimento operário, bem como do aumento da demanda por escolarização, a Escola Nova foi além do que faziam as escolas modernas brasileiras que, em sua grande maioria, eram escolas primárias, pois o seu diretor Florentino de Carvalho fundou, anexa à escola, uma universidade popular com o intuito de formar professores com ideário libertário. Esta Instituição foi denominado pelo diretor de universidade popular de cultura racional e científica.

Com isso, aplicava-se também uma das duas resoluções do II congresso da COB, realizado no ano de 1913, no tocante à educação. A primeira delas, deliberou-se a preocupação com uma educação que unisse o trabalho manual ao intelectual, conforme mostra esse trecho de um artigo escrito pelo membro da COB Astrogildo Pereira: Propomos que, além de escolas racionalistas, sejam criados também cursos profissionalizantes de educação técnica e artística (PEREIRA, Astrogildo. *A Voz do Trabalhador*, 01-10-1913, n.4, p.1). A segunda resolução, diretamente ligada à realidade da Escola Nova, diz respeito à necessidade de se discutir princípios metodológicos que orientassem a conduta docente e a organização curricular das

escolas operárias a serem criadas, além de preencher uma demanda ligada à formação de professores anarcossindicalistas formadas diretamente pela COB. Logo, coube ao professor Florentino de Carvalho o papel de organizador desses princípios educativos curriculares curricular da Escola Nova. Segundo ele:

Há pessoas que lidam pouca importância aos métodos de ensino: o essencial é que os meninos aprendam... seja o que for.

Se algum interesse os pais tomam pela instrução dos filhos é para prepará-los em materiais de leitura e contabilidade, a fim de adquirirem com menos embaraço uma colocação de preferência, ou um diploma de certa profissão, mais ou menos elevada. Estuda-se sempre com o fim de suplantar os semelhantes na luta pela existência; nunca com o fim de criar uma cultura racional. Este critério não predominava somente nas famílias ignaras. Alguns militantes do livre pensamento, e mesmo dos ideais mais ou menos libertários, afirmam que os indivíduos educados nos colégios dos jesuítas, quando passam as nossas fileiras, vêm a ser os melhores elementos de nossa grei, porque agem com mais conhecimento de causa (CARVALHO, Florentino de. *A Voz do Trabalhador*, ano VII, 01-01-1914, n.46, p.2).

Dito isto, para esse intelectual, o conceito de educação estaria vinculado organicamente ao pensamento de consciência de classe (compreendido como tendo interesses e valores comuns libertários), de forma a consistir num fator importantíssimo na solução das contradições existentes nas relações de classes. Ou seja, cabendo à COB um papel importantíssimo, tanto na função organizativa, bem como na função de preparar os quadros formadores dentro do processo de guerra cultural¹⁴². Inclusive, por isso, a preocupação do professor Florentino de Carvalho em fundar uma universidade popular que preparasse professores para exercerem esse papel social e organizacional na construção de uma nova cultural.

Coube, ainda, ao próprio Florentino de Carvalho a direção e a coordenação dessa universidade popular que, anos mais tarde, passou a ser administrada por João Penteado. Já os professores que integravam o quadro eram: Saturnino Barbosa, Dr. Roberto Feijó, Alfredo Júnior, Passos Cunha e Almeida Rego, todos membros da COB que lecionavam de graça, o que

¹⁴² Considerando que a instrução foi até época recente evitada pelas classes aristocráticas e pelas igrejas de todas as seitas, para manterem o povo na mais absoluta ignorância, próxima à bestialidade, para melhor explorarem-no e governarem-no; Considerando que a burguesia, inspirada no misticismo, nas doutrinas positivistas e nas teorias materialistas, sabiamente invertidas pelos cientistas burgueses, os quais metamorfoseiam a ciência segundo os convencionalismos da sociedade atual e monopolizam a instrução, e tratando de ilustrar o operariado sobre artificiosas instruções que enlouquecem os cérebros dos que frequentam as suas escolas, desequilibrando-os com os deletérios sofismas que constituem o civismo ou a religião do Estado; Considerando que esta instrução é ministrada juntamente com a educação prática de modalidades que estão em harmonia com a instrução aplicada; Considerando que esta instrução e educação causam males incalculavelmente maiores do que a mais supina ignorância e que consolidam com mais firmeza todas as escravizações, impossibilitando a emancipação sentimental, intelectual, econômica e social do proletariado e da humanidade; Considerando-se que este ensino baseia-se no sofisma e afirma-se no misticismo e na resignação (CARVALHO, Florentino de. *A Voz do Trabalhador*, 01-10-1913, n. 4, p.4).

demonstrava uma crença incontestável não só dos ideais anarcossindicalistas por parte destes intelectuais, mas também de ver a educação não como uma mercadoria, mas como um bem cultural, ou melhor, uma contra pedagogia.

Pertencia à sua irmã, Maria Antônia Soares¹⁴³, e também ao próprio Florentino de Carvalho, o ensino primário na Escola Nova, o que também demonstrava a sua humildade enquanto intelectual, delegando a outros o ensino na formação dos professores. Vale destacar também que suas irmãs: Maria Angelina Soares, Matilde Soares, Pilar Soares e a própria Maria Antônia Soares – chegaram também a fundar duas escolas racionalistas femininas no ano de 1920, na cidade São Paulo, nos bairros da Móoca e do Brás, respectivamente, atuando de forma efetiva na mesma proporção que seu irmão na luta por escolarização dos operários paulistanos.

Seguidor das ideias de Kropotkin¹⁴⁴, o que não o impedia de copiar também as ideias de Bakunin ou Proudhon, o professor Florentino de Carvalho acabou criando um ensino racionalista híbrido nestas duas instituições de ensino, que neste caso específico misturava tanto algumas das experiências de Ferrer, na Escola Moderna de Barcelona, assim como das ideias de Kropotkin, de onde veio a sua inspiração revolucionária anarcossindicalista.

Florentino de Carvalho, que já havia implementado esta modalidade de ensino, quando diretor da Escola Moderna n. 2, antes de Adelino de Pinho, ao dirigir também a Escola Nova teve a mesma preocupação com uma educação integral, cujo objetivo consistia em promover a emancipação dos seus alunos, sabendo que estes eram, em sua grande maioria, operários, isto é, sujeitos ativos e passivos do processo revolucionário de acordo com a teoria libertária.

Desse modo, havia por parte deste intelectual uma preocupação com um ensino baseado

¹⁴³Maria Antônia Soares, chegou inclusive a ajudar a fundar o centro feminino jovens idealistas, no ano de 1913, que no ano de 1920 criou o centro feminino de educação, com o objetivo de se posicionarem em igualdade com os homens, conforme mostra o jornal *A Plebe*: Depois de ter passado pelo seu período de desorganização como todo elemento de vanguarda social, um grupo de companheiras de denota boa vontade, trabalha, e tem se esforçado para reunir em uma associação todas as suas camaradas e amigas para bem unidas poderem desenvolver um trabalho de educação e de emancipação do elemento feminino no Brasil. No dia 17, terça-feira, effectuou-se a primeira secção de propaganda no salão da rua Brigadeiro Machado, onde a companheira Izabel Cerrutti leu uma excelente conferencia, estudando a emancipação da mulher sobre o prisma libertário e demonstrando com eficiencia de argumentos que a emancipação da mulher não está na igualdade desta perante o homem nas prerrogativas políticas e de mando, mas sim na emancipação da humanidade da tutela política e na igualdade economica e social de todo o genero humano. Demonstrou, e com solidos argumentos, que a mulher não é escrava do homem, mas sim escrava juntamente com o homem de mil preconceitos, e victima como elle da exploração e da separação exercida pelos potentados de ambos os sexos, tanto sobre o homem como sobre a mulher. Igualai-a aos homens, diz, é ficar onde estamos, pois que o homem é escravo e explorado; que devemos é lutar do lado e junto aos homens para que a emancipação seja um facto, não para a mulher ou para o homem, mas sim para a humanidade, pois que os dois sexos se integram e se completam. Ao terminar deu por fundado o centro feminino de educação. (NASCIMENTO, José Alves. Centro Feminino de Educação. *A Plebe*, 21-10-1922, n.193, p.2).

¹⁴⁴De acordo com Kropotkin, a revolução anarcossindicalista deveria basear-se nas federações de comunas locais e nos grupos interdependentes, evoluindo a sociedade de uma etapa coletivista de apropriação dos meios de produção pelas mesmas comunas, até o comunismo. Ver: KROPOTKIN, P. *Textos Escolhidos*. Rio Grande do Sul: LPM, 1987.

nos pressupostos racionalistas e científicos, em oposição às ideias de natureza religiosa:

Quando estudamos um simples compêndio de geografia que nos descreve a flora e a fauna e outras riquezas dos diversos países, dando a entender que são desfrutadas por todos os seus habitantes, poderemos racionalmente deixar de explicar que essas riquezas beneficiam exclusivamente determinados indivíduos e que a imensa maioria se definha de miséria, ao pé de grandes depósitos, que produziram com o seu próprio trabalho

Não! A escola deve tender para a educação integral, não escondendo nenhuma das verdades demonstradas pela experiência; deve facilitar os meios para que os alunos possam adquirir os conhecimentos mais essenciais a fim de eles mesmos criem a sua educação.

Para formar uma verdadeira cultura é preciso criar ao redor da infância um ambiente de justiça, de independência e de estética que a liberte dos vícios e dos preconceitos que adquire quando está em contato com os elementos de degeneração da sociedade presente.

E não há dúvida de que com este método de educação se conseguirá formar homens mais equilibrados, mais sãos, mais racionais do que os que possam vir ao nosso campo, passando primeiramente pelas academias da corrupção e do fanatismo, cujos vestígios dificilmente desaparecem de uma forma radical (CARVALHO, Florentino de. *A Voz do Trabalhador*, 01-01-1914, n. 46, p.2).

Vale destacar que, naquele contexto, a elaboração do programa educacional do comitê para o ensino anarquista (1882), prevê tanto os trabalhos de Robin sobre educação integral¹⁴⁵, assim como o envolvimento com a educação racionalista, desenvolvida por Francisco Ferrer, que pertencem a esta fase histórica, como também a criação de centros de estudos de escolas racionalistas ou modernas e de universidades populares (FORTUNATO, 1992, p. 62-63).

O comitê para o ensino anarquista (1882) composto por Kropotkin, Réclus, Grave, entre outros, era a o ponto de referência da COB em relação à educação, neste sentido, seguiam-se as suas diretrizes político-pedagógicas, principalmente no eixo Rio-São Paulo, em que o anarcossindicalismo era a principal corrente política dos centros operários dessa região. De acordo com a professora Marinice da Silva Fortunato:

Este programa educacional propõe a supressão da disciplina, que gera a dispersão e a mentira dos programas, que anulam a originalidade, a iniciativa e a responsabilidade das classificações, que geram a rivalidade, a inveja e o rancor. Assim, o ensino deverá e poderá ser verdadeiramente integral (FORTUNATO, 1992, p.7).

¹⁴⁵ A educação integral é assim definida por Robin: Não temos, por nada deste mundo, a pretensão de fazer dos nossos alunos sábios universais (...). Entendemos por esta expressão de educação integral a que leva ao desenvolvimento progressivo e bem equilibrado do ser inteiro, sem lacunas, sem mutilação, sem que nenhuma faceta da natureza humana seja descurada nem sistematicamente sacrificada a outra. No conjunto da educação e em cada uma das suas partes consideradas separadamente, seguimos a aplicação do mesmo princípio de integralidade, de inteireza - se preferes esta velha palavra, que mereceria ser recuperada - de proporção e de harmonia, persuadidos de que a felicidade do próprio indivíduo e a sua capacidade de concorrer para a felicidade de todos depende disso. Ver: DOMMANGET *apud* FORTUNATO, 1992, p. 55-56, tradução livre.

Na opinião de Kropotkin, referência anarcossindicalista do professor Florentino de Carvalho:

O ensino Integral - favorece o desenvolvimento harmonioso de todo o indivíduo e fornece um conjunto completo, coerente, sintético e paralelamente progressivo em todos os domínios do conhecimento intelectual, físico, manual e profissional, sendo as crianças exercitadas nesse sentido desde os primeiros anos; Racional - fundamentado na razão e conforme os princípios da ciência atual, e não na fé, no desenvolvimento da dignidade e da independência pessoal, e não na piedade e na obediência; na abolição da ficção divina, causa externa e absoluta da servidão; misto - favorece a co-educação sexual numa comunhão constante, fraternal entre meninos e meninas; Libertário - consagra em proveito da liberdade o sacrifício progressivo da autoridade, uma vez que o objetivo final da educação é o de formar homens livres que respeitem e amem a liberdade alheia (KROPOTKIN *apud* FORTUNATO, 1992, p. 58, tradução livre).

De qualquer maneira, o interesse central desse esforço educacional está, como dizia Bakunin (e também marxistas como Antônio Gramsci), na concepção mais complexa e rica daquilo que a educação deve pressupor: que ela não se reduz simplesmente a procedimentos didáticos, mas sim a uma concepção distinta de sociedade e de trabalho na construção de uma sociedade igualitária e autogerida (MORAIS, 2013, p.179).

Foi a partir destes novos princípios político-pedagógicos, que o comitê pró-escola moderna de São Paulo concretizaram, dadas as suas devidas peculiaridades, através dos seus diretores e professores, essas novas experiências das escolas racionalistas¹⁴⁶, tanto nas escolas modernas n.1 e n.2, administradas respectivamente por João Penteado e Adelino de Pinho, como também na própria Escola Nova¹⁴⁷, dirigida por Florentino de Carvalho, além de outras escolas operárias espalhadas pelo Brasil afora.

Neste sentido, o professor Florentino de Carvalho passou, através da Escola Nova, a contrapor-se aos métodos e princípios educativos do ensino oficial. Desta forma, pondo na

¹⁴⁶Considerando o ambiente social e as peculiaridades dos indivíduos envolvidos, pode-se afirmar que, apesar das escolas modernas paulistanas terem sido geradas a partir do exemplo da Escola Moderna de Barcelona e dos registros deixados por seu idealizador, ocorreram pequenas distorções na sua implementação, por exemplo o oferecimento de aulas de trabalhos manuais como bordado, costura, etc., especificamente para as meninas. Ver: MORAIS, Carmem Sylvia Vidigal. *Educação Libertária no Brasil*- Acervo João Penteado: Inventário de Fontes. São Paulo: Fap-Unifesp: Edusp, 2013, p.125.

¹⁴⁷Após o fechamento da Escola Moderna, pela diretoria da instrução pública, em 1919, João Penteado vai dirigir outra instituição, a Escola Nova. Para poder funcionar, obteve, tal como a Escola Moderna, o reconhecimento oficial regulamentado pelo decreto federal de 5 de janeiro de 1905 e autorizada pela diretoria da instrução pública, de acordo com a lei estadual n.1.579, de 14 de dezembro de 1917). (...) Sua localização continua a ser o bairro do Belenzinho, na rua Saldanha Marinho n.8. Surge como estabelecimento particular, em regime de internato e externato, e é mantida com as mensalidades pagas pelos alunos. Não há, agora, listas de subscrições e auxílios de pessoas ou de associações operárias, pelo menos de modo explícito. Apenas uma única notícia nas páginas de O Início informa a mensalidade a ser paga pelos alunos do curso comercial, sem mencionar a dos demais cursos-primário e médio. Ver: MORAIS, Carmem Sylvia Vidigal. *Educação Libertária no Brasil*. Acervo João Penteado: Inventário das Fontes. São Paulo: Fap-Unifesp: Edusp, 2013, p.158-159.

prática o racionalismo, princípio educativo esse no qual a criança, filha de trabalhadores, pudesse receber um ensino para vencer a alienação, sendo o instrumento para inserção plena e consciente no processo de luta política:

O método intuitivo, demonstrativo e objetivo é o tecnicismo pedagógico que pode ser mais ou menos limitado, e aplicado de forma a não prejudicar o regime estabelecido.

O método racional de analisar e conceber a natureza e a vida, é o que foi desprezado porque o Estado e as castas aristocráticas ou burguesas, não devem estar dispostas a abrir falência em benefício do bem estar e do desenvolvimento integral de todos os indivíduos que fazem parte de toda a colméia humana (CARVALHO, Florentino de, *A Voz do Trabalhador*, 01-01-1914, n.46, p.2).

Além disso, ele completa o seu argumento afirmando que foi o positivismo que forneceu as bases para que o Estado organizasse sistemas educacionais diferenciados: Mesmo nas democracias, onde se diz ser um fato a igualdade perante a lei, a instrução é um privilégio dos ricos. No entanto a coerência é patente: Augusto Comte na sua filosofia positivista estabeleceu um sistema de instrução e educação compatível com o regime capitalista. Diz, textualmente, que aos ricos deve ser dada uma instrução integral ou universitária, e aos operários uma instrução elementar e profissional (CARVALHO, Florentino de. *A Voz do Trabalhador*, 01-01-1914, n.46, p.2).

Apoiada nessa filosofia discriminatória, as escolas oficiais nas primeiras décadas do século XX, na perspectiva COB e consequentemente de Florentino de Carvalho, reproduziam uma ordem moral contrária à solidariedade humana, princípio dos pensamentos tanto anarquista, como anarcossindicalista:

O ensino oficial produz, entre outros, os seguintes vícios ou enfermidades: a - pessimismo; b - tristeza; c- temperamento irascível; d - orgulho exagerado; e - presunção; f - ódio e desprezo ao estrangeiro; g- inclinação a ferir com gestos e com palavras a suscetibilidade de outrem, sentindo prazer em irritar e humilhar; h - inveja dos que gozam das melhores regalias; i - falsa comiseração pela extrema pobreza que reflete a diferença de condições (CARVALHO, Florentino de. *A Voz do Trabalhador*, 01-01-1914, n.46, p.2).

Neste sentido, uma das muitas contribuições da COB e, por consequência, dos seus intelectuais, a exemplo do professor Florentino de Carvalho que a diferenciam, foi explicitar a importância da superestrutura nesse processo de luta de classes contra as concepções economicistas da II Internacional, que consideravam a transição do capitalismo para o socialismo como um processo evolutivo e inevitável, desconsiderando a questão cultural, colocando-a no campo da superestrutura. Diferentemente, os libertários da COB, conferiam

uma grande importância à cultura e aos aparelhos ideológicos (educação, impressos, palestras, entre outros), como instrumentos fundamentais tanto para uma futura revolução anarcossindicalista, como também para a sua própria manutenção enquanto sociedade, já que para os mesmos, há uma guerra cultural inerente à luta de classes.

Neste sentido, havia por parte do professor Florentino de Carvalho, uma preocupação com a metodologia a ser aplicada na Escola Nova, já que caberia à educação ser o principal instrumento de politização da classe operária, formada à época em sua grande maioria por analfabetos ou mesmo por agricultores vindos do campo e acostumados ao paternalismo, incluindo nesse bojo até mesmo os imigrantes. Conforme escreveu o professor Francisco Robson de Oliveira:

A educação é o tema de maior centralidade das páginas libertárias, ela está vinculada por um lado à propaganda necessária visando à revolução social proposta, e por outro lado se coloca como a base que garantiria a consistência e maturidade dessa revolução - evitando assim contrarrevoluções. (...) Isso acontece porque a revolução para os anarquistas pressupõe não apenas ou prioritariamente uma mudança política, mas, sim, uma revolução social, posto que portadora de uma radical transformação de toda a cultura de organização política, aliada, em simultâneo, a autogestão econômica e principalmente de uma inequívoca mudança de princípios e novos valores, donde a educação assume destaque (OLIVEIRA, 2020, p. 30).

Assim, houve por parte desse intelectual, uma preocupação em cuidar do aprofundamento científico do conhecimento, tanto na Escola Nova como também na universidade popular, em oposição às ideias de natureza religiosa¹⁴⁸ comum no ensino daquele período. Na área de humanas, por exemplo, é dado à história universal e não somente do Brasil, ocorrendo o mesmo com a geografia, refletindo um caráter universal da chamada “grande família proletária mundial”:

As Matérias são: para o ensino primário: português, aritmética, geografia, botânica, zoologia, caligrafia e desenho.

Curso médio: português, aritmética, geografia, minerologia, botânica, zoologia, física, química, geometria, história universal, caligrafia, desenho, etc.

Curso superior: aritmética, álgebra, botânica, zoologia, minerologia, geometria, física, química, história universal, geologia, astronomia, desenho. Idiomas: português, italiano, espanhol, etc (*A Voz do Trabalhador*, 07-04-1915, n.69, p.2).

¹⁴⁸ O mais formidável de todos os obstáculos que se antepõe à nossa propaganda de emancipação social é a instrução clerical, mais ou menos disfarçada, que recebemos na primeira infância (...). Pois bem, depende de nós evitar desde já que os nossos filhos contraiam o mal; é criarmos nossas escolas, isolando-os do ambiente corrompido. (*A Lanterna*. n.214, 25-10-1913).

Entusiasmado, tanto com as ideias de Francisco Ferrer, como também com Kropotkin (1842-1921), o professor libertário Florentino de Carvalho conseguiu pôr em prática essa experiência híbrida com o foco dirigido para a formação científica, isso porque sobre o pretexto da divisão do trabalho separou-se violentamente o trabalho intelectual do braçal, de acordo com o seu teórico inspirador, Kropotkin:

A massa trabalhadora não recebe mais informação científica do que seus avós e, ademais, vê-se privada da pouca educação que poderia adquirir nas pequenas oficinas, enquanto que, seus filhos, homens e mulheres, condenados a viverem na mina ou na fábrica desde a idade de treze anos, esquecem logo o pouco que aprenderam na escola. Os homens de ciência, por sua parte, desprezam o trabalho braçal. Quem poderia fazer um telescópio ou outro instrumento menos complicado. Muitos não são capazes nem mesmo de desenhar um aparelho científico, somente dão uma vaga ideia ao construtor e deixam a este o cuidado de inventar o aparelho de que necessitam (KROPOTKIN, 1989, p. 51).

A Escola Nova funcionava nos mesmos moldes das escolas modernas paulistanas n.1 e n. 2, com a presença de dois professores, neste caso de Florentino de Carvalho e a sua irmã, no ensino primário. No caso da Escola Moderna, consta no anuário do ensino do estado de São Paulo de 1917, João Penteado e a sua irmã, e 74 alunos, sendo que destes, 60 eram do período diurno (LEUTPRECHT, 2019, p.159).

Além disso, o preço da mensalidade também era a mesma da cobrada nas escolas modernas n.1 e n.2, de 3\$000 réis (aula diurna) e 4\$000 réis (aula noturna), mas os livros e os materiais escolares eram fornecidos gratuitamente (MORAIS, 2013, p. 63). E esse foi justamente o primeiro grande problema a ser enfrentado, tanto por Florentino de Carvalho na condução da Escola Nova, como também por João Penteado e Adelino de Pinho, diretores das escolas modernas n.1 e n. 2, respectivamente.

De acordo com Edgar Leuenroth, diretor do jornal *A Lanterna* e Hélió Negro, membros da COB, metade dos chefes de família na época ganhavam entre 80\$000 e 120\$000. Além disso, também constavam outros problemas a serem acrescentados, tais como: grande número de filhos, moradias sem condições higiênicas, subnutrição, entre outros (FORTUNATO, 1992, p.103-104).

Isso porque, apesar dos preços estarem compatíveis com os salários dos operários, estes ainda assim sentiam em seu orçamento, uma vez que praticamente trabalhavam para sobreviver, o que na prática ajudava aos altos índices de evasão escolar.

O segundo obstáculo, que contribuiu para não perpetuação dessa nova experiência pedagógica, foi a própria manutenção dessas escolas por parte do comitê pró-escola moderna.

Em um artigo escrito no jornal *La Guerra Sociale* (São Paulo), no ano de 1917, avaliou-se o funcionamento dessas instituições e ao mesmo tempo mostra quais eram os seus problemas e deficiências:

(...) todas têm esbarrado com a insuficiência dos recursos ou com a falta de professores que reúnam as qualidades desejáveis para o exercício cabal de sua missão (...) Nenhuma delas nos satisfaz plenamente - digamo-lo sem rodeios - mas apraz-nos reconhecer que, com todas as suas imperfeições e lacunas são preferíveis, sob todos os pontos de vista, às escolas religiosas e do Estado - abstraindo mesmo as nefastas influências morais destes estabelecimentos de ensino¹⁴⁹.

O terceiro grande problema responsável pela evasão escolar nessas escolas estava diretamente ligado à recusa do ateísmo¹⁵⁰ presente no currículo dessas instituições de ensino, rejeição essa feita por grande parte dos pais da maioria desses alunos. Sobre essa problemática, foi inscrito um artigo no jornal *A Plebe*:

A igreja católica tem sido a instituição melhor aquinhoadada deste paiz desde a proclamação da república até hoje.

De serventueria que era do governo, durante o império, passou a ser livre, dona e dominadora da quase totalidade das consciências brasileiras, pois a república com a separação da igreja do estado, deu-lhe carta de alforria, libertou-se de todas as peias, de toda as obrigações, de todos os compromissos que ella tinha para com o governo, ficando ella do mesmo modo a predominar no espírito das populações, visto estas pela sua ignorancia, atrazo e iconsciencia se deixarem enfendar de corpo e alma a essa instituição secular que procura fazer bons negócios neste mundo, promettendo aos outros o paraizo celestial depois da morte (A República e a igreja. *A Plebe*, 18-08-1923, n.216, p.1).

Em 1930, a professora D. Brites e suas irmãs abriram uma escola que, segundo elas, fechou por falta de alunos em 1936, devido à posição anticlerical que assumiram ao protestar contra a volta do ensino religioso nas escolas públicas (BITTENCOURT, 1990, p.131).

Essa outra experiência pedagógica, também de caráter híbrido, pois misturava tanto elementos do ensino racionalista, como também com alguns elementos nacionalistas, a exemplo da valorização da cultura popular, sucumbiu diante de uma população com uma economia moral

¹⁴⁹ La Guerra Sociale, 01-09-1917 apud T. Calsavana. *Práticas da Educação Libertária no Brasil: A Experiência da Escola Moderna de São Paulo*, p.151.

¹⁵⁰ A igreja acusa a escola moderna de São Paulo de ser obra de estrangeiro. Alerta que brasileiros e patriotas, e não só os católicos vão sofrer as consequências com a instalação desta escola: verão a pátria insultada, as autoridades achincalhadas, as tradições do povo livre menoscabadas por estrangeiros ingratos que, desconsiderando o espírito de hospitalidade e de tolerância do povo brasileiro, têm a pátria como ficção monstruosa e considerando a bandeira um trapo sujo erguido na ponta de um pau. (...) Quando medito sobre todos os males que vi e sofri, proveniente de ódios nacionais, digo comigo que tudo isso repousa sobre uma mentira grosseira: o amor à pátria. Ver: *A Lanterna*, n.17, 05-02-1910 apud FORTUNATO, 1992, p.220-221.

fortemente marcada pelo cristianismo:

Caímos no Index da igreja. O pessoal que tinha matriculado seus filhos, tirou. Era tanta luta, não tínhamos dinheiro para pagar as professoras, desistimos. Diziam para as mães de alunos: A senhora bota seus filhos naquele colégio! Aquelas professoras não têm religião! A perda desse externato nos machucou muito (BOSI, 1983, p. 263).

O mesmo ocorreu com a experiência da escola dirigida pela professora anarquista Maria de Lacerda Moura¹⁵¹. Essa intelectual, entre os anos de 1921 a 1923, foi presidente da Federação Internacional Feminina, órgão criado com a finalidade de tornar a mulher brasileira um elemento ativo da formação nacional (BITTENCOURT, 1990, p.131).

O ensino da sua escola primária feito já nos anos 1920, após o fechamento das escolas modernas¹⁵² em São Paulo, era marcado por controvertidas posições variáveis entre o ideário nacionalista e o ideário libertário. Com isso, procurou alternativas de saber e cultura que proporcionassem meios e informações para que os subalternos resistissem à dominação e satisfizessem suas necessidades culturais (BITTENCOURT, 1990, p.130-131). De acordo com João Correia de Andrade Neto, tal fato explica-se porque:

A partir de 1920, com o enfraquecimento das forças anarquistas, o projeto de revolução social é retirado do escopo da pedagogia libertária que irá fixar-se, com destaque, na liberdade do indivíduo, deslocando o foco do coletivo para o sujeito. Em outras palavras, o projeto de revolução social da educação anarquista, levando a cabo no cotidiano escolar pela pedagogia libertária com métodos, materiais didáticos, ensino e suas revoluções cotidianas fora colocado em segundo plano favorecendo a penetração de conceitos, propostas e práticas anarquistas no ambiente de seus antigos inimigos. Ambiente e sujeitos que distorcerão e desviaram os propósitos antes elencados na educação anarquista teorizados e praticados na pedagogia libertária (NETO, 2008, p.108)

Porém, mesmo com essas mudanças, o seu ateísmo também afastou os pais dos alunos de matricularem seus filhos na escola, forçando-a também a fechar a escola. Anos mais tarde,

¹⁵¹ Em 1919, Maria Lacerda de Moura focava um dos principais diferenciais da escola moderna: a escola racionalista não pode ocultar a verdade de seus alunos e nem se tornar indiferente ante os problemas sociais e religiosos. Fá-los aparecer (MOURA, 1919, p.247). A coeducação foi outro aspecto ressaltado e defendido por esta importante militante, de acordo com a autora: A coeducação é o meio moral das sociedades desvendando o mistério que envolve a questão sexual na ignorância da única razão de ser da vida, num eterno pesadelo do desconhecido e do proibido (MOURA, 1919, p.242).

¹⁵² O fechamento das escolas modernas paulistanas, ocorrido no ano de 1919, foi feito por meio de uma determinação judicial que as acusava de não cumprir as exigências legais de funcionamento e de propagar ideias terroristas no seio de seus alunos. A interdição se deu após a explosão de uma bomba no interior de uma casa no Brás, que causou a morte de quatro anarquistas, entre eles José Alves, diretor da Escola Moderna de São Caetano. O acidente serviu de pretexto para que as autoridades iniciassem severas repressões aos libertários, a começar pelo fechamento das escolas modernas. A decisão judicial não ocorreu, no entanto, sem a resistência de João Penteado, que lutou de todas as formas legais possíveis para evitar tal injustiça, sem sucesso. Ver: MORAIS, Carmem Sylvia Vidigal. Acervo João Penteado: Inventário de Fontes. São Paulo: Fap - Unifesp: Edusp, 2013, p.130.

entre 1926 e 1937, após o fechamento, passou a morar na colônia de Guararema, onde pôs em prática a sua modalidade de educação nacional com os companheiros e seus filhos (BITTENCOURT, 1990, p.131).

No ano de 1928, no jornal *O Ceará* aparece uma troca de cartas entre a então jovem cearense Raquel de Queiroz (naquela altura usando o pseudônimo de Rita de Cássia) e a anarquista Maria Lacerda de Moura¹⁵³ (OLIVEIRA, 2020, p.119). Em outubro de 1928, o jornal publicou:

Brevemente teremos as nossas páginas abrilhantadas pela colaboração das mais pujantes, valorosa e luminosa penna feminina do nosso paiz: a penna maravilhosa de Maria Lacerda de Moura (...) Espírito culto e combativo de rara lucidez e poderosas qualidades de polemista, a vibrante escritora está sempre na vanguarda dos opostos libertários, no *front* das luctas contra o fanatismo, o erro e o preconceito arraigado na retardaria mentalidade social (*O Ceará*, 17-10-1928, p.1).

A outra experiência de ensino racionalista no Brasil, que com as suas peculiaridades destacou-se, foi a Escola Moderna do Ceará. Fundada pelo professor anarquista Moacyr Caminha, membro da COB, no ano de 1911, esta escola para funcionar contou até com os recursos do próprio professor, além de subscrições junto aos intelectuais das camadas médias urbanas, também das mais variadas correntes políticas daquele estado, que contribuíam com a causa.

Ao nos depararmos com as disciplinas lecionadas nessa Escola Moderna, nota-se a influência libertária do seu idealizador:

AULAS Nocturnas, das 7 às 10:00- Matrícula Gratuita.

Curso Francisco Ferrer:

Educação physica, orgânica, intelectual e moral da infância proletária, segundo os methodos scientificos e racionais da pedagogia moderna cujos princípios basilares são: o estudo científico da criança; a associação eficaz do médico e do educador; a colaboração sincera da família e da escola na obra educativa.

Este curso, que ficará a cargo de uma professora idonea, abrir-se-a em janeiro do anno proximo vindouro.

Aulas diurnas; matriculas gratuita (...) Moacyr Caminha - O Director (*O Ceará*, n.1413,25-10-1911, p.1.)

¹⁵³ Obras de Maria Lacerda de Moura: *Em torno da Educação* (1918); *Por que vence o Porvir* (1919); *Renovação* (1919); *A Mulher e a Maçonaria* (1922); *A Fraternidade e a Escola* (1922); *A Mulher Hodierna e o seu papel na Sociedade Atual e na Formação da Civilização Futura* (1923); *A Mulher é uma Degenerada!* (1924); *Lições de Pedagogia* (1925); *Religião do Amor e da Beleza* (1926); *Clero e Estado* (1931); *Amai e não vos multipliqueis* (1932); *Han Ryner e o Amor Plural* (1933); *Serviço Militar Obrigatório para a Mulher- Recuso-me! Denuncio!* (1933); *Clero e Facismo* (s-d); *Facismo, filho dileto da Igreja e do Capital* (s-d); *Ferrer, O Clero Romano e a Evolução Laica* (1934); *Português para os Cursos Comerciais* (1940) e *Silêncio* (1948, obras póstumas).

As citações acima anunciam, portanto, a presença das teses da Escola Moderna de Barcelona, tanto pelo próprio nome da escola quanto pelo curso Francisco Ferrer, bem como demonstra o programa amplamente afinado com os outros programas da Escola Moderna espalhadas pelo mundo (OLIVEIRA, 2020, p.75).

Essa nova experiência pedagógica foi inédita, vinculada à Federação dos Trabalhadores do Ceará, órgão aglutinador dos trabalhadores urbanos e rurais deste estado, vinculado à COB. Era formada por intelectuais das camadas médias urbanas e por líderes operários, formados nesta mesma instituição, assim, essa central sindical, apesar de ser de cunho anarcossindicalista tinha também em seus quadros outras linhas ideológicas (liberais, marxistas, maçons, entre outros).

Neste aspecto, escreveram Francisco Hardman e Victor Leonardi:

No Ceará, o movimento operário conheceu uma certa efervescência na virada de décadas, especialmente nos anos 1919-1922. É o que podemos concluir da leitura dos jornais Ceará socialista, Voz do Gráfico e O combate, editados em Fortaleza nessa fase. O primeiro deles aparecia como porta-voz do partido socialista cearense, funcionando à rua Major Facundo, 256, sendo seus diretores Eurico Pinto, Gastão Justa, Joaquim Alves e Raymundo Ramos (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 241).

Contudo, na prática o movimento operário atuava dentro da ordem vigente, o que demonstrava que o número de anarcossindicalista e marxistas, era menor do que os das outras correntes políticas. O próprio Partido Socialista Cearense, parece ser uma manifestação tardia da social-democracia em nosso país (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 241).

Esse não sectarismo da Federação dos Trabalhadores do Ceará, apesar de ser louvável, na prática, abortava tanto o projeto revolucionário da COB, como até mesmo os objetivos da Escola Moderna cearense, que foram distorcidos por alguns dos seus intelectuais, que acreditavam numa atribuição quase messiânica dada à educação, conforme já citado nesse trabalho em outras experiências.

Em suma, num contexto histórico revolucionário, marcado tanto pela revolução russa, como pela ascensão da COB no Brasil, a fundação dessas escolas operárias foi, sem sombra de dúvida, uma vitória do movimento operário brasileiro da época, dadas as devidas distorções e alfabetizações.

Os exemplos dessas experiências pedagógicas demonstram isso. Todavia, esses projetos educacionais também esbarraram – assim como os seus objetivos revolucionários quando estes eram, de fato revolucionários – numa população fortemente marcada por uma economia moral cristã, que ou rejeitavam através da evasão escolar este projeto, ou a usavam para se

qualificarem para o mercado de trabalho.

Um outro ponto a ser considerado dentro das condições objetivas em relação à escolarização, foi o fato da alfabetização ter se constituído como parte integrante dos direitos políticos do cidadão, visto que, sob o regime da Primeira República, para se ter direito ao voto era preciso ser alfabetizado, de maneira a atrair a população de adultos para alfabetizar-se. Contraditoriamente, os valores cobrados pelas escolas modernas era um outro empecilho, para a continuidade dessas novas experiências, pois, conforme já citado anteriormente, qualquer valor a ser pago por essa população operária, por menor que fosse, impactava diretamente na baixa renda mensal dessa classe, aumentando a evasão escolar tanto nos turnos diurnos, que atendia majoritariamente as crianças, como também no turno noturno, formado por essa população de adultos.

Outra questão, que também distorceu o projeto revolucionário da COB, foi em relação às disciplinas lecionadas nestas escolas operárias, no qual, apesar da semelhança com as da Escola Moderna de Barcelona, misturava-se com outros projetos via educação ou mesmo eram formados por disciplinas totalmente distintas desse ideal educacional ácrata.

2.2 As Disciplinas Lecionadas nas Escolas Operárias Ligadas à Confederação Operária Brasileira e as Leituras Recomendadas

(...) As Escolas Públicas, primárias e superiores, fornecem uns programas instrutivos, cuidadosamente compilados pelos governos, e consoantes com os interesses econômicos, políticos, partidários, etc. (LIMA, Efren. *A Vida*, n. 3, 31-01-1915, p.6).

Neste trecho de um artigo escrito na revista *A Vida*, o jornalista e professor Efren Lima, intelectual filiado à COB, mostra em poucas palavras a importância dos programas instrutivos educacionais para a concretização de projetos políticos hegemônicos, reafirmando a tese do professor Florentino de Carvalho, o que comprova, na prática, que toda relação pedagógica é hegemônica ou contra-hegemônica. Neste sentido, para Efren Lima era necessário que essas escolas operárias criadas naquela conjuntura – justamente em oposição às escolas patrocinadas pelo Estado e também àquelas escolas confessionais – tivessem disciplinas que desconstruíssem tudo o que os alunos tenham aprendido: crenças religiosas, amor pelas pátrias, respeito às autoridades, obediência às leis, proteção à propriedade privada, e milhares de monstruosidades análogas (LIMA, Efren. *A Vida*, n.3, 31-01-1915, p.6).

Diante disso, de acordo com um artigo escrito por um anônimo no jornal *A Lanterna*:

Para a fundação de escolas segundo o modelo das que fundou Ferrer era indispensável: 1 - A edição de livros escolares e obras apropriadas para o ensino da educação racionalista; 2 - a preparação de professores racionalistas. Para conseguir isso (...) o meio mais prático é a constituição de um centro editorial e fornecedor de material de ensino, instruções e professores. Assim teremos garantia de escolas em todas as localidades do Brasil onde haja elementos livre-pensadores para sustentá-las (*A Lanterna apud JOMINI*, 1990, p.37).

Na prática, parte destes fins foram conseguidos pela COB¹⁵⁴, uma vez que as duas universidades populares foram fundadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, apesar da pouca duração de existência, formaram alguns quadros de professores que atuaram nas escolas modernas, principalmente no eixo Rio-São Paulo. Além disso, o comitê pró-escola moderna conseguiu, através de doações de filiados e simpatizantes, um centro editorial para o fornecimento do material didático destas escolas, que eram doadas gratuitamente aos alunos destas mesmas instituições escolares.

Assim, as escolas modernas espalharam-se pelo Brasil afora durante a Primeira República¹⁵⁵. Entretanto, essas mesmas instituições escolares em seu fazer-se, constituíram-se com um ensino híbrido, inspirado tanto pela concepção de uma educação integral defendida por Francisco Ferrer¹⁵⁶, como também pelas ideias libertárias de vários pensadores, a exemplo de:

¹⁵⁴ A preocupação com a educação escolar do operariado durante a Primeira República, não era exclusividade da COB, já estavam presentes também nos programas dos primeiros partidos operários brasileiros. Os programas do Partido Operário ou Socialista, do Partido Operário Brasileiro, do Partido Democrata Socialista e também do Partido Socialista Brasileiro, tinham em comum nos seus programas, três reivindicações, que na verdade faziam parte da tradição do pensamento educacional e pedagógico do movimento operário europeu: a gratuidade do ensino o ensino laico, a ênfase na necessidade do ensino técnico profissional. Ver: FORTUNATO, Marinice da Silva. *Uma Experiência Educacional de Autogestão: a escola moderna n.1 na sua gênese*. Dissertação de Mestrado. EHPS-PUC-SÃO PAULO. São Paulo, 1992, p.130.

¹⁵⁵ Estas são algumas das escolas modernas inspiradas pela COB: 1900 - Escola Dante Alighieri - SP- capital-Brás, que alfabetizou italianos e brasileiros tendo posteriormente se transformado em universidade livre; 1902- Escola Racionalista Libertária- SP- capital; 1904 - Escola Sociedade Internacional - Santos - fundada pela União dos Operários alfaiates; 1907- Escola Livre - Campinas - fundada pela liga operária; 1907- Escola Noturna - Santos - fundada pela Federação Operária; 1908 - Escola Primeiro de maio n- Rio de Janeiro - Vila Isabel; 1909 - Escola Social - Campinas - fundada pela Liga Operária; 1909 - Escola Operária dos vidreiros - SP - dirigida por Edmundo Rossoni, vindo da Itália especialmente a convite da COB; 1911- Escola Moderna do Ceará; 1912 - Escola Nova - SP- fundada e administrada por Florentino de Carvalho; 1912- Escola da União Operária de Franca - SP- fundada por Teófilo Ferreira; 1912 - Escola da Liga Operária de Sorocaba; 1912 - Escola Moderna n.1- administrada por João Penteado; 1913 - Escola Moderna n.2 - dirigida inicialmente por Florentino De Carvalho, e depois por Adelino de Pinho; 1914 - Escola Moderna de Pernambuco; 1920 - Escola Joaquim Vicente - SP; 1920 - Nova Escola - RJ; 1920 - Escola Racionalista Francisco Ferrer - Belém- PA; 1921 - Escola da Liga da Construção Civil - Rio de Janeiro - Niterói; 1925 - reabertura da Escola Moderna e da Sociedade pró-ensino racionalista - Porto Alegre. Ver: FORTUNATO, Marinice da Silva. *Uma Experiência Educacional de Autogestão: a escola moderna n.1 na sua gênese*. Dissertação de Mestrado. EHPS-PUC-SÃO PAULO. São Paulo, 1992, p.137-139.

¹⁵⁶ O princípio de educação integral presente no programa educacional do comitê para o ensino anarquista afirmava que os processos pedagógicos deveriam: (...) favorecer o desenvolvimento harmonioso de todo o indivíduo e fornecer um conjunto completo, coerente, sintético e paralelamente progressivo em todos os domínios do conhecimento intelectual, físico, manual e profissional, sendo as crianças exercitadas nesse sentido desde os primeiros anos (COMITÊ PARA O ENSINO ANARQUISTA, *apud LUIZETTO*, 1986, p.24).

Bakunin, Proudhon, Tolstoi, entre outros. A depender da concepção do intelectual filiado à COB que dirigia a escola, adotava-se prioritariamente um ou outro como referência, a exemplo da Escola Moderna n.1, dirigida por João Penteado, que optou por Tolstoi, ou Florentino de Carvalho, diretor da Escola Nova, que preferiu Kropotkin, conforme já citado anteriormente neste trabalho.

Apesar dessas peculiaridades, as escolas modernas brasileiras objetivavam uma educação integral, apoiada por princípios do racionalismo, com o intuito de promover tanto a emancipação dos operários, como também uma visão crítica do mundo por estes. Ademais, buscou-se ainda desconstruir os antigos hábitos culturais das classes subalternas, tendo como referência o operariado europeu, para a formação de um modelo ideal, definido pela COB como homem novo anarquista.

Vale destacar também que, no mesmo período, havia a mesma preocupação com relação às disciplinas a serem lecionadas nas escolas por parte do Estado brasileiro. Segundo Rosa Fátima de Souza, tal projeto articulava as ideias de uma educação integral, porém, numa outra vertente, compreendendo a educação física, intelectual e moral com as necessidades de homogeneização cultural e de civilização das massas (SOUZA, 1998, p.171). Em suma, a escola pública tinha por finalidade assegurar tanto o controle das massas, por meio do que era ensinado, como também a própria sustentação do regime republicano.

De acordo com E.P. Thompson, foi a partir da revolução francesa que os Estados nacionais passaram a desempenhar um papel cada vez mais importante no ato de organizar a escolarização e o currículo. Desse modo, segundo ele, as atitudes em relação à classe social, cultural e educação popular tornaram-se rígidas após a revolução francesa. Além do mais, durante mais de um século, a maioria dos educadores da classe média não podia distinguir o trabalho de educação quanto ao trabalho de controle social (THOMPSON, 2002, p. 36).

A mesma preocupação havia por parte da igreja católica, principalmente pela conjuntura, marcada tanto pela revolução russa, bem como pelo aumento das tensões sociais, resultantes da desregulação das relações capital x trabalho no Brasil e, ao mesmo tempo, pelo crescimento da COB.

Segundo os segmentos católicos, a saída estaria em uma reespiritualização do Estado (BEIRED, 1999, p. 20), pois, com o fim do laicismo no Brasil, houve uma mudança de postura da república frente à igreja cristã católica, causando de acordo com a sua interpretação, o afastamento dos valores cristãos de solidariedade e amor ao próximo, de forma a gerar crises que eram frutos dessa mesma degeneração e desse distanciamento.

A atuação dos grupos católicos dentro desse mesmo processo, quando da reforma

Francisco de Campos¹⁵⁷ foi facilitada pelo pacto que este ministro procurou estabelecer entre o governo e a igreja. O centro D. Vital, fundado por Jackson de Figueiredo, e a revista *A Ordem* foram o centro dos debates de renovação da igreja católica, apresentando a educação como uma das prioridades das discussões realizadas (BITTENCOURT, 1990, p. 44).

Com isso, a COB que havia optado, dentro do processo de guerra cultural contra essas instituições, utilizou-se da educação como principal instrumento de politização da classe operária brasileira da época, optou pela pedagogia ferrerista dentro desse processo, também chamada de pedagogia racionalista. Frisa-se, ainda, que esta tornou-se a ideologia educativa tanto dos anarcossindicalistas, como também dos demais segmentos políticos presentes na COB, assim como nos outros centros operários que haviam adotado esse modelo educacional, como principal referência pedagógica.

Neste sentido, o professor anarcossindicalista Ruy Gonçalves, membro da COB, diretor da escola operária e racionalista Forja, localizada na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, escreveu:

O homem sem instrução, é um ser inferior, é uma espécie de animal, de besta que a astúcia dos outros acorrenta para utilizar-se em proveito próprio. O homem sem instrução é um escravo que pertence a um senhor, o operário ignorante tem um dono e esse dono, o patrão, maltrata-o e submete-o vencido à sua vontade esmagadora (GONÇALVES, Ruy. *Liberdade*, n.23, 01-09-1918, p.1).

Dessa maneira, a pedagogia libertária carrega consigo um espírito intrinsecamente transformador, além de uma coerência com a defesa de um projeto de revolução social, sendo, portanto, ferramenta de transformação social, e não um fim em si mesmo (MACHADO, 2017, p.132). Conforme dizia o próprio Ferrer, inimigo da desigualdade social, não me limitarei a lamentar seus efeitos, mas quis combatê-la em suas causas, certo de que desse modo se chega positivamente à justiça, ou seja, à tão sonhada igualdade que inspira todo afã revolucionário (FERRER, 2014, p.36).

Dito isto, o comitê pró-escola moderna, apesar de sempre respeitar as opções políticas

¹⁵⁷ Desde o início dos anos 1920, a igreja católica aferra-se ao projeto de ampliar suas esferas de influência política através da criação de uma rede de organizações paralelas à hierarquia eclesiástica e geridas por intelectuais leigos (...) Ao mesmo tempo que procuravam reformar as obras tradicionais de caridade, as associações leigas, as ligas destinadas ao culto e à oração, os círculos e congregações voltados ao recrutamento de vocações, os altos dignatários do clero se empenharam em preservar e expandir a presença da igreja em áreas estratégicas como o sistema de ensino, a produção cultural, o enquadramento institucional dos intelectuais, etc. Em troca da manutenção de seus interesses em setores onde a intervenção do Estado se fazia sentir de modo crescente (o sistema educacional, o controle dos sindicatos, etc.), a igreja assumiu o trabalho de encenar grandes cerimônias religiosas das quais os dirigentes políticos podiam extrair amplos dividendos em termos de popularidade. Ver: SCHWARTMAN, Simon e outros. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: EDUSP, 1984, p.56-57.

de cada centro operário, orientava que as escolas operárias tivessem como referência as disciplinas adotadas pela Escola Moderna de Barcelona, que, de acordo com Luciana Eliza dos Santos (2014, p.50), buscava atender a legislação vigente na Espanha, cujas exigências condiziam com as seguintes disciplinas: doutrina cristã e noções de história sagrada, língua castelhana, aritmética, geografia e história, rudimentos de direito, noções de geografia, noções de ciência físicas e naturais, noções de higiene e fisiologia humana, desenho, canto, trabalhos manuais e exercícios corporais. Por questões óbvias, as disciplinas doutrina cristã, história sagrada e rudimentos do direito não faziam parte da Escola Moderna de Barcelona.

Além das disciplinas, um outro elemento pedagógico importante presente nas escolas modernas brasileiras eram os artigos escritos tanto por professores como também por alunos, além dos artigos de jornais da época, nos quais debatiam-se temas políticos com os alunos. Também, algumas secções instrutivas, sob o ponto de vista científico, filosófico e literário, de molde a favorecer e incrementar a cultura intelectual da mocidade escolar (*O Início*, 15-09-1928).

Assim, dentro de uma perspectiva de mediação cultural, tendo a educação como principal instrumento de luta política, é que a COB irá conduzir os centros operários. Com isso, não serão as macroestruturas econômicas, políticas e sociais que irão determinar suas ações, mas o trabalhador, enquanto sujeito coletivo, que iria fundar as opções ideológicas tomadas através da leitura das condições dadas (AZEVEDO, 2002, p. 21). Ou seja, é a partir da experiência vivida que seriam formuladas as suas estratégias de luta mediadas por uma nova cultura, valores e princípios libertários.

O objetivo pedagógico principal era de contribuir para a formação crítica dos trabalhadores e de suas famílias, e o ângulo de visão assumido é sempre o da classe operária, num plano que transcende a particularidade das culturas nacionais ou étnicas. Isto é, na perspectiva internacionalista (MORAIS, 2013, p.155). Como complemento dessas atividades, aconteciam também cursos profissionais de corte e costura, desenho geométrico e artístico, bem como do ensino de música e de teatro social, tudo isso nos centros de cultura social, onde também havia as conferências, que abordavam a luta dos trabalhadores na história, tanto no Brasil como também no mundo. Isso tudo principalmente no eixo Rio-São Paulo¹⁵⁸, com os objetivos tanto de alfabetização, como também de formar quadros de militantes, mostrando na

¹⁵⁸ Os centros de estudos sociais ou de cultura promoviam várias atividades educativas, o centro de estudos jovens libertários, localizado no bairro da Barra Funda, em São Paulo-capital, dividia as suas atividades semanais assim: segunda, quarta e sexta para a escola, terças e quintas destinadas para a leitura, sábado à discussão de temas libertários, e domingo reservado para conferências. Ver: Centro de estudos sociais jovens libertários. *Amigo do povo*, São Paulo, 25-07-1903.

prática que a igualdade, a solidariedade e a liberdade são possíveis naquele período histórico, assim como na futura sociedade ácrata idealizada pela COB.

Vale ressaltar também que a COB foi além desses objetivos políticos-pedagógicos, visto que, num contexto histórico ainda marcado fortemente pela influência do latim na escrita brasileira, essa instituição propôs a reforma das normas ortográficas. Em outros termos, o próprio Neno Vasco, jornalista português que atuava tanto no Brasil, como também em Portugal, entrou em conflito com os intelectuais da própria academia brasileira de letras da época, por querer uma adaptação da gramática ao linguajar do povo¹⁵⁹, isto com o objetivo de facilitar a leitura e a escrita dos impressos produzidos tanto pelos centros operários e pela própria COB.

Dessa forma, os jornais anarcossindicalistas e operários, muitos deles com as novas regras, à revelia da norma culta, revelam uma profunda preocupação com a ampliação do acesso do trabalhador aos meios de comunicação de massa da época, especialmente os jornais. Queriam, muitos dos intelectuais que interagem com os operários escritores, a participação dos demais produtores não apenas na leitura dos periódicos, mas na confecção de artigos e colunas daqueles veículos (SAMIS, 2008, p. 199).

Outro aspecto que faz parte das peculiaridades das escolas modernas brasileiras, em especial quanto às do eixo Rio-São Paulo, consiste na presença do teatro social enquanto instrumento pedagógico, com os objetivos de arrecadar fundos para as mesmas, como também enquanto processo de ensino, entendendo a natureza das injustiças sociais do ponto de vista classista¹⁶⁰ adaptando às peças teatrais, a uma linguagem simples e objetiva, para serem mais bem compreendidas pelas classes subalternas. Para tanto, era necessário incentivar, desde mais cedo, a sensibilidade e as técnicas do teatro durante a permanência dos estudantes nas escolas,

¹⁵⁹No entanto, mais revelador das tensões em torno da definição da norma culta que esses diálogos mantidos entre os jornais e intelectuais de prestígio é a polêmica mantida com a academia brasileira de letras sobre o tema da ortografia por figuras como Neno Vasco e Elísio de Carvalho. Tal polêmica aparece como sintoma da natureza multifacetada das relações entre as elites dominantes e alguns dos projetos populares no período. Se a presença de muitos desses líderes operários no próprio terreno das elites, assumindo as discussões e temas da cultura letrada dominante, a modernidade, indicam um processo de assimilação-contenção dos projetos culturais das lideranças operárias no campo do poder dominante, a modernidade e atualidade de suas críticas e propostas assinalam a força alternativa e autônoma de tais projetos. Ver: CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana- 1890-1915*. São Paulo: FAPESP, 2000, p.174.

¹⁶⁰ Na obra escrita pelo português Adolfo Lima (*O Teatro Social*) e usada como referência tanto pelos libertários brasileiros e portugueses, ele afirma que: No que o teatro na escola atinge o máximo poder educativo, não é propriamente na recita, no espetáculo em si, que dura apenas algumas horas. É na soma de trabalhos preparatórios que exige. Uma recita numa escola põe-na toda em actividade: professores e alunos multiplicam-se nos trabalhos que lhes foram distribuídos, numa azafama quente e entusiástica. A tarefa a realizar cria vida! A criança é estimulada a trabalhar e trabalhar bem e espontaneamente. Vê um fim a realizar. E, que os trabalhos sejam, quer de ordem manual, quer intelectual, ela agita-se freneticamente, instrui-se, educa-se por si mesma. Ver: LIMA, Adolfo. *O Teatro na Escola*. Lisboa: Guimarães & C Editores. 1914, p.3.

enquanto um elemento educativo digno de aproveitamento, tanto pela criança como pelo adulto (LIMA, 1914, p.3).

Edgar Rodrigues, em sua obra *O Anarquismo na Escola, no teatro, na poesia*, identificou sessenta e três grupos de teatro social (RODRIGUES, 1992, p. 231), organizados pelos respectivos centros operários coordenados pela COB durante a Primeira República, o que mostra o quanto esse instrumento pedagógico era também utilizado pelos libertários no processo de guerra cultural.

Já em relação às disciplinas, havia uma grande heterogeneidade nessas escolas racionalistas. Todas as escolas modernas e demais escolas operárias faziam a relação educação-trabalho, no sentido dado por Francisco Ferrer y Guardia, na direção das formulações de Robin, possibilitando o pleno desenvolvimento de todas as capacidades do indivíduo, integrando o trabalho manual e o intelectual (MORAIS, 2013, p. 45).

A mesma correlação educação-trabalho era proposta pelos marxistas¹⁶¹, no manifesto comunista, por exemplo, o próprio Marx coloca entre as ações imediatas a serem tomadas após a conquista do poder, a seguinte atitude com relação à educação: ensino público e gratuito a todas as crianças; abolição do trabalho das crianças nas fábricas em sua forma atual; unificação do ensino com a produção material (MARX; ENGELS; 1998, p. 43).

Alguns teóricos anarquistas compartilhavam da mesma posição teórica: a dissociação do trabalho intelectual do técnico-manual é uma reprodução das relações das desigualdades fundamentais identificadas por Bakunin (MACHADO, 2017, p.129). Segundo Antônio Felipe da Costa Machado:

No século XIX, Bakunin chamava a atenção para tais desigualdades que formavam abismo entre a qualidade e o foco do ensino entre as camadas populares e as privilegiadas da sociedade. Havendo então uma instrução intelectual oferecida às elites, que conta com o respaldo das ciências e das letras para gerenciar e controlar, segundo seus próprios interesses, o trabalho e o produto do trabalho dos trabalhadores braçais. Já a educação das classes trabalhadoras, quando ocorre, aconteceria por meio de uma instrução para o trabalho manual, que também seria gerenciada pelas elites letradas. Trata-se de oferecer ao indivíduo apenas a instrução necessária para sua realização enquanto operário, escapando-lhe qualquer oportunidade de reflexão sobre

¹⁶¹ Conforme escreveu Mario Alighiero Manacorda: A conclusão que, em síntese, que se pode extrair dessa posição de Marx é, portanto, uma exigência de reintegração de um princípio unitário do comportamento do homem. Exigência a que não basta responder com a hipótese de uma teoria pedagógica e um sistema da educação que reintegrem de imediato essas várias esferas divididas entre si; mas que, de qualquer maneira, pressupõem uma práxis educativa que, ligando-se ao desenvolvimento real da sociedade, realize a não separação dos homens em esferas alheias, estranhas umas às outras e contrastantes, ou seja, uma práxis educativa que se funde sobre um modo de ser que seja o mais possível associativo e coletivo do seu interior, e ao mesmo tempo, unido à sociedade que a circunda. Ver: MANACORDA, Mário Alighiero. *Marx e a Pedagogia Moderna*. 3ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 74-75.

seu próprio trabalho e o produto dele, fazendo-o um trabalhador alienado¹⁶².

Nesse aspecto, o sistema educacional capitalista acabava reproduzindo as desigualdades também no campo da educação, ao oferecer para cada classe social o ensino necessário para manter o próprio sistema funcionando sem rupturas. Ferrer y Guardia propôs justamente o contrário dessa lógica educacional, segundo o que ele mesmo afirmava:

inimigo da desigualdade social, não me limitarei a lamentar seus efeitos, mas quis combatê-la em suas causas, certo de que desse modo se chega positivamente à justiça, ou seja, à tão aguardada igualdade que inspira todo o afã revolucionário (FERRER Y GUARDIA, 2014, p. 36).

Um exemplo clássico de uma escola moderna brasileira que, durante a Primeira República, seguia a linha da instrução integral de união da educação técnica (trabalho braçal) com a intelectual, foi a escola operária Forja. Fundada no ano de 1921, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, esta escola, conforme já citado em capítulos anteriores, era vinculada à liga operária da construção civil – central sindical de linha anarcossindicalista e vinculada à COB.

Fundada e ao mesmo tempo dirigida pelo professor Ruy Gonçalves, esta escola fez a opção de trabalhar com a alfabetização de adultos, diferentemente das escolas modernas n.1 e n.2 que, apesar de também terem alunos adultos no turno da noite, majoritariamente eram formadas por crianças. Ao contrário da Escola Moderna Forja, que era constituída de alunos operários utilizados como mão-de-obra em funções subalternas na indústria da construção civil. Neste sentido, Ruy Gonçalves, em um artigo escrito no boletim da liga operária da construção civil, deixa bem claro que a escola da liga se difere das instituições de ensino tradicionais pela função social que cumpre:

A escola da liga está aberta; ela é a porta larga, a estrada luminosa por onde passarão os que são conscientes; afastando-se dessa porta é fugir da vereda da luz que ilumina a consciência do trabalhador, elevando-o, fazendo-o livre. A inconsciência deve desaparecer e para que o trabalhador que tudo produz e só é explorado, consiga ser consciente só existe um caminho: é educar-se. Para educar-se criou-se a escola. A escola é a forja monstruosa em que os sentimentos do homem aperfeiçoam-se e se apuram. Auxiliai a escola, camaradas; auxiliai a escola frequentando suas aulas. Instruí-vos! Educai-vos! (*Boletim da liga operária da construção civil*, n.4, maio de 1921, p. 4)

Para alcançar esse objetivo, as escolas modernas brasileiras passaram também a

¹⁶²Ver: MACHADO, Antônio da Costa Monteiro. *Forjas da Liberdade: Educação Operária, Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário na Niterói da Primeira República*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- CCH, 2017, p.129-130.

produzir seu próprio material: livros de história, matemática, cartilhas, entre outros. Já os livros, cadernos, lápis, borracha eram cedidos pela própria escola. Havia também uma biblioteca, que era uma parceria permanente em todas as atividades libertárias, das universidades populares à escolinha primária, das ligas às federações (NETO, 2008, p. 93). No início, eram usadas obras traduzidas de autores europeus, por libertários portugueses que mantinham ligações com a COB¹⁶³ e, depois, com a produção de intelectuais brasileiros libertários, a exemplo de: Fábio Luz, José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, João Penteado e Adelino de Pinho, que escreveu o livro escrito no ano de 1908 (*Pela Educação e pelo Trabalho*), obra adotada como referência por Ruy Gonçalves, no qual o autor defende a união entre o trabalho intelectual, com o ensino técnico¹⁶⁴.

De acordo com José Damiro, as disciplinas lecionadas na Escola Moderna Forja, localizada na cidade de Niterói-RJ – que unia educação e trabalho –, eram organizadas basicamente em: leitura, caligrafia, gramática, aritmética, geografia, botânica, geologia, minerologia, física, química, história universal, desenho, etc. (MORAIS, 2013, p. 47). Em outros termos, o fato de seu programa curricular fosse menor em comparação com suas irmãs paulistanas, (...) estar relacionada diretamente com o público ao qual as aulas eram direcionadas, à categoria da construção civil, composta majoritariamente por trabalhadores, sem escolaridade básica (MACHADO, 2017, p.111).

Um outro aspecto a ser destacado, em relação aos materiais utilizados pelos professores em salas de aula das escolas modernas, diz respeito a uma perspectiva da análise histórica a partir da ótica dos explorados, ou seja, uma história vista de baixo, a exemplo da obra de história de Jacquinet, denominada de compêndio de história universal, utilizada como livro não só na Escola Moderna Forja, mas também em outras escolas modernas Brasil afora. Esta obra, que também foi utilizada pela Escola Moderna de Barcelona, foi traduzida no ano de 1914 pela editora portuguesa Guimarães & Companhia, fazendo parte de uma coleção denominada

¹⁶³ Nos dois países, os anarquistas assumem posições de destaque nas lutas sociais no final do século XIX e início do século XX. Fundam organizações especificamente para anarquistas, como é o caso da aliança anarquista no Brasil e da união anarquista portuguesa, ao mesmo tempo que participam também da criação das principais organizações de lutas nos dois países. No Brasil são responsáveis diretos pela criação da COB e em Portugal da criação da Confederação Geral do Trabalho (CGT). (...) Aliada aos seus projetos de intervenção direta na política estava associada à educação libertária que buscava atender a elevação moral e intelectual da classe. É comum encontrarmos nos periódicos seções, como: nossa biblioteca; leituras que recomendamos; nossas leituras; o que todos devem ler, indicando inúmeras publicações e temas acessíveis nas bibliotecas ou nas redações dos impressos disponíveis para consulta e venda. Ver: OLIVEIRA, Francisco Robson Alves de. *A Circulação do Conhecimento entre Brasil e Portugal (1900 a 1930)*. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, 2020, p.93.

¹⁶⁴ A Biblioteca Terra Livre de São Paulo, reuniu no ano de 2014, vários textos dispersos de Adelino de Pinho sobre educação e sindicalismo, no qual resultou a obra PINHO, Adelino de. *Pela Educação e Pelo Trabalho e outros escritos*. Biblioteca Terra Livre. São Paulo, 2012.

Biblioteca de Educação Racional¹⁶⁵.

Segundo o pesquisador Antônio Augusto Batista, os compêndios apresentavam um conjunto de textos por meio dos quais se expunham, de forma resumida, os conteúdos dos programas da disciplina (BATISTA, 2009, p. 54). Com o objetivo de desenvolver uma consciência crítica nesses estudantes, a partir da sua própria condição histórica, além disso, essa obra de história procurou abarcar os temas de forma objetiva e sintética para facilitar também o processo de aprendizagem. Dito isto, os volumes estão divididos em: volume I (226 páginas): pré-história; história antiga, idade média; e volume II (264 páginas): os tempos modernos, a revolução francesa; desde Napoleão até nossos dias.

No prefácio desse compêndio, a autora destaca a metodologia e o objetivo utilizados, criticando uma produção historiográfica entendida pela mesma como um relato das guerras, cronologia dos reis, relato que se reduzia à glorificação da força, a que se juntava oportunamente uma apologia religiosa (JACQUINET, 1901, p. 3). De acordo com Jacquinet, isso não representava um ensino útil, pelo contrário, muitos célebres juvenis se apaixonaram pela fama dos conquistadores, cujas virtudes e glórias tanto se exaltavam, o que revelava que o estudo da história estava destinado a ilustrar as novas gerações com a experiência das já mortas (JACQUINET, 1901, p. 3).

Além disso, ainda segunda esta autora: esse modelo tradicional de ensinar história nas escolas, dava preponderância à civilização, deixando apagada a história política. Logo, limitava a mostrar o funcionamento e os diversos expedientes dos governos; a extensão do comércio, isto é, da exploração do homem pelo capital, da vassalagem do dinheiro; também nos fala das elucubrações altamente fantástica dos fundadores de religiões e da suposta ação benéfica na humanidade (JACQUINET, 1901, p. 3).

A organização da autora segue o que Batista (2009) define como um complemento à ação do professor, que deve introduzir e desenvolver a matéria, sugerir exercícios, fazer avaliações, propor acréscimos (BATISTA, 2009, p. 56). Porém, a questão da avaliação não está posta para as escolas anarquistas. Em contrapartida, teciam críticas contra essa prática no processo de aprendizagem, tendo em vista que entendiam que não deveriam existir nem prêmios

¹⁶⁵ A Editora Guimarães & Cia, publicou na chamada biblioteca de educação racional as seguintes obras: FLAMARION, Camilo. *Iniciação Astronômica*. Coleção Biblioteca de Educação Racional. Lisboa: Guimarães & Cia, 1910; TOULOUSE. *Como se deve educar o Espírito*. Coleção Biblioteca de Educação Racional. Lisboa: Guimarães & Cia, 1912; DARZENS, George. *Iniciação Química*. Coleção Biblioteca de Educação Racional. Lisboa: Guimarães & Cia, 1911; LAISANT, Charles. *Iniciação Matemática*. Coleção de Educação Racional. Lisboa: Guimarães & Cia, 1911; BRUCKER, Emile. *Iniciação Zoológica*. Coleção Biblioteca de Educação Racional. Lisboa: Guimarães & Cia, 1912; GUILLAUME, Ch. *Iniciação Mecânica*. Coleção Biblioteca de Educação Racional. Lisboa: Guimarães & Cia, 1911; Jacquinet, Clemencia. *História Universal*. 2 volume. Coleção Biblioteca de Educação Racional. Lisboa: Guimarães & Cia, 1914.

e nem castigos (FERRER, 2014, p.63).

Jacquinet acreditava, também, na necessidade de elaborar um projeto pedagógico para a formação de professores através da leitura dos pensadores da educação, como Montaigne, Rousseu, Spencer, Froebel, Pestalozzi e, especialmente, Rebelais, de modo que podemos perceber a influência desses autores nas páginas do boletim da escola moderna, em que a pedagoga trazia excertos de textos e reflexões sobre esses autores (LEUTPRECHT, 2019, p. 79).

Ainda no prefácio do primeiro volume, identificamos as marcas do anarquismo em seu pensamento. De modo geral, no compêndio de história universal, buscou-se:

(...) de nossa parte, entendermos a história da civilização de uma maneira muitos diferente, desde o surgimento do homem sobre a terra, nos esforçamos para reconstruir a vida real com todas as suas lutas, sofrimentos e progressos; procuramos colocar a nu, a maldade de todos os exploradores: guerreiros, legisladores, sacerdotes e todo o conjunto de ilusões que sofrem o povo, os verdadeiros, os que trabalham; deduzimos um ensino completo e severo para instruir as novas gerações para o conhecimento dos seus verdadeiros direitos e de seus verdadeiros deveres; o que seja uma escola de fraternidade universal, um testemunho de paz para o homem honrado e um motivo de terror e espanto para aqueles que tentam subjugar os seus irmãos (JACQUINET, 1901, p. 4).

Essa tentativa de instituir uma outra perspectiva no estudo da história foi um avanço na produção historiográfica da época, visto que, rompendo com a memória que colocava o vencedor como o centro do processo histórico, dialeticamente Jacquinet resgatava os sujeitos na história para a participação popular dos vencidos. Em outras palavras, o que De Decca (1994) procurou provar em seu livro o *Silêncio dos Vencidos*, ao mostrar que os derrotados dentro do processo histórico não possuem as formas de divulgar e valorizar sua história (DE DECCA, 1994).

Todavia, essa obra, assim como outras utilizadas pelas escolas modernas filiadas à COB, traz em seu prefácio um esclarecimento, este livro não é uma obra de ensino escrita para colegiais, mas um livro de esclarecimento para educadores (BRUCKER, 1912). Revelando que tais livros foram editados para serem livros de professores, cumprindo a função de compêndio ou para complementar o conteúdo em sala de aula, o que na prática poderia distorcer a sua função revolucionária, pois conforme já citado, nem todos os professores filiados à COB, eram anarcossindicalistas, utilizando a mesma, tão somente ressaltando a luta pela cidadania no meio da classe operária.

Ademais, segundo Galvão e Batista, existe um foco maior nos conteúdos dos livros que expressariam diretamente os interesses de controle político nas dimensões da cultura escolar,

em prejuízo do conjunto dos procedimentos discursivos e retóricos dos quais esses conteúdos fazem parte e dos processos de apropriação desses conteúdos (GALVÃO; BATISTA, 2009, p.16).

Apesar disso, esse novo paradigma de análise histórica (vista de baixo), ia no sentido inverso do modelo historiográfico usado como parâmetro pelo governo federal (aristocrático e liberal), em seu projeto educacional hegemônico¹⁶⁶, na construção do novo homem cidadão brasileiro, modelo esse que excluía: afrodescendentes, indígenas, mulheres, analfabetos, entre outros, num processo civilizatório excludente de construção de uma identidade nacional. De acordo com a pesquisadora Célia Costa:

O desenvolvimento de uma literatura nacional, a construção da história da pátria e o estabelecimento dos princípios organizadores da ordem jurídica e política constituíram, de uma maneira geral, os pilares de formação do projeto nacional, ou seja, política, história e literatura funcionarão como três eixos básicos e complementares nos processos de construção da nacionalidade¹⁶⁷.

No Brasil, a mudança para o regime republicano exigiu a constituição de um novo imaginário político em busca de uma maior legitimação, uma vez que a implantação da República se deu por meio de um golpe que banuiu a família imperial do país (FAGUNDES, 2017). Nesse sentido, a historiadora Valéria Salgueiro afirma que naquele contexto:

o congresso constituinte republicano punha em prática, dessa forma, o princípio positivista de veneração cívica através do culto a homens ilustres em substituição à adoração dos santos católicos, erguendo-lhes um panteão do mesmo modo que tradicionalmente se erguiam templos às divindades míticas religiosas (SALGUEIRO, 2008, p.100).

Nesse projeto educacional, as humanidades também exerciam um papel fundamental na formação dos futuros dirigentes da nação brasileira, em que havia uma história oficial, positivista-evolucionista, que negava as contradições e ao mesmo tempo as diferenças étnico-culturais inerentes ao nosso Brasil¹⁶⁸. O nacional era entendido não como o lugar em que viviam

¹⁶⁶ De acordo com a professora Circe Maria Bittencourt: tratava-se de um programa que trazia como fundamento a padronização cultural sob a alegação de que atendia aos interesses do país, revestindo-se, com esse intuito, de um conteúdo nacionalista, que atingiu o auge no período do Estado Novo. (...) Os conteúdos programáticos dirigidos para o estudo da pátria em todos os seus aspectos, inspiraram-se em Olavo Bilac, ampliando as disciplinas que mais diretamente se vinculavam à formação do brasileiro. Ver: BITTENCOURT, Circe Maria F. *Pátria, Civilização e Trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Loyola, 1990, p. 119-120.

¹⁶⁷ COSTA, Célia. *O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade*. Estudos Históricos - descobrimentos. Rio de Janeiro, vol 14, n.26. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV, 2000.

¹⁶⁸ A COB chegou inclusive a financiar a produção de livros didáticos de história, através do comitê pró-escola

negros, índios e mestiços, mas o branco civilizado, carregado das tradições dos antigos, resultado da evolução histórica ocidental (BITTENCOURT, 1990, p.62).

Voltando às escolas operárias brasileiras, uma outra peculiaridade presente somente em algumas escolas modernas brasileiras, em especial às destinadas ao ensino de adultos, por exemplo, diz respeito à presença da disciplina sociologia¹⁶⁹ no currículo. A exemplos da Escola Moderna do Ceará, dirigida pelo professor Moacir Caminha e da Escola Moderna FORJA, administrada pelo também professor Ruy Gonçalves, ambos anarcossindicalistas e membros da COB.

No caso da Escola Moderna do Ceará, o currículo era composto pelas seguintes disciplinas: português – francês – esperanto – história da sociedade – geographia – geral – palestras de sociologia – aritmética – escrituração e contabilidade comercial – desenho (*Jornal O Ceará*. Ano VIII n.1413. 25 de Outubro de 1911).

Este era direcionado basicamente para alfabetização e formação de jovens da classe operária daquele estado, por isso era chamado por seus intelectuais de “educação científica e racional da mocidade proletária”. Havia também um curso, este sim tinha como alvo principal os operários cearenses, chamado Curso Francisco Ferrer, que diferentemente das escolas modernas paulistas era gratuito e contava com turmas noturnas e diurnas. O curso era composto pelas seguintes disciplinas:

Educação Physica, orgânica, intelectual e moral da infância proletária, segundo os métodos científicos e racionais da pedagogia moderna cujos princípios basilares são: o estudo científico da criança; a associação eficaz do médico e do educador; a colaboração sincera da família e da escola na obra educativa (*Jornal O Ceará*. Ano VIII n.1413. 25 de Outubro de 1911).

Já a escola operária de Niterói-RJ, tinha no seu currículo as seguintes disciplinas: curso preliminar: leitura, lições das cousas, noções de aritmética, de geografia e de português; curso geral: português, aritmética, geografia, história universal, sociologia e geografia do Brasil (MACHADO, 2017, p. 111).

moderna, contando para isso com a contribuição financeira de membros dessa mesma instituição. Assim, o intelectual libertário Rocha Pombo, vinculado aos libertários da cidade do Rio de Janeiro, conseguiu patrocínio para publicar a obra: POMBO, Rocha. *Nossa Pátria*. São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo, sd; e durante a década de 1920, publicou com recursos próprios outro livro: *Compêndio de História da América*. 2 ed. Rio de Janeiro: Benjamin de Áquila, 1925, 2ed.

¹⁶⁹ Outro exemplo do não-sectarismo da COB é a presença da disciplina sociologia no currículo de algumas das escolas dirigidas por essa instituição. No Brasil, entre as décadas de 1920 e 1930, estudiosos se debruçavam em busca do entendimento da formação da sociedade brasileira, analisando temas como abolição da escravidão, êxodos rurais e estudos sobre populações negras e indígenas. Dentre os autores mais significativos estão: Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil* - 1936); Gilberto Freire (*Casa Grande e Senzala* - 1933) e Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil Contemporâneo* - 1942).

Vale destacar que na própria sede da COB, na cidade do Rio de Janeiro, havia também um curso de sociologia, destinado não só para a classe operária, mas também à sociedade civil como um todo: aulas às quintas-feiras, das sete às oito da noite, lecionadas pelo professor José Oiticica, esse curso de sociologia tem a entrada franca (*A Lanterna*, n.146. 06 de junho de 1912).

Tudo isso demonstra que a educação não era vista tão somente como um instrumento de emancipação das massas dentro do processo de guerra cultural, inerente à luta de classes, mas que a COB também se preocupava com uma formação integral desses trabalhadores, fato esse que explicaria a presença da sociologia como instrumento pedagógico de emancipação, além da disciplina história. Com isso, intencionava-se uma formação livre, de acordo com o princípio de uma escola única, no processo da construção do homem novo anarquista.

Dentro dessa mesma concepção, a educação tornava-se inseparável da ideia de revolução, sendo a mesma considerada por muitos anarquistas, como uma estratégia de ação direta, ligada duplamente ao seu caráter (FREGONI, 2007, p. 26). Havia a crença de que o trabalhador educado, instruído, teria melhores condições em optar pelo caminho da revolução social, na defesa de anarquistas como Bakunin, ou como disse Ferrer Y Guardia, por conhecer-se melhor e desenvolver-se mais, possibilitando que fosse mais livre, senão socialmente, pelo menos individualmente (NETO, 2008, p. 94).

Assim, através dessas escolas modernas¹⁷⁰, a COB pretendia formar um novo homem anarquista, arquétipo idealizado de um operário revolucionário, sem a intervenção do Estado, da igreja e sem a influência do paternalismo patronal, numa tentativa de desconstrução dos seus hábitos culturais, porém, sem levar em conta as experiências vividas e percebidas do povo que, como em qualquer relação social, mantém sempre uma inter-relação dialética na superestrutura, estrutura ulterior das quais os homens não são só os autores, mas também os vetores (THOMPSON, 1981, p. 57), que corresponde na prática às respostas dos sujeitos, que podem levar à recusa, questionamento ou adesão a somente uma parte das ideias propostas.

Contudo, independente da opção, as escolas modernas brasileiras e demais centros operários de outras tendências políticas, trabalhavam com disciplinas que despertassem nos alunos o sentido crítico, seja para torná-los sujeitos ativos de uma futura revolução ácrata ou

¹⁷⁰ As Escolas Modernas I e II, em São Paulo, (...) era assim dividido, quanto às disciplinas: o curso primário compunha-se de: português, aritmética, caligrafia e desenho. O curso médio: de gramática, aritmética, geografia, princípios de ciências, caligrafia e desenho. E o curso adiantado: gramática, aritmética, geografia, noções de ciências físicas e naturais, história, geografia, caligrafia, desenho, datilografia. Ver: BITTENCOURT, Circe Maria F. *Pátria Civilização e Trabalho: o ensino de história nas escolas paulistanas (1917-1939)*. São Paulo: Loyola, 1990, p.129.

mesmo para transformá-los em cidadãos portadores de direitos civis.

Todo o material didático era enviado pela COB, por meio do comitê pró-escola moderna, pelos correios¹⁷¹, aos respectivos centros operários. Esse material pedagógico já vinha incluído junto aos custos que as famílias ou indivíduos contribuíam para o sindicato, porém, esta contribuição não era obrigatória, bem como muitos sindicatos, ligas e sociedades de apoio mútuo subsidiavam a manutenção de escolas, universidades populares e editoras, incluindo os materiais didáticos (NETO, 2008, p.93). Além disso, eram também enviados os chamados agentes da COB, ou seja, intelectuais que também atuavam como representantes comerciais dos livros denominados (a leitura que nós recomendamos: o que todos devem ler - Ver: Anexo I), esses agentes exerciam uma tripla função na organização da cultura: 1- vender livros e com parte dos lucros também ajudar ao respectivo centro operário no qual esse mesmo intelectual foi deslocado; 2 - tentar através dessas leituras e das palestras, converter os intelectuais de outras correntes políticas e os operários desse mesmo centro ao anarcossindicalismo; 3 - distribuir os materiais didáticos nas respectivas escolas e atuar também como representantes da revista *A Vida* nesses mesmos estados, sendo este trabalho parte do seu salário para o sustento. Essa revista, traz em várias das suas edições, citações dos nomes desses agentes da COB e os locais de vendas de livros nos vários estados da federação:

São nossos agentes representantes e estão encarregados da cobrança de assinaturas da revista *A Vida*, vendas de livros, etc, os seguintes camaradas:
 Em São Paulo - José Moreno: rua Henrique Dias - 70;
 Em Santos - Francisco Balarino: rua Xavier Pinheiro - 159;
 Em Campinas - Damião Garcia: rua Bernadino de Campos - 82;
 Em Jaú - Vittorio Girardi: largo Sete de Setembro - 20- A;
 Em Porto Alegre - Zenon de Almeida: rua de Santo Antônio - 157;

¹⁷¹ De acordo com o professor Francisco Robson Alves de Oliveira, a empresa brasileira de correios e telégrafos, era usada pela COB, não só no comércio de livros entre os vários estados da federação, mas também nas obras produzidas por libertário entre Brasil e Portugal: Em carta de 03-05-1912, Neno informa que precisa fazer algumas correções em alguns folhetins que enviou a tradução de *Entre Camponeses*, de Érico Malatesta, que está sendo traduzida com cuidado, que está quase pronta e que é preferível que seja feita em Portugal por causa da revisão, sendo que não “ficará mais cara”, mesmo tendo em vista os gastos postais. Já em 09-06-1912, Neno informa o nome da embarcação que está enviando os originais e os custos do correio (que buscou a embarcação mais rápida). Explica a Leuenroth que já que este não respondeu sobre a quantidade de exemplares da brochura social, está enviando 100 exemplares, e que seguirá na próxima mala o opúsculo *O Sindicalismo* (como exemplar para *A Lanterna*) e um original de *Entre Camponeses* (em italiano). Coloca ainda sua expectativa em relação aos exemplares que vai enviar para Leuenroth vender no Brasil: “Estou convencido de que, sendo tu o único agente, poderás facilmente colocar no Brasil até 1.000 exemplares de cada opúsculo. Os folhetos serão cuidadosamente escolhidos. Eu quero ver se incito estes camaradas a maior arrôjo. Estão habituados a tiragens ridículas de mil exemplares, vendidos depois um a um, a medo. Deste primeiro opúsculo da B.S. o Costa só mandou tirar 1.500! Razão: falta de dinheiro. E como eu não podia pô-lo do meu bolso, não insisti (...). Ver: OLIVEIRA, Francisco Robson Alves de. *A Circulação do Conhecimento Anarquista entre Brasil e Portugal (1900 a 1930)*. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020, p.125.

Em Maceió - Oséias Sarmiento Rosas: rua Dias Cabral - 116;
 Em Belém do Pará - Júlio Doval: na sede da União Geral dos trabalhadores;
 Em Aracaju - Efren Lima: na sede do centro operário sergipano - rua Santo Amaro com a rua geru;
 Aqui no Rio, o camarada Antônio Maças, na sede do centro de estudos sociais, rua dos Andradas - 87. Aceitamos agentes nas localidades onde ainda os não tenhamos.
 (*A Vida*, 1914-1915. Coleção Fac-similar. EVANGELHO, Carmem Lúcia e Del Roio, José Luiz. São Paulo: Editora Ícone: Centro de Memória Sindical; Archivio Storico del Movimento Operário Brasileiro, 1987, p.80).

Assim, cada escola tinha, conforme chamado pelos anarquistas, uma base de acordo, em que se explicitava os princípios, métodos e objetivos que cada escola seguiria, isto é, (...) este documento contendo as bases gerais era firmada entre os integrantes diretos do sindicato e da COB (NETO, 2008, p.80).

Havia também escolas modernas que seguiam a linha anarquista, e não anarcossindicalista, a exemplo das escolas modernas de Porto Alegre, fundada no ano de 1906 e da Escola Moderna de Pelotas (1919), ambas vinculadas à Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) e também coordenadas pela COB. De modo geral, anarquistas diferenciam-se dos anarcossindicalistas na não aceitação de controle por nenhuma instituição de poder, nem mesmo por um sindicato, no entanto, ambos têm em comum a necessidade de solidariedade e a conscientização de classe para a ação revolucionária e expropriadora da burguesia, ação essa que será atingida com a avanço do trabalho educativo a ser desenvolvido por eles (SFERRA, 1987, p. 33).

Essas escolas modernas anarquistas concentravam-se mais especificamente na região sul do Brasil e seguiam a linha libertária de Kropotkin¹⁷², por isso os programas eram mais identificados com as disciplinas da Escola Nova de São Paulo, dirigida pelo professor Florentino de Carvalho, que traziam em seu currículo para o curso primário: português, aritmética, geografia, história, botânica, zoologia, caligrafia e desenho, diferenciando-se pouco, do ponto de vista das disciplinas lecionadas também nas escolas modernas n.1 e n.2, ambas situadas na cidade de São Paulo. Além das escolas, a COB também ampliou seus aparelhos ideológicos, assim:

¹⁷² Vem da teoria de Kropotkin, as ideias sobre as duas etapas da sociedade futura - o coletivismo e o comunismo. No coletivismo, etapa transitória, a concepção da propriedade privada sobreviverá e tomará a forma de propriedade das comunas locais ou federação livre. Porém, esta etapa passará à medida que a sociedade avançar até a aceitação do princípio: cada um segundo suas necessidades, em que a ideia de propriedade desaparecerá e só então começará a existir o verdadeiro comunismo. Ver: SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e Anarcossindicalismo*. São Paulo: Ática, 1987, p.32.

(...) foi criada também uma escola de artes e ofícios no prédio, chamado de Ateneu Operário. Este edifício terá um vasto salão destinado a conferências, palestras, reuniões e teatro, como instrumentos para educar os operários. (*A Voz do Trabalhador*, ano VII, n.46, p.3, coluna 2.

Entre similaridades e peculiaridades, há também sindicatos e, conseqüentemente, suas respectivas escolas que, embora fossem vinculadas à COB, não seguiam a linha do anarcossindicalismo revolucionário. Um exemplo prático foi a escola operária Horácio Hora, localizada na cidade de Aracaju-SE e ligada ao Centro Operário Sergipano.

Esta central sindical, apesar de ser formada por intelectuais e operários de diversas correntes políticas, tais como: sociais-democratas, marxistas, anarquistas, entre outros (RIBEIRO, 2003, p.145), seguia a linha da luta política dentro da ordem, aprovado democraticamente em assembleia, o que demonstra na prática que estes eram maioria entre seus membros.

Também, salienta-se que a efetivação da escola foi uma obra conjunta de diferentes setores da sociedade civil sergipana da Primeira República, ao contrário das escolas modernas espalhadas pelo Brasil afora, que tinham a direção do comitê pró-escola moderna. Em outras palavras, o Centro Operário Sergipano solicitou aos representantes e todas as classes sociais, a sua coadjuvação na grande ideia da fundação de uma escola nocturna para o operariado desta terra (*O Operário*. Aracaju, 23-09-1911).

As próprias disciplinas que formavam o currículo desta escola eram totalmente diferentes das adotadas pelas escolas modernas brasileiras, de maneira que eram, ainda, constituídas por: noções de português, de arithemética, de história da pátria, história de Sergipe, geografia; no sabbado, sabbatina geral das lições ministradas durante a mesma semana (Regimento Interno da Escola Horácio Hora. *Voz do Operário*. Aracaju, julho de 1923).

Além disso, o próprio quadro de professores que compôs a escola, durante a década de 1920, era formado pelos professores Fausto José Corrêa, Eulalina Lourdes Macêdo e Corina Carlos, sob a direção da professora Leyda Regis (RIBEIRO, 2003, p. 80). Aliás, tal quadro estava mais preocupado com a alfabetização e com a reforma moral destes mesmos trabalhadores – estudantes, do que em utilizar a educação como instrumento revolucionário, mesmo porque nenhum destes professores eram nem libertários ou mesmo marxistas.

Esse fato, na prática, fazia com que intelectuais de outras vertentes políticas, a exemplo do sociólogo marxista sergipano Florentino Menezes¹⁷³, se desfiliassem do Centro Operário

¹⁷³ Florentino Menezes fundou no dia 19-03-1918 o centro socialista sergipano, que tinha como objetivo uma difusão mais concreta de ideias socialistas-nacionalistas, na sociedade sergipana da época, principalmente nas camadas médias urbanas e no meio militar, a quem atribui a responsabilidade revolucionária, já que na sua

Sergipano, já que, segundo o mesmo, os seus estatutos são mais de uma sociedade beneficente do que de uma sociedade de propaganda (DANTAS, 1989, p. 86).

Com uma formação da classe operária totalmente distinta do eixo Rio-São Paulo, ou seja, no sentido de que contava com poucos imigrantes estrangeiros, estes operários em sua grande maioria eram formados por indivíduos analfabetos vindos da zona rural e acostumados ao trato paternalista, o que compreende-se esta relação beneficente na qual o Centro Operário Sergipano mantinha com os mesmos, enquanto estratégia para manter uma ligação orgânica com esses trabalhadores, ainda que contraditoriamente o paternalismo patronal seja combatido em suas palestras¹⁷⁴. Além disso, essa mesma classe operária foi formada com uma forte economia moral cristã, ou seja, nenhum modelo de luta política à curto prazo surtiria efeito, pois do ponto de vista das condições subjetivas não daria fruto algum.

Tudo isso, somado ao fato dos membros sergipanos filiados à COB serem em sua grande maioria sociais-democratas, eram também empecilhos para um projeto revolucionário, em sua vertente revolucionária via ação direta. Porém, mesmo assim, essa central sindical apoiava o Centro Operário Sergipano, crendo não só numa tradição camponesa para o comunismo, como defendia Bakunin, mas também apostando inocentemente que este quadro mudaria através não somente das palestras dos seus agentes culturais enviados(neste caso o jornalista e professor Efren Lima, enviado pela COB à Sergipe com esse intuito) e também da leitura dos livros recomendados por seus intelectuais, além disso, acreditavam também, especialmente no fato de que os avanços do movimento operário no eixo Rio-São Paulo, e uma futura revolução, transformariam os ideais de seus todos os seus intelectuais filiados, independente da corrente política, de modo a transformarem o que eles definiam como consciência de classe.

2.3 A Formação da Consciência de Classe Segundo a Confederação Operária Brasileira

Os trabalhadores de toda a parte se organizem; constituam os seus sindicatos, enfim, preparem o futuro. Imitemo-os, que esse belo gesto demonstre que temos consciência de classe (PEREZ, A. Um apelo aos operários. *A Plebe*, 02-08-1919, n.24, p.2).

Dentro do processo de luta política e, conseqüentemente, de guerra cultural,

avaliação, o proletariado naquela conjuntura não tinha do ponto de vista das condições subjetivas, preparo para fazer revolução no Brasil. Ver: MENEZES, Florentino. *Leis de Sociologia Aplicadas ao Brasil*. São Paulo: Tipografia Xavier, 1913.

¹⁷⁴ (...) precisamos da escola Horácio Hora, Srs. Operários, onde poderemos preparar mentalidades, com independência de vontade, com valor real, temos assento no festim político de nossos destinos (SILVA, Manuel Júlio da. *Voz do Operário*. Aracaju, 03-10-1920).

desenvolvido pela COB junto ao operariado brasileiro da Primeira República, a chamada formação da consciência de classe¹⁷⁵ era a pedra angular, segundo a análise de seus intelectuais, para que se efetivasse a revolução ácrata no Brasil. Afinal de contas, nenhum partido ou instituição sindical faz uma revolução sem o consenso popular. Processo este que seria o resultado final de desconstrução dos antigos hábitos desses operários, feito por meio dos seus aparelhos ideológicos: leitura dos impressos (jornais, revistas, entre outros), das palestras e principalmente das escolas operárias vinculadas à COB, já que a maior parte destes sujeitos históricos eram analfabetos.

Dentro dessa nova experiência, há algumas diferenças na maneira de conduzir o processo da luta de classes em relação à teoria economicista marxista hegemônica defendida pela internacional comunista naquela conjuntura. Primeiramente, o povo não era visto como massa, no sentido marxista, mas como uma coletividade de indivíduos soberanos, cada um dos quais devendo decidir sozinho se queria ou não agir (WOODCOCK, 1983, p.28). Diante dessa perspectiva, cabia à COB, através dos seus instrumentos de formação, despertar a vontade espontânea do indivíduo desembocando em uma ação revolucionária. Segundo ponto, a consciência de classe era vista num sentido mais historicizado¹⁷⁶ que teórico, assim, era entendido como autoconsciência coletiva. Ou seja, de modo a compartilhar os interesses e valores os comuns, partindo do mesmo princípio teorizado, por E. P. Thompson, de que a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada, mas ela estava presente ao seu próprio fazer-se (THOMPSON, 1997, p. 9). Dito isto, nota-se que a COB, de certa forma, compartilhou dessas mesmas conclusões em relação ao conceito de consciência de classe, entendendo que o processo de conscientização do indivíduo passava pelo livre desenvolvimento da sua consciência (GONÇALVES, 2002, p. 135), ou seja, valores totalmente distintos das experiências vividas pela maior parte do operariado brasileiro daquela conjuntura.

¹⁷⁵Com E.P. Thompson, procurei não condicionar o meu estudo à teoria, ou seja, os conceitos serão incorporados pela trajetória do trabalho, pois o autor historicizou os conceitos marxistas. Assim, não serão estruturas conceituais puras, pois farei o diálogo entre estes e as evidências históricas. Como bem explicou o próprio Thompson, não podemos colocar classe aqui e consciência de classe, ali, como se fossem duas entidades separadas, uma vinda depois da outra, já que ambas devem ser consideradas conjuntamente - a experiência da determinação e o tratamento desta de maneiras conscientes (THOMPSON, 1981, p.121).

¹⁷⁶Quando digo que classe e consciência de classe são sempre o último estágio de um processo real, naturalmente não penso que isso seja tomado no sentido literal e mecânico. Uma vez que a consciência de classe tenha se desenvolvido, os jovens podem ser socializados em um sentido classista, e as instituições de classe prologam as condições para sua formação. Podem-se gerar tradições ou costumes de antagonismos de classes que não correspondam mais a um antagonismo de interesses. Mas tudo isso faz parte da complexidade que habitualmente encontramos na nossa análise histórica, especialmente a contemporânea. Se o proletariado é verdadeiramente privado da consciência de si mesmo como proletariado, então não pode se definir assim. Ver: THOMPSON, E.P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. 2 ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2012, p.275-276.

Porém, apesar dessas similaridades, esta se diferenciava em um ponto essencial em relação à compreensão da COB à respeito do mesmo conceito, apesar de ambas partirem do mesmo pressuposto: negava-se nesse processo as experiências dessa mesma classe, conforme já citado. Em outras palavras, havia uma tentativa de desconstruir, à curto prazo, as experiências vividas desses mesmos trabalhadores, neste caso específico, fortemente marcada por uma economia moral influenciada pela religiosidade cristã. Nesse aspecto, de acordo com Thompson, ao refletir que a experiência é o termo intermediário entre o ser social e a consciência social, o meio em que o ser social determina a consciência ou, nas suas palavras, é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades (THOMPSON, 1981, p. 112).

Em suma, muito da teoria marxista e, igualmente, embora em menor parte, muito da historiografia marxista foi distorcido pelo exame da classe segundo as categorias de base e superestrutura, relação essa em que as forças nos forneciam a base (que se supõe real e objetiva) e delas a consciência de classe emergiria como uma superestrutura derivada (THOMPSON, 2012, p. 278).

Com efeito, a consciência proletária¹⁷⁷ não seria produto de uma vanguarda da COB, como eles imaginavam, mas consequência da experiência do operariado dentro de um determinado sistema de valores, ideias, instituições e tradições que constituem uma sociedade (THOMPSON, 1997, p. 10). Isto é, limitando as ações políticas dessa nova experiência da COB nesse processo a um caráter puramente de regulação da relação capital x trabalho, já que essa instituição fazia, entre tantas outras funções, essa intermediação diante tanto da desregulação das relações trabalhista da época, como também do não cumprimento das poucas leis existentes sobre esta mesma relação econômica.

Nesse aspecto, a COB, apesar de conceber a consciência de classe de forma mais pragmática, a entendia como uma autoconsciência coletiva, no sentido classista do conceito, tendo como referência o operariado europeu, entretanto, com uma visão etnocêntrica deste arquétipo: escolarizado, ateu, desprovido de sentimento patriótico, defensor do amor livre, racionalista, preocupado com as questões sociais e responsável pelo seu próprio desenvolvimento moral e intelectual (GONÇALVES, 2002, p. 135).

Ademais, vale ressaltar também que este mesmo conceito tinha várias conotações, a

¹⁷⁷ A classe configura-se segundo o modo em que os homens vivem as relações de produção, segundo suas experiências no conjunto das relações sociais; sobre a falsa consciência, é uma construção absurda dos partidários das elites. A consciência designa uma cultura global desprendida da formação da classe, que não pode ser nem verdadeira, nem falsa. Ver: THOMPSON, E.P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antônio Luigi e Sérgio Silva. 2ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2012, p. 277-280.

depende da opção política adotada pelo centro operário vinculado à COB espalhado pelo Brasil afora – ou mesmo dentro da própria COB –, tendo em vista que a mesma era formada não só por intelectuais e operários anarcossindicalistas, mas também por outras correntes políticas (marxistas, sociais-democratas, entre outros). Assim, por exemplo, o Centro Operário Sergipano, atrelado à COB, concebia como uma consciência independente e livre do paternalismo patronal (SOUSA, 1991, p. 71-72), despertando nos mesmos a ideia de cidadania. Já quanto ao Centro Operário Forja¹⁷⁸, de linha anarcossindicalista, era a defesa da ação direta, da independência de classe e da defesa dos princípios libertários (MACHADO, 2017, p. 93). Por sua vez, no tocante ao movimento operário de Pernambuco, este sofria uma forte influência do marxismo (HARDMAN; LEONARDI, 1991), que interpretava a nível geral este conceito no sentido marxiano economicista e classista, em que é o ser social que determina a consciência do homem (MARX; ENGELS, 2007, p. 94), neste sentido, este último, desconsiderando as normas, a cultura e outros conceitos que também regem esta mesma classe (THOMPSON, 2012, p. 270).

A terceira diferença da estratégia da COB que a diferenciava dos marxistas consiste na chamada ação direta, isto é, numa conjuntura marcada pela Primeira Guerra Mundial, pela revolução russa, entre outros. Também, distinguia-se numa análise mais historicizada das nossas condições objetivas, caracterizada pela carestia de produtos de primeira necessidade, pelo agravamento das condições de trabalho, a ação especulativa dos açambarcadores, a negação de direitos e garantias individuais e coletivas por parte do governo oligárquico, dentre outros problemas sociais.

Diante disso, a COB esperava que, a partir do raciocínio de que o Brasil sendo um país marcado pela desigualdade social, no qual poucos usufruíam dos benefícios do trabalho do povo, o reforço à necessidade de uma revolução que fosse capaz de resolver os problemas econômicos, sociais e políticos, além de assegurar a não participação efetiva na Primeira Guerra Mundial (FELIPE, 2018, p. 288).

No livro *O que é Maximismo ou bolchevismo - programa comunista*, Leuenroth e Hélio Negro escreveram:

Vivemos um instante decisivo, que há de marcar um rumo novo na história da humanidade. Apenas saídos da guerra, da maior guerra de todos os tempos, e guerra preparada e desencadeada pelos estados capitalistas, os povos se

¹⁷⁸ Portanto, se quereis deixar de ser escravos, livra-vos das garras do capitalismo e não ver os vossos filhos amanhã, na mesma miséria em que hoje vives; associe-vos na vossa agremiação de classe, desde que esta seja as bases sindicalista e assim podereis combater a exploração dos vossos algozes e unindo-vos aos trabalhadores de todo o mundo, dar o grito de liberdade, que ecoará sobre toda a face da terra. A.J.L. Fonte: *Boletim da Liga Operária da Construção Civil*, n.2, p.2, fevereiro de 1921.

resolvem, do mais profundo da sua coletividade sofredora e martirizada, na mais tremenda das convulsões sociais, num esforço estupendo em prol da reorganização da sociedade sob novos e mais justos princípios (LEUENROTH; NEGRO, 1919, p. 67-68).

Em tese, seria com o despertar dessa autoconsciência coletiva, através dos seus instrumentos de formação (palestras, leitura dos impressos e educação), somadas ao agravamento das condições objetivas, conforme o entendimento da COB, que essa explorada classe operária brasileira acordaria para o seu papel social revolucionário. Afinal, como afirmava Bakunin, a grande ralé popular era dotada de um instinto justo.

Salienta-se, ainda, que, conforme já citado em capítulos anteriores, que embora o Partido Comunista no Brasil apenas ter sido fundado no ano de 1922, justamente por dissidentes da COB – a exemplo José Oiticica, Astrogildo Pereira, Edgar Leuenroth, entre outros –, estes tinham também uma linha de atuação revolucionária ligada à segunda internacional, visto que era integrada por partidos que utilizavam as definições de socialista, social-democrata, no entanto, mesmo assim, a maior parte desses comunistas espalhados pelo Brasil afora durante a Primeira República eram associados também à COB.

As influências fundamentais vinham das ideias de Marx e Engels, bem como de outros pensadores marxistas e socialistas, a saber: Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo, Émile Vandervelde, Jules Guesde, Andrea Costa e Benoit Malon (BIONDI; TOLEDO, 2018, p. 31).

Apesar deste não sectarismo da COB ser louvável, no sentido de respeito às diferenças ideológicas, do ponto de vista pragmático foi um empecilho ao seu projeto revolucionário de ação direta, pois acabou na prática redundando não somente em diferentes intencionalidades em relação à condução da luta política, durante a Primeira República – principalmente fora do eixo Rio-São Paulo –, assim como permitiu a criação projetos políticos híbridos, tanto nas escolas operárias, como também em projetos políticos, que misturavam ideias marxistas com a de outros pensadores libertários. Com efeito, de modo a resultar na prática “nem em um, nem em outro” ou, até mesmo, como foi o caso do Centro Operário da Bahia, que mesclava as ideias judaico-cristãs de justiça social, com o pensamento anárquico, reverberando no surgimento no que o professor Nildo Avelino, do núcleo de sociabilidade libertária do programa de estudos pós-graduados em ciências sociais da PUC-SP, definiu como um anarquismo à brasileira¹⁷⁹.

¹⁷⁹ No Brasil, como também na América Latina, as lutas operárias tiveram uma forte predominância do pensamento e das práticas de anarquistas vindos da Europa. Mas ao contrário de ver isso a simples transposição de experiências ou a repetição monótona de temas e ideias fora de contexto, é preciso ter em conta a singularidade do pensamento anárquico: a ausência de origem e unidade, tanto em termos políticos quanto epistemológicos. No anarquismo não há modelos a seguir, nem referências mais ou menos unitárias às quais se reportar, mas incessante invenção de formas de pensamentos a partir de uma multiplicidade de enfrentamentos com o poder. Isso fez do pensamento anarquista um tipo de reflexão que é eminentemente empírica e imanente ao solo das lutas que emerge.

Outra questão básica estava na ideia de formação da consciência operária nos moldes da COB. Isto porque, do ponto de vista prático, essa formação estava ligada a uma cultura global desprendida da formação da classe, ou seja, nega-se assim como a interpretação dos marxistas feitas pela internacional comunista, todas as suas experiências vividas desses trabalhadores, ou seja, o próprio fazer-se, destes mesmos operários, conforme escreveu o próprio E. P. Thompson: a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p. 10). Como explicou muito bem o próprio Thompson: Não podemos colocar classe aqui e consciência de classe ali, como se fossem duas entidades separadas uma vinda depois da outra, já que ambas devem ser consideradas conjuntamente, a experiência da determinação e o tratamento desta de maneira consciência (THOMPSON, 1981, p. 121). Enfim, um conceito derivado não da estrutura, mas do próprio processo histórico.

Contudo, isso não significa dizer que o autor dispense a noção de estrutura, o que ele recupera é a dimensão humana do processo histórico, que era um desdobramento da estrutura sobre as contradições (RIBEIRO, 2003, p. 26), como ele mesmo escreveu:

A história era como um processo sem sujeito, com um vocabulário estruturalista retificado, com uma metáfora inexorável e mecânica de infraestrutura e superestrutura- e com uma noção de marxismo como ciência que não pertencia a nenhuma das duas (THOMPSON, 1981, p. 93).

Apesar da análise conjuntural da COB fugir da linha economicista, e perceber o papel fundamental da cultura dentro do processo de luta de classes, deslocando o eixo da base-superestrutura, para a própria superestrutura, esta ainda assim era limitada, pois voltava-se somente à questão ideológica dos conceitos tanto de classe como de consciência de classe, caindo neste sentido específico no mesmo erro da análise marxista da época, pois:

Neste sentido estritamente ideológico (que, além do mais, demanda um uso mais limitado do próprio termo ideologia do que corrente), parece que E.P. Thompson, opera um conceito histórico pontual e muitas vezes mais apropriado. Uma vez que estamos considerando aqui as ilusões e deformações ideológicas características, a estrutura profunda da ideologia característica deste período, é possível que a teoria política dominante de uma classe esteja informada por essas falsas ideias, feita tanto por libertários, como também por marxistas daquela conjuntura. Mas se trata de uma operação muito específica de análise histórica e intelectual. Não podemos ir além, pensando que, se essas

Um pensamento que podemos chamar de brasileiro, sem precisar apelar para limites imaginários, geográficos ou nacionais, porque está sempre vinculado a lutas concretas que se travaram em enfrentamentos múltiplos e particulares, sem com isso recorrer a sistemas teóricos totalizantes. Ver: LEUENROTH, Edgar. *Anarquismo: roteiro de libertação social* - Antologia de doutrina. Rio de Janeiro: Achiamé- CSC- São Paulo, s-d, p.13.

ilusões fossem superadas, se, enfim, a consciência fosse desmistificada, daí emergiria uma verdadeira consciência, da qual poderíamos extrair, conforme um modelo platônico dissimulado, num sentido mais teórico especulativo e não num plano material, um projeto daquilo que a consciência deveria ser. Para esta, as classes mesmas e suas ações deveriam ter sido diversas. Isto é, suas relações com as outras mudariam nitidamente, novos conflitos se manifestariam à medida que ela adquirisse ou perdesse a adesão de outros grupos e que mudasse de estratégia, partidos, instituições. Resumindo: teríamos um tipo diverso de luta de classes. Ou ainda, para dar mais um exemplo, os intelectuais sonham amiúde com uma classe que seja como uma motocicleta, cujo assesto esteja vazio. Saltando sobre ele, assumem a direção, pois têm a verdadeira teoria. Essa é uma ilusão característica, é a falsa consciência da burguesia intelectual. Mas, quando semelhantes conceitos dominam a inteira *intelligentsia*, podemos falar de falsa consciência (interrogação). Ao contrário, tais conceitos terminam por ser muito cômodos para ela¹⁸⁰.

Neste sentido, com experiências, costumes e tradições diferentes, a consciência de classe¹⁸¹, apresentará variações em cada tempo e cultura. Assim, as ideias de justiça social, solidariedade, mutualismo, igualdade defendidas pela COB eram aceitas, porque faziam partes das experiências vividas das classes subalternas, antes das mudanças introduzidas aos poucos com o desenvolvimento das forças produtivas, porém, o ateísmo, o amor livre e a revolução social eram negadas, pois esta mesma classe operária brasileira tinha em seu fazer-se uma forte economia moral cristã, que filtrava na prática essas novas experiências libertárias, limitando, conforme já citado em capítulos anteriores, a luta política a um caráter puramente reformista e contrarrevolucionário.

Essas diferentes experiências também se apresentavam nas condições objetivas: a forte influência imigrante no sul e sudeste do Brasil, uma classe operária em sua grande maioria vinda da zona rural e acostumada ao trato paternalista nas regiões nordeste, norte e centro-oeste, entre outros. Essa grande heterogeneidade ainda se expressava em diferentes estágios de crescimento industrial e também de formação, que ia do trabalhador rural analfabeto ao técnico em equipamentos industriais (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 281).

No caso do anarcossindicalismo, era uma tendência política que prevalecia entre os imigrantes italianos, portugueses e espanhóis, apesar de grande parte destes mesmos, serem das

¹⁸⁰ THOMPSON, E.P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*; organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. 2 ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2012, p.280-281.

¹⁸¹ Segundo E.P. Thompson: 1- a classe só é compreensível pela observação de pessoas, ações e contextos reais; 2 - ao mesmo tempo, ela existe dentro de um processo histórico, permanecendo num contínuo fazer-se; 3 - o processo formativo da classe se realiza a partir da influência das relações de produção em que os homens vivem; ao mesmo tempo; 4 - depende fundamentalmente da consciência da cultura e experiências compartilhadas pelos indivíduos. Ver: DIAS, Vanessa Tavares. Classe e Consciência de Classe em dois estudos sobre o operariado brasileiro. *Cronos*, Natal- RN, v.10, n.2, jul-dez 2009, p. 154.

classes subalternas (rural e urbana) de seus respectivos países, também com uma forte tradição católica.

No estado de São Paulo, por exemplo, durante a Primeira República 65% dos trabalhadores empregados no setor têxtil eram de italianos, alguns já com experiências de greve (...), além disso, no setor da construção civil, os italianos constituíam quatro quinto dos pedreiros e carpinteiros na capital (BIONDI; TOLEDO, 2018, p. 21). Após 1920, entraram massivamente também, imigrantes de outras nacionalidades como alemães, poloneses, entre outros, o que fez de São Paulo uma das cidades de maior diversidade étnica do mundo (BIONDI; TOLEDO, 2018, p. 20).

Um lugar multicultural e multirracial, onde prevalecia a população estrangeira, com tradições libertárias, no qual o anarcossindicalismo era a vertente política majoritária desses mesmos imigrantes no eixo Rio-São Paulo, não por coincidência, o berço da COB.

Assim, na prática, a compreensão distorcida pelo exame da classe segundo as categorias base e superestrutura, na qual as forças e as relações produtivas nos forneceriam a base (que se supões real e objetiva), e delas a consciência de classe emergindo como uma superestrutura derivada (THOMPSON, 2012, p.278), mostra-se um erro de interpretação.

Como prova, um caso semelhante ocorreu no sul do Brasil, que contou também com a presença de uma população imigrante estrangeira formadas por: italianos, portugueses, ucranianos, entre outros, no qual o anarquismo era a tendência política majoritária entre os mesmos. No estado do Paraná por exemplo, durante a Primeira República se vê nas listas de subscrições para jornais operários locais, sobrenomes do tipo Borelli, Oberdank, Schnaider, Jerrucio, Passarello (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p.238). Estes jornais eram geralmente bilíngues (português-italiano), como ocorria na cidade de São Paulo durante o mesmo período, a exemplo do jornal anarquista *Il Diritto*, que circulou em Curitiba, sustentado por subscrições financeiras voluntárias feitas voluntariamente.

Além da fundação de vários centros operários espalhados pela região Sul do Brasil, estes imigrantes libertários, vinculados à COB, com a mesma autoconsciência coletiva no mesmo sentido que Thompson afirma, ou seja, interesses e valores comuns libertários, compartilhando das mesmas experiências vividas e percebidas, criaram várias fazendas comunais, pondo em prática o sonho comunista ácrata, onde tudo era coletivizado e não havia a circulação monetária. Assim foram fundadas comunidades no interior de São Paulo (Guararema e Assis,); em Santa Catarina (colônia cosmos), fundada por imigrantes libertários norte-americanos¹⁸², entre outras,

¹⁸² RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1675-1913)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969, p.38.

na qual destacou-se a colônia Santa Cecília, no interior do estado do Paraná, conforme já citado em capítulo anterior¹⁸³.

Em síntese, apesar da COB, perceber a importância da guerra cultural dentro do processo de luta de classes, mesmo entendendo cultura em um significado mais amplo, para além da noção de artefatos ou de um corpo de trabalho imaginativo e intelectual, como propõe Raymond Williams¹⁸⁴, ao analisar a origem e evolução deste conceito na literatura inglesa, a partir da revolução industrial, não se pode identificar como sendo uma expressão de uma cultura operária (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 252). Neste sentido, seus intelectuais também interpretavam o conceito de consciência de classe num sentido não historicizado, como os marxistas, considerando somente as experiências percebidas (ser econômico), em detrimento das experiências vividas das classes (ser cultural), pois a junção de ambos é que forma uma consciência social historicizada.

Assim sendo, nota-se um avanço das ideias libertárias, tanto do anarquismo como também do anarcossindicalismo em regiões do Brasil onde prevaleciam a mão-de-obra imigrante europeia, e não uma classe operária mais consciente, do ponto de vista puramente político, mas sim, com experiências comuns, ou seja, a convivência conferia ao mesmo tempo identidade e solidariedade, comprovando que a consciência é a experiência medida pela cultura. Assim, não podemos colocar, classe aqui, consciência de classe ali, como se fossem duas coisas distintas, ou seja, como se houvesse uma consciência de classe em teoria, que se forma formada por esse ser social (o operariado), afinal, este trabalhador não é somente um ser econômico, mas é também um ser cultural, conforme já citado neste e em outros capítulos.

¹⁸³ Apesar de todas essas colônias libertárias contarem no início da sua criação com a ajuda e até mesmo apoio braçal dos camponeses que moravam próximos às suas respectivas regiões, essas novas experiências falham na prática por uma série de fatores. Do ponto de vista das condições objetivas, houve em alguns casos até mesmo a repressão feita pela polícia republicana, à mando do conservadorismo de alguns políticos locais, como foi o exemplo da colônia Guararema, fundada no interior de São Paulo; já do ponto de vista das condições subjetivas, a crítica dos anarquistas às instituições e valores da sociedade burguesa tais como (igreja, família e pátria) elementos esses consolidados na economia moral destas mesmas classes subalternas brasileiras em seu fazer-se, acabaram com o passar tempo a afastarem esses, dos colonos libertários. Ver: *Ibidem*, p.38.

¹⁸⁴ WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p.17-26.

3 O FIM DA CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA, SUAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

De todas as falhas e falta de estratégia que nos interrompem na propaganda, além dos inúmeros obstáculos que só nos antepõem, há uma, que deve, a meu ver, ser corrigida: a systematização da própria propaganda.

É de admirar que um ideal combatido pelos capitalistas de todo o mundo, e sustentado com vantagem pelos maiores sociólogos de toda parte, ainda não corresponda na sua propaganda à grandeza imensurável da destrutível verdade que encerra!

(...) Eu não tenho pena dos operários, porque amo a humanidade e pouco se dá ver operários sofrendo miséria, o que me revolta é que todos os homens sejam vítimas (ricos e pobres), da sociedade actual, isso de sentimentalismo só serve para romances amorosos, rethoricos e elogios fúnebres (VIANNA, Adalberto. *A Propaganda Anarchista. A Plebe*, 06-05-1921, n.116, p.2).

Esse trecho de um artigo escrito no jornal *A Plebe*, pelo membro da COB Adalberto Vianna, no ano de 1921, demonstra a decepção com a maioria do operariado brasileiro, apesar de algumas vantagens conquistadas através das inúmeras greves lideradas pelos respectivos centros operários espalhados pelo Brasil afora, vinculados à esta mesma central sindical, que na época já não existia formalmente.

Nota-se que o autor culpa o que ele mesmo define como uma ineficácia da propaganda dos seus ideais, a respeito da não concretização da grande revolução ácrata no Brasil. Todavia, na prática, várias foram as razões dessa não realização revolucionária da COB: a forte influência da economia moral cristã, na cultura brasileira, restringindo as ações sindicais a um aspecto tão somente reformista, conforme já citado em capítulos anteriores; a fundação do Partido Comunista Brasileiro por ex-integrantes da COB, enfraquecendo o movimento; a forte repressão, tanto dos governos federais, principalmente de Epitácio Pessoa (1919-1922) e Artur Bernardes (1922-1926), como também dos governos estaduais, aos centros operários espalhados pelo Brasil afora durante a Primeira República.

Contraditoriamente, o período cronológico que marca a ascensão do movimento operário no mundo, mais especificamente entre os anos de 1917 - 1920, numa conjuntura internacional revolucionária, marcou também o fim da COB¹⁸⁵, visto que é que a própria

¹⁸⁵Além dos anarcossindicalistas, deve-se assinalar a presença, no Brasil, de outras correntes do movimento anarquista, entre elas aquela que, em novembro de 1918, tentou promover um levante na cidade do Rio de Janeiro, tendo como alvo a tomada do palácio do governo. Esse tipo de ação revelava a inexistência de uma formulação estratégica apropriada a respeito do Estado burguês, implicando forte dose de voluntarismo; isto, não só porque tal ação não possuía nenhum respaldo por parte dos trabalhadores, como também pelo fato de que, no país, naquele momento, apesar do ascenso operário verificado, não se configurava uma situação revolucionária. Ver: HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*; das origens aos anos 20. 2ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 282.

organização do Terceiro Congresso Operário brasileiro¹⁸⁶, ocorrido também na capital federal entre os dias 23 e 30 de abril de 1920, foi feita não por esta central sindical, mas sim pela união geral dos trabalhadores do Rio de Janeiro, central que tinha sido vinculada a essa mesma instituição, conforme mostra esse trecho de um artigo escrito no jornal do Centro Operário Sergipano:

Respondendo ao convite feito pela união geral dos trabalhadores, para participarem do terceiro congresso operário, o centro operário sergipano apela para os seus associados, no sentido de todos lhe prestarem o seu concurso, a fim de poder atender ao esse mesmo convite (*Voz do Operário*. Aracaju, 10-04- 1920).

Se os dois primeiros congressos operários ocorreram em um clima de mobilização, o terceiro foi realizado após o período de intensa repressão, inclusive com a deportação de várias lideranças vinculadas à antiga COB¹⁸⁷, como uma tentativa de anular todas as experiências vividas de lutas pelos operários ao longo das primeiras décadas do século XX¹⁸⁸. Além disso, foi também um período de reconfiguração do movimento operário brasileiro.

Durante o governo Epitácio Pessoa (1919-1922), por exemplo, mais de 150 militantes foram deportados, salvos os estrangeiros residentes no Brasil há mais de três anos, casados ou com filhos brasileiros natos, que não podiam ser expulsos, em conformidade com o que havia

¹⁸⁶ O terceiro Congresso Operário brasileiro, resolveu entre outras coisas: “declarar a sua expectativa simpática em face da terceira internacional de Moscou, cujos princípios gerais correspondem verdadeiramente às aspirações de liberdade e igualdade dos trabalhadores de todo o mundo”. Ver: boletim da comissão executiva do terceiro Congresso Operário. São Paulo, cooperativa gráfica popular, Ano I, agosto de 1920, n.1.

¹⁸⁷ A lei Adolfo Gordo de 1907 previa a expulsão dos chamados perturbadores da paz e da ordem, recaído geralmente sobre aqueles que organizavam as greves. Mas estabelecia algumas exceções para operários que já residissem no Brasil há algum tempo. Em 1912, ano de intensificação das mobilizações operárias, o parlamento aprovou outro projeto de Gordo, estabelecendo a prerrogativa da expulsão dos estrangeiros pelo poder executivo, sem estabelecer ressalvas de tempo de moradia, constituição de família, etc. (...) Desta forma, se estabeleciam de acordo com a conjuntura político-social, critérios que poderiam ser utilizados para a perseguição e expulsão dos trabalhadores militantes, sem ser necessário levar em conta as prescrições efetivas da lei, já que esta poderia ser interpretada da forma que fosse mais conveniente para os interesses de quem estava no poder ou representava quem tinha o poder de fato. (...) Em 1919, por exemplo, depois do período de ascensão das lutas do movimento operário brasileiro, dezenas de militantes foram expulsos, entre eles Gigi Damiani e os membros organizadores do terceiro Congresso Operário brasileiro. Ver: BONOMO, Alex Buzeli. *O Anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935)*. Dissertação de Mestrado em História, PUC- São Paulo, 2007, p. 49.

¹⁸⁸ Após a greve de 1917 em São Paulo, por exemplo, o estado e os empresários continuavam apostando mais na repressão e no controle do que nas reformas para resolver a questão social. Os esforços das autoridades públicas foram no sentido de esmagar a crescente organização operária e suas ligas, sindicatos e federações.

A repressão às manifestações de julho de 1917 foi terrível e continuou de forma pontual também em agosto e setembro: as prisões se encheram de trabalhadores, de militantes supostamente anarquistas; as organizações dos trabalhadores foram impedidas de funcionar; suas casas foram invadidas; reuniões foram violentamente interrompidas; militantes estrangeiros foram expulsos, às vezes até nos anos seguintes, a partir de acusações levantadas sobre a participação na greve geral. (...) Enfim, o dispositivo repressivo começou em maio-junho de 1917 e só foi parar em 1918, por causa da gripe espanhola que assolou São Paulo. Ver: BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. *Uma Revolta Urbana: a greve de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018, p.107-108.

sido julgado como inconstitucional pelo supremo tribunal federal, nos artigos da lei 2.741 de 1913 da lei Adolfo Gordo (BIONDI; TOLEDO, 2018, p.110).

O jornal *A Plebe*, publicou a lista de alguns condenados à expulsão, em sua maioria operários anarquistas italianos e espanhóis residentes na cidade de São Paulo:

Os condenados à expulsão. A portaria é do dia 11-09-1917.
Vicenzo Amodio, Michele D'Angelo, Silvio Antonelli, Francisco Arouca, Eduardo Colli, Alfredo Colucci, Emilio Feldman, José Fernandez, Gigi Damiani, Giuseppe Ghicco, Virgílio Hidalgo, Antonio Lopes, José Sarmento Marques, Manuel Martinez, Giovanni Miniero, Teodoro Monicelli, Antonio Musitano, Isidoro Pozzatti, Giuseppe Sgai, Giulio Sorelli, Alessandro Zanella. (*A Plebe*, Portaria de Expulsão, 15-10-1917, n.16).

No Brasil, foi promulgada em janeiro a lei de acidentes de trabalho. Nesse aspecto, também no primeiro semestre são tomadas algumas medidas de garantia aos operários estatais, como a concessão das oito horas de trabalho na Lóide Brasileiro e outras companhias (FARINHA NETO, 2007, p.81). Outras conquistas também foram alcançadas, todas frutos das pautas das greves dos anos anteriores, a exemplo do código sanitário no mesmo ano de 1919.

De acordo com Margareth Rago, o código sanitário também previa a licença-maternidade, que seria estendida quatro anos depois, em 1923, facilitando este benefício pelo prazo de trinta dias, antes e após o parto, de maneira que propunha também a criação de lugares apropriados para a amamentação nos locais de trabalho (RAGO, 1985, p. 69-70).

Porém, nas fábricas privadas, a redução da jornada de trabalho em alguns estados era ainda um ganho da ação direta, liderada pelos diversos centros operários espalhados pelo Brasil afora, o que gerava sempre repressão a estes mesmos centros e seus filiados¹⁸⁹.

Dito isto, as repressões só diminuíram por causa do advento da gripe espanhola que assolou o mundo e, consequentemente, afetou o Brasil, principalmente no eixo Rio–São Paulo, os dois principais centros urbanos da nação e base do anarcossindicalismo. Contudo, mesmo com essa epidemia e com toda a repressão feita nos anos anteriores, o movimento operário esteve em ascensão entre 1917-1920, ou seja, ficando cada vez mais claro neste mesmo contexto que os objetivos da maior parte dos operários, com as greves, não eram revolucionários. Apesar dos embates, da revolta e da intensa atuação dos militantes anarquistas, a greve geral de 1917 e as demais, tinham pautas que pediam o reconhecimento institucional, político e organizativo

¹⁸⁹Com uma origem agrária do capitalismo, o Brasil acabou criando durante a Primeira República uma burguesia que misturava tanto os elementos do capitalismo industrial, como também alguns outros da arcaica tradição oligárquica. Essa peculiaridade brasileira, bem próxima da inglesa, estava acostumada com o trato paternalista em suas relações de produção, não aceitando a quebra deste antigo costume, reagindo neste sentido como sempre o fez, com o uso da força enquanto mecanismo de controle social, fazendo-se valer do aparato estatal para isso, sob a alegação de se manter a ordem, para garantir o progresso da nação.

da classe operária e de seus interesses perante o estado, o empresariado e a mídia¹⁹⁰.

Deve-se salientar, além disso, que apesar do crescente avanço do movimento operário no Brasil nesse período, a maior parte dos trabalhadores ainda viviam à margem desses direitos e, no ano de 1920, mais greves ocorreram. Entre avanços e repressões, o terceiro Congresso Operário brasileiro decidiu não refundar ainda a COB, decidindo conformá-la em um segundo momento para evitar que a repressão do aparelho de estado se desse num único foco e acabasse de vez com as aspirações revolucionárias. Diante disso, resolveram dividir a antiga central sindical numa secretaria geral, com sede no Rio de Janeiro, sob a coordenação de Edgar Leuenroth, e secretarias regionais no Sul (Porto Alegre), no Nordeste (Recife) e no Norte (Belém) (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 283). Outrossim, duas outras centrais sindicais, também com as suas sedes no Rio de Janeiro, substituíam a COB desde o ano de 1918 (a FOB - Federação Operária Brasileira e a união geral dos trabalhadores do Rio de Janeiro), descentralizando as ações, dificultando assim as repressões. Acrescenta-se ainda que os seus intelectuais imaginavam que, anos mais tarde, haveria uma maturação maior da classe operária brasileira diante das condições objetivas e subjetivas vividas.

O terceiro Congresso Operário brasileiro foi um sucesso e ocorreu com a participação de 150 delegados, representando 85 centros operários espalhados pelo Brasil afora e vinculados à COB, que já não mais existia, conforme já citado. O encontro reafirmou, em linhas gerais, as decisões dos congressos de 1906 e 1913, procurando adaptá-las à nova situação criada pelo conflito mundial e a revolução russa (FARINHA NETO, 2007, p.63).

Além disso, reafirma a importância que a educação lecionada nas escolas operárias tinha dentro do processo de guerra cultural:

d)“Educação Sindical”- O 3 congresso operário, constatando que pela feição de luta de classe, anticapitalista do movimento associativo proletário, o embate dos princípios relacionados com as questões próprias aos seus problemas se verificam e não podem senão contribuir para o esclarecimento mútuo e para a educação social do proletariado, o congresso aconselha, entretanto, os trabalhadores a contribuírem para que nas associações se mantenha um ambiente de tolerância coletiva, evitando as questões puramente pessoais e atitudes agressivas, fazendo com que no regime de livre exame, possam os obreiros associados alimentar uma mentalidade consentânea com a luta em prol de sua emancipação (RODRIGUES, 1979, p. 166).

¹⁹⁰ BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. Uma Revolta Urbana: a greve de 1917 em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018, p.103.

Desse modo, efetivou-se o que havia sido decidido durante Primeira Internacional, “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Assim, podemos entender que essas experiências retratam a capacidade de lutas dos trabalhadores de se apropriar de uma riqueza que lhes é negada – a instrução – e reconstituí-la sob seus próprios moldes, através de um paradigma oposto à sociedade opressora em que estão submetidos (MACHADO, 2017, p.162).

No entanto, houve um diferencial fundamental neste terceiro Congresso Operário brasileiro que consistiu no fato de alguns intelectuais libertários da antiga COB, optarem pelo ideal marxista, aderindo à terceira internacional. Ao contrário da maioria dos países, onde os partidos comunistas se originaram a partir de dissidências da socialdemocracia em crise, o Partido Comunista no Brasil nasceria da crise do anarquismo, formado pela unificação de cerca de setenta militantes, quase todos oriundos do anarcossindicalismo (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p.283).

Foi no dia 09 de março de 1919 que Edgar Leuenroth, Astrogildo Pereira, José Oiticica, dentre outros, fundaram o Partido Comunista, aberto a todos que apoiassem o comunismo social (SILVA, 1987, p. 27). Em seu livro *O Ano Vermelho*, o próprio Edgar Leuenroth expõe como a revolução russa foi marcante para a mudança de paradigma desses intelectuais:

Esse partido foi uma organização de emergência, fundada num ambiente de fermentação do movimento social internacional, conseqüente da repercussão provocada pela revolução russa. (...) essa organização não tinha nenhuma finalidade política, apesar de sua denominação de partido que caracterize as organizações políticas de atividade eleitoral. Sendo uma organização de momento, sem o enquadramento disciplinar do bolchevismo e sem a finalidade de ser expressão orgânica do anarquismo no Brasil, foi cessando sua atividade à medida que iam desaparecendo motivações que lhe haviam dado origem (BANDEIRA, 1980, p. 151-152).

A partir de 1922 dá-se o congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), no mês de março, dos fundadores apenas um não vinha do anarquismo, Manuel Cedon (BONOMO, 2007, p.160). Contudo, na prática, em seu início de atuação, criou-se no Partido Comunista do Brasil uma concepção política híbrida, tendo em vista que várias das teorias do anarcossindicalismo não tinham sido inteiramente abandonadas ainda. Em outros termos, essa peculiaridade brasileira¹⁹¹ foi descrita assim pelo professor Moniz Bandeira:

¹⁹¹A fundação do Partido Comunista no Brasil e as suas peculiaridades, merece, evidentemente um aprofundamento maior, em função da complexidade das condições objetivas e subjetivas postas naquele contexto histórico, entretanto, tal análise foge aos objetivos deste trabalho

A ideia de partido, o nome comunista, os termos secretariado e comissariado do povo, tudo isto misturado e adaptado a concepções tipicamente libertárias, denunciam a profunda ressonância que a revolução russa alcançou no movimento operário do Brasil¹⁹².

A partir de janeiro de 1922 o grupo começou a publicar a revista movimento comunista até junho de 1923, defendendo o programa da internacional comunista (BONOMO, 2007, p.160). Tal atitude, na prática, acabou resultando em um racha dentro do movimento operário nacional, pois apesar da antiga COB ser formada não só por libertários, mas também por marxistas, sociais-democratas, entre outros, essa instituição sindical, agora pulverizada, sempre teve a hegemonia política nas suas mãos, especialmente no eixo Rio–São Paulo, sendo sempre de tendência libertária, apesar do seu não sectarismo. Porém, percebe-se a redução do ponto de vista quantitativo a uma minoria anarcossindicalista, uma vez que esta sofrera também perdas do seu quadro de membros com as expulsões do país feitas como consequência da lei Adolfo Gordo.

Todavia, do ponto de vista político, a fundação do Partido Comunista no Brasil acabou gerando críticas nos jornais que ainda circulavam na época, a exemplo do jornal *A Plebe de São Paulo*, pertencente à FOSP (Federação Operária de São Paulo), braço sindical paulista da antiga COB:

O advento da revolução russa veio despertar uma nova confiança nos métodos insurrecionais, então desacreditados nos meios revolucionários(...). Estamos assistindo agora a um despertar de energias latentes que se põem em ação, peçadas de fé na possibilidade de realizar hoje mesmo a revolução social. Se este renascimento de forças é portador de esperanças que nos animam à luta, acarreta ao mesmo tempo um estado de espírito cujas consequências podem ser nefastas. Na sofreguidão de agir, cooperando com todos os que sinceramente querem a revolução, vamos insensivelmente fazendo concessões, transgredindo com os princípios que constituem os fundamentos mesmo do nosso ideal. O espírito de autoridade ganha terreno entre os anarquistas; já os que pregam a necessidade da ditadura proletária, sendo grande o número dos que reconhecem a contra-gosto a impossibilidade de encontrar a revolução num sentido anárquico sem usar de meios autoritários. (...) É preferível ser vencido materialmente, salvando a pureza dos ideais, do que vencer transgredindo; vencer seguindo uma rota anti-libertária que conduzirá a qualquer parte, menos à anarquia (FRANCO, Victor. *A Plebe*, 03-11-1919, p.1).

Conforme escreveu Alex Buzeli Bonomo, em sua dissertação de mestrado intitulada “O anarquismo em São Paulo: as razões do declínio” (1920-1935):

¹⁹²BANDEIRA, Moniz. *O Ano Vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2 ed, 1980.

O debate acalorado nas fileiras anarquistas refletia um momento de crise da atuação destes elementos. Uma crise determinada não pelo advento da revolução russa, mas pelo contexto econômico, político (nas suas diferentes fases), social, etc. A revolução russa forneceu elementos que pautavam novas opções para a atuação política dos anarquistas.

É interessante observar que havia anarquistas, que sem abandonarem a denominação e boa parte dos seus ideais, defendiam o estado transitório e a participação em eleições (caso de alguns que participaram da coligação social). A saída de muitos destes elementos das fileiras anarquistas se deveu a um processo de expurgo informal (devido à forma de estruturação das organizações influenciadas pelos anarquistas) e público, caracterizado pela denúncia por parte de anarquistas influentes das concepções que para estes anarquistas não eram compatíveis com seus ideais. Pregava-se a liberdade e aceitava-se as diferentes correntes, mas alguns pontos eram dogmas que não poderiam ser alterados, sem que o grito de indignação de proeminentes anarquistas fosse ouvido¹⁹³.

Segundo a professora Cláudia Tolentino Gonçalves Felipe (2018), as divergências entre os anarquistas quanto à pertinência da revolução russa tornaram-se ainda mais acentuadas. Florentino de Carvalho e Victor Franco foram os militantes que atacavam mais os bolchevistas e a ditadura do proletariado, através das folhas de jornais alternativos (FELIPE, 2018, p.300).

O próprio Florentino de Carvalho, ao perceber a defesa dos métodos revolucionários marxistas por parte do diretor do período *A Plebe* (Edgar Leuenroth)¹⁹⁴, que naquele momento já flertava com esses ideais, cria um outro jornal chamado *A Obra*, para reafirmar os princípios anarcossindicalistas, conforme o próprio escreveu, em um artigo no ano de 1920:

Chegando a propagar a organização de um partido socialista-maximalista, (coligação social) o qual teria por fim, entre outras coisas, a conquista do estado burguês, empregando o processo eleitoral, transformando-o em estado... maximalista, afim de que pusesse a máquina nos eixos embaraços a ação francamente libertária dos trabalhadores e dos revolucionários(...). Esta atitude, além de produzir uma cisão nos elementos avançados, significa uma retratação dos princípios que disseram sustentar e uma traição a causa da emancipação humana (CARVALHO, 1920, p. 1).

¹⁹³BONOMO, Alex Buzeli. *O Anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935)*. Dissertação de Mestrado, PUC- São Paulo, Departamento de História, 2007, p.153.

¹⁹⁴Quanto às relações com os povos, a república dos soviets está no terreno dos princípios da primeira internacional, a qual reconheceu a verdade, a justiça e a moral como base das suas relações com toda a humanidade, independentemente de raças, religiões e nacionalidades. A república socialista dos soviets reconhece que, lá onde é oprimido um membro da família humana, toda a humanidade é oprimida. Por isso proclama e defende o direito de autodecisão de todos os povos. Isto é, o direito de decidir a sua própria sorte. Este direito entende-o ela à todas as nações sem exceção (...) Proclamando estes direitos e deveres a república socialista federativa dos soviets convida a classe operária de todo o mundo a cumprir o seu dever até o fim e na sua firme fé numa próxima realização do ideal socialista(...) Proletários de todo o mundo uní-vos! Viva a revolução socialista mundial. LEUENROTH, Edgar. *A Plebe*, 22-02-1919, p.2).

Em um outro artigo, o autor chegou a utilizar-se de argumentos kropotknianos em defesa dos seus ideais. Na história sempre existiram dois princípios, o da autoridade e o da liberdade, os anarquistas já fizeram opção pelo caminho que querem seguir e sabem que a harmonia só seria possível quando um princípio eliminar o outro (BONOMO, 2017, pp.156-157). Neste Sentido:

Não se pode negar, com efeito, que na Rússia, no próprio seio da III internacional, entre os bolchevistas- estes marxistas!- as ideias anarquizantes tenham de algum modo pesado sobre as diretrizes, orientando as decisões. As moções contra a defesa nacional, contra o parlamentarismo, e outros mais, ainda que não sendo de natureza essencialmente libertária, estão, não obstante, fortemente impregnados da ideia¹⁹⁵.

Em resposta, Edgar Leuenroth e outros ex-integrantes da COB (Astrogildo Pereira, José Oiticica) publicaram, no ano de 1922, um manifesto em conjunto, com o título os anarquistas no momento presente: definindo atitudes (*A Plebe*, 1922, p.1)¹⁹⁶, dirigido a todos os que fazem parte de todos os centros operários do Brasil, sejam anarquistas ou não.

Para Cláudia Tolentino Gonçalves Felipe:

O manifesto afirmava que, diferentemente da crítica dirigida ao ideal libertário, nada há nada nos princípios anarquistas que necessite de revisão. Através dele, os anarquistas se declararam inimigos irreconciliáveis do estado e de qualquer instituição política autoritária sustentada por interesses particulares. Eles atacaram a propriedade privada e a moral que a embasava, defendendo a constituição de uma organização política livre calcada no federalismo. (...) Contudo, quando descobriram que as denúncias sobre a ditadura do proletariado eram verdadeiras e que não se restringiam à defesa, eles passaram a olhar de forma crítica para o sistema político-administrativo

¹⁹⁵ CARVALHO, Florentino de. Pelo Despotismo Autoritário ou pelo Anarquismo. *A Obra*, 01-10-1920.

¹⁹⁶ Como comunistas-anarquistas revolucionários que somos, sentimos-nos ligados pela nossa simpatia e solidariedade ao movimento revolucionário russo, soberbo esforço de uma parte ativa do povo, impulsionada pelos revolucionários sociais que, com os anarquistas à frente, conseguiu derrubar o domínio do capitalismo em sua forma político-econômica mais tirânica, objetivando o estabelecimento de uma organização social consentânea com as aspirações de suprema justiça da coletividade humana, constituindo isso um surto grandioso na marcha da revolução social em todo mundo. Quanto à forma político-institucional em que se molda a instituição dominante na Rússia, consideramo-la como uma consequência da situação em que se achava o país quando a revolução se manifestou, encontrando o proletariado sem uma organização econômica eficiente, que em outras nações constitui o arcabouço da nova sociedade, permitindo, por isso que os comunistas-marxistas, pela sua mais completa homogeneidade de preparação ou por terem sabido aproveitar das circunstâncias, estabelecessem a ditadura de seu partido. Apoiado nessa ditadura cognominada do proletariado, mantém o bolchevismo o seu estado, com sua engrenagem administrativa e política centralizada, e impondo autoritariamente as suas ordens à coletividade e impedindo pela força o desenvolvimento das tendências federativas libertárias da revolução, atrofiando o esforço dos indivíduos, dos grupos e das corporações proletárias(...). Há portanto, absoluto contraste entre as bases do comunismo de estado que pretendem estabelecer na Rússia e os princípios que professamos, associando-nos, por isso, ao movimento do mesmo país e do resto do mundo, sustentando com o fim de impulsionar a revolução para um maior aperfeiçoamento, em caminho para o comunismo libertário. Na apreciação do que se passa na Rússia agiremos sempre com o intuito de patentear esse contraste de princípios, exercendo a nossa crítica, embora severa, com a necessária serenidade, para que essa manifestação de divergência doutrinária não possa, de forma alguma, ser confundida com a campanha de difamação da burguesia internacional, cujo objetivo é desmoralizar a revolução. *A Plebe*, 21-10-1922, p.1).

que se instalava na Rússia. Apesar de acreditarem que o caráter inicial da revolução russa fora anarquista, os militantes que assinaram o manifesto diziam-se contrários às medidas empregadas pelos comunistas-marxistas na organização da sociedade¹⁹⁷.

No ano de 1920, logo após o fim da epidemia da gripe espanhola, ainda no governo de Epitácio Pessoa (1919-1920) a repressão estatal volta à tona. Em primeiro lugar, por meio da apreensão dos jornais *A Plebe* (impresso paulistano vinculado à FOSP) e *Spartacus* (periódico anarcossindicalista que circulou no Rio de Janeiro entre os anos de 1919-1920), impedindo a publicação destes impressos através de uma circular emitida para o diretor da empresa brasileira de correios e telégrafos, que havia sido indicado para o cargo pelo próprio presidente da república. Em segundo lugar, foram presos e deportados, pela ainda em vigor lei Adolfo Gordo, outros militantes libertários agora brasileiros, principalmente do eixo Rio-São Paulo para a colônia militar de Clevelândia, no Amapá¹⁹⁸ - alguns dos quais envolvidos com o levante que havia ocorrido na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1918, que teve como alvo a tomada do palácio do governo¹⁹⁹.

Neste aspecto, o periódico *A Obra* teve um texto denominado O Projeto Terrorista, no qual faz uma análise crítica da lei de repressão ao anarquismo, definindo o presidente Epitácio Pessoa e Adolfo Gordo de forma pejorativa como os defensores da aristocracia e de injustiças sociais e conclui:

E o povo, esse paciente cordeiro que tudo produz e tanto se sacrifica, ficará indiferente diante desse hediondo e clamoroso atentado às liberdades públicas, diante desse cerceamento das liberdades individuais, deixando que seus melhores elementos sejam lançados para as penitenciárias só por quererem o bem estar coletivo, a felicidade integral dos povos! Levanta-te e reage, ó leão

¹⁹⁷ FELIPE, Cláudia T. G. A Áurea Revolucionária no Discurso Anarquista Brasileiro (1917-1922). *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*: Uberlândia, vol 31, n.2, dez 2018, p.301.

¹⁹⁸A colônia penal militar de Clevelândia, foi criada no ano de 1919 pelo presidente Epitácio Pessoa, numa das regiões mais inóspitas do país, ao norte do atual estado do Amapá, próximo ao rio Oiapoque. Era o local para onde o governo federal enviava todos os presos políticos da época.

¹⁹⁹A tentativa insurrecional se deu em novembro de 1918, a intenção era combinar uma greve com a revolta dos escalões inferiores das forças armadas. Os principais líderes eram destacados anarquistas: José Oiticica, Astrogildo Pereira, Manuel Campos, Carlos Dias, Álvaro Palmeira, José Elias da Silva, entre outros.

A preparação da insurreição é acompanhada pelo tenente do exército Jorge Elias Ajus, infiltrado no movimento e que ficou responsável pela preparação do levante militar do mesmo. José Oiticica declarou a Ajus que seria interessante este ir a sua casa na véspera do movimento, o que Ajus fez, encontrando lá de oito a dez pessoas entre as quais os mais destacados líderes anarquistas. Nesta reunião Ajus tentou o adiamento do movimento insurrecional por orientação do chefe de polícia que estava a par de tudo, alegando que estava de serviço no quartel, o que não conseguiu porque Agripino Nazaré disse ser impossível barrar a greve dos tecelões. Nesta reunião Oiticica deu detalhes do plano, como a quantidade de bombas, carros, operários, a forma de reconhecimento dos que estariam envolvidos na liderança do movimento, etc. Ficou ainda marcada uma conversa para o dia seguinte quando seriam repassados os últimos detalhes do movimento. Neste dia os principais conspiradores foram presos, poucas horas depois se iniciou a greve dos tecelões, mas poucos operários foram para o campo de São Cristóvão, local combinado para uma das batalhas que visava a tomada de uma delegacia de polícia. Ver: ADDO, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002, pp. 125-126.

adormecido!²⁰⁰.

Décadas mais tarde, o ex-integrante da COB, que depois entrou para as fileiras do Partido Comunista Brasileiro (José Oiticica) escreveu:

o estado não pôde destruir nossa federação! A união dos trabalhadores, com o método da ação direta, é realmente arma acima de qualquer estimacão, a história minuciosa do movimento brasileiro entre 1912 a 1919, o prova exuberantemente, e mesmo depois, ainda sob o fascismo, após 1930 (OITICICA, 1970, p. 110).

A federação no qual ele se refere é a FOB (Federação Operária Brasileira), um dos órgãos criados para descentralizar as ações da antiga COB que ainda segundo José Oiticica: “Em 1918, quando estourou a greve de 18 de novembro, malograda pela traição do tenente da cavalaria Ajus, o número dos sindicatos componentes da FOB elevou-se a mais de trinta e acolhida o respeitável número de 150.000 trabalhadores, só no Rio de Janeiro” (OITICICA, 1970, p.109).

Apesar da omissão da maioria da população da capital federal e da pouca mobilização dos tecelões que, em sua grande maioria, somente pararam as fábricas, outras categorias operárias como metalúrgicos, estivadores, trabalhadores da construção civil, entre outros, somaram-se aos grevistas que engrossavam o movimento insurrecional, convergindo toda essa revolta para o campo de São Cristóvão. Dito isto, em conformidade com Carlos Addor:

O campo de São Cristóvão foi o palco central dos acontecimentos de 18 de novembro no Rio de Janeiro. Entre 15 e 16 horas, os trabalhadores têxteis paralisaram simultaneamente o trabalho, declarando-se em greve, em praticamente todas as fábricas de tecidos da cidade, e mesmo em cidades vizinhas, como Niterói, Petrópolis e Magé, trabalhadores metalúrgicos e da construção civil, também aderem a greve. Logo depois, grupos operários grevistas começavam a convergir para o campo de São Cristóvão, tomado às 17 horas por centenas de trabalhadores (sic) (ADDOR, 2002, p.162).

A polícia e a guarda civil tentam, sem sucesso, dispensar a multidão de maneira cada vez mais violenta. Mais adiante, depois de explosões de bombas por parte dos operários e trocas de tiros com a polícia o movimento finalmente termina, duramente reprimido pelas forças policiais (MACHADO, 2017, p.59).

Contudo, mesmo com a repressão quanto à insurreição anarquista na cidade do Rio de Janeiro e a sua não efetivação em decorrência da traição de um elemento do aparelho de estado oligárquico infiltrado no meio do levante (o tenente Ajus), essas novas experiências trouxeram consequências positivas na luta por direitos e garantias de classe. Em outras palavras, que

²⁰⁰O Projeto Terrorista. *A Obra*, 14-07-1920, p.1.

puderam ser sentidas por exemplo com a greve dos marítimos no primeiro semestre de 1919, em que a companhia Cantareira, receosa que a greve tomasse proporções semelhantes ao levante no ano anterior, decidiu negociar com os libertários, conforme escreveu John Dulles:

Na primeira destas greves cerca de 300 marítimos abandonaram o serviço no dia sete de maio. Enquanto o major Bandeira de Melo e seus subordinados patrulhavam as docas, a companhia de navegação do Lloyd Brasileiro procurou dar continuidade a seu serviço recorrendo ao pessoal não vinculado à associação dos marítimos. Depois de muitos e ásperezos debates, a associação dos marinheiros e remadores e a diretoria do Lloyd chegaram a um acordo em 26 de maio. Estipulavam-se novos salários para as diferentes categorias de marítimos, o horário de oito horas com o pagamento de um mil-réis para cada hora de serviço extraordinário, e acrescentava-se uma cláusula que o ministro da viação Alfrânio de Melo Franco fizera questão de incluir: os antigos marinheiros que tinham servido durante a guerra teriam “ iguais direitos” quando a associação dos marinheiros e remadores indicasse pessoal para as vagas de emprego nos navios mercantes nacionais (DULLES, 1977, p.77).

Vale destacar ainda que essas ações coletivas conscientes, definidas pelo historiador E. P. Thompson como *agency*, conseguidas pelos libertários durante a Primeira República, tanto nas várias greves por melhores condições de trabalho e salários, como também no levante para a tomada do poder no Rio de Janeiro, capital federal à época, são dignas de mérito, apesar dos erros estratégicos que correspondem a dois pontos basicamente. O primeiro condiz não apenas em relação às condições subjetivas postas, pois vivíamos naquele momento uma ascensão do movimento operário, mas não uma situação revolucionária. Quanto ao segundo, este diz respeito a uma certa ingenuidade por partes destes líderes libertários, apesar dos mesmos terem uma forte dose de voluntarismo.

Essa certa ingenuidade vem da crença na bondade humana, uma influência direta do Rousseau, de acordo com Douglas Bahr Leutprecht, tal idealização da natureza humana, bondosa, corrompida pela sociedade, a máxima do bom selvagem, foi fundamental para os movimentos anarquistas ao ponto do historiador do anarquismo James Joll afirmar que, foi Rosseau quem criou o clima de ideias que tornou o anarquismo possível (JOLL, 1964, p.33).

Como resultado dessa influência, as reuniões nos centros operários, até mesmo após os anos de repressão entre (1917-1919), seriam publicizadas. Assim, pensavam que as palestras proferidas convenceriam não só a classe operária, mas também intelectuais das camadas médias urbanas e outros convidados da necessidade da revolução libertária no Brasil. Diante disso, o que levou um dos militantes a chamar um membro do exército, só porque era simpático às ideias anarquistas, para reuniões que iriam preparar o levante insurrecional no ano de 1918, sendo este o tenente Jorge Elias Ajus, que os traiu, advertindo ao chefe da polícia sobre o levante

(BONOMO, 2007, p.55).

Ainda, de acordo com Alex Buzeli Bonomo:

Só isso, já demonstraria o primarismo dos anarquistas na organização de atividades clandestinas. Outro exemplo, pode nos mostrar a deficiência de segurança das organizações influenciadas pelos anarquistas, o que colaborou para a prisão de muitos militantes e o declínio da sua influência em São Paulo. Num artigo de 1921, publicado em *A Plebe*, havia uma denúncia contra Evaristo Ferreira de Souza. Esse seria da polícia e durante muitos meses teria andado nas associações operárias e grupos. A “excessiva boa fé” dos editores do periódico, segundo suas próprias palavras, havia possibilitado que este espião ocupasse o posto de administrado do jornal ficando incumbido de escrever as notas sobre o movimento operário. Graças a esta função ele pôde entrar nas associações operárias para colher informações. Falava sempre em preparar ações secretas, aconselhava os trabalhadores a andar armados, razão pela qual surgiram às desconfianças contra ele. O texto chamava a atenção para que os operários não se assustassem caso começassem a surgir notícias de complôs, ou alarmismos contra o movimento operário, pois tudo seria arquitetado por este agente provocador (BONOMO, 2007, p. 57).

O artigo conclui, advertindo os operários neste aspecto, embora no nosso meio tudo se faça às claras, realizando-se as reuniões de sindicatos e grupos em salões de portas abertas, os trabalhadores devem se acautelar contra qualquer insídia do espião que apontamos²⁰¹.

Tanto para a maioria dos presidentes, a exemplo de Eptácio Pessoa, como também para os governos estaduais da Primeira República, todos representantes diretos das oligarquias, todas essas greves e revoltas eram inaceitáveis, uma vez que ambos vinham de uma experiência autoritária e, ao mesmo tempo, paternalista herdados das tradições do escravismo colonial, apesar de viverem numa república. Neste sentido, a repressão seria a solução tomada, entretanto, esta não podia suprir a necessidade de entendimentos para pôr fim a estas greves (ADDOR, 2002, p.117).

Essa outra peculiaridade brasileira se caracterizava com uma política de pouca intervenção econômica, estimulando o livre mercado, ao passo em que perseguia sindicatos e explorava a classe operária. Addor avalia que, na Primeira República, especialmente no período compreendido entre a promulgação da carta constitucional de 1891 e os anos de 1918-1919, as relações entre o estado brasileiro e a sociedade civil são marcadas fundamentalmente por uma postura liberal rigorosamente ortodoxa (ADDOR, 2002, p.44).

Ao mesmo tempo que desrespeitavam os direitos e garantias individuais, utilizando-se das leis promulgadas pelos mesmos, nas esferas do legislativo federal e estadual nos vários estados da federação, formados em sua grande maioria por políticos representantes das mesmas

²⁰¹ Um Espião e Agente Provocador. *A Plebe*, 29-01-1921.

oligarquias que os reprimiam. O agravante era que os libertários, por questões puramente ideológicas, negavam-se a terem representantes políticos²⁰², dependendo das esferas do judiciário para reagirem contra essas arbitrariedades, através principalmente de ações movidas por advogados simpatizantes da chamada questão social e que não eram necessariamente anarcossindicalistas. Um exemplo refere-se aos Benjamin Motta e Evaristo de Moraes, que defendiam os libertários, ou mesmo os advogados de outras centrais sindicais, como a FOSP (Federação Operária de São Paulo), antigo braço político da antiga COB (BIONDI; TOLEDO, 2018, p.110).

Todas as ações dos libertários se davam tão somente nas teses do sindicalismo revolucionário da CGT francesa—federalismo, descentralização, antimilitarismo, antinacionalismo, ação direta, greve geral, entre outros (FARINHA NETO, 2007, p.49).

Dito isto, o governo estadual de São Paulo, atuando no campo da política, ao contrário da estratégia adotada pelos militantes libertários, aprovou a lei estadual n. 1.579 de 19 de dezembro de 1917, pouco tempo depois da greve geral ocorrida no mesmo ano. Esta lei foi a primeira regulamentação sobre educação em instituições particulares no período republicano (LEUTPRECHT, 2019, p.143).

O artigo 30 da referida lei é dedicado exclusivamente às escolas particulares, com o objetivo nítido de mantê-las sob o controle do estado oligárquico por meio da diretoria geral de instrução pública²⁰³. Com isso, logo após o acidente com explosivos em outubro de 1919, na rua João Boemer, que vitimou quatro anarquistas, entre eles o diretor da Escola Moderna da cidade de São Caetano, foi o pretexto para o fechamento dessas escolas, executada por Oscar Thompson, diretor de instrução pública do estado de São Paulo (LEUTPRECHT, 2019, p.143).

Dessa maneira, a oligarquia cafeeira do estado de São Paulo, por exemplo, com essa

²⁰² (...) “Considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas; Que a única base de acordo sólido e de ação representa os interesses econômicos comuns a toda classe operária, e dos mais a clara e pronta compreensão; (...) O Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencialmente, sem abandonar a defesa, pela ação direta dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam na adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral. VASCO, Neno. O Anarquismo no Sindicato. *A Voz do Trabalhador*, 01-09-1913, p.1.

²⁰³ Artigo 30- Nenhum estabelecimento particular de ensino primário ou secundário poderá ser instalado no estado sem prévia autorização da diretoria geral da instrução pública, que somente poderá concedê-la mediante requerimento a que o interessado juntar os seguintes documentos: I -Atestado ou títulos que promovem a capacidade moral e técnica do diretor e dos professores; II -Planta do prédio em que haja de funcionar a escola, instruída com relatório do inspetor médico escolar sobre as condições higiênico-pedagógica do mesmo; III- Compromisso de confiar a professores brasileiros o ensino de português, geografia e história do Brasil, bem como de fazer que todo o ensino, salvo em se tratando de línguas estrangeiras, seja ministrado em idioma pátrio. Ver: Lei estadual n.1.579 de 19 de dezembro de 1917 *apud* LEUTPRECHT, 2019, p.143.

arbitrariedade disfarçada de legalidade, passava a controlar um dos principais instrumentos de formação utilizado pelos militantes anarcossindicalistas no processo de luta de classe e de guerra cultural, bases da formação do modelo idealizado do chamado homem novo anarquista, a educação. Conforme escreveu a professora Circe Maria Bittencourt, com o fechamento das escolas modernas em 1919, alguns educadores militantes ou simpatizantes da educação anarquista, acabaram dedicando-se a uma forma alternativa, digamos, de ensino, sem a instituição escolar organizada segundo os padrões burgueses (BITTENCOURT, 1990, p.130). Em outros termos, o processo de institucionalização da escola, diferentemente da educação libertária, utilizava os preceitos de higiene e saúde, assim como outros dispositivos de regulação e hierarquização, como formas de disciplinar a sociedade (MORAES, 2013, p.72).

Todavia, com uma experiência autoritária herdada de séculos de escravidão no Brasil, criou-se a partir dessas oligarquias uma tradição autoritária na política durante a Primeira República, confundindo autoridade com autoritarismo, o que fazia também que arbitrariedades fossem praticadas fora do âmbito da legalidade em nome de “manter a ordem”. De acordo com Emília Viotte Costa, esse sistema de clientelismo e patronagem, cujas origens remontam ao período colonial, impedia a racionalização da administração pública (COSTA, 1999, p.12).

Esse fazer-se autoritário oligárquico, fugindo até mesmo das regras democráticas, chegou inclusive a pedir a execução de líderes sindicais libertários, como o assassinato de José Cancio de Souza, militante anarcossindicalista e secretário da associação gráfica fluminense. Esse sindicalista foi o autor da carta ao terceiro congresso dessa organização, de forma que foi encontrado morto na porta da liga operária da construção civil, em fevereiro de 1921 (MACHADO, 2017, p.72).

O jornal *Voz do Povo* lhe dedicou homenagens póstumas em um dos seus artigos:

José Cancio de Souza!

Este nosso valente companheiro, ainda jovem, pois contava 20 anos de idade, apenas, que tantas simpatias e admirações soube conquistar entre os meios operários do Rio e dos estados, foi arrebatado, vítima da fatalidade do nosso convívio!

Essa triste ocorrência teve lugar ontem em Niterói, onde residia, por uma bala assassina, de procedência ignorada e a lamentamos profundamente.

Podemos assegurar que Cancio deixa inúmeras saudades”!²⁰⁴

Para Antônio Felipe da Costa Machado (2017), Cancio discursava na sede dos marinheiros e remadores, na rua conselheiro Zacarias, e foi durante esse discurso inflamado, revolucionário, que a polícia o sentenciou para morrer na primeira oportunidade (MACHADO,

²⁰⁴ *Voz do Povo*, Edição Especial 11-02-1921, p.5.

2017, p.74).

Os historiadores Luigi Biondi e Edilene Toledo também citam duas ações policiais após a greve geral de 1917, na cidade de São Paulo, de modo que demonstram não só o autoritarismo do aparelho de estado oligárquico²⁰⁵, mas também o total descaso das forças de segurança pública em suas ações no trato com o povo.

O primeiro fato ocorreu na tarde do dia oito de julho, quando cinquenta praças montados da força pública guardavam a entrada da fábrica Antártica, insultando e provocando os trabalhadores do local (BIONDI; TOLEDO, 2018, p.107). Um verdadeiro terrorismo policial se instalou na cidade, como quando um pelotão da força pública atacou as pessoas reunidas no café internacional, na avenida Rangel Pestana, disparando suas armas contra elas: ainda que fosse um ponto de encontro de militantes, atiravam a esmo sobre os fregueses que estavam jogando bilhar (BIONDI; TOLEDO, 2018, p.108).

Essa criminalização era legitimada até mesmo pelo aparato jurídico da época, pois o próprio código penal de 1898, que ainda vigorava, impedia o direito de greve, ou seja, isso tudo numa conjuntura marcada pela segunda fase da revolução industrial em um contexto no qual o fordismo²⁰⁶ e taylorismo revolucionaram o sistema de produção das fábricas, dinamizando e otimizando o processo, ao mesmo tempo em que geravam mais lucros para a burguesia brasileira, barateando ainda mais os custos da produção.

Vale frisar também que, nessa experiência, os poucos partidos locais representavam

²⁰⁵Em 29 de agosto de 1917, a polícia invadiu a sede da liga operária da água branca enquanto os trabalhadores estavam reunidos para discutir sobre os rumos da greve apenas iniciada na fábrica de tecidos e bordados Lapa, ameaçando os operários para voltar ao trabalho. Foi nessa ocasião que os trabalhadores se defenderam argumentando que a reunião é um direito que as forças policiais não podem interromper. Não havia perigosos militantes terroristas, mas apenas operárias e operários na luta por direitos. No dia 31 de agosto, três operários da fábrica de tecidos Ipiranga foram presos enquanto distribuíam folhetos convocando os trabalhadores da fábrica para uma reunião. Ao saberem da prisão, os trezentos operários que estavam trabalhando no turno da noite foram à delegacia pedir a liberdade dos três colegas presos. (...) No dia 3 de setembro, a polícia entrou na sede da liga do Ipiranga, onde estavam reunidos três mil trabalhadores, e agrediu fisicamente com empurrões também as operárias. No dia 7 de setembro, houve a invasão da sede da liga operária da água branca pela cavalaria da força pública; enquanto os membros da união geral dos ferroviários estavam iniciando uma reunião sobre a oportunidade de fazer greve por causa da demissão de companheiros da São Paulo Railway. Ver: BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. Uma Revolta Urbana: a greve de 1917 em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018, p. 109.

²⁰⁶A modernização realizada pelo fordismo vem de longe, responde a uma necessidade econômica urgente- questão de vida ou morte- para o destino do moderno capitalismo. Toda a atividade industrial de Henry Ford pode ser estudada deste ponto de vista: uma luta contínua e incessante para fugir da lei da queda da taxa de lucro, pela manutenção de uma posição de superioridade sobre os concorrentes. Ford foi obrigado a sair do campo estritamente industrial da produção, a fim de organizar também os transportes e a distribuição das mercadorias, este tema é enfrentado de modo mais analítico. Economicamente, apresenta-se a Ford o pesadelo da conjuntura das duas crises da bolsa de Nova Iorque que puseram um freio na construção de automóveis! Gramsci, porém, sabe bem que o fordismo tem fôlego mesmo nas dores da crise. A força do modelo que ele expressa não se limita à situação estadunidense, mas se espalha pelo mundo. Este autor reservou uma atenção particular à relação entre o taylorismo e américo-fordismo e fascismo (que introduziu o sistema Bedaux na Itália). Ver: VOZA, Pasquale; LIGUORI, Guido. Dicionário Gramsciano (1926- 1937). 4 ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p.313.

eficientes máquinas político-eleitorais através das quais os coronéis e as oligarquias controlavam o poder nos níveis municipal e estadual, destacando-se o Partido Republicano Mineiro (PRM) e o Partido Republicano Paulista (PRP) (RIBEIRO, 2003, p.31). Além disso, essa mesma burguesia fundiária (que o historiador E. P. Thompson definiu como *gentry*, *ao se referir à experiência histórica inglesa*), se aliou também ao capital industrial e comercial para a manutenção da sua hegemonia política, mantendo no nosso caso específico, praticamente inalterados os quadros político, administrativo e econômico do Brasil da Primeira República.

Ainda no governo de Artur Bernardes (1922–1926), presidente que representava diretamente os interesses dessa burguesia fundiária (*gentry* brasileira), as tensões com o movimento operário foram constantes, pois ainda que a COB tivesse sido extinta, esta atuava de maneira pulverizada nos vários centros operários criados sob a sua inspiração e espalhados pelo Brasil afora. Neste sentido, em 1924, foram criados dois órgãos dentro do aparelho de estado, o departamento de ordem política e social (DOPS), na esfera nacional, e o DEOPS (na esfera estadual), com uma política investigativa para os chamados crimes políticos e sociais (FREGONI, 2007, p.82).

Ademais, Artur Bernardes também teve o seu nome envolvido em desavenças com o próprio exército brasileiro durante a disputa eleitoral. Cartas tinham sido enviadas para o jornal carioca correio da manhã, nas quais o presidente desonrava a corporação militar, insultando até mesmo o ex-presidente Hermes da Fonseca.

Diante da prisão de Hermes da Fonseca e do fechamento do clube militar, poucos dias depois, ainda no ano de 1922, o forte de Copacabana foi tomado por oficiais de nível intermediário, em sua maioria tenentes e capitães, insatisfeitos com a situação política do país. Em síntese, esses militares²⁰⁷, após serem cercados pelas tropas leais ao presidente, foram forçados a deixarem o forte e no confronto dezesseis foram mortos, restando vivos somente os tenentes Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

Assim, segundo o professor Rodrigo Rosa Silva:

²⁰⁷ Os anarquistas, que se consideravam reconhecidos revolucionários na sociedade paulista, tiveram posicionamentos que foram de uma espécie de indiferentismo, em relação aos movimentos de 1922, até o apoio crítico ao movimento de 1924, seguindo orientações malatestianas. (...) E repedindo o argumento de Malatesta, diziam que já que não tinham forças para fazer a revolução que fosse genuinamente “nossa” possível, participando moral e materialmente de todo movimento, no sentido da justiça e da liberdade. Ver: BONOMO, Alex Buzeli. O Anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935). Dissertação de Mestrado, PUC- São Paulo, Departamento de História, 2007, p. 58; Movimento Revolucionário. A Plebe. São Paulo, 25-07-1924.

O DOPS nasceu no conturbado governo do presidente Artur Bernardes (1922-1926), caracterizado pela vigilância quase permanente de estado de sítio. A fundação do partido comunista brasileiro e os levantes tenentistas, concomitantemente às greves operárias de entre 1917-1920, deram origem a uma legislação social nova e ao fortalecimento dos instrumentos de força de que dispunham o estado e a burguesia²⁰⁸.

Ainda diante do uso da sua experiência autoritária, o presidente Artur Bernardes, a partir do ano de 1924 impõe o monopólio da força física do aparelho de estado, agora institucionalizado com o DOPS, através da: apreensão de jornais libertários, a aplicação da lei de imprensa, além da prisão de operários. Sobre o fato, o jornal *A Plebe* fez a seguinte constatação:

As leis só existem e só servem para serem violadas, desconhecidas, calcadas pelas autoridades e pelas polícias encarregadas de as aplicar e cumprir. Para os grandes, todas as deferências. Para os pequenos, é só o outro falar: nem reunião, nem associação, nem pão, nem liberdade de palavra ou de locomoção. E aquele que sair fora dos eixos, que não concorde com esses mandamentos de opressão policial burguesa, pode arranjar os passaportes para a cadeia, para o estrangeiro ou para o cemitério²⁰⁹.

Após o final do estado de sítio em 1926, com a COB e a FOB já extintas, e as escolas modernas fechadas, os anarcossindicalistas e anarquistas tiveram enormes dificuldades para reorganizar o seu projeto revolucionário, mesmo agindo em seus respectivos centros operários espalhados pelo Brasil afora. Os trabalhadores, grande parte deles estrangeiros, temiam participar de atividades que pudessem levá-los à prisão ou à deportação, ou mesmo ao cemitério, parafraseando o próprio artigo do jornal *A Plebe*.

Segundo o professor Paulo Borges:

As associações de trabalhadores foram paulatinamente perdendo autonomia. Em um primeiro momento pelo engajamento de algumas organizações aos interesses e à política do PCB, que privilegiava a formação de alianças com grupos de possuidores de interesses divergentes dos trabalhadores. (...) Com a queda da influência anarquista, o fim de sua hegemonia no movimento operário e o declínio de suas associações autônomas, os militares procuraram novas formas para tentar reavivar a chama do anarquismo (BORGES, 1996, p. 92).

²⁰⁸SILVA, Rodrigo Rosa, 2006. *As Ideias como Delito: a imprensa anarquista nos registros do DOPS-SP (1930-1945)*. In: DEMENICIS, R; REIS, D. (orgs) 2006. *História do Anarquismo no Brasil. Vol I*. Rio de Janeiro: Mauad, p.115.

²⁰⁹VER: Ante o Tufão que Passa. In: *A Plebe*. São Paulo, 15-03-1924.

Embora a conjuntura política e a repressão policial tenham enfraquecido o movimento libertário, os anarquistas e anarcossindicalistas nunca saíram de cena, mantendo-se presentes de forma organizada ou individualmente nos anos de 1920, resistindo aos comunistas e à repressão do estado e, nos anos de 1930 e 1940, combatendo os fascistas e lutando contra o atrelamento sindical ao estado (FREGONI, 2007, p.84).

Já em relação à COB, foi fundada no ano de 1906, de cunho anarcossindicalista, manteve a hegemonia política do movimento operário brasileiro durante as primeiras décadas do século XX. Além disso, essa central sindical, através dos congressos operários, inspirou a fundação de centros operários em todas as regiões do país, como estratégia da implementação de uma futura revolução ácrata que, em tese, seria articulada por essas centrais sindicais juntos aos operários das outras regiões do país.

Com isso, a COB havia optado por uma concepção malatestiana de uma organização específica anarcossindicalista, atuando num movimento sindical neutro em matéria política, mas combativo (BONOMO, 2007, p.416). Contudo, outras tendências políticas eram aceitas por essa central sindical, em especial fora do eixo Rio-São Paulo, onde havia centros operários com maioria marxista, socialdemocrata, anarquista, entre outros. Isto é, acreditando inocentemente que através dos congressos operários, e também dos seus aparelhos ideológicos (educação, leitura dos impressos e palestras), operários e intelectuais dessas outras correntes optariam pelo anarcossindicalismo.

Essas peculiaridades da COB se mostraram na prática um erro estratégico, pois, de fato não ocorreu essa mudança para o seu projeto revolucionário, mas sim, em sua grande maioria para a regulamentação das relações de trabalho na época, conforme já citado em capítulos anteriores. Na verdade, a única adesão em massa que realmente houve foi a fundação do Partido Comunista, por ex-membros da COB – que enfraqueceu ainda mais a sua hegemonia política no movimento operário da Primeira República.

O contexto de lutas em que a experiência da COB se desenvolveu, foi marcado pelo agravamento das condições de trabalho e vida dos operários brasileiros, no emergente processo de industrialização brasileiro da Primeira República. Vale destacar que essa burguesia brasileira em sua grande maioria era oriunda da aristocracia rural, herdando dela uma experiência autoritária escravocrata, expressada na forte repressão sobre o movimento operário brasileiro no eixo Rio-São Paulo e em outras regiões do país.

A experiência da COB foi marcada também pela ascensão do movimento operário nacional, especialmente pelo agravamento das condições de trabalho de vida, sofrida pelos trabalhadores no emergente processo de industrialização brasileira da Primeira República.

Outro erro crasso, se deve ao fato de a COB ter concentrado as suas forças somente no ambiente urbano, especificamente sobre os operários, para realização do seu projeto revolucionário, isso numa sociedade agrária, em que a maior parte da população brasileira estava concentrada na zona rural. Além disso, esse operariado representava, na época, uma pequena parcela da população, apesar de serem um grande contingente classista nos grandes centros urbanos.

Também, conforme já citado em capítulos anteriores, esse mesmo operariado, era sua grande maioria marcado por tradições religiosas católicas cristãs, limitando o projeto revolucionário da COB tão somente à regulamentação trabalhista, usando as greves também como instrumento de formação classista. Porém, temas defendidos por seus intelectuais anarcossindicalistas, como: ateísmo, amor livre, entre outros, eram rejeitadas por essa grande massa de trabalhadores.

A forte repressão durante os governos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes foi outra causa do fim da COB, tendo em vista que desmobilizaram a maior parte não só dos seus líderes, mas também dos imigrantes que faziam parte dessa instituição, por medo de deportações, bem como de serem enviados para a colônia penal militar de Clevelândia, no estado do Amapá.

Porém, mesmo assim, até o início do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), mesmo sem a COB, extinta no ano de 1918, e atuando de forma descentralizada até o ano de 1920, os libertários brasileiros ainda continuaram agindo fortemente no meio sindical, tanto é que o ano de 1932 era a corrente política hegemônica na cidade de São Paulo, agindo através da FOSP, antigo braço político da COB naquele estado.

3.1 O Golpe Militar de 1930 e seus Reflexos sobre os Libertários

Tanto na sua primeira fase, como na atualidade, soube manter incólumes os princípios do apolicismo sindical, está sendo alvo do ódio dos politiquinhos de todos os matizes e de todas as cores. Ainda há poucos dias, dois elementos que, por quererem arrastar as organizações operárias ao terreno da política, desligaram-se da federação, juntamente com a organização que representavam e que à revelia da maioria dos trabalhadores da classe passou a obedecer às ordens de determinada facção partidária (*A Plebe*, São Paulo, n.7, 07-01-1933).

A sucessão de Washington Luís (1926-1930) caracterizou-se pelo rompimento da aliança das duas maiores oligarquias, representadas pelos estados de São Paulo e Minas Gerais. A classe dominante controlava a sociedade política, organizada em oligarquias, sob a hegemonia da burguesia cafeeira (DANTAS, 2013, p.18).

Os mineiros participaram da montagem da aliança liberal, rompendo com esse antigo

esquema, de modo que lançou a chapa de Getúlio Vargas com João Pessoa como vice, representantes das oligarquias do Rio Grande do Sul e da Paraíba, respectivamente, abalando dentro do próprio sistema a sua já frágil e desgastada relação²¹⁰.

O programa eleitoral da aliança liberal tinha como principais pontos, por exemplo, pautas reformistas tão reivindicadas por setores da sociedade civil brasileira da época: a defesa do voto secreto, anistia aos revoltosos, reforma eleitoral, entre outros. Em suma, reformas democráticas, dentro de um sistema oligárquico na política e ao mesmo tempo liberal na economia.

Durante o mandato de Washington Luís vão se formando também e, cada vez mais, os partidos oligárquicos oposicionistas, assim como os agrupamentos das lideranças tenentistas no exílio (BONOMO, 2007, p.76). Nas eleições, as fraudes ocorreram para os dois lados e Júlio Prestes vence Getúlio Vargas, entretanto, o candidato à vice é assassinado no Recife por motivos pessoais, em 25 de julho de 1930, dando ensejo a que os grupos mais radicais da aliança liberal denunciasses esta morte como um ato político, reavivando o movimento revolucionário que estava em declínio (BONOMO, 2007, p.77).

Diante das pressões políticas e com o apoio do exército e da marinha, o candidato Júlio Prestes, que tinha sido eleito presidente, não toma posse, formando-se então um governo provisório sob a liderança de Getúlio Vargas (RIBEIRO, 2011, p.126). De acordo com a avaliação do professor José Ibarê Dantas:

O sistema de alianças que o sustentava se rompeu e a crise que se estabeleceu resultou na revolução de 1930. Embora não se tenha configurado uma revolução propriamente dita pela ausência de uma mudança substancial nas estruturas de propriedade e do estado, houve uma recomposição de forças dentro da sociedade política e nas relações desta com a sociedade civil. A burguesia cafeeira perdeu a hegemonia, enquanto a sociedade política passou a ser controlada também por outros grupos que até então mantinham menor influência, como a burguesia industrial e o patronato rural situado fora do circuito centro-sul. Até as classes subalternas urbanas se apresentaram com maior capacidade de influência e pressão. Apenas os trabalhadores rurais

²¹⁰A cisão das cúpulas oligárquicas vai dar um peso maior para a formação da aliança liberal, fortalecida graças à problemática da sucessão presidencial, que colaborará para a acentuação dos conflitos existentes entre a situação e a oposição. Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, chefe do governo de Minas Gerais, pretende manter o acordo tácito entre São Paulo e Minas em relação à questão sucessória. Washington Luiz havia sucedido o mineiro Artur Bernardes e agora chegara à vez de Minas Gerais voltar ao poder. Por outro lado, Washington Luiz pretende indicar Júlio Prestes para continuar a sua política. Antônio Carlos vendo a situação da sucessão presidencial caminhar para a escolha de Júlio Prestes começa os entendimentos com o Rio Grande do Sul para apresentar um nome gaúcho a sucessão, buscando forçar a saída de Júlio Prestes da disputa. Assim, em junho de 1929 se estabelece uma aliança entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul que indicaria o nome de Getúlio Vargas para presidente. Ver: BONOMO, Alex Buzeli. O Anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935). Dissertação de Mestrado em História, PUC- São Paulo, 2007.p.76.

permaneceram marginalizados do processo político social (DANTAS, 2013, p.18-19).

Vale destacar ainda que segundo Boris Fausto, o processo político que resultou nesse rompimento não foi uma contradição entre os setores agrário-exportador e a burguesia nacional, visto que grande parte das indústrias da época dependiam do setor agrário, existindo sim, uma relação econômica de complementaridade e não de contradição entre os dois setores (FAUSTO, 1970, p.112).

Em termos sintéticos, esse conceito dialoga com a já consagrada noção de revolução burguesa em países dependentes (CARDOSO, 1975, p.99), já que tinha um caráter justamente contrarrevolucionário. Essa outra peculiaridade brasileira (uma revolução burguesa de via prussiana, aliada a setores dissidentes da oligarquia, dos militares e também das camadas médias urbanas), demonstra não só a debilidade da burguesia nacional, mas também o questionamento de um possível êxito revolucionário anarcossindicalista, tendo em vista que as forças revolucionárias dominante foram forçadas a conciliações com setores conservadores (ainda que dissidentes) da sociedade civil, com seu traço elitista, prejudicando aos expectadores do processo a ideia de êxito no Brasil da clássica ideia de uma possível revolução no sentido dual burguesia x proletariado; burguesia x oligarquia, já que as nossas condições objetivas eram de uma complexidade e diversidade maiores que as teorias revolucionárias impunham naquela conjuntura.

Somadas a estas questões políticas brasileiras, duas outras devem ser levadas em conta dentro das condições objetivas impostas naquela conjuntura. A primeira diz respeito ao caráter subordinado aceito por essas oligarquias dentro do modo de produção capitalista da época, enquanto fornecedoras de matérias-primas e produtos agrícolas e, ao mesmo tempo, importando produtos manufaturados, reproduzindo o caráter econômico de uma colônia de exploração. Já a segunda, está ligada à ausência de uma elite pensante, que idealizasse um projeto nacional desenvolvimentista para o Brasil, muito mais além de seus interesses mesquinhos políticos e econômicos. Como definiu muito bem Jacob Gorender, não foi nos salões da oligarquia cafeeira que se reuniam os inquietos escritores e artistas responsáveis pela semana de arte moderna, em 1922 (GORENDER, 1981, p.37).

Na avaliação de Carlos Monarcha, buscava-se agora recompor o tecido social depositando confiança ilimitada nos poderes do estado, concebido imaginariamente como acima e fora das classes sociais e polo de poder separado da sociedade civil (MONARCHA, 1989, p.43).

Assim, Getúlio Vargas chega à capital federal no dia 30 de outubro, sendo empossado

provisoriamente:

A queda de Washington Luiz é motivo de delirantes manifestações do povo: multidões saem às ruas, em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e em centenas de outras cidades. Edifícios públicos são tomados: O País, O Correio Paulistano e outros jornais são saqueados. As manifestações se repetem, tomando caráter não só de desabafo espontâneo, mas político. A resposta das novas autoridades- Junta Governativa ou Governo Provisório- é imediata. As prisões e advertências mostram que o sistema permanece repressivo (CARRONE, 1983, p.438).

Essa nova experiência autoritária reformista monta seu esquema de poder, entregando os estados aos tenentes, suporte militar necessário à vitória do seu ideário, coage e marginaliza civis e militares que não são simpáticos à revolução de 1930 (FIGUEIREDO, 1989, p.224).

A postura dos libertários em relação a todo esse processo político, foi de cautela, como bem explicou Alex Buzeli Bonomo:

O posicionamento dos anarquistas em relação a revolução de 1930, foi diferente do tomado em relação a sedição militar de 1924. Neste acontecimento os anarquistas, apesar de reconhecer o apoio popular a queda das oligarquias e vislumbrarem esta derrubada como positiva, optaram por realizar a crítica no sentido de que esta seria apenas mais uma troca de governantes e, portanto, estaria em desacordo com os princípios professados pelos anarquistas. Neste sentido, o posicionamento coletivo foi o de não participar de forma alguma deste movimento, anulando-se politicamente em um momento de efervescência política no país (BONOMO, 2007, p.75-76).

Durante a década de 1930, a COB já não existia mais enquanto central sindical, conforme já citado em capítulos anteriores. No entanto, está ainda atuava de maneira pulverizada apenas localmente através dos seus intelectuais, já que os congressos operários, onde eram colocados os planos gerais dessa instituição, também havia acabado naquela conjuntura. Além disso, os centros operários fundados Brasil afora, sobre a sua inspiração, continuaram atuando de maneira independente, seguindo cada um, a sua posição política, em que o anarcossindicalismo era minoria.

Quanto ao eixo Rio-São Paulo, onde os anarcossindicalistas sempre tiveram a hegemonia política do movimento operário, estes continuavam atuando durante a década de 1930. Porém, sem a mesma força dos anos anteriores, agindo tanto na capital federal, através da união geral dos trabalhadores do Rio de Janeiro e na cidade de Niterói por meio da liga operária da construção civil. Já no estado de São Paulo, estavam associados a três núcleos de forte atuação: o centro de cultura social, o jornal A Plebe e a Federação Operária de São Paulo-FOSP (GERALDO, 1989, p.166).

Embora a conjuntura política e a repressão policial tenham enfraquecido o movimento

libertário, os anarquistas nunca saíram de cena, mantiveram-se presentes de forma organizada ou individualmente, resistindo aos comunistas e à repressão do estado e, nos anos de 1930 e 1940, combatendo os fascistas e lutando contra o atrelamento sindical ao Estado (FREGONI, 2007, p.84).

Em novembro de 1930, criou-se em São Paulo o comitê operário de reorganização sindical, formado por militantes anarquistas, anarcossindicalistas e também pelo PCB, além dos trotskistas. No entanto, por diferenças políticas estratégicas, os comunistas se afastaram da organização, deixando os libertários em maioria. Uma das consequências foi o ressurgimento da FOSP que, criada no ano de 1906, ressurgiu no ano de 1931 sob a direção dos anarcossindicalistas, de maneira a congregar o maior número de sindicatos e algumas das categorias de trabalhadores mais importante da capital (ARAÚJO, 2002, p.47), além da criação da Federação Sindical Regional de São Paulo, dirigida pelos comunistas – que reunia principalmente sindicatos de cidades do interior, sem bases expressivas na capital (ARAÚJO, 2002, p.47).

Em janeiro de 1931, os trotskistas²¹¹ passaram a denominar-se liga comunista do Brasil, conseguindo em conjunto com os libertários até mesmo a convocação de uma conferência operária estadual aberta a todas as entidades sindicais do estado de São Paulo.

Segundo a professora Raquel Azevedo (2002), a FOSP manteve uma influência significativa durante a década de 1930:

A consolidação da FOSP ocorreu através da terceira conferência operária estadual, entre 13 e 15 de março de 1931, com a participação de 18 sindicatos, sendo 10 da capital e 8 do interior paulista. Segundo Pedro Catalo, operário anarquista presente ao congresso, todas as associações participantes eram anarquistas, com exceção da união dos gráficos de São Paulo, dirigida por trotskistas (AZEVEDO, 2002, p.61).

De acordo com Geraldo (1998, p.166):

Em geral, as reuniões sindicais realizadas por associações autônomas de classe, que seguiam os princípios do anarcossindicalismo ou do sindicalismo

²¹¹É interessante observar que os trotskistas brasileiros dos anos 1930, referiam-se a Trotsky de forma cifrada, como ogum. Criando inclusive uma imagem que aparecia em seus impressos políticos, onde este marxista é representado na figura de São Jorge. Ver: anexo IX. Diferentemente de outros países, onde a linha trotskista estava associada ao ateísmo, no Brasil esta corrente política demonstrava manter ligações com a umbanda e o candomblé, pois esta divindade masculina ioruba, arquétipo do guerreiro, foi sincretizada em nosso país como São Jorge, revelando ser mais uma peculiaridade brasileira, com uma cultura popular fortemente marcada pela religiosidade, influenciando inclusive intelectuais marxistas(trotskistas) e libertários(a exemplo de João Penteado, que era espírita), misturando mais uma vez política com religião. Ver: KAREPOVS, Dainis e MARQUES; Neto, José Castilho. Os Trotskistas Brasileiros e suas Organizações Políticas (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo e Reis; Daniel, Aarão (Orgs). História do Marxismo no Brasil. Vol. 5: Partidos e Organizações dos Anos 1920 aos 1960. Campinas: Ed: Unicamp, 2007, p. 109-165.

revolucionário, apareciam associados à FOSP, os festivais organizados para a arrecadação de recursos financeiros para a publicação de a plebe traziam o nome do periódico; e as palestras, cursos, atividades culturais e educativas, e mesmo manifestações públicas e alguns festivais, eram associados ao centro de cultura social²¹².

Desse modo, com a orientação: o mais importante não é o que um governo pode ser ou fazer: é o que nós devemos fazer (MALATESTA, 1989, p.48), os libertários não podendo mais criar escolas modernas, concentrou-se na frente sindical (FOSP) e outras duas no campo educacional, o centro de cultura social, conforme já citado, além do ateneu de estudos científicos e sociais. Este último tinha por finalidade:

(...) permitir o estudo dos problemas humanos com absoluta independência de credo político, sociais ou filosóficos, à margem do partidário político e das paixões religiosas.

O interesse por esse problema levou ao salão dos contadores um bom número de pessoas que haviam sido convidadas, notando-se vários estudantes das escolas superiores, intelectuais e operários.

(...) deu-se, então, por fundado o ateneu de estudos científicos e sociais que tem por fim promover conferências, leituras comentadas e editar uma revista de caráter científico, crítico e filosófico²¹³.

As palestras eram gratuitas e divulgadas pelo jornal *A Plebe*, todavia, não se divulgavam o tema a ser abordado, limitando-se a indicar que se tratava de uma palestra social (GERALDO, 1989, p.168). Estas eram proferidas por intelectuais anarcossindicalistas que fizeram parte da antiga COB, a exemplo de Florentino de Carvalho, Bixio Picciotti, Francisco Cianci, Jaime Cubero, Edgar Leuenroth, Hermínio Marcos, Pedro Catalo, entre outros. As temáticas eram das mais variadas: sindicalismo (*A Plebe*, 07-01-1933); insurreição espanhola (*A Plebe*, 17-01-1933); abaixo ao fascismo (*A Plebe*, 11-02-1933); religião e fascismo (*A Plebe*, 04-03-1933), entre outros.

Com uma experiência vivida de anos, durante a Primeira República dentro do processo de guerra cultural adotada pela antiga COB, estes intelectuais sabiam trabalhar como organizadores da cultura, de forma que tentaram reconstruir nessa nova conjuntura os antigos

²¹²(...) difundir a cultura nos meios populares, o centro de cultura social prossegue no desenvolvimento de sua fecunda atividade despertando cada vez mais interesses principalmente entre os trabalhadores. Além das conferências sobre as questões que se relacionam com o problema social, vem agora realizando sessões de debates, que tem o duplo resultado de ventilar assuntos úteis para o desenvolvimento da cultura popular e generalizar o hábito de discutir em público com serenidade e espírito de tolerância mútua (CCS. *A Plebe*, São Paulo, 22-02-1934). Este centro de cultura funcionou inicialmente nos anos de 1933 a 1937, quando foi fechado por conta do estado novo, instituído por Vargas. No ano de 1945 é reaberto novamente, funcionando até o ano de 1969, quando mais uma vez é forçado a fechar por conta do ato institucional n.5, durante a ditadura militar. Com a redemocratização, reabre no ano de 1985, funcionando ainda hoje, localizado no bairro da Mooca, em São Paulo.

²¹³Ateneu de estudos sociais. *A Lanterna*, São Paulo, 20-09-1934.

ideais revolucionários anarcossindicalistas junto à classe operária paulistana da década de 1930.

Neste sentido:

As atividades dos centros de cultura deviam orientar-se para o aprendizado e a formação das pessoas, priorizando o tratamento da ética libertária, essência de todas nossas atuações e esquemas organizativos. (...) Desenvolvendo atividades sociais, de apoio à luta das comunidades (ensino, ecologia, saúde, educação), participando sempre a favor da autogestão e contra a manipulação de partidos políticos. Incentivando a cultura e a educação libertárias, organizando palestras, cursos, festas, teatro e tudo o que a criatividade, num espaço não reprimido possa germinar (CUBERO, 1987, p.71-72).

Para a manutenção do centro de cultura social e do ateneu de estudos científicos, a FOSP organizava as chamadas de adesão, por meio das quais os simpatizantes do movimento contribuíam mensalmente para a manutenção desses núcleos (Ver: *A Plebe*, São Paulo, 28-01-1933). Já o jornal *A Plebe* era mantido pela venda de seus exemplares por um preço baixo, mas em grande quantidade para garantir a sua manutenção, já que não veiculava propagandas comerciais, a mesma estratégia foi feita para a manutenção de um outro periódico criado pela FOSP no ano de 1931, denominado O Trabalhador.

O periódico estampava nas capas dos jornais o lema anarcossindicalista: trabalhador combate o Estado em todas as suas formas. O responsável pelo periódico era o espanhol Hermínio Marcos, que escreveu na edição de 05-12-1931, os princípios criados durante a terceira conferência operária que, em seu artigo 3, dizia:

A FOSP não obedecerá à nenhuma tendência político-partidária ou religiosa, não podendo nenhuma de suas aderentes ou qualquer de seus membros, individual ou coletivamente, servir-se de suas filiadas ou aderentes para se manifestar em sentido político ou religioso²¹⁴.

Ademais, afirma que não poderá pertencer à FOSP quem ocupar cargos políticos ou a eles se faça candidato.

Além desses meios de arrecadar fundos, eram também realizados festivais com apresentações do grupo teatral do centro de cultura social, formado por simpatizantes e militantes do movimento libertário. Isto é, eventos estes em que havia apresentações de canto, orquestras e sorteios, como mostra na programação a seguir:

- 1-Abertura pela orquestra;
- 2-Conferência pelo estudante C. Campos, que dissertará sobre o seguinte tema: as revoluções são pacíficas;
- 3-Representação do drama em um ato, de Gigi Damiani, intitulado viva Rambolot;

²¹⁴Ver: *o trabalhador*, ano I, n.2, 05-12-1931.

- 4- Será levada à cena a hilariante comédia a derrocada;
 5-Casar ou não casar- engraçadíssimo diálogo por Marcos Corti e L. Chiarelli
 (*A Plebe*, São Paulo, 01-09-1934).

Estes festivais ocorriam até a madrugada no salão da própria FOSP (C.C.S: festival. *A Lanterna*, São Paulo, 17-08-1933), local no qual eram também vendidos os ingressos, assim como também aconteciam solenidades na sede do próprio centro de cultura social, esta simpática agremiação que desenvolve a sua atividade em incrementar a cultura principalmente entre os elementos populares, realizando sessões semanais (C.C.S. *A Lanterna*, São Paulo, 01-02-1934).

Além disso, a FOSP, através do jornal *A Plebe*, anunciava no ano de 1933, sessões semanais de leituras libertárias comentadas, dentro da retomada do processo de guerra cultural que havia sido adotada pela antiga COB anos anteriores. No entanto, estas sessões eram frequentadas, em sua grande maioria, por pessoas das camadas médias urbanas, que eram anarquistas ou anarcossindicalistas assumidas. No tocante à grande massa operária, esta frequentava, em sua grande maioria, apenas os festivais e bailes, o que demonstra que pouca coisa tinha mudado se comparado às décadas anteriores, uma vez que estes operários, na prática, entravam na luta política tão somente para solução de questões trabalhistas e não para uma mudança revolucionária social.

Segundo Ody Furtado Gonçalves, os militantes anarquistas indignavam-se com as práticas populares em insistirem na frequência às festas cívicas e religiosas, tendo em vista que procuravam conscientizar o povo de que a Igreja e o Estado só enganavam aqueles que acreditavam nas suas promessas de salvação (GONÇALVES, 2002, p.67). Ademais, afirma de que como era difícil acabar com práticas populares a saber: obras de caridade, curandeirismo, batuques, mas também, às tradições culturais, às crenças religiosas dessas populações (GONÇALVES, 2002, p.65-66).

Essa peculiaridade da classe operária brasileira contribuiu para que a mesma em seu fazer-se fosse constituída de modo contrarrevolucionária, fortemente marcada por uma economia moral cristã.

Em suma, no Brasil, por mais de que tivéssemos condições objetivas para uma revolução, e isso historicamente sempre tivemos, nunca houve do ponto de vista das condições subjetivas essas condições, justamente por conta dessa forte tradição religiosa em suas variadas vertentes: católica, protestante, espírita, entre outras.

Essa conclusão só é possível a partir da análise da história vista de baixo (*history from below*), em que se observa que a classe operária brasileira, assim como qualquer outra classe

operária do mundo, é tanto uma formação econômica como cultural, em conformidade ao que defende E. P. Thompson em seus livros: *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*²¹⁵; e *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Em outros termos, o autor demonstra que a classe operária mantém uma inter-relação dialética entre os elementos econômicos e culturais que a formaram e não uma relação mecanicista base-superestrutura, que leva ao esquematismo e ao reducionismo. Dessa maneira, como bem descreveu o próprio autor: Por mais sofisticada que a ideia, por mais sutil que tenha sido o seu emprego nas mais várias ocasiões, a análise base e superestrutura é radicalmente inadequada, isso porque está dotada de uma inerente tendência ao reducionismo ou ao determinismo econômico vulgar, classificando atividades e atributos humanos ao dispor alguns destes na superestrutura (lei, arte, religião, moralidade), outros na base (tecnologia, economia, as ciências aplicadas), e deixando outros ainda a flunar, desgraçadamente no meio (linguística, disciplina do trabalho) (THOMPSON, 2012, p.256).

Assim, analisando o processo histórico a partir da sua própria práxis, após o golpe de 1930, alguns centros operários espalhados pelo Brasil afora, criados sob a inspiração da antiga COB, de outras tendências políticas, que não o anarcossindicalismo, diferentemente dos libertários, chegaram inclusive a comemorar a chegada ao poder de Getúlio Vargas, a exemplos do Centro Operário Sergipano, de linha socialdemocrata, que passou a apoiar erroneamente o governo do interventor Augusto Maynard Gomes (1930-1934)²¹⁶, dando aos operários de acordo com o que imaginavam, liberdade de se defenderem das garras dos industriais (FIGUEIREDO, 1989, p.277). Além deste, o Centro Operário da Bahia também apoiou o governo varguista pelas mesmas razões, demonstrando na prática que muitas vezes a realidade se impõe tanto à teoria, quanto às utopias.

O próprio João Penteado, que era espírita²¹⁷ e seguidor das ideias libertárias do Tolstói,

²¹⁵Em resposta à primeira visão, gostaria primeiro de mostrar que o modelo proposto por alguns historiadores que reivindicam o marxismo é inadequado para construir uma história marxista da dominação de classe da *gentry* e das relações entre esta e a plebe. Isto nos levará a criticar um modelo da evolução histórica por meio de grandes crises e rupturas (modelo cataclísmico); uma representação hegemônica da dominação de classe; um determinado economicismo (marxista e não marxista) que leva a negligenciar a análise da cultura popular; uma história em que as classes são entidades metafóricas e na qual falta uma sociologia das classes e das consciências de classe (...). Ver: THOMPSON, E.P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*; Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. 2 ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012, p.203-204.

²¹⁶ Embora proviesse de família oligárquica de senhor de engenho do município de Rosário do Catete (Sergipe), o capitão Augusto Maynard Gomes, tinha por outro lado, uma longa experiência e identificação com a geração dos tenentes revoltosos, o qual aliás, era suficiente para inspirar reduzida confiança às facções da classe dominante. Ver: DANTAS, José Ibarê. *A Revolução de 1930 3m Sergipe: dos tenentes aos coronéis*. 2 ed. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: IHGS, 2013, p.208.

²¹⁷ Nós brasileiros, marcamos certos espaços como referências especiais da nossa sociedade. A casa onde moramos, comemos, dormimos e vivemos, enfim. A rua, onde trabalhamos e ganhamos a luta pela vida, a cada um desses espaços, onde convivemos com parentes, amigos e colegas de trabalho, devemos somar um outro, não menos referencial e crítico, quero referir-me ao espaço do outro mundo, essa área demarcada por igrejas, terreiros, centro espíritas, sinagogas e tudo aquilo que faz parte e sinaliza entre o mundo em que vivemos e esse outro mundo onde,

diferenciando-se do ateísmo defendido pelos intelectuais libertários, trazia em suas experiências essa dimensão espiritual que faz parte das peculiaridades do povo brasileiro, demonstrando com sua experiência vivida, ser um sujeito histórico contrarrevolucionário.

Esse antigo membro da COB, ex-diretor da Escola Moderna n.1, nessa conjuntura da década de 1930, dirigia a chamada escola de comércio Saldanha Marinho²¹⁸, uma instituição de ensino comercial²¹⁹ que passou a utilizar-se de propostas educacionais voltadas para uma educação liberal, mais de acordo com os tempos modernos, isto é, a sociedade industrial (MORAES, 2013, p.70-71). Ademais, com uma proposta totalmente distinta dos princípios das experiências libertárias, comemoravam-se sessões cívicas alusivas às principais datas históricas (MORAES, 2013, p.73), chegando inclusive a organizar cursos de formação militar, indo de encontro ao antimilitarismo, uma das principais bandeiras libertárias.

Havia, também, a defesa da moral cristã, de nítida influência espírita, praticada nas aulas de datilografia, usando para treinar, textos previamente selecionados em pequenos cartões (MORAES, 2013, p.72-73). Todavia, o alvo do novo governo, não eram estes centros operários, nem estas instituições de ensino. Era, por sua vez, as centrais sindicais que continham uma linha libertária, ou comunista, apesar destes gozarem de autonomia na organização de congressos e festivais, durante os primeiros anos da década de 1930, vivia-se na prática uma liberdade vigiada. A própria FOSP, depois de ter sido fechada, após o golpe getulista, reabre durante a terceira conferência estadual, realizada nos dias 13, 14 e 15 de março de 1931 (RODRIGUES, 1995, p.141), por ter garantias deste mesmo governo, do direito à reunião e associação.

Desta forma, paradoxalmente, o período em que há mais repressão estatal sobre os operários é o período de maior número de iniciativas oficiais no sentido de criar certa legislação

um dia, também iremos habitar. Ver: DA MATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p.72-73.

²¹⁸ João Penteado foi diretor da Escola Moderna n.1, criada no ano de 1912; em 1920, fundou a Escola Nova, adotando um sistema prático, intuitivo e racional; no ano de 1924, a instituição tornou a escola de comércio Saldanha Marinho, com uma prática diferente do ensino libertário, utilizando dispositivos de regulação e hierarquização, como forma de disciplinar a sociedade. Havia também sessões cívicas, além disso, a escola de comércio indicava alunos para o mercado de trabalho, aos comerciantes que solicitassem auxiliares de escritório e outros profissionais para desempenharem atividades de comércio. Ver: MORAES, Carmem Sylvania Vidigal. Educação Libertária no Brasil: Acervo João Penteado: Inventário de Fontes. São Paulo: FAP-Unifesp: Edusp, 2013, p.69-77.

²¹⁹ Em 14 de novembro de 1930, foi criado através do decreto n. 19.402 o Ministério da Educação e Saúde, que incorporou a superintendência dos estabelecimentos de ensino comercial. Em 1931, Francisco Campos promoveu a reforma geral do ensino comercial com a publicação do decreto 20.158 em junho de 1931. Composto por 82 artigos, o decreto define a estrutura do ensino comercial reconhecido pelo governo federal: 1 ciclo: curso propedêutico (três anos); curso de auxiliar de comércio (dois anos); 2 ciclo: cursos técnicos de secretariado (um ano), administrador- vendedor, atuário e perito-contador (três anos). O regulamento para os estabelecimentos de ensino reconhecidos pelo governo federal, aprovado em 1926 (decreto n. 17.329 de 18 de agosto de 1926), estabeleceu critérios para os exames de admissão e para a validação e o registro dos diplomas expedidos pelas instituições do ensino comercial. Ficou estabelecido que os concluintes do curso geral receberiam o título de contador, e os do curso superior, o de graduado em ciências econômicas-comerciais. Ver: *Idem*, p.170-173.

social (GOMES, 1979, p.91). De acordo com Alex Buzeli Bonomo:

A lei de sindicalização estabelecia o sindicato único como órgão de colaboração com o poder público, visando acabar com os conflitos classistas. O número de brasileiros natos ou naturalizados deveria atingir dois terços do total dos filiados. Para cargos de direção os naturalizados deveriam contar com dez anos de residência no país e os estrangeiros vinte anos, buscando acabar com uma parcela importante da militância operária revolucionária, principalmente anarquista.

Para ser reconhecido no ministério do trabalho, o sindicato deveria atender uma série de exigências, que iam desde a apresentação da relação de sócios até a cópia dos estatutos. Reconhecido, o sindicato deveria aceitar a vigilância por parte dos representantes do ministério do trabalho, que podiam até mesmo investigar a contabilidade da entidade. Além disso, era impedido qualquer envolvimento político.

Os anarquistas criticaram este processo, Lumenas, afirmava em 1931, que os agentes do ministério do trabalho, disfarçados de militantes sindicalistas, estavam desenvolvendo, nos meios operários, atividades para minar o poder de resistência do sindicato pela ação direta (BONOMO, 2007, p.85-86).

O jornal da FOSP afirmava que a lei de sindicalização era uma monstruosidade e que era preferível fechar as portas do sindicato do que aceitá-la²²⁰. Vale destacar que foi com o presidente Getúlio Vargas que o estado apareceu de forma efetiva como mediador na relação capital-trabalho. Com isso, praticamente inexistirá ação envolvendo patrões e empregados, em que o papel do estado não seja visto em relevo – seja antes, durante ou depois do fato ocorrido (ROMÃO, 2000, p.146).

Para garantir que os direitos dos trabalhadores urbanos fossem assegurados dentro da ordem institucional, Getúlio Vargas criou, além do ministério do trabalho, uma gama de garantias, tais como: férias aos trabalhadores (decreto n.19.808, de 28-03-1931); a regulamentação em oito horas do horário de trabalho industrial (decreto n.21.364, de 04-05-1932) e a instituição de comissões mistas de conciliação para diminuir os dissídios entre patrões e operário (decreto n.21.396, de 12-05-1932) (FIGUEIREDO, 1989, p.280). Além dessas conquistas, regulamentou-se os sindicatos pelo decreto n.19.770 de 19-03-1931, a criação de sindicatos no Brasil, que excluía do processo de reconhecimento outras centrais sindicais que não se enquadrassem no processo de institucionalização.

Por outro lado, deve-se ressaltar que, por trás da intervenção do estado conciliador, dentro das relações contraditórias do capital-trabalho, estava também o controle do movimento operário via sindicalização, ocultando ao mesmo tempo a luta de classes.

Reunindo diversos sindicatos de orientação anarcossindicalista e anarquista, a FOSP caminhou na contramão deste, no estado de São Paulo, sofrendo tanto por parte de outras

²²⁰O Ministro do Trabalho em São Paulo. In: O Trabalhador. São Paulo, 12-06-1932.

tendências políticas, que concorriam pelo controle dos sindicatos, como também pela própria ação repressora do aparelho de Estado, que exigia a regulamentação sindical atrelada à concessão de alguns direitos trabalhistas.

A legislação trabalhista sofre cerradas críticas por parte dos anarquistas, mas outras correntes como os sociais-democratas defendiam a própria lei de sindicalização, enquanto os comunistas criticavam algumas leis como da carteira de trabalho, mas iniciavam o processo de regulamentação dos sindicatos sob sua influência (BONOMO, 2007, p.90).

Neste sentido, o periódico O Trabalhador, que também pertencia à FOSP, trouxe em um de seus artigos, que:

A caderneta profissional era um estigma da escravidão, com conteúdo policialesco que nem os governantes da velha república tinham tido coragem de insinuar, pois através dela seria controlada a atuação profissional, política e social de todos os trabalhadores, facilitando ao patronato a seleção de elementos passivos em detrimento daqueles que possuíam o mínimo de dignidade e não aceitavam o sofrimento passivamente (A Carteira Profissional. In: O Trabalhador. São Paulo, 17-06-1933).

Porém, apesar dos seus argumentos, na prática a sindicalização impactou diretamente na influência da FOSP junto a outros centrais sindicais, pois os mesmos a ela filiados, se comparando com quantidade de filiações durante a Primeira República, já não eram tão numerosos²²¹, e mesmo os que ainda atuavam, sofriam o afastamento dos trabalhadores de suas assembleias, pois os mesmos estavam interessados tão somente em participarem dos festivais como forma de lazer e também da solução das causas trabalhistas, conforme já citado anteriormente.

Além destas questões burocráticas, havia ainda a repressão do novo governo getulista que, com uma nova experiência autoritária, reapareceria tendo como principal foco a vigilância de grupos de esquerda, em especial anarcossindicalistas, anarquistas e comunistas.

Foi após a chegada de Getúlio Vargas, no ano de 1930, que a maior parte dos centros operários criados sob a inspiração da COB durante a Primeira República, como também as suas escolas operárias passaram imediatamente ao controle dos seus respectivos interventores²²². Em linhas gerais, o que havia na prática por conta do novo governo era uma liberdade vigiada.

²²¹De acordo com o jornal *A Plebe*, a FOSP durante a década de 1930 congregava somente 13 sindicatos e mil filiados, números razoáveis, porém, bem menores se comparados com os dados de filiados durante a Primeira República. Ver: *A Plebe*, São Paulo, 07-08-1931.

²²²Com a instalação do novo governo, representado no estado de Sergipe pelo interventor Augusto Maynard (1930-1934), indicado pelo general Juarez Távora, tanto o jornal do Centro Operário Sergipano, (*Voz do Operário*), como também a escola operária Horácio Hora, que faziam parte dessa central sindical, passaram a ser subvencionados pelo interventor, mantendo assim o controle legitimado. Ver: FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989, p.277

A repressão materializou-se de diversas formas durante o estado varguista (1930-1945), a primeira delas foi através da chamada lei celerada que, apesar de ser aprovada em agosto de 1927 sob o decreto n.5.221, continuaria tendo como foco a vigilância de grupos advindos do meio operário, sobretudo militantes anarquistas (MACHADO, 2017, p.154). A historiadora Raquel de Azevedo afirma que, em dezembro de 1927, foram reeditados os artigos cinco e seis do decreto de 1921, aumentando a penalidade para aqueles que colocassem bombas de dinamite em edifícios públicos ou particulares, ou em lugares frequentados ao público (AZEVEDO, 2002, p.47).

Com advento do estado varguista (1930-1945), tais elementos não seriam abandonados e outros marcos da repressão política do estado brasileiro apareceriam (MACHADO, 2017, p.154). Os libertários que, durante a Primeira República, sofreram em sua luta política a repressão do estado oligárquico, agora com os militantes que sobraram, conseguindo escapar das deportações, como ocorreram com os estrangeiros, prisões na colônia penal de Clevelândia-Amapá, e até mesmo execuções, continuariam militando na década de 1930 após um pequeno período de liberdade vigiada, sofrendo novamente a repressão de um estado totalitarista.

No caso da FOSP, essa repressão ocorreu mais especificamente entre os anos de 1933 a 1937. O periódico *A Plebe*, por exemplo, trouxe nas suas páginas as consequências de um comício de primeiro de maio de 1933:

A federação já tinha anunciado o comício no largo da Sé. Depois houve uma proibição emanada da chefatura de polícia (...). O operariado não se conformou (...) e realizou o anunciado comício (...). Chegou uma nova proibição (...). Centenas de trabalhadores regressaram à sede da federação (...). A certa altura chegaram inspetores e soldados que se postaram na porta, não deixando sair ninguém do salão. Pouco depois chegaram as jardineiras e grande número de agentes, os quais, subindo à medida que iam saindo(...) e encafuando-os nas jardineiras, que os transportaram ao presídio da rua do paraíso, tendo fechado a federação (*A Plebe*, São Paulo, n.23, 06-05-1933).

Em um relatório escrito por um agente da polícia infiltrado percebe-se o objetivo da ação policial e a análise dos resultados:

No dia primeiro de maio que há pouco se passou, mais uma vez foi dado a todos constatar o quanto é útil a ação preventiva da polícia. Assim foi que, embora a ação perniciosa dos maus elementos promettesse acontecimentos desagradáveis para esse dia, com as medidas postas em prática pela polícia, tudo correu calmo e primeiro de maio foi comemorado condignamente pela massa dos trabalhadores. (Doc. 2 Prontuário DEOPS-SP n.2945. In: PARRA, Lúcia Silva. Combates pela Liberdade: O Movimento Anarquista sob a Vigilância do DEOPS (1924-1945), São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2003).

No estado do Rio de Janeiro, na cidade de Niterói, onde funcionava a liga operária da construção civil, antiga aliada da COB, também de vertente anarcossindicalista e dirigida pelo professor Ruy Gonçalves – que nessa conjuntura dividia-se entre libertários e comunistas –, a repressão policial deu-se tanto sobre esta central sindical, após ter sido refundada, bem como sobre os próprios membros do Partido Comunista.

Numa relação de pessoas identificadas e fotografadas por extremismo aparecem os nomes de Augusto de Azevedo e Ruy Gonçalves e quanto a de indivíduos presos, o nome de Deoclecio Augusto de Azevedo (MACHADO, 2017, p.155).

Antônio Augusto de Azevedo, por exemplo, foi preso em 28-04-1932, pego pela rede de relações que possuía dentro do Partido Comunista, conforme demonstra esse prontuário:

Preso nesta data, pelo investigador Solon, quando o mesmo, em caráter suspeito, na ponte central, nesta cidade, procurava ter entendimento com outros indivíduos conhecidamente comunistas. Nas sindicâncias que se procedeu em torno do mesmo, verificou-se ter ele amigo intransigente do conhecimento do comunista José Izaltino da Costa. Interrogado pelo senhor Dr. Terceiro delegado auxiliar, declarou a referida autoridade, que era adepto do regimen socialista, porém, não adoptava as theorias comunistas. Para verificar se eram ou não verdadeiras as suas declarações, por ordem da autoridade acima referida, foi procedida em sua residência, uma rigorosa busca, onde foram encontrados: jornais, boletins e livros. É um dos reorganizadores da liga operária da construção civil, estando sempre empenhado em organizações de classe, ficando desta forma constatado que Antônio Augusto de Azevedo, é um dos elementos que se empenham na propagação das theorias de Lenine. (Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro. Prontuário RJ n.805. In: Machado, Antônio Felipe da Costa. Forjas da Liberdade: Educação Operária, Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário na Niterói da Primeira República. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, UNIRIO, 2017, p.156.

Ângelo Liguori, que também fazia parte da liga operária da construção civil, indicado por Antônio para o PCB, foi também alvo de investigação, assim como seu companheiro de partido:

Prontuário individual de Ângelo Liguori.
Ângelo Liguori, construtor, comunista, no dia 14-08-1935, em uma solenidade realizada no palco do teatro municipal de Niterói, rematou no leilão, um cheque com o autógrafo de Luiz Carlos Prestes, cheque este que foi arrematado por Cr\$ 2.500,00. Esta solenidade marcou o início da campanha pró-imprensa popular (MACHADO, 2017, p.156).

Na avaliação do membro da FOSP, Fernando Navarro, anarquistas e comunistas poderiam, unidos, promover a guerra contra a burguesia, uma vez que o movimento seria bom para ação, pois o exército e a força pública estavam divididos. Para ele, São Paulo impulsionaria a revolução social no Brasil, que também teria forças no Chile, Bolívia, Paraguai e Peru

(BONOMO, 2007, p.101).

Porém, apesar do membro anarcossindicalista da FOSP, Fernando Navarro, acreditar numa possibilidade revolucionária naquele contexto, o que havia do ponto de vista das condições objetivas era a repressão do aparelho de estado varguista. Além disso, criou-se ainda uma vigilância recíproca, gerando um clima de tensão em ambos os lados.

Segundo Raquel de Azevedo, embora não houvesse ainda uma sistematização tão intensa como ocorreu após o golpe militar de 1964, percebemos, pela documentação até então analisada, uma vigilância constante que registrava não só a entrada e saída de militantes das sedes sindicais, assembleias, manifestações, comícios, congressos, como também a criação de novas associações, suas ligações entre as correntes sindicais e a relação de endereços daqueles considerados suspeitos de anarquismo (AZEVEDO, 2002, p.250).

Um dos meios encontrados pelos membros da FOSP e da liga operária da construção civil-Niterói (Rio de Janeiro), para evitar a infiltração de espiões da polícia, foi a criação de carteiras profissionais com o objetivo de restringir apenas aos sócios a participação em reuniões²²³.

Rolando Henrique Guarany, um dos policiais responsáveis pela maioria dos relatórios referentes aos sindicatos anarquistas, em novembro de 1933, foi citado como um dos principais agitadores em manifestações públicas anti- integralista (AZEVEDO, 2002, p.111), demonstrando que também havia a inserção de libertários no meio do aparelho de estado repressor, falando aos membros da FOSP as estratégias da polícia, conforme cita o relatório de 10-05-1935²²⁴.

Em suma, o golpe militar de 1930, que criou o estado varguista, acabou com a estrutura oligárquica que, durante a Primeira República, alternava-se no poder federal do Estado brasileiro, auxiliado pela chamada política dos governadores na esfera estadual e o coronelismo na esfera municipal, impedindo qualquer mudança tanto no campo da política, como também criando barreiras, junto com a burguesia nacional, no cumprimento das leis estaduais, que já existiam em algumas unidades da federação e que regulamentava naquele contexto as relações capital x trabalho.

Ao mesmo tempo, essa nova experiência autoritária modernizou e atualizou as

²²³Relatório de 06-04-1933. Pron. 716- FOSP, Vol.3, DEOSP-SP, DAESP. In: AZEVEDO, Raquel de. In: A Resistência Anarquista: Uma questão de Identidade (1927-1937). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, p.250.

²²⁴Pront.716-FOSP, Vol.3. DEOSP-SP, DAESP. In: AZEVEDO, Raquel de. In: A Resistência Anarquista: Uma Questão de Identidade (1927-1937). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, p.251.

instituições burguesas no sentido de melhor ajustá-las aos novos padrões de acumulação. Porém, por outro lado, possibilitou a conquista parcial de direitos políticos e sociais (DANTAS, 1983, p.191).

A experiência libertária teria se constituído numa tentativa de resistência à implementação do atrelamento dos sindicatos ao Estado, obtendo alguns resultados, principalmente na capital paulista (AZEVEDO, 2002, p.362).

Todavia, diante da influência sofrida por outras correntes políticas no meio sindical, além da intervenção do aparelho de estado varguista, exercida tanto pela repressão policial, atingindo sindicatos libertários, a exemplo da FOSP na capital de São Paulo, assim como também na liga operária da construção civil, da cidade de Niterói-RJ, que tiveram como resultado imediato o enfraquecimento do anarcossindicalismo e do anarquismo no meio sindical brasileiro, durante a década de 1930.

Por sua vez, essas ações de forma alguma significaram o seu fim enquanto correntes políticas no meio sindical, contudo, às mesmas ficaram limitadas agora a manifestações antifascistas e aparecendo com alguns poucos membros nas assembleias sindicais, sob a constante vigilância do DOPS.

Após a redemocratização, a partir de 1945, depois da queda de Getúlio Vargas, esses mesmos se reorganizam, não mais em sindicatos, mas através de grupos, formados por libertários e simpatizantes – tanto que foram criados vários encontros, a exemplo do Congresso Operário anarquista de São Paulo, no ano de 1948²²⁵, mostrando que os ideais libertários ainda estavam vivos.

²²⁵Esse congresso serviu para estabelecer um contato direto e permanente entre os militantes libertários que dele participaram, pois conviveram durante todos os dias da duração dos trabalhos, visto terem sido hospedados na própria sede do congresso. Além, das organizações de São Paulo, compareceram representações do interior do estado, da capital da República, dos estados do Rio de Janeiro e do Paraná, havendo igualmente participações individuais. As seis sessões realizadas nos dias 17,18 e 19 de dezembro de 1948, para a execução de seu programa, tiveram sempre numerosa assistência, acompanhando com interesse o desenvolvimento dos trabalhos. O encerramento do congresso deu-se com uma reunião festiva de confraternização, à qual compareceram numerosas famílias de militantes libertários. O temário que serviu de base para os trabalhos, condensou os problemas de mais interesse para o movimento anarquista, no que se refere tanto aos princípios básicos do anarquismo como à atuação dos militantes libertários na vida social (...). Ver: LEUENROTH, Edgar. Anarquismo: Roteiro de Libertação Social- Antologia de Doutrina. Rio de Janeiro: Achiamé- CCS- São Paulo, sd, p.122.

3.2 O Combate ao Fascismo e as Disputas Sindicais

(...) O combate ao fascismo, a última defesa do regime burguês e o combate ao integralismo: mera tapeação clerical-burguesa (*Voz do Operário*. Aracaju, 08-06-1935).

Esse trecho de um artigo, escrito no periódico *Voz do Operário*, porta voz do Centro Operário Sergipano, de linha socialdemocrata, mas que durante o governo Vargas (1930-1945) sofreu o controle por parte dos interventores, sendo Eronildes de Carvalho (1935-1941) o representante direto do governo varguista naquela conjuntura em Sergipe, foi contraditoriamente, o resultado de uma campanha desenvolvida pela FOSP, junto aos antigos centros operários espalhados pelo Brasil afora, e que foram ligados à antiga COB.

Para tanto, a FOSP utilizou-se dos correios para esse novo contato, e mesmo esses centros operários estando em sua grande maioria sob o controle do estado varguista, representados respectivamente pelos interventores em cada estado da federação, foi aceito de imediato. Afinal, o integralismo²²⁶, assim como o PCB, o anarquismo e o anarcossindicalismo, eram vistos com desconfiança e mantidos sob vigilância constante por esse mesmo Estado.

Essa nova experiência política, denominada de integralismo, criado pelo jornalista Plínio Salgado, misturava tanto elementos do fascismo italiano, como também do integralismo lusitano, além da doutrina social da igreja. Isto é, essa outra peculiaridade brasileira demonstra, mais uma vez, a forte influência de uma tradição cristã na cultura brasileira, que se manifestava e ainda hoje manifesta-se até mesmo em correntes políticas-ideológicas²²⁷.

Durante a década de 1930, apareceram o Partido Fascista Brasileiro, a Legião Cearense do Trabalho, a Ação Social Brasileira, Partido Nacional Fascista, Legião de outubro, Partido Nacional Sindicalista, Partido Nacionalista de São Paulo, Partido Nacional Regenerador e Ação

²²⁶O integralismo, foi um movimento político brasileiro ultranacionalista, conservador e tradicionalista católico de extrema-direita, inspirado no fascismo italiano, no integralismo lusitano e baseado na doutrina social da Igreja Católica, sendo fundado pelo escritor e jornalista Plínio Salgado, no ano de 1932. Os integralistas possuíam um projeto de Estado totalitário, no qual não se verificava a separação e a independência de poderes. Além disso, colocavam os interesses do Estado, prevalecendo acima dos direitos e interesses particulares de seus membros. Nacionalistas ardorosos, saudavam-se mutuamente, erguendo o braço e falando “anauê”, expressão tupi que significa, você é meu parente. Ver: TRINDADE, Héliogio. Integralismo Brasileiro na Década de 30. São Paulo: Difel, s.d.

²²⁷Essa peculiaridade brasileira pode ser vista ainda hoje em nossa história política recente. O PT (Partido dos Trabalhadores), por exemplo, fundado no ano de 1980 por um grupo heterogêneo : intelectuais, sindicalistas, artistas, entre outros, também contava em seus quadros com a presença de membros da igreja católica, representados pelas comunidades eclesiais de base, ligadas à teologia da libertação, que espalharam-se no Brasil e na América Latina, durante as décadas de 70 e 80. Ver: GADOTTI, M; PEREIRA, O. Pra que o PT: Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989. Um outro exemplo, ligado à nossa contemporaneidade, é a chamada bancada evangélica, uma frente parlamentar composta no congresso nacional por deputados federais de várias igrejas protestantes diferentes e também de partidos distintos.

Integralista Brasileira (BONOMO, 2007, p.106).

Segundo Edgar Carone, uma tentativa de organização do fascismo nacional se deu em 1922, com a fundação da legião do cruzeiro do sul que, mais tarde, fundiu-se no cravo vermelho, cujos membros eram policiais e “desclassificados” que possuíam carteira da polícia do distrito federal recebendo atribuições de autoridade em comissão, podendo dessa forma prender ou invadir lares com toda a impunidade (CARONE, 1982, p. 194-195).

Plínio Salgado, após encontrar-se com o próprio Mussolini na Itália, no ano de 1930, funda a ação integralista brasileira em 07-10-1932 e junto com Gustavo Barroso e outros embarcam para o norte e nordeste do país, realizando conferências e fundando núcleos integralistas em Salvador, Aracaju, Maceió, São Luís, Belém, entre outros, já Miguel Reale, fez o mesmo no Sul do Brasil, criando núcleos nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul (BONOMO, 2007, p.106).

Os anarquistas entendiam que os verdadeiros fascistas eram os governantes, sendo que os camisas olivas (integralistas) ou azuis (ação social brasileira) eram considerados os seus instrumentos. Neste aspecto, a lei de sindicalização, a carteira profissional, as comissões mistas, a lei dos dois terços, seriam todos atos de cunho fascista implementados pelo governo (BONOMO, 2007, p.108).

Como consequência, foi criada no ano de 1933 a frente única antifascista, com o apoio tanto da FOSP, como também dos trotskistas²²⁸, integrada por praticamente todas as organizações políticas sindicais do estado de São Paulo, exceto pelo PCB, como mostra esse trecho de um artigo escrito no periódico *O Trabalhador*:

Diante desta situação a FOSP propugnou a luta conjunta de todos os antifascistas participando até mesmo de uma reunião dos comunistas que buscavam formar uma frente única contra os fascistas, mas aos seus ditames e a FOSP resolveu ficar à margem da coligação, mas garantindo o apoio a toda obra que vise realmente à defesa das liberdades conquistadas (Contra a horda fascista ao povo do Brasil. In: *O Trabalhador*. São Paulo, 23-07-1933).

²²⁸(...) Entre, por um lado, a geração contemporânea de Trotski, que o acompanhou até 1938, até o início da Segunda Guerra, marcada pela dupla repressão (burguesia e stalinismo) contra seus quadros e, por outro, a geração do pós-guerra, que se multiplica em divisões de correntes até a atualidade, existe um abismo profundo, não só físico, mas também social: é a distância que separa uma experiência inicial vinculada ao movimento operário e sua tradição internacional, herdeira, mesmo que indiretamente, dos frutos e problemas da revolução russa e, por outro lado, a experiência limitada de quem se autoproclama direção por decreto (e vinde a nós os operários) revezando-se em seu doutrinário sectário, triunfalista, irremediavelmente isolado do movimento operário, cultivando as variações em torno dos últimos modismos ideológicos da pequena burguesia, mas disfarçados sob a religiosidade dogmática do militarismo. (...) Após a falência política dos partidos tradicionais (social-democratas e comunistas, isto é, II e III Internacionais), nunca chegou a se configurar, de maneira minimamente estável, uma nova direção mundial com raízes reconhecidas no movimento operário. Esse drama perdura na atualidade, após os rumos burocratizantes assumidos pelas revoluções do pós-guerra, a chinesa (1949) e a cubana (1960), que chegaram a constituir, em certos momentos e lugares, uma espécie de esperança alternativa para a crise de direção. Ver: HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, nem patrão*. 3 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 85-86.

Apesar das divergências, havia objetivos da luta de classes que levavam os sindicatos da época a incluir posições organizativas heterogêneas rumo à consolidação das associações sindicais (BIONDI; TOLEDO, 2018, p.40). Os anarquistas foram a uma reunião com várias forças políticas convocadas para este fim e propuseram a ação de todos os indivíduos antifascistas organizados sobre a base da mais ampla autonomia das facções, evitando a divisão da luta antifascista em diversos partidos, clubes, legiões, entre outros (BONOMO, 2007, p.111).

Assim, após várias reuniões, esta frente única antifascista, sob o comando da ala trotskista do PCB, resolveu em outubro de 1933 acrescentar também uma outra instituição política nos seus quadros, a nova liga comunista internacional (LCI), que se considerou um partido e não mais uma facção do PCB²²⁹. Como consequência, a FOSP, para não trair os seus ideais anarcossindicalistas, resolveu apoiar a liga formalmente, cedendo os salões do centro social de cultura para as suas reuniões, além do apoio às suas ações, porém, sem envolver-se diretamente com a instituição antifascista. Mais uma vez, os anarquistas se abstêm de participar de ações que poderiam de alguma forma manchar os seus princípios e destruir a sua coerência, segundo a opinião deles próprios (BONOMO, 2007, p.111).

Segundo a historiadora Raquel de Azevedo, a preocupação policial com as fusões sindicais voltou quando os anarquistas iniciaram a formação de associações antifascistas, aliando-se a socialistas e intelectuais, essas alianças emergiam como um novo perigo tanto por seu objetivo antiautoritário como pela concentração de forças de diferentes setores sociais que culminaram com a formação da ANL (AZEVEDO, 2002, p.253).

De acordo com o professor José Ibarê Dantas, a criação da aliança nacional libertadora, que surgiu com grande força aglutinadora, de modo a receber apoio dos mais variados setores interessados em alguma forma de mudança, encontrou ampla receptividade (DANTAS, 1983, p.133). Até mesmo alguns centros operários espalhados pelo Brasil, mesmo sob intervenção, apoiaram discretamente por meio de alguns dos seus intelectuais, a exemplo do Centro Operário Sergipano, conforme demonstra este excerto do jornal *Voz do Operário*: “Aproximam-se no Brasil os dias de lutas decisivas e cabe à ANL, mobilizar-se e organizar as massas para o momento histórico que se avizinha” (*Voz do Operário*. Aracaju, 08-07-1935).

Desse modo, tais afirmativas mostram na prática que, apesar do PCB não fazer parte da

²²⁹As posições da internacional comunista em defender a política que permitiu a chegada de Hitler e Mussolini ao poder, convenceram Leon Trotski que era impossível regenerá-la e que era necessário preparar o caminho para uma nova organização revolucionária, a IV internacional. Ver: KAREPOVS, Dainis e MARQUES Neto, José Castilho. Os Trotskistas Brasileiros e suas Organizações (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs). História do Marxismo no Brasil. Volume 5: Partidos e Organizações dos Anos 1920 aos 1960. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

frente única antifascista, por seguir uma política sectária e dogmática, este partido seguindo as orientações da internacional comunista diante do avanço do totalitarismo de direita em escala mundial promoveu uma política de frente única, ao seu próprio entendimento, a fim de enfrentá-lo, através da criação da ANL, que procurou atrair os setores democráticos e antifascistas da sociedade em torno de um programa de reformas políticas e sociais que defendia a suspensão do pagamento da dívida externa, a reforma agrária, a nacionalização das empresas, entre outros.

Como resultado direto dessa separação, pulverizou-se não só a luta antifascista entre a FOSP (agregando anarcossindicalistas e anarquistas); os sindicatos atrelados ao aparelho de Estado; os trotskistas e a ANL, mas também foi criando rivalidades e disputas pela hegemonia do controle dos sindicatos e do movimento operário durante a década de 1930, que também espalhou-se pelos demais centros operários Brasil afora, impedindo o sonho da FOSP de substituir a COB²³⁰ na direção nacional desses sindicatos, numa nova empreitada rumo a tão sonhada revolução libertária, ou seja, limitando suas ações tão somente ao estado de São Paulo.

No tocante ao Rio de Janeiro, capital federal e outro importante eixo da COB durante a Primeira República, o PCB naquela conjuntura conseguiu reunir em torno da frente única proletária (FUP), os trotskistas da LCI e socialistas do Partido Socialista Proletário do Brasil, fundado em agosto de 1934, propondo a formação de uma brigada antifascista (AZEVEDO, 2002, p.69).

Apesar do FOSP concentrar a influência hegemônica anarcossindicalista em torno de si mesma, em São Paulo, a campanha feita de reaproximação com os outros centros operários espalhados pelo Brasil surtiu efeito, de maneira que há referências esparsas de adesões nos estados do Paraná, Minas Gerais, Pará e Pernambuco (...) (AZEVEDO, 2002, p.94). Vale destacar, novamente, conforme já citado em capítulos anteriores, que foi a partir das experiências da FOSP (Federação Operária do estado de São Paulo) e, também da FORJ (Federação Operária do Rio de Janeiro) que surgiu a COB no ano de 1906, a primeira central sindical de cunho nacional, passando está a atuar de fato a partir do ano de 1908, sendo, portanto, o centro das decisões durante a Primeira República, a capital federal, sede dessa instituição.

²³⁰Em São Paulo, os libertários reorganizaram a confederação operária brasileira, em 01-05-1934. A reorganização da gloriosa COB, que havia sido fundada em 1906, tinha um significado simbólico, como demonstração da capacidade de organização operária, remetendo-o às conquistas do passado. A confederação contou com o apoio de sindicatos livres da capital e do interior de São Paulo, da união dos operários da construção civil de Recife, da federação dos núcleos proletários antipolíticos de Porto Alegre e do sindicato único dos alfaiates de Uruguaiana. O comitê pró-COB realizou reuniões aprovando seus estatutos, não havendo mais notícias a seu respeito a seu respeito após agosto de 1934. Ver: AZEVEDO, Raquel de. A Resistência Anarquista (1927-1937): Uma Questão de Identidade (1927-1937). São Paulo: Arquivo do estado, Imprensa Oficial, 2002, p.69.

As lutas nos sindicatos pela hegemonia ideológica eram descritas com ênfase nos momentos em que as discussões acaloradas provocavam agressões físicas, os anarquistas eram caracterizados como elementos perigosos e intolerantes (AZEVEDO, 2002, p.253). De acordo com um relatório do DOPS (Departamento de Ordem Pública e Social), feito em junho de 1932, como resultado, teriam chegado a atirar escada abaixo, em fevereiro de 1933, um membro do PCB por ter interrompido um discurso libertário em um comício na sede da FOSP, verificando-se a intenção provocativa do comunista que portava um revólver²³¹.

No entanto, no ano de 1934, a liga comunista internacional, conclamou que seus militantes atuassem nos sindicatos oficiais a fim de garantir a unidade sindical, ainda que estes ficassem restritos ao eixo Rio-São Paulo, por serem minoria. Assim, aderiram ao seu líder, Trotski, apesar das divergências com os sindicatos revolucionários, conclamava-os à frente única de classe pela unidade e independência sindical por considerá-los interlocutores expressivos do movimento operário (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p.330).

O PCB, com sua política sectária e economicista, optou em incorporar a ideia de que o controle dos sindicatos deve passar pelo Estado, como projeto de conquista de poder, ocupando também os sindicatos oficiais com partidários. Entretanto, estes assumiram somente sindicatos atrelados ao aparelho de Estado tanto no interior de São Paulo, já que todas as associações sindicais na capital eram anarcossindicalistas, com exceção da união dos gráficos de São Paulo, dirigida por trotskistas (AZEVEDO, 2002, p.60), além de atuarem também nos sindicatos reconhecidos pelo governo em outros estados da federação. Para realizar tais propósitos, os comunistas passam à ofensiva, aproveitando-se do clima de abertura gerado pela convocação da assembleia constituinte, eleita em maio de 1933 (MUNAKATA, 1981, p.94).

Já a FOSP, além de tentar convencer outros sindicatos ao seu projeto revolucionário de poder, na prática assumiu uma postura também sectária no estado de São Paulo, aceitando somente anarcossindicalistas e anarquistas em seus quadros de intelectuais e líderes operários, diferentemente das posturas adotadas pela COB e da própria FOSP, durante a Primeira República.

Desse modo, adotava-se ideias diferentes de autores libertários distintos, a exemplo da Bakunin, Kropotkin, Pedro Catalo, entre outros, como também optou-se pela manutenção da posição da COB em relação a respeitar outras tendências políticas dos demais centros operários espalhados pelo Brasil, filiados agora a esta outra instituição (FOSP- Federação Operária do

²³¹Relatório de junho de 1932. Pront. 716- FOSP, vol.1. DEOSP-SP, DAESP: In: AZEVEDO, Raquel de. A Resistência Anarquista: Uma questão de Identidade (1927-1937). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, p.253

Estado de São Paulo), e que estes também aceitassem, respeitando as diferentes correntes políticas, julgava-se, pois, que a condição para o sucesso do sindicato estava na sua autonomia, que garantiria a supressão dos conflitos entre as diferentes tendências políticas presentes entre os trabalhadores (PINHEIRO; HALL; 1979). Em suma, mostrando-se assim ser uma contradição política de seus mesmos ideais.

Nesta perspectiva, diferentemente do marxismo, no anarquismo e anarcossindicalismo não há modelos a seguir, nem referências mais ou menos unitárias às quais reportar, mas há incessante invenção de formas de pensamento a partir de uma multiplicidade de enfrentamentos com o poder. Com efeito, isto fez do pensamento anarquista um tipo de reflexão que é eminentemente empírico e imanente ao solo das lutas em que emerge (LEUENROTH, s.d, p.13).

Seguindo uma linha oposta à sua política adotada durante a Primeira República, que também abraçava diferenças políticas, a FOSP era influenciada majoritariamente pelas ideias de Malatesta, apesar de que também havia outras correntes políticas libertárias, a exemplo dos intelectuais Florentino de Carvalho²³² e Hermínio Marcos, que seguiam as ideias do Kropotkin. Assim, de acordo com esse teórico libertário, o Estado é a proteção da exploração, da especulação, da propriedade privada, e que o proletário, que só possui como riqueza seus braços, nada tem a esperar dessa instituição (KROPOTKIN, 2005, p.30).

Nessa mesma análise, Malatesta definiu o Estado como, um conjunto de instituições políticas, legislativa, judiciárias, militares e financeiras, ou seja, um meio para que uma minoria governe a maioria (MALATESTA, 2001, p.15), demonstrando que havia mais convergências do que divergências no campo teórico, entre esses teóricos.

Diante disso, de acordo com suas ideias, ele afirmou:

(...) desejo sindicatos amplamente abertos a todos os trabalhadores que comecem a sentir a necessidade de se unirem com seus camaradas para lutar contra os patrões; todavia, também conheço todos os perigos que representam, para o futuro, agrupamentos feitos com o objetivo de defender, na sociedade atual, interesses particulares, e peço que os anarquistas, que estão nos sindicatos, dêem-se por missão salvar o futuro, lutando contra a

²³²Por outro lado, o posicionamento de Florentino de Carvalho nos mostra outra vertente que defendia que os sindicatos assumissem um conteúdo anarquista em seus princípios, muito embora não seja o mesmo posicionamento dos sindicalistas revolucionários que entendiam que o sindicato era o único meio de transformação social, prescindindo de uma organização anarquista, mas um posicionamento feito através de um viés mais próximo do anarquismo comunista. Desta forma não podemos caracterizar Florentino de Carvalho como anarcossindicalista. Ver: BONOMO, Alex Buzeli. O Anarquismo em São Paulo: As Razões do Declínio (1920-1935). Dissertação de Mestrado em História, PUC- São Paulo, 2007, p.278.

tendência natural desses agrupamentos de se tornarem corporações fechadas, em antagonismos com outros proletários, ainda mais do que com os patrões (MALATESTA, 1989, p.111-112).

Dessa forma, a FOSP passou a atuar nos chamados sindicatos não oficiais, apesar destes não serem reconhecidos pelo aparelho de Estado varguista, desenvolvendo a autonomia sindical e ao mesmo tempo pressionando por mais avanços no processo da relação capital x trabalho, até mesmo apoiando greves, como mostra este trecho de um artigo escrito no jornal *A Plebe*:

Os funcionários dos correios e telégrafos estão em greve. Foi a única forma de fazerem compreender ao governo que são seres humanos, que sentem, pensam, que têm necessidades para as quais não há apenas deveres, mas, também, direitos.

Cansados de verem proteladas indefinidamente as suas justas aspirações, que viriam beneficiar o próprio público, recorreram à greve, única forma de arrancar ao capitalismo e ao estado o respeito à dignidade de quem trabalha e as reivindicações revolucionárias e expropriadora que, confraternizando-se os trabalhadores de todo o mundo, há de construir um mundo novo, de justiça e fraternidade, sobre os escombros da podridão capitalista (*A Plebe*. São Paulo, 05-01-1935, n.79, p.1).

Dentre os sindicatos filiados à FOSP durante a década de 1930 estavam: a união dos operários em fábricas de tecidos de São Paulo, liga operária da construção civil, sindicato dos manipuladores de pão e anexos, entre outros.

Porém, apesar da FOSP ter ressuscitado novamente o antigo sonho revolucionário anarcossindicalista da COB, via sindicatos, como demonstrou o artigo escrito no jornal *A Plebe* citado, do ponto de vista das condições objetivas havia três obstáculos a serem superados, para conseguir a futura revolução libertária durante a década de 1930. O primeiro, diz respeito à própria classe operária brasileira, que em seu fazer-se se constituiu-se contrarrevolucionária, devido a uma economia moral fortemente marcada pelo elemento da religiosidade cristã presente em sua cultura, rejeitando temas como o ateísmo, o amor livre e a própria ideia de revolução, aceita em grande parte tanto por alguns indivíduos das camadas médias urbanas libertários, como também por imigrantes estrangeiros, mas não pela maioria dos operários brasileiros, limitando a sua adesão à FOSP tão somente pela melhoria das condições de trabalho, assim como tinha ocorrido durante a Primeira República com a COB, conforme já citado em capítulos anteriores.

Quanto ao segundo obstáculo, este também ligado à classe operária e à sua formação, está relacionado ao fato de que, após a regulamentação das leis trabalhistas no Brasil, feitas por Getúlio Vargas (1930-1945), a grande massa operária passou a inclinar-se cada vez mais a apoiá-lo, contrariando os planos da FOSP, já que estes em sua grande maioria tinham uma

origem agrária, eram majoritariamente vindos do campo e acostumados ao trato paternalista, personificado pelo governo²³³, que chegou a ser chamado inclusive pelo senso comum da época como pai dos pobres. Todavia, o senso comum, além de ser uma elaboração social da realidade, que varia de cultura para cultura, está também representa o pensamento da maioria, ou seja, o que as classes subalternas sempre foram. Como bem afirmou o historiador inglês E. P. Thompson, a história é exercida dentro de um contexto social e que tem implicações políticas (THOMPSON, 1992, p.10).

O terceiro ponto diz respeito à própria repressão feita pelo Estado varguista, agora de forma efetiva, não só sobre o movimento operário libertário, liderado agora pela FOSP, mas também sobre os comunistas, representados pela ANL. Com isso, em 04-04-1935 foi promulgada a lei n.38 que define crimes contra a ordem política e social, a lei de segurança nacional, também conhecida na época como lei monstro (MUNAKATA, 1981, p.99).

No caso específico da ANL²³⁴, esta repressão deu-se após a chamada intentona comunista, quando em novembro, do ano de 1935, Luís Carlos Prestes organizou um levante semelhante à revolta tenentista, com o objetivo de derrubar o governo Vargas. O movimento além de ser desarticulado, pois somente os quartéis das cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro aderiram ao movimento, sendo rapidamente sufocados, levando à prisão de Luiz Carlos Preste (seu líder), sua esposa Olga Benário e os seus participantes, foi organizado à revelia de uma grande parte de suas próprias bases: é a chamada intentona comunista (...) (MUNAKATA, 1981, p.101).

²³³O populismo, como estilo de governo, sempre sensível às pressões populares, ou como política das massas, que buscava conduzir, manipulando suas aspirações, só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a revolução de 1930. Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que apoiar-se sempre em algum tipo de autoritarismo, seja institucional da ditadura Vargas (1937-1945), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do pós-guerra (1945-1964). Foi uma das manifestações das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos quando tentaram substituir-se à oligarquia nas funções de domínio político de um país tradicionalmente agrário, numa etapa em que pareciam existir as possibilidades de um desenvolvimento capitalista nacional. E foi sobretudo a expressão mais completa da emergência das classes populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nestes decênios e da necessidade, sentida por alguns dos novos grupos dominantes, de incorporação das massas ao jogo político (...). Ver: WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 61-63.

²³⁴A ANL convidou todas as organizações anti-integralistas para uma reunião realizada em 03 de junho de 1935. A Plebe não compareceu nesta reunião e explicou a sua posição para que não explorassem politicamente o fato de representantes do jornal não terem comparecido. Afirmou que os anarquistas por princípio e por prática não firmam alianças ou compromissos com nenhuma organização de caráter político, mesmo que fossem de ordem tática. Mas reafirmavam acreditar na convicção revolucionária dos membros da ANL. Os anarquistas estavam convencidos que era uma questão de tempo para explodir revoltas populares e quando estas surgissem estariam na luta, mesmo que a revolução não fosse anarquista, e aqui retomam a orientação de Malatesta, tentando transformá-la em mais anarquista possível. Ver: BONOMO, Alex Buzeli. *O Anarquismo em São Paulo: As Razões do Declínio* (1920-1935). Dissertação de Mestrado, PUC- São Paulo, 2007, p.119.

Essa repressão também se deu sobre os sindicatos e membros filiados ao PCB, a exemplo da liga operária da construção civil, situada na cidade de Niterói- RJ que, embora fosse de cunho anarcossindicalista e filiada à FOSP, contava na década de 1930 com uma forte presença de comunistas entre os seus associados, a exemplos de: Antônio Augusto de Azevedo, Ângelo Liguori, Deoclécio Augusto Azevedo (MACHADO, 2017, p.156-157). Dito isto, o líder sindical e professor anarcossindicalista Ruy Gonçalves, foi preso em março de 1936, como mostra esse documento oficial:

Preso como medida de segurança nacional, em virtude de ter publicado em um jornal editado nesta cidade, um artigo atacando o Brasil. Feito uma busca em sua residência, foram encontrados os seguintes documentos subversivos: um livro de coleção com recortes de jornais, todos subversivos, publicados em jornais e revistas; um livro guerra dos sinos, um manuscrito com dizeres “Pão, terra e liberdade”!, concitando os trabalhadores a reagirem contra os patrões, alguns de propaganda comunista. (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário RJ n. 5,617. In: MACHADO, Antônio Felipe da Costa Monteiro. Forjas da Liberdade: Educação Operária, Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário na Niterói da Primeira República. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, UFERJ, 2017, p. 157-158.).

Assim, foram presos, pelas mesmas razões, os demais membros filiados ao Partido Comunista, bem como aqueles referentes à liga operária da construção civil. Afinal de contas, a lei de segurança nacional, aprovada no ano de 1935, definia como crimes contra a ordem qualquer manifestação de incentivo às rivalidades e conflitos entre as classes sociais, substituindo o discurso da luta de classes pela conciliação, tendo em seu discurso o Estado como instrumento mediador não só das relações capital x trabalho, mas também como apaziguador das diferenças classistas.

No ano de 1935, a FOSP também passou a ser o principal alvo no estado de São Paulo das repressões policiais, não apenas por ter se tornado a central sindical irradiadora do anarcossindicalismo no país, mas principalmente após a chamada batalha da Sé²³⁵, ocorrida um

²³⁵Em 07-10-1934 aconteceu a batalha dos antifascistas contra os integralistas na praça da Sé, que foi descrita em *A Plebe*. Para os anarquistas, os integralistas há tempos alardeavam a realização desta demonstração de força na capital de São Paulo para o mês de outubro, desafiando a postura das classes trabalhadoras. Seus partidários viviam pelos cafés bancando uma de valentões, segundo o jornal, dizendo que iam beber o sangue dos antifascistas de São Paulo. Deste ambiente, criou-se a exaltação do povo de São Paulo, que se mostrou contrário a manifestação preparada pelos integralistas. Os antifascistas não permitiam esta afronta e mesmo colocados em campos diversos dos pontos de vista político, filosófico e ideológico, organizaram uma demonstração pública de repulsa ao integralismo, convidando o povo a participar na mesma hora e local da concentração dos camisas verdes (BONOMO, 2007, p.114). De acordo com o periódico *A Plebe*, a partir desse momento não foi possível localizar as origens dos tiros. Os integralistas que estavam armados sacaram as suas armas, começou o tiroteio, as balas sibilavam em todas as direções. Vindas de todos os pontos da praça, das esquinas, das ruas, das portas dos prédios, onde se entrincheiravam grupos de pessoas armadas que atiravam contra os camisas verdes (...) Morreram no episódio um estudante antifascista, dois agentes de polícia, um guarda civil e três integralistas. In: *A Plebe*. São

ano antes, cujos libertários e integralistas se enfrentaram nas ruas de São Paulo.

Num período em que aumentava cada vez mais a repressão por parte do aparelho de Estado varguista representado pelo DOPS, com invasões, depredações e prisões de alguns dos seus militantes libertários, a FOSP chegou inclusive a mudar de sede por conta dessas repressões. Eram permitidas apenas as atividades dos sindicatos oficiais ou daqueles que não estiveram envolvidos com o levante comunista, “(...) as diretorias dos sindicatos eram substituídas por juntas governativas compostas por elementos de confiança do governo, até a eleição da nova diretoria” (AZEVEDO, 2002, p.71).

Contudo, apesar da resistência dos seus militantes, a FOSP encerrou as suas atividades em 1935, retornando no ano de 1937, em pleno Estado Novo (1937-1945). Não obstante, apesar de atuar discretamente naquela conjuntura, limitando-se às palestras, apresentações teatrais e cursos e evitando se envolver publicamente nas questões sindicais (à vista das autoridades), além da sua atuação ficar restrita à capital, esta passou ainda, através dos seus militantes, a apoiar greves na cidade de São Paulo, demonstrando a crença irrestrita dos seus ideais anarcossindicalistas, mesmo que com toda aquela repressão.

3.3 O Estado Novo (1937-1945) e a Continuidade da Repressão

Velho anarquismo modelo 1910! Aí está uma novidade para nós que somos anarquistas, há mais de 30 anos e que, em nosso parecer, achamos que o anarquismo não sendo tão moderno como o bolchevismo pseudo-comunista, ainda não teve tempo de envelhecer, nem de mudar de figurino (...). O anarquismo está onde sempre esteve: na estacada, batendo-se pelo máximo de liberdades para todos e pelo mínimo de compressões, de autoritarismo, de injustiças, enquanto não chega a hora de as extirpar pela raiz, de as arrancar inteiramente, de as suprimir completamente (A Plebe. São Paulo, 29-07-1933, n.35, p.4. In: AZEVEDO, Raquel de. A Resistência Anarquista: Uma Questão de Identidade (1927-1937). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, p.358).

Em setembro de 1937, o militante integralista e capitão do exército Olímpio Mourão, denunciou ao presidente Getúlio Vargas, sem ter como provar de forma objetiva, uma trama do PCB que, segundo o próprio, estava preparando uma outra insurreição comunista, liderada por um agente estrangeiro ligado à internacional comunista, que no final acabou sendo o nome dado ao pretenso plano (Cohen).

Na verdade, tudo isso se tratava de uma farsa tramada para manter Getúlio Vargas no

poder, pois, a repressão tanto à intentona comunista, como também à feita pelo DOPS, sobre eles, através da prisão de todo o comando do levante da intentona, havia desarticulado qualquer tentativa de organização de uma outra insurreição à curto prazo.

Além disso, de acordo com Boris Fausto, houve uma outra causa, cujas raízes estão na crise de hegemonia que se abre com a crise mundial e a revolução de 1930. Em termos gerais, ela não é a saída necessária – já contida de alguma forma nos acontecimentos – para a conjuntura, mas representa uma das respostas possíveis à grande instabilidade daqueles anos (FAUSTO, 1972, p. 83).

Assim, o controle estabelecido no Estado Novo foi de fato assumido, privilegiando os interesses fundamentais da classe dominante e penalizando as classes subalternas. Em um primeiro momento (1937-1941), sob a predominância da repressão, num breve interregno (1941-1942), notou-se uma tendência a controlá-las, integrando-se no sistema autoritário através do comum projeto de conciliação das classes que abrangia também a última fase (1942-1945), quando os traços corporativos apareciam com maior nitidez (DANTAS, 2013, p.224). Ainda de acordo com Warren Dean, é possível até que tenha havido alguma involução entre os trabalhadores urbanos, em sua condição social, não apenas durante a guerra (1939-1945), conforme já observado em estudo sobre a industrialização nacional, mas desde o momento em que perderam a capacidade de reivindicar (DEAN, s-d, p.240).

Essa nova experiência autoritária impôs, através do decreto lei n.37, a extinção de todas as instituições políticas no país, colocando na clandestinidade não só os libertários atuando em seus poucos sindicatos, mas também até mesmo a ação integralista brasileira²³⁶, os comunistas e todos aqueles da sociedade civil que se opusessem ao que estava estabelecido pelo governo.

Os centros operários Brasil afora, sob a intervenção do Estado desde 1930, representados pelos seus respectivos interventores, estavam agora proibidos de terem qualquer corrente política contrária, o Estado Novo através de Vargas demonstrava o seu autoritarismo com o fim das liberdades individuais, crítica à democracia parlamentar, anticomunismo, centralização política, censura à imprensa, entre outras repressões.

Ainda assim, apesar da vigilância e repressão do Estado Novo, com prisões de militantes das mais diversas correntes políticas (libertários, trotskistas, integralistas, comunistas ligados

²³⁶Em dezembro de 1937, Getúlio Vargas publica o decreto lei n.37, que extinguiu as agremiações políticas em todo o país e, conseqüentemente a ação integralista brasileira. Como retaliação, integrantes milicianos dessa instituição organizaram no ano de 1938, um levante, porém totalmente desarticulado com outras instituições políticas que também eram perseguidas pelo governo. O levante falhou e todos os envolvidos foram presos pelas tropas federais, o que levou o seu líder Plínio Salgado a pedir exílio em Portugal. Com isso, o integralismo perdeu força no Brasil, o que levou a alguns de seus integrantes a estabelecerem uma reaproximação com o governo. Ver: TRINDADE, Hégio. Integralismo Brasileiro na Década de 1930. São Paulo: Difel, s-d.

ao PCB), essa repressão não encerrou com a experiência anarcossindicalista da FOSP, que havia mudado de endereço no ano de 1935, mas continuava à ativa de maneira discreta, sem se envolver diretamente nas questões sindicais. Ademais, mesmo com isso, através de seus militantes infiltrados, chegou a promover inclusive greves sob a coordenação de sindicatos autônomos, a exemplo da greve dos padeiros na cidade de São Paulo no ano de 1936 (AZEVEDO, 2002, p.357).

Naquela conjuntura, a FOSP era a única central sindical anarcossindicalista em atividade no Brasil e, apesar de ter encerrado as suas atividades no ano de 1935, devido à forte repressão policial que depredou a sua nova sede (rua José Bonifácio – na capital paulista.), voltou novamente a ser criada e atuar no ano de 1937, pouco antes do golpe do Estado Novo. A sua estratégia era a mesma, a ação direta, esse tipo de ação nos sindicatos era uma nova versão da antiga proposta insurrecional, “(...) segundo o qual, a participação nos sindicatos deveria servir para endereçar os trabalhadores no caminho da revolução e não somente para obter conquistas parciais e melhorias temporárias” (BIONDI; TOLEDO, 2018, p.30).

Dessa maneira, em agosto de 1937, foram paralisadas cerca de 200 padarias em São Paulo, obtendo-se resultado positivo em várias delas (AZEVEDO, 2002, p.357), neste sentido, a FOSP continuava atuando nos sindicatos autônomos, através da infiltração de militantes, de modo que assim não levantava suspeitas, além de promover conferências, peças teatrais e cursos, conforme já citado anteriormente, que também era uma outra estratégia, visto que, para os libertários, a luta de classes é também guerra cultural. Em outras palavras, utilizando-se destes instrumentos para formar, em tese, uma cultura anarcossindicalista tanto nas camadas médias urbanas, como também entre os operários paulistanos²³⁷, no meio sindical.

Vale destacar também que, ainda com toda a repressão do governo Vargas, antes do Estado Novo havia além da atuação política dos vários grupos nos diversos sindicatos, a venda, circulação e produção de obras revolucionárias no Brasil, como os livros de Karl Marx, ou mesmo obras que retratam a exploração sofrida pelos operários brasileiros, a exemplos dos livros: *Os Corumbas*, de Amando Fontes (1933), sobre uma família proletária têxtil em Aracaju; *Gororoba*, de Lauro Palhano (1937), sobre os trabalhadores da Amazônia; *Navios Iluminados* (1937) sobre a vida dos portuários de Santos (HARDMAN, 2002, p.120). Isto é, demonstrando

²³⁷Apesar da FOSP, assim como a COB durante a liderança do movimento operário nacional, terem percebido dentro do processo de luta de classes, de que havia inerente a esta guerra também uma guerra cultural, estas duas instituições, através tanto dos seus intelectuais, como também dos seus aparelhos ideológicos anarcossindicalistas, contraditoriamente desconsideravam que tanto a formação, como a própria consciência de classe, possuem tanto elementos econômicos, como também elementos culturais, e que ambos mantêm uma inter-relação dialética, no qual o historiador inglês E. P. Thompson definiu como peculiaridades.

que havia outras brechas que possibilitavam a contestação dos sistemas político, econômico e social, tanto antes, como depois do golpe de 1930.

Apesar da intensa perseguição aos sindicatos independentes, estes sob o controle dos libertários, pelos órgãos repressores do aparelho de estado varguista, os militantes da FOSP que, ainda durante a década de 1930 eram maioria no movimento operário paulistano, continuavam a atuar na clandestinidade, realizando reuniões nas casas de militantes. Segundo Jaime Cubero, havia diferentes estratégias de atuação, inclusive como forma de escaparem das perseguições (FREGONI, 2007, p.86).

Porém, ainda no ano de 1937, a FOSP não resistiu às pressões sofridas e encerra as suas atividades, para retornar apenas no ano de 1945, após o fim do Estado Novo e a redemocratização do país. Além da FOSP, voltam também às suas atividades culturais, o centro social de cultura, em que aos sábados eram realizadas conferências públicas sobre assuntos da atualidade, relacionados com o movimento social (*A Plebe*. São Paulo, 15-01-1948), além do periódico *A Plebe*, de cunho anarcossindicalista, que foi reaberto no ano de 1947.

Deve-se frisar que, nessa conjuntura, a FOSP direcionava os seus aparelhos ideológicos anarcossindicalista, representados durante a década de 1940 pelas palestras, apresentações teatrais e leitura dos impressos (livros, jornais, folhetins), não mais com o objetivo de conscientização da massa operária, não só paulistana, mas também brasileira²³⁸, direcionando agora para a divulgação dos ideais revolucionários libertários tendo como principais alvos, não mais a classe operária brasileira, mas sim, as camadas médias urbanas e a intelectualidade acadêmica. Com essa difusão, demonstravam que as estratégias de formar o que a COB e a FOSP definiam como consciência de classe e o homem novo anarquista, dentro do processo de guerra cultural, falharam, afinal, esses projetos desconsideravam o fazer-se desta mesma classe, com as suas próprias experiências e peculiaridades.

²³⁸Com o intuito de reunir e divulgar os seus ideais dentro do processo de guerra cultural para libertários de outras regiões do país, a FOSP, juntamente com outras agremiações libertárias realizavam congressos nacionais. Na conjuntura entre a redemocratização pós-estado novo (1945) e a década de 1950, vários ocorreram: congresso anarquista de São Paulo (1948); congresso anarquista nacional no Rio de Janeiro (1953); encontro libertário do Rio de Janeiro (1958); conferência libertária de São Paulo (1959). Ver: LEUENROTH, Edgar. Anarquismo: Roteiro de Libertação Social- Antologia de Doutrina. Rio de Janeiro: Achiamé- CCS- São Paulo, s-d, p.122-123 240- Vale destacar que os libertários nem sempre tinham a preocupação de escrever artigos seguindo normas acadêmicas, pois o objetivo maior era se fazer entender via impressos (jornais, revistas, entre outros). Por isso, alguns jornais utilizados neste trabalho não aparecem os nomes dos autores. Além disso, havia também a necessidade de se preservarem, diante da repressão sofrida tanto durante a Primeira República, como também durante o governo Vargas (1930-1945).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu livro *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*, escrito para responder a uma divergência teórica com Perry Anderson durante a década de 1960, o historiador inglês E. P. Thompson expõe as bases da sua interpretação marxista da história, rompendo os silêncios do estruturalismo economicista em relação aos costumes, à moral, às normas, crenças, entre outras questões humanas práticas, inerentes a todos nós e presentes em qualquer conjuntura de toda sociedade, seja ela ocidental ou não.

Pondo-se como um caminho do meio, a teoria historiográfica de E. P. Thompson, foge tanto do estruturalismo economicista de algumas correntes do marxismo, como também do culturalismo de algumas gerações dos Annales, que cometeu o mesmo erro, deslocando tão somente o eixo explicativo da infraestrutura econômica para a superestrutura cultural. Assim, podemos agora compreender a história de uma maneira mais completa, afinal o ser humano é um ser econômico, mas também é um ser cultural. Neste sentido, a cultura é compreendida, por esse historiador, como um elemento que abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo, como bem definiu K. V. Silvia (2005), em seu dicionário de conceitos históricos.

Partindo deste princípio, Thompson escreveu, faz parte das peculiaridades dos ingleses o fato da história da gente comum ter sido algo além – e distinto- da historiografia inglesa oficial corrente (THOMPSON, 2012, p.185). Esse fator é também a base explicativa deste trabalho, não do ponto de vista do processo histórico, afinal de contas, toda experiência histórica é, obviamente, em certo sentido única (THOMPSON, 2012, p.79), mas dentro de uma perspectiva teórica, cujo conceito de peculiaridades pressupõe uma inter-relação dialética entre tradições, costumes e transformações sociais, além da economia moral presentes nos movimentos sociais (grifos do autor) e conseqüentemente inerente também ao processo histórico brasileiro.

Sobre o tema, o próprio Marx, na carta a Annenkov escreveu afirmando, ele não viu que as categorias econômicas são apenas abstrações dessas relações reais, que só são verdadeiras na medida em que subsistam essas mesmas relações (MARX, 1982, p. 549), e continua, assim, as categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem, são produtos históricos e transitórios (MARX, 1982, p.551), ou seja, as categorias são expressões abstratas dessas mesmas relações sociais. Dito isto, concluo sem sombra de dúvidas, que conceitos sem historicizações, são a própria miséria da teoria.

Nesse prisma, podemos concluir que a tendência estruturalista pseudo-marxiana, que

consolidou-se tanto na historiografia, como também na leitura da Primeira e Segunda Internacional, foi na verdade uma interpretação de Engels, que ficou responsável pelas obras do Marx após a sua morte, sendo seguida por Lênin, Stalin (o Luís XIV do marxismo), e numa variante mais recente Althusser, que dá ênfase a uma autonomia relativa, somada a uma determinação econômica também em última instância, tendência esta seguida por tantos outros. Tudo isso, em detrimento de outras correntes que levavam em conta a questão cultural dentro do processo histórico e consequentemente inerente também à luta de classes, a exemplos de Gramsci, Trotski e da linha marxista maoísta (não dialética hegeliano).

É justamente dentro desta nova perspectiva que esse trabalho foi compreendido e desenvolvido, partindo das nossas próprias peculiaridades, que é complexa e diversa, como qualquer relação social humana, e não a partir de uma simples relação reducionista base-superestrutura.

Dentro dessa nova perspectiva, percebe-se que a COB, mesmo compreendendo que havia uma guerra cultural dentro do processo de luta de classes e para isso valeu-se de seus aparelhos ideológicos (leitura dos impressos-jornais, revistas, folhetins; das palestras e das escolas operárias), esta central sindical esbarrou contraditoriamente justamente na questão cultural em seu projeto de fazer uma revolução libertária no Brasil durante a Primeira República. E várias foram as razões, tanto da não realização revolucionária, como também do declínio das ideias libertárias no movimento operário brasileiro durante a Primeira República.

A primeira delas diz respeito ao protótipo do chamado homem novo anarquista, ou seja, um arquétipo de um operário europeu libertário, idealizado por essa mesma central sindical, dentro das condições objetivas, que seria em tese o resultado final das ações dos seus aparelhos ideológicos junto a esses mesmos trabalhadores, formando um operariado: escolarizado, ateu, antipatriota, defensor do amor livre, entre outros. Em verdade, o que efetivamente não aconteceu, salvo algumas poucas exceções, justamente porque o operário brasileiro da Primeira República era em sua grande maioria o oposto de todas essas idealizações, por terem ainda vivas em suas tradições, além de relações de produção cooperativistas e paternalistas, típicas de relações pré-capitalistas (fator esse que atraía esse trabalhador aos ideais anticapitalistas da COB), uma economia moral (crença simbólica de direitos) fortemente marcada pela religiosidade cristã, em que as ideias de liberdade, justiça social, entre outras, se misturam com a política. Afinal de contas, a religiosidade é um elemento inerente à cultura brasileira, diferentemente dos intelectuais libertários da COB, com uma visão materialista da história, limitando assim o processo de luta de classes a uma questão puramente reformista da relação capital x trabalho.

O segundo aspecto está ligado à chamada formação de uma consciência operária, que também seria um resultado final desse protótipo do homem novo anarquista, a ser formado também através dos seus aparelhos ideológicos, porém, dentro das condições subjetivas a serem absorvidas por esse operariado brasileiro da Primeira República. Isto é, um ideal interpretado por esses intelectuais como uma autoconsciência coletiva a ser formada na mentalidade da classe operária, dentro de uma perspectiva anarcossindicalista.

Em suma, seria quase o mesmo entendimento dado por E. P. Thompson a esse mesmo conceito, interesses e valores comuns de classe, com uma ressalva, o ser social não é tão somente formado pelo ser econômico, ou seja, não podemos colocar classe aqui, consciência de classe ali, como se fosse um ente separado do sujeito histórico, como se em teoria houvesse uma consciência de classe anarcossindicalista, que deve ser formada por esse mesmo ser social (o operário brasileiro). Na verdade, a consciência de classe historicizada seria composta além dos aspectos classistas (ser econômico), também por elementos de identidades culturais, formados também, tanto pela experiência vivida, como também pela experiência percebida (ser cultural), afinal, uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma (THOMPSON, 2012, p.279). Questões estas que, na prática, também abortaram o projeto revolucionário da COB, junto à classe operária brasileira da Primeira República.

A terceira causa está ligada também à questão cultural, ou seja, essa nova experiência ideológica libertária fazia parte das experiências do operariado europeu e não das nossas experiências. O operariado brasileiro da Primeira República era em sua grande maioria analfabeto ou semianalfabeto, vindo do campo e acostumado ao trato paternalista, além disso, estávamos do ponto de vista da conjuntura econômica na condição de um país agroexportador, ainda se industrializando, onde a maior parte da população ainda vivia na zona rural. No entanto, as ações da COB concentravam-se majoritariamente no eixo Rio-São Paulo e também nas capitais dos estados onde havia centros operários fundados sob a sua influência.

A outra razão, também está atrelada a essa mesma estratégia adotada erroneamente pela COB. Essa central sindical, seguindo a linha libertária de respeitar sempre as liberdades individuais, optou por uma atuação não sectária, acreditando ingenuamente na emancipação cultural no meio da classe operária brasileira que, em tese, ocorreria mesmo assim nos demais centros operários que não eram anarcossindicalistas, isso justamente através dos aparelhos ideológicos (leitura dos impressos, palestras e educação operária), que também eram utilizados nesses outros centros operários criados sob a sua influência e espalhados Brasil afora. O que na prática não ocorreu, pois eles limitaram-se também na mediação da relação capital x trabalho, uma vez que tinham objetivos políticos diferentes dos anarcossindicalistas, isso a depender da

ideologia adotada. Ademais, estes até mesmo reproduziam práticas combatidas pela COB, através do paternalismo sindical suprimindo demandas negadas pelo Estado oligárquico à população carente, a exemplo de consultas médicas de graça, lazer, entre outras.

Um outro fator está associado à própria estratégia política malatestiana de atuação adotada pela COB, isto é, a crença libertária de desconsiderar a questão político-parlamentar por se tratar de mais uma estratégia burguesa de dominação, fazia com que não houvesse representantes políticos desta instituição, tanto no congresso nacional da época, como também nas assembleias estaduais, ficando à mercê dos representantes políticos da época, em sua grande maioria representantes tanto da oligarquia, como também da burguesia.

A sexta razão está também diretamente conectado à questão política, ou seja, a fundação do Partido Comunista Brasileiro, justamente por ex-integrantes da COB, a exemplos de Astrogildo Pereira, Edgar Leuenroth, José Oiticica, entre outros, que acabou pulverizando ainda mais o movimento operário brasileiro da Primeira República e enfraquecendo a COB.

A repressão desencadeada pelo Estado oligárquico foi um outro elemento que também deve ser levado em conta para a desestruturação da COB e consequentemente da influência majoritária do anarcossindicalismo no movimento operário brasileiro da Primeira República. Esta deu-se inclusive com a criação de um órgão repressor, no ano de 1924, o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), e tudo isso após o período de maior efervescência grevista desenvolvido pela COB, tanto no eixo Rio-São Paulo, como também em outros estados da federação, por melhores condições de trabalho e vida, mais especificamente entre os anos de 1917 a 1919.

Além disso, houve ainda deportações de estrangeiros libertários, prisões de integrantes brasileiros da COB, que, quando não eram presos ou torturados, sem direitos e garantias individuais da lei, eram enviados à prisão militar de Clevelândia no Amapá, no qual eram submetidos a trabalhos forçados. Como consequência, devido às péssimas condições de insalubridade nas quais eram submetidos, fez que muitos morressem como indigentes, esquecidos pelo Estado brasileiro.

O começo do fim foi dado após o golpe de 1930, pois, apesar do Estado varguista assumir o papel de mediador das relações capital x trabalho, positivado na lei através da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), ocultando o discurso da luta de classes, via sindicalização, havia também por trás desse novo projeto hegemônico o controle do operariado brasileiro. Nessa conjuntura, a COB não mais atuava, sendo substituída pela FOSP, a central anarcossindicalista paulistana, que se limitou mais no eixo Rio-São Paulo, apesar das tentativas de seus intelectuais em reunir em torno de si todas as antigas centrais sindicais filiadas à antiga

COB.

A partir de 1935, com a repressão do Estado Novo e também com a penetração de outras correntes ideológicas no meio sindical, os anarcossindicalistas recolheram-se, reaparecendo esporadicamente em assembleias sob a vigilância do DOPS, reagrupando-se novamente em torno de grupos de afinidades, após a redemocratização, depois da derrubada de Vargas do poder, feita pelo exército em 1945, mantendo vivas seus ideais até os dias de hoje.

Por fim, vale destacar que apesar dos erros estratégicos, a COB, conseguiu atuar com legitimidade junto à classe operária brasileira da Primeira República, mantendo junto à mesma uma relação orgânica, abalando os alicerces da Primeira República e seus ideais antidemocráticos e autoritários, marcados por elementos tanto do capitalismo (liberalismo), como também por uma forte tradição oligárquica, apresentando-se como mais uma peculiaridade brasileira.

Ainda assim, a COB conseguiu plantar junto à classe operária brasileira, na luta por direitos trabalhistas, com pautas nada revolucionárias a exemplos de: jornada de trabalho de oito horas, férias remuneradas, entre outras, e também na luta por escolarização, fundando escolas em todos os centros operários e ela filiados, as sementes pela cidadania, e principalmente pela emancipação do ser humano, em sua eterna busca pela felicidade, liberdade e justiça social!

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais

Brasil. *Anais da Constituição* (1891). Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03-constituicao-constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso. Boletim da Comissão Executiva do Terceiro Congresso Operário. São Paulo, Cooperativa Gráfica Popular, Ano I, agosto de 1920, n.1. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd-handle-bdcamara-13616>.

Boletim da Escola Moderna. Periódico Escolar. São Paulo (1912-1919). Arquivo João Penteado. Centro de Memória da Universidade de São Paulo (on-line). *Biblioteca Digital UNESP*. Disponível em < <http://bibdig.biblioteca.unesp.br> >.

Boletim da Liga Operária da Construção Civil. Niterói, 1921. Disponível no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ-UFRJ). Disponível em <<http://memoria.sibi.ufrj.br>>.

Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1918. Disponível no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ-UFRJ). Disponível em <<http://memoria.sibi.ufrj.br>>.

Boletim da Federação Operária do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, 1921. Disponível no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ-UFRJ). Disponível em <<http://memoria.sibi.ufrj.br>>.

Boletín de La Escuela Moderna. Barcelona: Publicaciones de La Escuela Moderna, 1903. Disponível em <<http://www.ferrer-guardia.org-es>>.

Divisão de Acesso à informação. *Fichários DOPS*. Disponível em: <http://memoria.sibi.ufrj.br>:

Prontuário GB 18960, Antônio Augusto

Prontuário GB8.200 Antônio Marques

Prontuário GB9.257, Antônio Marques

Prontuário GB 18745, Ângelo Liguori

Prontuário GB 24312, Deoclécio Augusto de Azevedo

Prontuário RJ Deoclécio Augusto de Azevedo

Prontuário RJ 805, Antônio Augusto de Azevedo

Prontuário RJ5.617, Ruy Gonçalves

Relatório de 06-04-1933. Prontuário 716 - FOSP, Vol.3, DEOSP-SP, DAESP. In: AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: Uma Questão de Identidade* (1927-1937). São Paulo:

Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, p. 250.

Relatório de junho de 1932. Prontuário.716 - FOSP, Vol.3, DAESP. In: AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: Uma Questão de Identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, p. 251.

Relatório de 10-05-1935. Prontuário.716-FOSP, Vol.3, DAESP. In: AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: Uma Questão de Identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, p. 251.

Relatório do Centro Operário da Bahia. Bahia: Tipografia Passos, 1900 (on-line). *Arquivo Público do Estado da Bahia*. Disponível na: Fundação Gregório de Mattos- Arquivo Histórico de Salvador (FGM-AHS), setor de permanentes.

Relatório do Centro Operário da Bahia no exercício de 06 de maio de 1889 a 31 de abril de 1900. Disponível na: Fundação Gregório de Mattos- Arquivo Histórico de Salvador (FGM-AHS), Setor de permanentes.

Decreto n.7 de 20-11-1889. *Coleções de Leis e Decretos (1889)*, p.6. Governo Provisório (on-line). Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin-fed-decret-1824-1889>>.

Encíclica Rerum Novarum de sua santidade o Papa Leão XIII - sobre a condição dos operários. Rio de Janeiro: *Imprensa Oficial*, 1941 (on-line). Disponível em <[www.fgv.br/cpdac-acervo-arquivo-pessoal-gc-impresso-enciclica-rerum-novarum-de-sua-santidade-Leão-XIII-sobre-a-condição-dos-operarios](http://www.fgv.br/cpdac/acervo-arquivo-pessoal-gc-impresso-enciclica-rerum-novarum-de-sua-santidade-Leão-XIII-sobre-a-condição-dos-operarios)>.

Lei n.663, de 28 de julho de 1914. Disponível: *Coleção de Leis e Decretos*. Typ. Do Estado de Sergipe. Aracaju, I.H.G.S.

Regimento Interno da Escola Horácio Hora. Disponível no Jornal Voz do Operário. Aracaju. Julho de 1923. Biblioteca Pública Ephifânio Dória. Hemeroteca.

Diário Oficial de Sergipe. Aracaju, 12-02-1920 a 20-07-1927. Disponível no Arquivo Público do Estado de Sergipe.

Decreto n.563, de 12 de agosto de 1917. Disponível no *Arquivo Público do Estado de Sergipe*.

Decreto n.8.659, de 5 de abril de 1911. *Coleção de Leis e Decretos (1911)*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin-fed-decret-8659-5-abril-1911-517247.publicacaooriginal>.

Jornais

A Lanterna. São Paulo, 1906-1934. Disponíveis em: <<http://bndigital.bn.gov.br-hemeroteca-digital>>.

_____. *A Lanterna*. São Paulo, 13-10-1910.

_____. *A Lanterna*. São Paulo, 21-10-1911.

_____. *A Lanterna*. São Paulo, 17-08-1933

_____. *A Lanterna*. São Paulo, 20-09-1934.

_____. *A Lanterna*. São Paulo, 01-02-1934.

A Plebe (1917-1948). São Paulo. Disponíveis em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br>>.

- _____. São Paulo, 29-07-1933.
- _____. São Paulo, 04-02-1933.
- _____. São Paulo, 26-05-1934
- _____. São Paulo, 07-01-1933
- _____. São Paulo, 11-02-1933
- _____. São Paulo, 17-01-1933
- _____. São Paulo, 11-02-1933
- _____. São Paulo, 14-01-1933
- _____. São Paulo, 22-02-1934.
- _____. São Paulo, 11-09-1934
- _____. São Paulo, 04-03-1933
- _____. São Paulo, 15-09-1947
- _____. São Paulo, 18-02-1933
- _____. São Paulo, 01-09-1934, n.7
- _____. São Paulo, 13-10-1934.

A Voz do Gráfico, 1920. Disponível em: BNDigital-Biblioteca Nacional.

A Obra. São Paulo, 1920, n.1, n.2, n.3, n.4, n.5. Disponíveis em
: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

A Voz do Trabalhador (1908-1915). Coleção Fac-similar-Pinheiro, Paulo Sérgio (org). São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Centro de Memória Sindical, 1985. Disponível na Biblioteca Nadir Gouvêa Kfoury (PUC- São Paulo).

O Operário. Aracaju, 04-07-1911 a Set 1916. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Ephifânio Dória (Aracaju - SE).

O Trabalhador. São Paulo, 05-12-1931. Disponível em: bibdig.biblioteca.unesp.br

O Trabalhador. São Paulo, 12-06-1932. Disponível em: bibdig.biblioteca.unesp.br

O Trabalhador. São Paulo, 23-07-1933. Disponível em: bibdig.biblioteca.unesp.br.

Voz do Operário. Aracaju, 1920 a 1935. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Ephifânio Dória (Aracaju-SE).

O Livre Pensador. São Paulo, 09-12-1905. Disponível em: bibdig.biblioteca.unesp.br.

Jornal do Ceará. Fortaleza, 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

Jornal O Motorista. Órgão dos Motoristas do Pará. Belém, Ano I, n.2, 02-06-1928, p.1. Disponível no site do Arquivo Público do Estado do Pará: <www.arqpep.pa.gov.br>.

Jornal Na Barricada. Rio de Janeiro, 1915-1916. Disponível em <<http://bibliotecaterralivre.noblogs.org-biblioteca-virtual-jornais-na-barricada>>.

La Guerra Social. São Paulo, 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

Liberdade. Rio de Janeiro, 1917-1919. Disponível no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro no site <<http://memoria.sibi.ufrj.br>>.

O Libertário. Bases de acordo da união dos trabalhadores do Rio de Janeiro- vinculado à confederação operária brasileira. Rio de Janeiro, 15-04-1918. Disponível em: BNDigital-Biblioteca Nacional. *Spártacus*. Rio de Janeiro, 1919-1920. Disponível em <<http://bibliotecaterralivre.noblogs.org-biblioteca-virtual-jornais-spartacus>>.

Voz do Povo. Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1920. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader-docreader.aspx&720003&pasta%20192&pesq>>.

O Amigo do Povo. São Paulo, 25-07-1903. Disponível no site: bibdig.biblioteca.unesp.br-han.

A Voz do Gráfico. São Paulo, 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Jornal de Notícias. Salvador, 14 e 20 dez.1907, p.1. Disponíveis no Arquivo Histórico de Salvador (FGM-AHS), setor de arquivos permanentes.

A Voz do Trabalhador. Salvador, 21-05-1921, n.29. Disponível no Arquivo Histórico de Salvador (FGM-AHS), setor de arquivos permanentes.

Revistas

A Vida (1914-1915). Coleção Fac-similar. Evangelho, Carmem Lúcia e Del Roio, José Luiz. São Paulo: Editora Ícone: Centro de Memória Sindical; Archivio Storico del Movimento Operario Brasileiro, 1987. Disponível na Biblioteca Nadir Gouvêa Kfourri (PUC- São Paulo).

Revista do I.H.G.S. Aracaju, 1919. n.1. Disponível no I.H.G.S (Aracaju - SE).

Revista Brasileira de História. São Paulo, v.23, n.46, 2.003.

Revista de Aracaju. Aracaju, n.7,1962. Disponível no I.H.G.S(Aracaju- SE).

Bibliografia

AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007, Dissertação de Mestrado.

ADDOR, Carlos. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

ARAÚJO, Ângela M.C. Estado e Trabalhadores. In: Araújo, Ângela M.C. *Do Corporativismo ao Neoliberalismo no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARRAIS, Raimundo Pereira; NONATO, Raimundo e NASCIMENTO, Hélber (orgs). *Cidade e Diversidade: itinerários para a produção de materiais didáticos em história*. Natal: Editora da UFRN, 2010.

AZEVEDO, Raquel. *A Resistência Anarquista: Uma Questão de Identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

BAKUNIN, Mikhail. *A Instrução Integral*. Tradução: Luiz Roberto Malta. São Paulo: Imaginário: Instituto de Estudos Libertários: Núcleo de Sociabilidade Libertária da PUC- São Paulo, 2003.

_____. *Textos Escolhidos*. Porto Alegre: LP & M, 1983.

_____. *Catecismo Revolucionário e Programa da Sociedade da Revolução Internacional*. São Paulo: Imaginário, 2009.

_____. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2003.

BANCAL, Jean. *Proudhon: pluralismo e autogestão*. Brasília: Novos Tempos, 1984.

BANDEIRA, Moniz. *O Ano Vermelho: Revolução e seus Reflexos no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2ed, 1980.

BARRINGTON, JR. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. *Vida Associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário*. Porto Alegre: PPGH-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n.8, dez.1997.

BATISTA, Antônio; GALVÃO, Ana Maria. *Livros Escolares no Brasil: elementos para uma história*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2009.

BEREIRED, José Luís Benedicto. *Sob o signo da Nova Ordem: Intelectuais no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Loyola, 1999.

BIODI, Luigi; TOLEDO, Edilene. *Uma Revolta Urbana: a greve de 1917 em São Paulo*, Fundação Perseu Abramo, 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, Civilização e Trabalho. O Ensino de História nas Escolas Paulistanas (1917-1939)*. São Paulo: Loyola, 1990.

_____. *Livro Didático e Saber Escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BILHÃO, Isabel. *Pela Educação Lutaremos o Bom Combate: a instrução operária como um campo de disputas entre católicos e anarquistas na primeira república brasileira*. Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, p. 141-157. Universidade do Vale do Rio Sinos (on-line).

BRANDÃO, Zaia. *Por entre Histórias e Memórias. Paschoal Lemme e a Escola Nova no Brasil*. Rio de Janeiro, 1992. Tese de Doutorado.

BRASIL. Constituição (1891). *Coleção de leis e decretos (1891)*, Rio de Janeiro.

BRUCKER, Émile. *Iniciação Científica*. Coleção Biblioteca de Educação Racional. Lisboa: Guimarães & Cia Editora, 1912.

BONOMO, Alex Buzeli. *O Anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935)*. Dissertação de Mestrado. PUC- São Paulo, Departamento de História, 2007.

BORGES, Paulo. *Jaime Cubero e o Movimento Anarquista em São Paulo (1945-1954)*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-São Paulo, 1996.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade- Lembranças de Velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

BOLETIM da Comissão Executiva do terceiro congresso operário. São Paulo, cooperativa gráfica popular, Ano I, agosto de 1920, n.1.

BOLETIM da liga operária da construção civil. Niterói, 1921. Disponível no arquivo da memória operária de Rio de Janeiro (AMORJ).

CALSAVACA, Tatiana da Silva. *Práticas da Educação Libertária no Brasil: A Experiência da Escola Moderna em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FEUSP, 2004.

CASTELLUCCI, Aldrin. *Trabalhadores, Máquina Política e Eleições na Primeira República*. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARVALHO, M. *A Escola e a República e Outros Ensaio*s. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*. 4ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1978.

_____. *A República Velha: II Evolução Política (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1983.

_____. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo, Difel, 1982.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA, Caio Túlio. *O Que é Anarquismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: O legado Absolutista na Construção da Nacionalidade. *Estudos Históricos- Descobrimientos*. Rio de Janeiro, vol 14, n.26. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV, 2000.

COSTA, Emília Viotte. *Da Monarquia à República: Elementos Decisivos*. São Paulo: UNESP, 6ed, 1999.

CORRÊA, Felipe. *Bandeira Negra: rediscutindo o anarquismo*. Curitiba: Primas, 2008.

CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2000.

CUBERO, Jaime. *Centro De Cultura Social*. Manuscritos Organizados por Christina Loprato, Parmênides Cubero & José Carlos O. Morel, 1987.

DANTAS, José Ibarê. *A Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis*. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. *A Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis*. São Cristóvão: Editora da UFS :Aracaju:IHGS, 2013.

_____. *O Tenentismo em Sergipe (da revolta de 1924 à revolução de 1930)*. Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. *Os Partidos Políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

DA MATTA, Roberto. *O Que Faz o Brasil, Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DALLABRIA, Norberto. Das Escolas Paroquiais à PUC: república, catolização e escolarização. In: STEPHAUNOU, Maria Bastos. *Histórias e Memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: vozes, 2005.

DA SILVA, Antônio Ozai. *História das Tendências no Brasil (Origens, Cisões e Propostas)* São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, s-d.

DE DECCA, Edgar. 1930: *O Silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEL PRIORE, M. *Do outro Lado: a história do sobrenatural e do espiritismo*. São Paulo: Planeta, 2014.

DIAS, Vanessa Tavares. Classe e Consciência de Classe em Dois Estudos sobre o Operariado Brasileiro. Natal-RN: Cromos, v.10, n.2, Jul-dez.2009.

DOMMANGET, Maurice. *Os Grandes Socialistas e a Educação: De Platão a Lenine*. Braga, Europa América, 1974.

DULLES, Jonh W.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.

EVANGELHO, Carmem Lúcia e DEL ROIO, José Luiz. *A Vida: coleção fac-similar: 1914-1915*. São Paulo: Editora Ícone: centro de memória sindical; archivio storico del movimento operario brasiliano, 1987.

FAGUNDES, Luciana P. *Do Exílio ao Panteão: D. Pedro II e seu Reinado sob Olhares Republicanos*. Curitiba: Primas, 2017.

FARINHA Neto, Oscar. *Atuação Libertária no brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

FAUSTO, Boris. *Revolução de 1930. História e Historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. *Trabalho e Conflito Social* (1890-1920). São Paulo: Difel, 1976.

_____. *O Brasil Republicano. Tomo III. Sociedade e Economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertram Brasil, 1997.

_____. *Revolução de 1930. História e Historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. *Ensaio sobre História da República (1930-1945)*. SÃO Paulo, Cebrasp, 1972.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1975.

FELIPE, Cláudia T. G. A Áurea Revolucionária no discurso Anarquista Brasileiro (1917-1922). *Cadernos de Pesquisa do CDHIS: Uberlândia*, vol 31, n.2, dez 2018.

FERNANDES, Florestan. *A Nova República*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

FREGONI, Olga Regina. *Educação e Resistência Anarquista em São Paulo: a sobrevivência das práticas de educação libertária na Academia de Comércio Saldanha Marinho (1920-1945)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-EHPS, 2007.

FAGUNDES, Luciana P. *Do Exílio ao Panteão: D. Pedro II e seu Reinado sob Olhares Republicanos*. Curitiba: Primas, 2017.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

FERRER Y GUARDIA. *A Escola Moderna*. Biblioteca Terra Livre: São Paulo, 2014.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. *O Cinema do Povo: um projeto da educação anarquista- 1901-1921*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-EHPS, 2003.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.

FORTUNATO, Marinice da Silva. *Uma Experiência Educacional de Autogestão: a escola moderna n.1 na sua gênese*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-EHPS, 1992.

GADOTTI, M; PEREIRA, O. *Pra que o PT!:* Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.

GERALDO, Endrica. Em Torno do Jornal O Amigo do Povo: Os Grupos de Afinidades e a Propaganda Anarquista em São Paulo nos Primeiros Anos deste Século. IN: *Cadernos AEL: Anarquismo e Anarquistas*. Campinas: UNICAMP, v.8-9, 1989, p.165-195.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto. *A Voz do Trabalhador: sementes para uma nova sociedade*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Educação-USP, 1995.

GONÇALVES, A; SILVA, Jorge. *A Imprensa Libertária do Ceará (1908-1920)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GONÇALVES, Ody Furtado. *A Constituição do Homem Novo Anarquista no Ideário dos Intelectuais do Jornal "A Plebe"*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-EHPS, 2002.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro, Campos, 1979.

GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. V.3. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Nem Pátria, Nem Patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. 2ed. São Paulo: Ática, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *História Operária e Ideologia*. In: *mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Tradução de Waldea Barcelos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JACQUINET, Clemencia. *História Universal*. 2ed, Coleção Biblioteca de Educação Racional. Lisboa: Guimarães & Cia, 1914.

JOLL, J. *Anarquistas e Anarquismos*. Lisboa: Dom Quixote, 1964.

JOMINI, Regina. *Uma Educação para a Solidariedade: Contribuição ao Estudo das Concepções e Realizações Educacionais dos Anarquistas na República Velha*. Campinas: São Paulo: pontes, 1990.

LE GOFF, J. *A Bolsa e a Vida*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEUTPRECHT, Douglas Bahr. *Educação e Anarquismo em Movimento: apropriação da pedagogia racionalista no Brasil e Estados Unidos (1913-1925)*. Joinville- Santa Catarina: Ambiente Arejado Publicações, 2019.

LEUENROTH, Edgar. *Anarquismo: roteiro de libertação social- Antologia de doutrina*. Rio de Janeiro: Achiamé - CCS- São Paulo, s/d.

_____. NEGRO, Hélio. *O que é Marxismo ou Bolchevismo - programa comunista*. São Paulo: Editora Semente, 1919.

LEONIR, Hugues. *Educar para Emancipar*. São Paulo: Editora Imaginário, 2007.

LIMA, Adolfo. *O Teatro na Escola*. Lisboa: Guimarães & Editores, 1914.

LOPREATO, Christina Roquete. *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

LUCA, Tânia Regina de. História dos nos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Orgs). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, v.1, p.111-153.

LUIZETTO, Flávio. O Movimento Anarquista em São Paulo: a experiência da escola moderna n.1 (1912-1919). Educação e Sociedade. *Revista do CEDES - UNICAMP*, São Paulo, Cortez, ano VIII, n.24, agosto de 1986.

_____. *Utopias Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. A Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional (1900-1920). Tese do Doutorado. São Paulo: USP- São Carlos, 1984.

MACHADO, Antônio Felipe da Costa Monteiro. *Forjas da Liberdade: educação operária, anarquismo e sindicalismo revolucionário na Niterói da Primeira República*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UNIRIO.2017.

MACHADO, Manuel Cabral. Aspectos do Movimento Operário em Sergipe:In: Revista de Aracaju, n.7, Aracaju,1962.

MALATESTA, Érrico. *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989.
_____. *A Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2001.

MANACORDA, Mário Alighiero. *Marx e a Pedagogia Moderna*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, Karl. Cartas (Marx a Pavel V. Annenkov). In: _____; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Moscovo: Edições Progresso: Lisboa: Edições Avante, 1982.

_____. Contribuição para a Crítica da Economia Política. Lisboa: Avanti, 1971.

_____. Contribuição para a Crítica da Economia Política. In: MARX, K. Os Pensadores. Tradução de José Bruni.2ed. São Paulo: Abril Cultural,1978.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MENEZES, Florentino. *Leis de Sociologia Aplicadas no Brasil*. São Paulo: Tipografia Xavier, 1913.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MONARCHA, Carlos. *A Reinvenção da Cidade e da Multidão: dimensões da modernidade brasileira: a escola nova*. São Paulo: Cortez: autores associados, 1989.

MORAIS, Carmem Sylvia Vidigal. *Acervo João Penteado: inventário de fontes*. São Paulo:

UNIFESP: EDUSP,2003.

MORAIS, José Damiro: *Mikhail Bakunin e a Educação na AIT: notas sobre a instrução integral*. No prelo.

MORAIS, João Quartim; DEL ROIO, Marcos. História do Marxismo no Brasil. Vol.5: Partidos e Organizações dos anos de 1920 aos 1960. Campinas: Editora da UNICAMP,2007.

MOURA, Maria de Lacerda. Belo Horizonte: Typografia Athena, Renovação, 1918. *Jornal do Ceará*- Hemeroteca Digita Brasileira. Disponível em: [Lhttp: \memoria.bn.br\hdb\periodico.aspx](http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx).

MULLER, Ricardo Gaspar; DUARTE, Adriano Luiz. E.P. Thompson: política, e paixão. Chapecó: Argos, 2012;

MULLER, Ricardo Lisboa. Realismo e Utopia: E.P. Thompson e o Exterminismo. *Revista Esboços*: dossiê cultura e resistência- dez anos sem E.P. Thompson, n.12,2004.

MUNAKATA, Kazumi. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*.2ed. Rio de Janeiro: DP&A,2001.

_____. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EDUSP, 1974.

NETO, Miguel Sanches. *Um Amor Anarquista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

NETO, João Correia de Andrade. *Educação Anarquista e Pedagogia Libertária: caleidoscópio de uma história (1880-1930)*. Dissertação de Mestrado.Salvador:UFBA - Faculdade de Educação, 2008.

NEGRO, A. L; SILVA, S. E.P. Thompson. As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.23, n.46.

NUNES, Maria Thétis. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1984.

OITICA, José. *Ação Direta*. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1970.

_____. *A Doutrina Anarquista ao Alcance de todos*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1972.

OLIVA, Teresinha Alves de. Estruturas de Poder. In: DINIZ, Diana Maria de Faro (coord). *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju: UFS, 1991.

_____. Impasses do Federalismo: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra; UFS, 1985.

OLIVEIRA, Francisco Robson Alves de. *A Circulação do Conhecimento Anarquista entre Brasil e Portugal (1900 a 1930)*. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, programa de Pós-graduação em Educação, 2020.

PARRA, Lúcia Silva. *Combates pela Liberdade: O Movimento Anarquista sob a Vigilância do*

DEOPS-São Paulo, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

PENTEADO, João. *Pioneiros do Magistério Primário*. São Paulo: S. ed, 1944

PERES, F.A. *Revisitando a Trajetória de João Penteado: o discreto transgressor de limites (1890-1940)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP - Programa de Pós-graduação em Educação, 2000.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Voz do Trabalhador: orgam da Confederação Operária Brasileira: coleção fac-similar: 1908-1915*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: centro de memória sindical, 1985.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e Hall, Michael. *A Classe Operária no Brasil - Documentos (1889-1930)*. Vol 1: *O Movimento Operário*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1979.

PINHO, Adelino. *Pela Educação e pelo Trabalho e outros Escritos*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2012.

PINSKI, Carla Bassani. *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

PRADO, Caio. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Editorial Brasiliense, 1999.

PROUDHON, Pierre Joseph. *A Propriedade Privada é um Roubo*. Porto Alegre: LP e M, 1998.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar (Brasil 1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIBEIRO, Alessandro Cardoso. *A Escola Operária Horácio Hora*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2011.

_____. *A Escola Operária Horácio Hora*. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão: UFS, 2003.

RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos: história do movimento operário e das lutas sociais no Brasil (1922-1946)*. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, s.d.

_____. *ABC do Sindicalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

_____. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979

_____. *Quem tem medo do Anarquismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

_____. *Nacionalismo e Cultura Social (1913-1922)*. Rio de Janeiro: Editora Laemmmert, 1972.

_____. *O Anarquismo: na escola, no teatro, na poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

_____. *ABC do Sindicalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

_____. *Os Companheiros*. Rio de Janeiro: VJR, 1995.

RODRIGUES, Leôncio M. Classe Operária e Sindicalismo no Brasil. In: RODRIGUES, Leôncio M (org). *Sindicalismo e Sociedade*. São Paulo: Difel, 1968.

RODRIGUES, L. Sindicalismo e Ideologias Operárias. In: *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização (on-line)*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em <<http://books.scielo.org>>.

ROMÃO, Frederico Lisboa. *Na Trama da História: o movimento operário de Sergipe (1871-1935)*. Aracaju, 2000.

SALGUEIRO, Valéria. *De Pedra e Bronze: Um Estudo sobre Monumentos*. O Monumento a Benjamim Constant. Niterói: Editora UFF, 2008.

SAMIS, Alexandre. *O Anarquismo no Brasil*. IN: História do Anarquismo. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Faisca: Imaginário, 2008.

SANCHES, NETO, Miguel. *Um Amor Anarquista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

SANTOS, Luciana Eliza dos. *A Trajetória Anarquista do Educador João Penteado: leituras sobre educação, cultura e sociedade*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Educação em Educação- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências - USP, 2009.

SANTOS, L.E. *A Educação Libertária e o Extraordinário: Traços de uma Pedagogia Revolucionária*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e ciências da Universidade do Estado de São Paulo. São Paulo, 2014.

SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon e Outros. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: EDUSP, 1984.

SECRETO, Maria Verônica. E. P. Thompson. As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol.23,2003.

SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e Anarcossindicalismo*. São Paulo: Ática, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVIA, K.V. *Dicionário de Conceitos*. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Rodrigo Rosa. As Ideias como Delito: A Imprensa Anarquista nos Registros do DEOPS- SP (1930-1945). In: DEMENICIS, R; REIS, D. (Orgs). *História do Anarquismo no Brasil*. Vol.1. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

SOUSA, Cristiane Vitório de. *A República da Letras em Sergipe (1889-1930)*. Monografia (Graduação em História). Aracaju: UFS, 2001.

SOUZA, Antônio Lindvaldo. *Em Nome do Progresso e da Liberdade: ordem e rebeldia no emergente processo urbano-industrial de Aracaju (1910-1930)*. Aracaju: UFS, 1991.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

SOUZA, Ângela Maria. *Análise Histórica da Educação Libertária no Brasil no Início do Séc XX*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2007.

THOMPSON, E.P. A Formação da Classe Operária Inglesa, *In: a árvore da liberdade*. 4ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 2ed. Tradução: Denise Bottman. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.3V.

_____. A Formação da Classe Operária Inglesa III. *In: a maldição de Adão*. 4ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Tradicion, revuelta y consciencia de classe*. 2ed. Barcelona: Crítica; Grijalbo, 1984.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Organização: Antônio Luigi e Sérgio Negro. Campinas: UNICAMP, 2001.

_____. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros artigos*. Organização: Antônio Luigi e Sérgio Negro. Campinas: UNICAMP, 2012.

_____. *Os Românticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A Voz do Passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo Brasileiro na Década de 1930*. São Paulo: Difel, s-d.

VASCO, Neno. *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Lisboa: A. Batalha, 1920.

VOZA, Pasquale; LIGUORI, Guido. *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. 4ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WEINSTETEIN, Bárbara. *(Re) formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez: Universidade São Francisco, 2000.

WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Woodcock, George. *Anarquismo: uma história das ideias e movimentos libertários*. Vol.1. Porto Alegre: L&PH, 1983.

KAREPOVS, Dainis MARQUES; NETO, José Castilho. Os Trotskistas e suas Organizações (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo e Reis; Daniel Aarão (Orgs). *História do Marxismo dos Anos 1920 aos 1960*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

KROPOTKIN, P. *Oeuvres*. Paris: Maspero, 1976.

_____. *Textos Escolhidos*. Rio Grande do Sul: LPM, 1989.

_____. *Palavras de um Revoltado*. São Paulo: Imaginário, 2005.

ANEXOS

ANEXO I

Leitura que recomendamos

O que todos devem ler

LIVROS

	Rs.
<i>Hamen</i> — Socialismo e anarquismo (enc.)	1 500
" — Determinismo e Responsabilidade	1 500
" — Psicologia do militar profissional	1 500
<i>J. Prat</i> — Sindicalismo e Greve Geral (enc.)	1 500
<i>Dr. Ellzbacher</i> — O anarquismo (enc.)	3 000
<i>Max Nordau</i> — As mentiras convencionaes (2 vol. enc.)	1 500
<i>E. Capetier</i> — Prisões, policia e castigos (enc.)	1 500
<i>Carlos Max</i> — O Capital	1 500
<i>S. Merlino</i> — Formas e essencias do Socialismo	1 500
<i>S. Faure</i> — A Dor Universal	1 500
<i>H. Leone</i> — O Sindicalismo	1 500
<i>J. Grave</i> — A Sociedade Futura	1 500
" — O Individuo e a Sociedade	1 500
<i>P. Kropotkine</i> — A Conquista do Pão	1 500
" — Palavras de um revoltado	1 500
" — A Grande Revolução (2 vol.)	3 000
<i>F. Nietzsche</i> — Assim falava Zarathustra	1 500
" — A Genealogia da Moral	1 500
<i>Naquet</i> — A Caminho do amor livre	1 500
<i>Adolfo Lima</i> — O contracto do Trabalho	1 500
" — O ensino da Historia (1 vol. de 63 pags)	4 000
" — O Teatro na Escola (1 vol. de 3 pags)	700
" — Educação e Ensino (Educação integral)	300
<i>Neno Vasco</i> — Da Porta da Europa	2 000
<i>Eisen Reclus</i> — Evolução, Revolução e o Ideal Anarquista	2 500*
<i>A. Cesar dos Santos</i> — A questão Operaria e o Sindicalismo	1 500
<i>M. Pétrol</i> — Sindicalismo e Revolução	1 000
<i>Pouget</i> — A Confederação do Trabalho	1 000
<i>Griffithes</i> — Ação sindicalista	1 000

FOLHETOS

<i>Pedro Kropotkine</i> — O comunismo anárquico	200
<i>Neno Vasco</i> — Georgicas (ao trabalhador rural)	100
<i>Errico Malatesta</i> — Programa socialista anarquista revolucionario	100
" — Entre Camponeses	200
<i>F. Delaisi</i> — Os politicos, os financeiros e a guerra	300
<i>F. G. T. F.</i> — O dia das Oitq Horas	200
<i>Carlos Dias</i> — Semeando para colher	200
<i>Pedro Gori</i> — A Anarquia perante os tribunaes	200

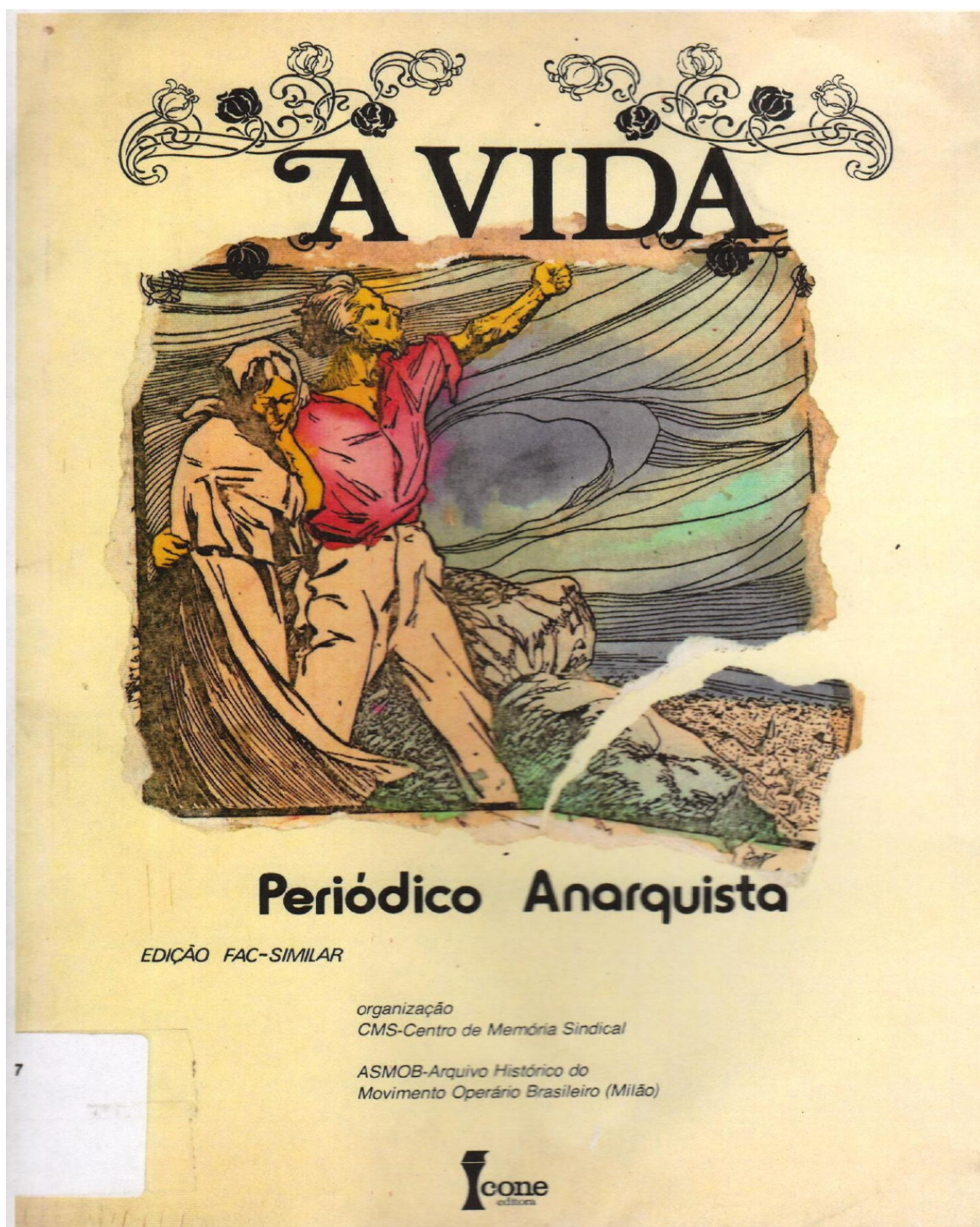
JORNAIS

<i>A Lanterna</i> — semanario anticlerical e de combate, de S. Paulo, Ano 10\$000	100
Semestre 6\$000 avulso	
<i>A Voz do Trabalhador</i> — Publicação quinzenal sindicalista revolucionaria. Organ da Confederação Operaria Brasileira, Ano 5\$000 avulso	100
<i>La Propaganda Libertaria</i> (em lingua italiana) de S. Paulo avulso	100
<i>A Aurora</i> — Semanario anarquista do Porto (Portugal) avulso	100
<i>Tierra y Libertad</i> (em espanhol) semanario anarquista de Barcelona, avulso	100

Os livros indicados nesta pagina serão remetidos para qualquer lugar do Brasil, ao preço aqui indicado e sem aumento de porte do correio, si o pedido vier acompanhado da respectiva importancia em *vale postal*, *dinheiro em carta* registrada com valor declarado, ou em *selos do correio* do valor de 100 ou 200 reis.

Está administração satisfaz também com prontidão qualquer encomenda de livros, nacionais ou estrangeiros, de propaganda social, que venham acompanhados da importancia correspondente, bem como se encarrega de tomar assinaturas para todas as publicações periodicas da Europa e da America.

ANEXO III



ANEXO IV

nas palavras que precedem, que se trata unicamente da conquista do voto eleitoral em detrimento da causa da nossa emancipação econômica e social.

Três dias há no mesmo camarada várias questões sobre a luta entre o capital e o trabalho, sendo as suas palavras cobertas numa prolongada salva de palmas.

No próximo domingo efetuar-se-á a segunda conferência da série anotada pela mencionada agenda.

SINDICATO DOS OPERÁRIOS EM LADRILHEIROS E MOZAIÇOS

Reunio-se em assembleia geral no dia 29, sendo resolvido mandar dois representantes ao Segundo Congresso Operário, sendo nomeados os companheiros Demétrio Mifama e Orlando Jentil.

Outros assuntos ainda foram discutidos, restando vir a inflexão entre os companheiros ladrilheiros.

S. R. DOS TRABALHADORES EM TRAPIÇOS E CAPE

No dia 29 realizou esta agremiação uma reunião na sede da União dos Trabalhadores, em Niterói, a fim de organizar uma assembleia, para mobilizar todos os interesses da classe naquela cidade. No próximo número daremos notícia mais detalhada.

LIGA FEDERAL DOS EMPREGADOS EM PADARIA

Em sessão da diretoria realizada em 23 de julho passado foi aprovado serem anuiciados todos os sócios que iam ser arquivados as matrículas, desde que satisfizessem as suas mensalidades de julho em diante.

Foi também nomeada uma comissão para iniciar a correspondência com todas as associações de padeiros espalhadas pelo Brasil, no intuito de fundar a Federação dos Empregados em Padaria no Brasil.

No próximo dia 5 haverá reunião de diretoria e conselho para solucionar casos urgentes.

CENTRO DOS OPERÁRIOS MARMORISTAS

Em assembleia realizada no dia 19 passado, com a presença do elevado numero de sócios e representantes de associações de irmãos, foi eleita a comissão para nova administração, a qual ficou assim constituída:

1º secretário, Antonio Diogo; 2º secretário, Minevino da Oliveira; 1º tesoureiro, Manoel Rodrigues Pereira; 2º tesoureiro, Francisco Maria; bibliotecário, Antonio Pereira da Costa; delegados à Federação Operária, José Caltano e Antonio Cunha. A comissão executiva venceu todas as questões feitas das 7 às 9 da noite.

No dia 31 reunio-se novamente em assembleia geral, resolvendo sobre várias assuntos de maxima importância.

SINDICATO DOS CARPINTIROS

Continúa desenvolvendo a maxima atividade este sindicato, que dia a dia mais se fortalece. Convidado os companheiros que ainda não são sócios a inscreverem-se, podendo dirigir-se à secretaria, das 7 às 9 horas da noite, à rua General Camará 335.

No dia 29 reunio-se este sindicato, tratando do Segundo Congresso e nomeando uma comissão para visitar o camarada Luiz de França, que se acha enfermo.

Hoje, nove reuniões.

SINDICATO DO FUNILHEIRO E E DRAULICOS

O Sindicato dos Funilheiros e Bombas Hidráulicas, solidário com os companheiros garristas do Lloyd, suspendeu as suas reuniões, como solidariedade a protesto pela justa causa reclamada pelos mesmos companheiros.

Depois da sua ultima reunião, este sindicato, sendo vencedor na questão com a firma Taranto & O, em que os companheiros continuam a trabalhar conforme ordinário, não pôde reunir-se devido ao movimento grevista.

Este sindicato reuniu-se em assembleia geral no dia 30, às 7 horas da noite.

Desde já avisamos a classe em geral para comparecer à primeira reunião de agosto a realizar-se no dia 6, quarta-feira, às 7 horas da noite, na sede social, à rua General Camará 335.

UNIÃO DOS ALFIAIATES

SINDICATO DOS OPERÁRIOS DAS PEDREIRAS

Este sindicato, em assembleia geral da sua associação, realizada no dia 29, resolveu aderir ao Segundo Congresso Operário, nomeando delegados os companheiros José Ferreira Ribeiro e Joaquim da Silva Santos.

No mesmo dia foi nomeada uma comissão para elaborar os relatórios sobre o estado da classe e suas necessidades e do movimento do sindicato. Esta comissão trabalha ativamente no sentido de unir e defender os interesses de todos que trabalham no pedreiro.

Diariamente encontram-se, na sede social, das 7 às 9 horas, pagos para atender a qualquer reclamação.

CENTRO COSMOPOLITA

Em assembleia geral realizada a 16 de julho passado foi eleita a seguinte diretoria:

Presidente, Gaspar Fernandes Oliveira; vice-presidente, Manoel Tamas Pereira; secretário, Joaquim Alves da Silva; 2º secretário, Boaventura da Cruz Sarmiento; tesoureiro, Brás Mateus; 2º tesoureiro, José Dias Fontinha; promotor, Manoel Fernandes Cavali; bibliotecário, Abílio Dias Fernandes.

Conselho administrativo — Manoel Brasil, Guilherme Sariva, Roberto Gomes da Sousa, Francisco Vilas, Delmiro Lara, Manoel da Silva Passos, Carlos Martins Alvares, João Antonio Barbone e José Peleto.

Comissão de disciplina — Antonio José da Cunha, José Bracha Leit, Albano de Carvalho, José Rodrigues Gonçalves e José Antonio da Silva.

Comissão de contas — José Passos, Diogo, Joaquim Alves Sousa Cruz e Fernando Mesquita.

Comissão de beneficência — Ignacio Pereira da Silva, Aurelio Mariano Duram e Luis Machado Mendes.

PALAVRAS SABIAS

Deixando a Suíça, nas condições que se sabem, P. Kropotkin teve o ensejo de, passando por Paris, proferir uma reunião de amigos a alocação da que destacamos os tópicos seguintes, que merecem a atenção dos nossos leitores.

— "É preciso pensar sobretudo na grande massa sem a qual nada de fecundo se pode fazer. Ora, também não menos ideias se desenvolveram. Na Itália, apesar dos esforços dos socialistas reformistas, eu pude ver o vigor do sentimento revolucionário nas massas. Em Turim, os operários das fabricas de automóveis declamam a greve. Immediatamente, sem pedir nada para si, por solidariedade, os operários do mesmo ofício em Milão declaram também a greve. E para apoiar os operários de Milão, os metalúrgicos fazem por sua vez também a greve, dando assim uma força singular às reivindicações dos camaradas de Turim, enganados por seus patrões."

Na Rússia, acreditava-se impossível por muito tempo e qualquer movimento; sabiam como foi afundada a revolução russa: cerca de 20.000 mortos na luta, 4.000 enforcados e fuzilados, 20.000 enviados para as galeias e 100.000 exilados na Sibéria. Foi como uma derrocada numa floresta. Poderia crer que seria preciso trinta anos para tornar possível um novo movimento. O governo acreditava-se tranquilo e nós mesmos não tínhamos esperança imediata.

Ora, recentemente visitei a narrativa da greve de Lena — greve provocada por financeiros russos, que desejavam fazer balizar, para as comarcas de novo, o preço das águas possuídas por capitalistas ingleses. Cerca de 400 pessoas foram fuziladas, mesmo as que se tinham desistido por terra. Depois deste massacre, os operários de Moscou, sem nenhuma organização, sem recursos acumulados, e talvez precisamente por não terem organização nem fundos em caixa, fizeram uma greve de protesto. Sucessivamente, durante 3 dias, 80.000 operários no primeiro dia, 70.000 no segundo, 50.000 no terceiro, manifestaram-se em greve, espontaneamente, sem intervenção e sem auxílio dos intelectuais.

em Moscou, e em todas as grandes cidades, apesar das inúmeras prisões efetuadas, nos dias antecedentes os operários fizeram ainda a greve de 24 horas.

Todas estas manifestações produziram-se devido à força irresistível das massas populares; nelas é que está a fonte de todo o movimento revolucionário.

as, tanto nos meios de propaganda imediata como nos meios antecipados da sociedade futura. Fazemos romances sobre o futuro: é um meio de encerrar sobre todas as faces as possibilidades dos tempos futuros.

Não esqueçamos que no dia seguinte ao movimento revolucionário, é preciso que todo o mundo tenha pao u que si ele faltsse a alma de criança, a revolução teria falhado a seu fim.

O essencial seria, nos três primeiros dias assegurar a subsistência a todos.

"Comemos!" é a palavra que a jovem Comuna não soube dizer; Ah! e ela tivesse dito esta palavra!...

A revolução no México

No ultimo numero da *Voz do Trabalhador* dissemos que os revolucionarios estavam preparando um assalto à cidade de Guaymas, capital do Estado de Sonora. Por telegramas ha dias recebidos sabemos que o assalto foi levado a effecto em fins de mez passado, tendo sido a cidade espedrada pelos rebeldes, para cujas fileiras passaram os proprios soldados federaes.

— Da cidade de Mexico tem sido enviados forças à povoação vizinha de Nacuan, onde os rebeldes pretendem destruir a planta electrica que fornece luz à cidade.

— Os revolucionarios que, depois de renhido combate cauraram a importante povoação de Fresnillo, Zacatecas, marcharam triunfantes sobre a capital do estado. O governador pediu auxilio á secretaria de guerra, e em resposta houve ordem para que se dessem de Aguileraes, em marcha forçada, numerosas forças. Segundo as ultimas noticias recebidas, os revolucionarios já comegaram a atacar esta povoação, sendo repellido pela artillaria dos federaes. Faltem pomeiros.

— O trafego da capital de Mexico está completamente suspenso devido as levantes revolucionarios. O trabalho está paralisado. Ha falta de electricidade e de agua na cidade.

Jornais, Revistas, etc.

Temos recebido:

Infancia, revista de publicação mensal para a educação racional da infancia, publicada em Montevideo.

El Obrero Panadero, organ da classe dos padeiros. Buenos Aires.

O Operario, organ defensor do operariado, editado em RJ.

Jornal do Semanario de propaganda da libertaria de S. Paulo.

A Voz da Bstima, organ da Sociedade Uniao dos Trabalhadores de Bstima e do proletariado em geral; publicase na cidade do Rio Grande.

Luzes, de propaganda do livro punhamento. Pelotas.

Volante, jornal bimestral com o colaboreio da colliga de Enrico Malatesta. Ancona, Italia.

Locais Operarios

Distrito Federal

Federação Operária de Rio de Janeiro e suas federações — Rua General Camará, 335. Expediente: todos os meses, das 7 às 9 horas, desde ordinário, no quarteirão.

Centro dos Operários Marmoreiros — Rua General Camará, 335.

União dos Alfaiates — Rua General Camará, 335.

União Geral dos Trabalhadores — Rua General Camará, 335.

Sindicato dos Sapateiros — Rua General Camará, 335.

Sindicato dos Carpinteiros — Rua General Camará, 335.

Sindicato dos Ofícios Vários — Rua General Camará, 335.

Sindicato dos Trabalhadores — Rua General Camará, 335.

Sindicato dos Operários das Pedreiras — Rua de Passagem, 151.

União dos Alfaiates, rua General Camará, 335.

Sindicato Operário da Indústria Têxtil — Rua General Camará, 335.

Sindicato dos Funilheiros e Bombas Hidráulicas — Rua General Camará, 335.

Sindicato dos Trabalhadores em Padarias e Moagens — Rua General Camará, 335.

Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilheiros e Mozaicos — Rua General Camará, 335.

Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilheiros e Mozaicos — Rua General Camará, 335.

Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilheiros e Mozaicos — Rua General Camará, 335.

Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilheiros e Mozaicos — Rua General Camará, 335.

Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilheiros e Mozaicos — Rua General Camará, 335.

Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilheiros e Mozaicos — Rua General Camará, 335.

Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilheiros e Mozaicos — Rua General Camará, 335.

Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilheiros e Mozaicos — Rua General Camará, 335.

Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilheiros e Mozaicos — Rua General Camará, 335.

Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilheiros e Mozaicos — Rua General Camará, 335.

Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilheiros e Mozaicos — Rua General Camará, 335.

Rua Marcelino Figueira, 31.

A. B. dos Maranhenses e Remédios — Rua Barão de S. Felix, 18.

União dos Papageiros — Largo de São Domingos, 4.

Operário das Maquinarias da Marinha Civil — Rua Marçal Floriano, 154.

Associação dos Trabalhadores em Charvo e Manteiga — Rua de Igarapetanga, 188.

General Camará, 335.

Centro dos 2.º em Ferro-Vias — Rua do General Camará, 335.

A. B. dos Ofícios, Garçom e Obleas — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

União Operária — Rua de S. Francisco, 111.

Pará

(Confederados)

União dos Operários Agrícolas — Rua dos Andares Lobo, 103, Belém.

União das Oficinas — Travessa Dr. Moura, 15 — Belém.

(Não confederados)

Ziga dos Empregados em Padaria — Artistas Lobo, 103, Belém.

União Metalúrgica — Rua Artistas Lobo, 103 — Belém.

Rio Grande do Norte

Ziga Operária — Natal.

Ziga Operária — Mossoró.

Pernambuco

(Não confederados)

União dos Operários Têxteis — Recife — Rua Visconde Tenório, 25.

Centro dos Manteiros — Recife — Rua do Rocio, 15.

Sociedade União dos Coqueiros — Recife — Rua dos Guaxupé, 22.

Sociedade R. U. Operária 7 de Setembro — Rua do Rio, 31, Recife.

Alagoas

(Confederados)

Federação Operária Alagoana e suas subdivisões

subdivisões operárias — Maceió — Rua de Alagoas, 43.

Sindicato dos Alfaiates — Maceió — Rua de Alagoas, 43.

Sindicato dos Sapateiros — Maceió — Rua de Alagoas, 43.

Sindicato dos Trabalhadores do Mar — Rua do Mota, 2.

Serjipe

Centro Operário Serjipe — Aracaju

NOTA — Todas as sociedades operárias que queiram figurar nestas páginas precisam enviar a sua estatística

A VOZ DO TRABALHADOR

ALANOTEST

Entrada: 4550

Venda: 150

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 2030

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

Quota de distribuição de A. de O. e P. de O. 1500

ANEXO V

A VIDA

Publicação mensal anarquista

(Aparece no dia ultimo de cada mez)

Páginas iconoclastas e de livre exame, de guerra aberta e irreverente
ao dogma, á rotina, aos preconceitos e à tradição

Estudos sociologicos

Questões operarias. - Analise e comentario dos factos capitais da vida social e
politica do Brazil

Inqueritos para o conhecimento do problema economico e social da região brasileira

Desenvolvido noticiario do movimento operario internacional

Actualidades - Vulgarisações

Bibliografia - Arte

Literatura e Critica

**Colaboração dos nossos mais cultos propa-
gandistas e escritores revolucionarios**

Preço da assinatura (pagamento adiantado)

Ano, incluindo o porte do correio, para o Districto Federal e todos os Estados da União	5\$000
Numero avulso	200
Numero atrasado	idem

Pedidos de mais de cinco exemplares 20% de desconto

Pedidos de assinatura que não venham acompanhados da respectiva importancia
em vale postal, dinheiro em carta registrada com valor declarado
ou em selos do correio, não serão satisfeitos,

Redação e Administração

Rua da Uruguayana, 114 (sobr.)

RIO DE JANEIRO . . . BRAZIL

ANEXO VI

Escolas Operárias criadas sob a orientação do Confederação Operária Brasileira(1906-1920)

Fontes: MARTINS, Angela Maria Souza. Análise Histórica da Educação Libertária no Brasil no Início do Sec XX. Unirio. RODRIGUES, Edgar. Quem tem Medo do Anarquismo. Rio de Janeiro: Achimé, 1992.



ANEXO VII



ANEXO VIII

REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA HORÁCIO HORA.

“Art. 1º A Escola Horácio Hora terá duas aulas noturnas de ensino primário, sendo uma para o sexo masculino e a outra para o feminino.

§ 1º - A matrícula será franqueada aos filhos de operários, cujos pais sejam filiados ou não do Centro, bem assim aos adultos de ambos os sexos.

§ 2º - A matrícula será no prazo de 30 dias contados antes do dia da abertura das aulas.

§ 3º - Esta escola será regida por um professor diplomado ou por pessoa de reconhecida moralidade e competência e por uma senhora, nas mesmas condições, para a aula do sexo feminino adjunta do professor regente da cadeira.

§ 4º - A Adjunta substituirá o professor em seus impedimentos, sob a fiscalização de um sócio designado para dito fim.

Art 2º. Compete ao professor:

§ 1º - A manutenção da ordem, asseio e aproveitamento dos alunos;

§ 2º - Resolver as dúvidas que ocorrerem nas explicações das lições aos alunos pela adjunta;

§ 3º - Fazer a chamada geral das duas aulas;

§ 4º - Adotar o método mais prático de ensino primário;

§ 5º - *Explicar* de véspera as lições do dia seguinte;

§ 6º - Fazer de pé, as explicações para prender a atenção dos alunos;

§ 7º - Preparar no fim de cada mês a apuração das notas referentes à freqüência conduta e aproveitamento de todos os alunos, tudo consignado nos boletins mensais que remeterá logo um à Secretária da Instrução Pública e outro à Secretaria da Intendência Municipal.

§ 8º - Franquear as aulas à visita e inspeção das autoridades do ensino e às pessoas qualificadas que desejar visitá-las.

Art 3º - Compete à professora adjunta.

§ 1º - Auxiliar o professor na apuração das notas;

§ 2º - Levar verbalmente ao conhecimento do professor a indisciplina ou desobediência de alguma aluna;

Art. 4º - Os Hinos serão cantados no começo das aulas;

§ 1. O período escolar começa a 3 de fevereiro e termina a 20 de novembro de cada ano.

§ 2. As férias se revestirão de solenidades, haja ou não alunos preparados;

§ 3. As aulas principiam às 7 horas da noite e terminam às 9 horas.

§ 4. As matérias que constituem o ensino da Escola Horácio Hora são: Noções de português, de arithemetica, de história da pátria, de Sergipe, de geographya; no sabbado, sabbatina geral das lições ministradas durante a mesma semana.

Fonte: Regimento Interno da Escola Horácio Hora. Voz do Operário. Aracaju, julho de 1923.

ANEXO IX

Foto de Trotiski, simbolizando São Jorge em um sincretismo que faz parte das peculiaridades brasileiras, misturando religiosidade e política



Fonte: Wikimedia Commons

ANEXO X

Greve de 1917 – São Paulo



Fonte: Wikimedia Commos

ANEXO XI

Símbolo da confederação Operária Brasileira



Fonte: Wikimedia Commons